

REGINA FACCHINI

"SOPA DE LETRINHAS"?

***Movimento homossexual e produção de identidades
coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia Social do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.
Dr.^a Guita Grin Debert e co-orientação da Prof.
Dr.^a Maria Filomena Gregori

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
28/06/2002.

BANCA

Prof.^a Dr.^a Guita Grin Debert (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Filomena Gregori (Co-orientadora)

Prof. Dr. Peter Fry

Prof. Dr. Júlio de Assis Simões

JUNHO/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE 8e
Nº CHAMADA T/UNICAMP
F118s
V EX
TOMBO BCI 50142
PROC 16-837102
C DX
PREÇO R\$ 11,00
DATA 31/07/02
Nº CPD

CM00171176-6

IB ID 249896

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F118s

Facchini, Regina

“Sopa de Letrinhas”? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo / Regina Facchini. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Guita Grin Debert.

Co-orientador: Maria Filomena Gregori.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais – Brasil. 2. Organizações não-governamentais. 3. Orientação sexual. 4. Identidade social. 5. Antropologia. 6. Política e cultura. I. Debert, Guita Grin. II. Gregori, Maria Filomena. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

*Dedico este trabalho ao meu filho,
Raul Negreiros, e ao amigo Cacá, um
dos muitos ativistas que, há vinte e
poucos anos atrás, sonhou em construir
possibilidades de que diversidade não
implicasse desigualdade.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação finaliza uma etapa em meu processo de formação. Uma etapa muito rica, mas também povoada de desafios, incertezas e descaminhos. Ao finalizá-la, fica a certeza de que há muito a agradecer.

A Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori, minhas orientadoras, pelo acolhimento, pelo estímulo, por suas leituras e comentários atentos aos meus escritos, pela generosidade e riqueza de suas sugestões, pela paciência frente a minhas aflições e descaminhos, pelos limites colocados nos momentos certos.

Aos professores do Departamento de Antropologia, especialmente Mariza Corrêa, Heloísa Pontes e Suely Kofes, que contribuíram de várias maneiras para que minha passagem pelo Programa de Mestrado em Antropologia Social fosse uma experiência rica e transformadora. À Mariza, presença marcante em vários momentos desta minha etapa de formação, por ter me desafiado a prosseguir, por ter me indicado caminhos e pelos valiosos comentários e questionamentos em meu exame de qualificação. À Suely, por ter apresentado as primeiras sugestões e referências para este trabalho. E à Heloísa pelo apoio, comentários e sugestões, especialmente à época da qualificação.

A Cláudio Novaes Pinto Coelho, mestre e amigo, que orientou meus primeiros passos de pesquisa na graduação, compartilhou comigo suas referências, me incentivou a iniciar esta etapa e permaneceu como fonte de estímulo durante este percurso.

A Júlio de Assis Simões, que me acompanha e estimula desde os tempos da graduação, por compartilhar generosamente seus conhecimentos e experiências e pelos comentários atentos e valiosos à época da qualificação desta pesquisa.

A Edward MacRae, Peter Fry, James Naylor Green e João Silvério Trevisan, “referências bibliográficas” com as quais tive oportunidade de conversar sobre partes deste trabalho, pelas sugestões e pelo apoio.

A Cláudio Roberto da Silva, amigo e companheiro de tema de trabalho, por nossas discussões, leituras compartilhadas e longas conversas telefônicas, cujo conteúdo está presente nas páginas deste trabalho.

Às amigas Sônia Nussenzweig Hotimsky e Eliane Christina de Souza. À Sônia, minha primeira professora de Antropologia, por sua generosidade, por nossas parcerias e pelo estímulo

e suporte fundamentais à conclusão deste trabalho. À Lia, pela solidariedade, pelo carinho, pelas discussões sobre nossos trabalhos e pelo apoio nos momentos mais difíceis.

A Regina Maria Barbosa e Simone Grillo Diniz, por todo o apoio e estímulo à finalização desta etapa e por tudo que pude aprender trabalhando com vocês.

Aos colegas da turma de 1997 e do grupo de estudos de gênero, por tudo que pudemos aprender juntos, especialmente à Heloísa Buarque de Almeida, à Érica Renata de Souza e ao Marko Monteiro.

Aos ativistas dos grupos *CORSA*, *NGLPT*, *Etcétera e Tal*, *CAEHUSP* e *Identidade*, com quem pude compartilhar o cotidiano da militância homossexual. A vocês todo o meu respeito, carinho e gratidão.

À diretoria do grupo *CORSA*, que me permitiu realizar o trabalho de campo a partir de suas atividades. Aos entrevistados desta pesquisa, por sua disposição em falar sobre suas experiências no ativismo. Sem o apoio de vocês, este trabalho não teria sido possível.

A Érica Peçanha do Nascimento, que colaborou na transcrição e organização das entrevistas, e a Paulo Giacomini e Cláudio Cezar Xavier, que colaboraram na revisão de partes deste texto.

Aos amigos que se fizeram presentes e importantes de várias maneiras e em diferentes momentos: Cacá, Michelli, Juliana, Zanini, Eddie, Wilson, Marcelo, Eric, Naíme, Dae, Simone, Andrea, Zora, Renê, Nilton, Décio, Martinha, Fábio, André e Wagner.

A Sílvia Dezidério e Tatiana Maria Freire Gröff, que compartilharam comigo o cotidiano doméstico e acompanharam minhas expectativas, medos e incertezas em diferentes momentos deste percurso, me provendo de suporte emocional e afetivo e muito estímulo.

À minha família, por sempre estar presente em minha vida. Aos meus pais, Carlos e Isaura, pelo apoio que me deram durante todo este longo período, apesar de não saberem muito bem o que era ou o que significava tudo isto. Aos meus irmãos, especialmente ao Robson, meu primeiro leitor e companheiro do cotidiano, pelo seu carinho e por todas as pequenas contribuições e favores durante todo este tempo. Ao meu filho, Raul Negreiros, que cresceu ouvindo falar em faculdade, mestrado, dissertação, prazos e muito trabalho, por todo o carinho e compreensão para com minhas ausências.

Ao CNPq, pelo incentivo à pesquisa.

Resumo

A presente dissertação é um estudo sobre o movimento homossexual na segunda metade dos anos 90, realizado a partir da cidade de São Paulo, com o intuito de estabelecer um diálogo e contribuir para os estudos a respeito de movimentos sociais e ONGs no contexto brasileiro pós-“redemocratização”. O trabalho procura compreender a dinâmica interna ao campo do movimento e os processos envolvidos na produção de identidades coletivas, que têm se expressado, nos últimos anos, através de uma multiplicação de siglas e categorias classificatórias. Para tanto, a pesquisa retoma o histórico do movimento homossexual brasileiro e se detém mais demoradamente sobre a trajetória, a organização, a dinâmica interna e as relações externas de um único grupo, o *CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais*, acompanhado, em campo, entre os anos de 1997 e 1999. O enfoque principal da dissertação está na compreensão dos processos problemáticos, no entanto fundamentais, de construção de identidades coletivas, como forma, inclusive, de refletir sobre as possibilidades e limites das ações coletivas.

Abstract

The present masters dissertation is a study concerning the homosexual movement during the second half of the nineties. It was conducted primarily in the city of Sao Paulo. Its intention is to both establish a dialogue with and contribute to the studies on social movements and NGOs in the Brazilian context following the return to the democratic regime. It is an attempt to comprehend the internal dynamics of the field in which the homosexual movement is situated and the processes involved in the production of collective identities that have expressed themselves, during the past few years, through a multiplicity of abbreviations and classificatory categories. In order to accomplish these objectives, research recovered the past of the homosexual movement in Sao Paulo, concentrating particularly on the history, organization, internal dynamics, and external relations of a single group denominated *CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais* [*CORSA - Citizenship, Pride, Respect, Solidarity and Love – Consciousness, Raising, and Emancipation of Sexual Minorities Group*]. Ethnographic fieldwork was conducted on this group from 1997 to 1999. The main focus of this dissertation is on the comprehension of the problematic although fundamental processes of constructing collective identities as a means, among other things, of reflecting on the limits and possibilities of collective action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. Sobre a definição do tema e a construção da questão desta pesquisa	03
2. Sobre a relação entre identidade e movimentos sociais	08
3. Sobre a metodologia utilizada neste estudo e o trabalho de campo	16
4. Sobre a organização dos capítulos	23
Capítulo I:	
MOVIMENTOS SOCIAIS e ONGs: um diálogo com a literatura	25
1. "Alternativos" ou "populares"? "Velhos" ou "novos"?	31
2. "Autonomia" X "Institucionalização"	37
3. Novas abordagens para um novo contexto	38
4. A especificidade das ONGs	47
Capítulo II:	
MOVIMENTO HOMOSSEXUAL: recompondo um histórico	61
1. O Grupo Somos e a "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro	66
2. Anos 80: declínio ou período de transformações?	73
3. Os anos 90 e o reflorescimento do MHB	86
4. A importância das "conexões ativas": o campo e a arena do MHB	102
5. A aids, as "respostas coletivas à epidemia" e o MHB	110
6. O fortalecimento da "homossexualidade" como fator gerador de identidades pessoais e coletivas	120
Capítulo III:	
SÃO PAULO, SEGUNDA METADE DOS ANOS 90: o grupo CORSA	133
1. O grupo CORSA	135
1.1. A identidade institucional do grupo	138
1.2. As atividades do grupo	140
1.3. Os membros e a dinâmica interna do grupo	144
1.4. A coordenação do grupo	160
2. Dinâmica interna e relações externas: três momentos na trajetória do CORSA	162
2.1. Um primeiro momento: um grupo novo no campo	163
2.2. Um segundo momento: "atuação política" X "atuação terapêutica"	168
2.3. Um terceiro momento: afirmação de um estilo de militância	180
3. "Sopa de Letrinhas"? : processos de construção e reconstrução de identidades coletivas	186
3.1. A escolha do nome do grupo: o CORSA como grupo de "minorias sexuais"	187
3.2. Conflitos internos, relações externas e "guerras de classificações"	198
3.3. Inclusão e exclusão, duas faces de um mesmo processo	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXO I	227
ANEXO II	229
ANEXO III	241

INTRODUÇÃO

SÃO PAULO assistiu, ontem, a uma das maiores manifestações de massa de sua história e, nem é preciso dizer, a uma das mais divertidas e coloridas. E quem achava que a era das grandes manifestações tinha acabado, fica pra próxima. (...) Viram-se até as bandeiras vermelhas do PSTU, com tiras coloridas. A velha esquerda se cansou de ser velha? (...) E estavam lá os carros patrocinados por uma entidade de travestis, portais e casas noturnas (...) A manifestação deu um chega pra lá na intolerância. O que se queria dizer, nas entrelinhas, era “deixa eu ser diferente, deixa eu ser do jeito que eu quiser”. Curiosamente, caminharam acompanhados por batedores da Polícia Militar. Celebrando a liberdade de opção, direito adquirido em um Estado democrático, os manifestantes contestaram a norma, o normal, sem a “baderna” que tanto assusta a elite, e furaram o bloqueio da massificação e da padronização. Entramos num novo século, não existe raça pura, nem o homem ideal, existe a diferença, era a mensagem subliminar. No ano passado, eram 35 mil manifestantes. Neste ano, 100 mil. O movimento gay é um dos movimentos da sociedade civil que mais crescem, no mundo. (Marcelo Rubens Paiva, “Ato foi grito contra intolerância”, Folha de S.Paulo, Pág. C10, SP, 26/06/2000)

O presente trabalho é um estudo sobre o movimento homossexual brasileiro no contexto da segunda metade dos anos 90. Realizado a partir da cidade de São Paulo, pretende estabelecer um diálogo e contribuir para os estudos sobre movimentos sociais no Brasil contemporâneo.

O movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil associado à fundação do *Grupo Somos*, em São Paulo, no ano de 1978, e é entendido aqui como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não-exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento.

O conjunto de associações, organizações e grupos do movimento social que observei em campo costuma ser referido e se auto-referir genericamente como “movimento homossexual brasileiro”, ou MHB. Em documentos produzidos por membros ou

grupos/organizações do próprio movimento, desde seu início, a sigla MHB é utilizada para auto-referência, principalmente quando se trata de traçar abordagens generalizantes e históricas. Ainda que, em momentos específicos, como em 1993, ele apareça descrito também como MGL (“movimento de *gays* e lésbicas”), e após 1995 –que abrange o período em que estive em campo–, apareça primeiramente como um movimento GLT (“*gays*, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999 e da iniciativa do grupo a partir do qual realizei minhas observações em campo, passa a figurar também como um movimento GLBT – de “*gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros”. Como até o momento da finalização desta dissertação não há a adoção de apenas uma dessas siglas para representar o movimento como um todo, manterei no decorrer deste texto a denominação mais genérica – MHB – quando me referir ao conjunto do movimento como um todo.

Embora os formatos organizacionais presentes no interior do movimento tenham se diversificado bastante ao longo desses mais de 20 anos, como procurarei demonstrar no decorrer desta dissertação, a auto-referência dos coletivos que formam esse movimento como *grupos*, adotada já no final dos anos 70, persiste. Ainda que em alguns documentos ou ocasiões específicas, entidades que têm o formato institucional e as atividades de ONGs venham a se auto-referir como tais. Esclareço desde já que o uso do termo *grupo* em relação aos coletivos do MHB, no decorrer desta dissertação, faz referência a essa categoria êmica e não a qualquer enfoque analítico a respeito da estrutura ou do formato institucional desses coletivos.

O uso das diversas siglas referidas na página anterior e a necessidade, por parte do movimento, de pensá-las em relação a outras siglas (sejam elas vindas de iniciativas mercadológicas, como o GLS – “*gays*, lésbicas e simpatizantes” – ou de políticas de saúde, como o HSH – “homens que fazem sexo com homens”) inspiraram o título desta dissertação. A proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia, que acusava entidades que, então, passavam a utilizar a sigla GLBT de criarem uma “sopa de letrinhas”.

Este estudo, como detalharei no decorrer desta introdução, tem como base o trabalho de campo realizado a partir da observação participante das atividades internas e externas e de entrevistas realizadas com indivíduos ligados ao *CORSA – Cidadania*,

Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais, entre os anos de 1997 e 2000. Seu objetivo é, através da análise de processos de construção e reconstrução de identidades coletivas, explorar a dinâmica interna desse movimento no contexto brasileiro da segunda metade dos anos 90. Ao analisar tais processos, procuro questionar a ausência de sentido ou de coerência, em relação à proliferação de tais categorias e/ou denominações, que a idéia de uma “sopa de letrinhas” tende a sugerir.

Antes de avançar, porém, creio que se façam necessários alguns esclarecimentos com relação à escolha do movimento, do recorte temporal e da ênfase nas formas organizacionais e nos processos de construção de identidades coletivas.

1. Sobre a definição do tema e a construção da questão desta pesquisa

O projeto desta pesquisa nasceu marcado pela intenção de retomar e aprofundar algumas questões que surgiram quando realizava meu trabalho final do curso de graduação na Escola de Sociologia e Política. Em minha trajetória pessoal, eu havia participado e mantido contato com pessoas de vários movimentos sociais reivindicativos de bairro – movimento por creche, por espaços de lazer, por moradia –, movimentos pela organização de conselhos em hospitais municipais, formação de grêmios estudantis. No início da década de 90, era funcionária de um sindicato de trabalhadores da área de saneamento e meio ambiente quando acompanhei sua participação na ECO 92. A partir daquela conferência, passei a perceber a crescente visibilidade de algo que me parecia muito novo: as organizações não-governamentais. O interesse por essa forma de associativismo, bem como por sua relação com movimentos sociais, se transformou em tema da pesquisa que realizei no final da graduação.

A ênfase, na época, era a de que as ONGs eram uma forma de ativismo mais institucionalizado, no sentido que conformavam entidades com direções formais, que deveriam ter registros de estatutos e personalidade jurídica. Durante o início da pesquisa em campo, ouvi de vários entrevistados que havia uma tendência a que entidades menos

institucionalizadas “virassem ONGs” ou procurassem “obter registro como ONG”¹, a fim de acessar financiamentos para a realização de suas atividades.

Interessada no que significava “ser” ou “virar” ONG no âmbito dos movimentos sociais já existentes, escolhi acompanhar a trajetória daqueles anteriormente chamados libertários ou alternativos, caracterizados em pesquisas realizadas entre o final dos anos 70 e meados da década de 80 como fortemente refratários a modos formais de organização e marcados pelo comunitarismo e pelo antiautoritarismo. Naquela ocasião, selecionei dois movimentos que se entrecruzavam em diversos momentos: o movimento feminista e o movimento homossexual. Analisei materiais produzidos por ambos e entrevistei lideranças ativas desde o surgimento desses movimentos na cidade de São Paulo até o momento da pesquisa, sendo que alguns dos entrevistados atuavam em entidades que se definiam como ONGs e outros não.

Nesse material, procurei identificar quais as características que os militantes atribuíam ao que denominavam ONGs e grupos, e como essas duas formas de associativismo haviam se articulado na trajetória dos movimentos que faziam parte. Nos dois, mas principalmente no movimento homossexual, ficou claro que, à época que realizei

¹ Apesar de saber que não existe a personalidade jurídica ONG, pois as associações e organizações são registradas em cartório como associação civil sem fins lucrativos, de utilidade pública ou filantrópica, ou, ainda, como organizações da sociedade civil de interesse público, mantenho aqui a referência nativa, utilizada pela maior parte dos ativistas que encontrei em campo. A maioria dos ativistas com quem tenho conversado não faz referência se sua organização é ou foi registrada como associação civil sem fins lucrativos ou entidade filantrópica, fala-se em “ter registro como ONG” ou em “obter registro como ONG”. Talvez isso seja diferente com relação a “ONGs-homossexuais” que tenham maior inserção institucional no campo de relações das ONGs, mas nenhum dos grupos paulistanos com os quais tive maior contato em minha pesquisa possuía tal inserção. Vale adiantar que, entre os grupos reconhecidos como membros do MHB na cidade de São Paulo, apenas dois atuavam através de projetos financiados e se enquadravam relativamente no perfil de ONG esboçado por Fernandes (1985). Mas esses grupos não foram objeto direto de minha pesquisa. Ainda assim, revendo a entrevista que realizei para meu trabalho final de graduação, em 1995, com uma das coordenadoras de uma dessas ONGs as quais me referi – ambas são “grupos lésbicos” –, notei que diz apenas: *“Esse estatuto que a gente tem agora, já é uma coisa mais de ONG mesmo. Já é uma coisa mais estruturada, mas modifica: em vez de trabalhar com as lésbicas, você tem que trabalhar com tempo, cronograma... tem suas vantagens e suas desvantagens. Tem mais responsabilidade. (...) Mas eu não sei como fica a identidade do grupo como um grupo lésbico. Somos agora, sei lá... um grupo lésbico de Aids!?! ... É uma coisa um pouco confusa.”* (M. em entrevista realizada em outubro de 1995 – Facchini, 1995: 68-70). Com relação aos outros grupos do MHB, a mesma entrevistada fazia menção apenas a que “são [ou não são] ONGs”, “estão [ou não estão] estruturados como ONGs”, ou “tornar-se uma ONG”: *“Essas estruturas mais anarquistas e libertárias são coisas que ainda existem dentro do movimento gay e lésbico, mas isso tende a acabar, se não são grupos que já estão estruturados como ONGs, são grupos que estão tentando se tornar. Os que não são, não o são porque ainda não estão suficientemente estruturados para conseguir verbas, para tornar-se uma ONG.”* (idem).

as entrevistas, tratava-se de um campo formado tanto por ONGs, quanto por grupos. Havia, tanto por parte de ativistas de grupos quanto de ONGs, a percepção que de fato existia uma tendência a que os grupos adotassem o formato institucional que atribuíam às ONGs – “virar ONG”, como eles diziam.

No interior desses movimentos, percebi que havia não apenas uma “concorrência velada” (Fernandes, 1985) entre as ONGs, mas uma série de acusações que integrantes de grupos dirigiam às ONGs e vice-versa. Se, no final dos anos 70 e início dos 80, as disputas entre os grupos foram marcadas pela oposição revolucionário/reformista, em 1995 a idéia de “ter trabalho” ou “produzir um trabalho relevante e de qualidade” e o receio de “perda da autonomia” da atuação da entidade apareciam fortemente nos discursos sobre a própria e sobre as outras. As acusações entre ONGs e grupos e ONGs e ONGs tinham como temas a “picaretagem” e o uso inadequado de recursos, bem como o atrelamento da atuação da entidade aos interesses dos seus financiadores.

Os resultados dessa primeira experiência de pesquisa com o tema me levavam a crer que havia ocorrido uma série de mudanças em ambos os movimentos nessa trajetória de cerca de 20 anos. Para além da idéia corrente na bibliografia de “morte” ou “desarticulação/cooptação” dos movimentos sociais, havia um movimento. No entanto, não se tratava de falar somente de grupos ou ONGs, mas, principalmente em relação ao movimento homossexual, de um campo misto, formado por atores com diversos formatos institucionais, como grupos com um perfil comunitarista, ONGs, setoriais de partidos, projetos ou subgrupos específicos no interior de ONGs voltadas para uma população mais geral, e iniciativas do âmbito do mercado que se somavam ao movimento.

O projeto para o mestrado circunscrevia o movimento homossexual como campo de pesquisa, com o objetivo de aprofundar, através da utilização da observação participante, a compreensão da dinâmica interna desse “campo misto”. Para tanto, esta pesquisa partiu da bibliografia que resiste à idéia de “morte” ou “desarticulação/cooptação” dos movimentos sociais, apontando, como Ruth Cardoso, para uma institucionalização. Ou como Rubem César Fernandes e Leilah Landim, para a crescente importância das ONGs como forma de associativismo. Nesse sentido, me pareceu mais plausível pensar que houve transformações no que se convencionou chamar movimentos sociais e que meu trabalho poderia colaborar para a compreensão das formas que o associativismo tem tomado no contexto brasileiro

contemporâneo.

Situo o contemporâneo a partir de um recorte histórico que toma como marco o final do processo de “abertura” e a “redemocratização” que, de acordo com Cardoso (1994), Doimo (1995) e Fernandes (1994), traria mudanças significativas nas possibilidades de relacionamento entre os movimentos sociais e o Estado – abertura de canais de comunicação e/ou representação formal de interesses –, bem como no posicionamento “antiautoritário” que marcava a atuação e a organização interna, tanto de movimentos chamados “alternativos” quanto dos “populares”, influenciados pela Teologia da Libertação.

A partir daí, procuro situar o surgimento e a crescente importância das ONGs – organizações formais baseadas em projetos delimitados de atuação – no cenário nacional, bem como o deslocamento da categoria “povo” para a categoria “cidadão” no imaginário político nacional e da ênfase na “igualdade” para a ênfase no “direito à diferença” nas lutas e reivindicações dos atores da chamada “sociedade civil”.

Entendo que esse deslocamento da categoria “povo” para a categoria “cidadão” (Fernandes, 1994) acaba por legitimar a existência de uma multiplicidade de atores coletivos e abalar a rigidez da dicotomia existente entre as ações ligadas à idéia de redistribuição e as que se aproximam da idéia de reconhecimento, trabalhadas na década de 80 sob as denominações “movimento popular” e “movimentos alternativos” ou “libertários”. Esse aspecto, assim como a crescente visibilidade que o movimento homossexual vem alcançando, tanto do ponto de vista da presença na mídia e em eventos de rua quanto com relação à proposição de projetos de lei em vários âmbitos do legislativo, me permite pretender contribuir para os estudos sobre movimentos sociais tomando por foco o movimento homossexual.

Assim, entendo que o que se convencionou chamar de “movimento homossexual” é um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da “sociedade civil”, diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da “homossexualidade”: a “emancipação” ou a obtenção de “cidadania plena” para “os/as homossexuais”, ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. Utilizo a idéia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos,

ONGs, associações e ativistas independentes que se reconheçam ou sejam reconhecidos como parte do MHB. E porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários dos seus militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de 20 anos de existência. Ainda, porque, apesar do recorte que faço, delimitando apenas as organizações da “sociedade civil”, a idéia de rede de relações me permite pensar que esse é apenas um dos recortes possíveis e perceber que na verdade essa rede é mais ampla. E, no período em que estive em campo, abrigava também relações, em muitos casos primárias, entre atores que fazem parte do Estado e/ou do mercado, bem como com outros atores da chamada “sociedade civil”, presentes em instituições como universidades, igrejas e partidos políticos. E se ampliava até relações, também primárias, com organizações de âmbito internacional. Este trabalho procura explorar essa rede e o modo como sua configuração imprime um caráter específico ao movimento, concentrando-se especialmente nas relações que se estabelecem entre o movimento e atores que pertencem ao mercado e ao Estado.

Como *locus* da pesquisa de campo, seguindo Barnes (1987), selecionei um dos pontos na rede, o grupo *CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo pela Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais*, fundado em 1995 na cidade de São Paulo e ainda atuante. A fim de tomar contato com a dinâmica interna desse movimento, acompanhei, entre os anos de 1997 e 1999, suas atividades internas e externas, suas relações com outras organizações e indivíduos, pertencentes ou não ao movimento homossexual. Além disso, entrevistei membros das quatro equipes de diretoria que coordenaram o grupo entre 1995 e 2000 entre outros participantes do *CORSA* e informantes ligados a outras entidades do movimento.

O trabalho de campo me colocou frente a uma diversidade muito grande de formatos e identidades institucionais no interior do movimento homossexual. Isso, aos poucos, me afastou de qualquer tentação de substantivá-los e reificá-los numa oposição cristalizada entre “grupos de movimentos sociais” e “ONGs”. Ao contrário, procuro mostrar, no decorrer deste trabalho, como diferentes grupos e associações que constituem o chamado movimento homossexual navegam entre esses dois “pólos de orientação”, manipulando e redefinindo suas identidades institucionais. Nesse sentido, entendo que ONGs e grupos funcionem muito mais como “modelos de” e “modelos para” (Geertz, 1989) a atuação dos atores que formam o movimento do que distinções analíticas com poder explicativo para o

tipo de estudo ao qual me proponho.

Na busca de algo que dissesse respeito tanto a grupos quanto a ONGs, e, a partir das próprias mudanças que pude perceber na trajetória do *CORSA* e do próprio MHB, construí a questão que me serviu como fio condutor nessa pesquisa. Esta questão supõe: 1) que tanto grupos quanto ONGs constroem categorias – identitárias ou de definição de público-alvo, respectivamente – que servirão como referência para sua atuação, e 2) que estas categorias não são “naturais” e estão sendo elaboradas no mesmo processo de disputa que vai definir, no interior do movimento, questões como “o que pode ser considerado trabalho?” ou “qual a estrutura necessária para que um grupo/organização trabalhe e possa falar em nome daqueles que coloca como sujeitos?”. Tomo, então, como fio condutor para compreender a dinâmica interna do movimento homossexual, os processos de construção dessas categorias de referência no interior das ações relativas à “homossexualidade” no contexto brasileiro contemporâneo e sua relação com as disputas por reconhecimento e status que ocorrem no interior desse movimento.

2. Sobre a relação entre identidade e movimentos sociais

A centralidade da questão da identidade para a compreensão da dinâmica interna de um movimento social já estava presente nos estudos realizados por MacRae (1985) e Pontes (1986) sobre movimentos alternativos na passagem dos anos 70 para os 80. Ambos focalizaram movimentos sociais, então chamados “alternativos” ou “libertários”, no contexto da “abertura política”. MacRae (1985) realizou sua pesquisa a partir do grupo *Somos*, reconhecido como a primeira organização do movimento homossexual brasileiro, que atuou em São Paulo entre os anos de 1978 e 1983. Pontes (1986), a partir do *SOS Mulher*, um coletivo do movimento feminista criado em 1980, com o objetivo de atender e encaminhar casos de violência contra a mulher.

Esses trabalhos foram realizados a partir de um contexto marcado por grande desconfiança em relação às organizações políticas existentes, derivada tanto da experiência com a ditadura militar quanto de uma tendência, existente em boa parte da “esquerda” à época, de classificar qualquer luta não identificável com a “questão de classe” como “luta secundária”. A resistência a qualquer forma de exercício ou concentração de poder e a

tensão entre militantes que defendiam uma luta autônoma pelos direitos de mulheres e homossexuais e militantes que defendiam uma articulação com outros segmentos sociais, inclusive setores da esquerda e agremiações de trabalhadores, são características que perpassam as duas pesquisas mencionadas.

MacRae, seguindo Durham (1984), ao estudar o movimento homossexual no período da “abertura política”, apontava a construção de uma “comunidade de iguais”, que compartilha carências, como tarefa do movimento, necessária à sua constituição enquanto ator político. No entanto, como mostra MacRae ao tratar dos “rachas” no interior do movimento, essa construção da igualdade não se faz senão à custa de algum nível de supressão das diferenças entre os “iguais”. MacRae (1985) demonstrava que, apesar dos militantes fundamentarem essa igualdade a partir de um atributo essencial que os unisse, fosse ele a homossexualidade ou um encaminhamento “articulado a todas as formas de opressão” ou “autonomista” para a transformação da sociedade e para a luta pela libertação homossexual, a homogeneidade do coletivo não era mais do que uma aliança construída com determinada finalidade política, vulnerável portanto à manutenção das condições que fundamentaram essa aliança.

Ao estudar o *SOS Mulher*, Pontes também se deteve nas dinâmicas de identificação e diferenciação e nos conseqüentes “rachas” e redefinições no interior do movimento. No entanto, se por um lado sua abordagem aponta para a importância da análise dos processos de identificação e diferenciação na compreensão da dinâmica interna de um movimento, por outro, a aproximação que fez entre esses processos e a análise de Evans-Pritchard² a respeito dos Nuer, tendia a atribuí-los às próprias características antiautoritárias e comunitaristas associadas aos movimentos então chamados “alternativos”.

Nesse sentido, considero relevante resgatar a importância da criação de uma comunidade que compartilha carências para a construção de qualquer movimento social. O que talvez ocorra é que movimentos como o feminista, o negro e o homossexual tenham uma tendência maior a fundamentar essa igualdade num atributo essencial e a obscurecer o caráter construído da aliança política voltada a um determinado fim. Porém, considero que cabe, hoje, perguntar: em que medida essas dinâmicas observadas nos “movimentos

² Evans Pritchard (1993).

alternativos” da primeira metade dos anos 80 podem estar presentes num campo um pouco mais institucionalizado?

De acordo com Barth (1998), referência para os estudos sobre etnicidade utilizada tanto por MacRae quanto por Pontes, a identidade aparece como algo que é definido na relação com o outro, ou seja, através dos limites que um determinado agrupamento humano constrói, num determinado contexto, para diferenciar-se de outro(s) agrupamento(s) humano(s), e não por uma característica essencial que o grupo se auto-atribui independentemente de qualquer situação. Por esse motivo, a identidade social é relacional, conjuntural, não é fixa, nem completa. Nesse sentido, perguntar pelo processo de construção de identidades constitui uma forma de apreender a dinâmica interna de um movimento no interior de um dado contexto social.

Ganson (1998) aponta uma tendência, que situa historicamente nos anos 90, entre pesquisadores de ações coletivas a valorizar a construção de identidades coletivas como uma atividade importante e problemática no interior dos movimentos sociais, e como um objeto de estudo significativo. Assim, aponta contribuições teóricas tanto dos estudos sobre “novos movimentos sociais”, quanto dos estudos sobre etnicidade e dos mais específicos a respeito do movimento *gay* e lésbico e do movimento feminista. Referindo-se a Melucci³, citado como um teórico dos “novos movimentos sociais”, Ganson ressalta seu argumento de que as identidades coletivas não são somente necessárias para uma ação coletiva bem-sucedida. Mas aparecem, geralmente, como um fim em si mesmo. As identidades coletivas, nesse tipo de abordagem, seriam conceitualizadas muito mais como um contínuo processo de recomposição do que como um dado. A contribuição dos estudos sobre etnicidade, de acordo com Ganson, iria, do mesmo modo que apontamos anteriormente em relação a Barth, no sentido de enfatizar, por exemplo, o grau em que as concepções das pessoas a respeito de si mesmas em termos étnicos, sobretudo em termos de identidade étnica, são situacionais e mutáveis. Nos estudos sobre movimentos feministas e *gay* e lésbicos também haveria uma crescente preocupação em relação a como as identidades coletivas emergem e se transformam.

Numa abordagem sobre a construção de identidades num movimento social

³ MELUCCI, Alberto. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary*

específico, Butler (1990 e 1998), que se define como feminista e escreve a partir do contexto norte-americano marcado pelas “políticas de identidade” e pelo “multiculturalismo”, questiona quem é e como se define o “nós”, que serve de sujeito ao movimento feminista. Seu trabalho vai no sentido de questionar o potencial de inclusão do uso da categoria “a mulher” como sujeito do feminismo e se constitui numa reflexão crítica, porém politicamente propositiva, sobre as políticas de identidade.

De acordo com a autora, o uso da categoria “a mulher” como sujeito do feminismo estaria baseado no que ela denomina “metafísica da substância”, uma concepção essencialista a respeito de gênero, que toma o sexo biológico como referência para a construção do sujeito “a mulher” e como a base sobre a qual se construiriam os papéis de gênero. Ao refletir sobre as “identidades de gênero falidas”, aquelas que escapam a um padrão de inteligibilidade no interior das normas culturais, Butler questiona a correlação necessária, em termos de continuidade e coerência, entre sexo e gênero. Tal relação, de acordo com a autora, implicaria ainda a heterossexualização do desejo, assentada sobre a complementariedade entre homem-masculino e mulher-feminina. Essa correlação necessária entre sexo, gênero e desejos/práticas sexuais, denominada de “matriz heterossexual reprodutiva”, é entendida pela autora como uma construção normativa, um modelo que se apresenta como original/autêntico e submete qualquer variação à posição de mera cópia.⁴

O cerne da discussão está na forma como Butler define gênero e a relação entre sexo, gênero e identidade:

“Gender ought not to be conceived merely as the cultural inscription of meaning on a pre-given sex (a juridical conception); gender must also designate the very apparatus of production whereby the sexes themselves are established. As a result, gender is not to culture as sex is to nature; gender is also the discursive/cultural means by which ‘sexed nature’ or ‘a natural sex’ is produced and established as ‘prediscursive’, prior to culture, a politically neutral surface on which culture acts. (...) This production of sex as the prediscursive ought to be understood as the effect of the apparatus of cultural construction designated by

society. Philadelphia: Temple University Press, 1999.

⁴ É importante ressaltar que na concepção apresentada por Butler há uma relação de dominação a ser enfrentada pelo feminismo. No entanto, essa dominação não é exercida pelos homens em relação às mulheres, mas pela configuração dos termos que conformam a matriz, submetendo tanto homens quanto mulheres, bem como diferenças relacionadas a raça/etnia, classe e sexualidade. Essa formulação teórica norteia a proposta política de coalizões defendida pelo movimento *queer* norte-americano, para o qual Butler é referência importante.

gender.” (Butler, 1990:07)

“(...) gender is always a doing, though not a doing by a subject who might be said to preexist the deed. (...) There is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the very ‘expressions’ that are said to be results.” (Butler, 1990: 25)

Para a autora, uma política de identidades baseada num sujeito pré-discursivo, como “a mulher”, tenderia a pressupor identidade no sentido de auto-idêntico, o que levaria tal política a um efeito normatizador e excludente e a processos de diferenciação e oposição no interior do próprio feminismo.⁵

“Temos aqui certamente uma advertência de que na luta pela emancipação e democratização podemos adotar os modelos de dominação pelos quais fomos oprimidos, não percebendo que um modo da dominação funcionar é mediante a regulação e produção de sujeitos. Por meio de que exclusões se constitui o sujeito feminista e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a ‘integridade’ e a ‘unidade’ do ‘nós’ feminista? E como é possível que a própria categoria, o sujeito, o ‘nós’, que deveria ser presumido com o propósito da solidariedade produza a facciosidade que deveria liquidar?”

“No feminismo, parece haver uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, e não vou contestar essa necessidade. (...) Mas essa necessidade precisa ser reconciliada com uma outra. No instante em que invoca a categoria mulheres como descrevendo a clientela pela qual o feminismo fala, começa invariavelmente um debate interno pelo conteúdo descritivo do termo.” (Butler, 1998: 34-5)

Ao escrever a partir de uma perspectiva que se reconhece como feminista/militante, ao contrário do niilismo frequentemente criticado nas abordagens “desconstrucionistas”, Butler assume para sua formulação a qualificação de alternativa para a construção de horizontes emancipatórios e inclusivos:

“Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de

⁵ Na década de 80, por exemplo, o movimento de mulheres negras nos Estados Unidos acusava o feminismo norte-americano e europeu de etnocentrismo e imperialismo, apontando o caráter hiper-real do sujeito “Mulher”, que faria referência a mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e do “primeiro mundo”, excluindo mulheres não-brancas, pobres, não-heterossexuais e do “terceiro mundo”. Para mais referências sobre o debate sobre o sujeito do feminismo e a diferença ver: Lauretis (1994), Haraway (1995) e Friedman (1995).

antemão, produzirá necessariamente facções e que a 'identidade' como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo 'mulheres' não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que 'mulheres' designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação. Eu diria que os rachas entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo devem ser preservados e valorizados, que esses rachas constantes devem ser afirmados como o fundamento infundado do movimento feminista. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais e racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir.” (Butler, 1998:36)

Considero importante reafirmar o potencial propositivo presente na intenção de compreender processos problemáticos, no entanto fundamentais, de construção de identidades coletivas, como forma, inclusive, de refletir sobre as possibilidades e limites das ações coletivas. Ao apontar para o fato de que “as categorias de identidade não são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas”, Butler abre a possibilidade de outra forma de abordar a relação entre construção de identidades e dinâmica interna. Se por um lado os processos de construção de identidades nos permitem compreender a dinâmica interna de um movimento; por outro, podemos, através da análise da dinâmica interna, perceber conflitos que iluminam normas não-expressas e como as identidades construídas delimitam processos de inclusão e exclusão de potenciais beneficiários – de carne e osso – da ação do movimento.

Embora utilize o referencial acima para iluminar situações que observei a partir do movimento homossexual, considero, como argumentam Taylor e Whittier (1992), que não há razão para limitar esse tipo de preocupação teórica aos chamados “novos movimentos sociais” ou às “políticas de identidade”, dado o fato que o processo de construção de identidades coletivas seja crucial para a interpretação de todas as formas de ação coletiva.

Ainda que esse tipo de preocupação teórica com os processos de construção de identidades coletivas venha ganhando grande ênfase a partir dos *queer studies* norte-americanos, é importante ressaltar a proximidade que guarda com abordagens clássicas da

antropologia, como os já citados estudos sobre etnicidade, os estudos de antropologia política e mesmo com os estudos que se debruçam sobre categorias e sistemas classificatórios.

Para retornar às abordagens antropológicas brasileiras próximas a essa preocupação e às minhas primeiras referências teóricas para este trabalho, retomo Peter Fry: uma das referências pioneiras no Brasil em matéria de pensar a sexualidade como fenômeno cultural e histórico, para quem a construção social de hierarquias e desigualdades difere de maneira significativa de uma cultura para outra. Seus escritos⁶ são permeados pela idéia de que a ausência de um inimigo identificável e tangível (um “outro”) para o movimento homossexual brasileiro, faz com que o movimento tenha que inventar esse “outro” e muitas vezes o faça no interior do próprio movimento. Neste trabalho, procuro explorar a idéia que, se esse “outro” é reinventado durante todo o tempo, é possível pensar que o “nós”, que se opõem a esse “outro” também o seja. Nesse sentido, a proliferação de categorias e siglas que tenta nomear esse “nós”, presente no movimento homossexual da segunda metade dos anos 90 e que permitiu que fosse acusado de criar uma “sopa de letrinhas”, salta aos olhos quando nos deparamos com referências que variam, às vezes, no interior de um mesmo documento. No entanto, de acordo com Fry, essa dinâmica – a necessidade de “inventar o outro” – levaria a uma crescente fragmentação a partir de disputas internas.

Fry⁷ ia mais longe, identificando uma questão que seria comum tanto para o movimento homossexual quanto para o movimento negro: seus alvos não seriam apenas a repressão e a discriminação contra homossexuais e negros, mas a cultura brasileira como um todo. Em ambos os movimentos, a proposição e busca de legitimação de um sistema classificatório “segregacionista” (divisão entre *negros/brancos* e *heterossexuais/homossexuais* – em algumas versões intermediada pela figura não muito clara do *bissexual*) se contrapunha a um modelo “assimilacionista” (povoado de *quase-brancos, quase-pretos, bichas, bofes, fanchas, ladies, viados, monas, homens e mulheres de verdade*) existente no “Brasil-popular”. Nesse sentido, teríamos a disputa entre um sistema de classificação que Fry denomina anglo-saxão ou moderno e o sistema de pensamento social predominante no Brasil, que evitaria adotar classificações baseadas em fronteiras bem

⁶ Fry (1982a; 1990) e Fry; MacRae (1983).

definidas, o que justificaria a dificuldade de construção de um movimento homossexual ou negro baseado no modelo norte-americano de política de identidades.

Alguns dos escritos produzidos por Fry e por MacRae (1985), que se deteve mais demoradamente sobre o tema em meados da década de 80, chegavam a delinear um prognóstico um tanto sombrio para o movimento homossexual. No entanto, é necessário que se reconheça que o contexto em que escreveram sobre o tema favorecia um olhar pouco otimista com relação à viabilidade do movimento homossexual. Na primeira metade dos anos 80, o movimento era formado por coletivos que, em boa parte, se reproduziam por fissão. Na ausência de um inimigo externo claro, elegiam como inimigo seus próprios pares na militância e, para além disso tudo, começavam a ter que enfrentar a epidemia da aids, então batizada de “peste gay”. Além disso, o antiautoritarismo exacerbado característico dessas primeiras entidades, marcado por uma aproximação entre idéias como ditadura, exercício de poder e machismo, poderia se configurar como um elemento que dificultasse, do ponto de vista organizacional, sua adaptação aos “tempos democráticos”.

Nesta pesquisa, procurei trabalhar com a idéia de mudança cultural de forma a compreender a dinâmica envolvida na transformação e/ou diversificação dos sistemas de pensamento social locais. Utilizo como referência o próprio Fry (1982a), que, ao discutir as categorias classificatórias relativas à sexualidade masculina no Brasil e a “passagem pela alfândega” de noções que atribuíam um caráter igualitário aos parceiros numa relação homossexual, chamava atenção para a necessidade de refletir sobre todo o processo de re-significação envolvido nessa “passagem”. São também referências para minha abordagem outros autores que discutem globalização e cultura e a relação entre global e local, tais como Ortiz (1994), Santos (1997) e Sahlins (1997a e 1997b), que ressaltam a importância de compreender os processos de re-significação envolvidos nos contatos culturais e as possibilidades de resistência local aí envolvidos.

Nesse sentido, procuro compreender, sem a pretensão de esgotar as possibilidades, alguns fatores que podem estar envolvidos na maior adesão a um modelo segregacionista, fundamental para que o movimento homossexual se tornasse viável, e o modo como essa adesão tem se dado nos debates ocorridos no movimento durante o período que estive em

⁷ Fry (1987; 1996).

campo. Certamente, acontecimentos como o processo de “redemocratização”, a implementação de uma política de prevenção às DST/aids baseada na idéia de parceria entre Estado e sociedade civil e num claro incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade⁸ de populações estigmatizadas, o desenvolvimento da segmentação de mercado e o crescimento de um mercado específico para o público *gay* ou “GLS” (*gays*, lésbicas e simpatizantes) e mesmo os efeitos de processos globais, descritos por diversos autores com diferentes ênfases, têm algo a dizer sobre a forma pela qual a idéia de uma política de identidade homossexual tem se tornado viável⁹ no Brasil dos anos 90, apesar de todas as dificuldades apontadas pelas pesquisas realizadas na primeira metade dos anos 80. Por outro lado, procurarei abordar como, no decorrer dos processos de redefinição de identidades coletivas, surgem debates e vozes que se aproximam ou se contrapõem a esse modelo segregacionista e/ou buscam adaptá-lo à realidade e necessidades locais.

Entendo que as referências bibliográficas acima citadas, que me orientam no decorrer deste trabalho apontam tanto para a centralidade da questão da identidade como permitem desnaturalizá-la e relativizá-la. Se, para o movimento homossexual, a tarefa da construção de uma identidade e a adesão das pessoas que poderiam se identificar como tal a essa identidade é uma questão crucial para sua construção enquanto ator político, para mim, neste trabalho, o processo de construção e reconstrução da identidade de um único grupo será o fio condutor para descrever e tentar compreender a dinâmica interna e as questões relevantes para organizar uma reflexão sobre esse movimento no contexto da segunda metade dos anos 90.

3. Sobre a metodologia utilizada neste estudo e o trabalho de campo

A escolha do universo a ser pesquisado, o *Grupo CORSA* e suas relações externas, remete, como referi anteriormente, à utilização da idéia de “redes” para a análise de movimentos sociais, como elaborada em Doimo (1995). A escolha do *Grupo CORSA* como ponto de partida para minha observação levou em conta uma série de fatores como: o fato

⁸ Sobre a noção de vulnerabilidade e a relação entre a política pública de prevenção à aids e as políticas de identidade no Brasil, ver: Ayres et al (1999), Terto Jr. (1999), Galvão (2000) e Paiva (2001).

⁹ Sobre a relação entre segmentação de mercado e políticas de identidade, ver Mira (1997).

de ser um ator presente e atuante nos eventos realizados pelo movimento homossexual; ter vínculos com outros grupos, ONGs e associações do movimento homossexual e procurar manter relação com outras instituições e entidades não definidas como membros do movimento homossexual; promover reuniões abertas com uma frequência que permitisse acompanhar grande parte do cotidiano do grupo; promover reuniões de diretoria também abertas; atender ao critério de exeqüibilidade da pesquisa ao ter permitido, através da diretoria com gestão no ano de 1998, que eu realizasse minha pesquisa a partir de observação participante em suas atividades e entrevistas com seus membros; e, por último, pela curiosidade e interesse que me despertou o fato de que se definisse, no momento em que iniciei meu contato com o grupo, como voltado para a “conscientização e emancipação das *minorias sexuais*”. Essa forma de se auto-referir despertou meu interesse por juntar a missão típica de uma política de identidades expressa nos termos conscientização e emancipação a uma categoria identitária ao menos aparentemente bastante abrangente, *minorias sexuais*.

Tive meu primeiro contato com o *CORSA* no segundo semestre de 1996, quando estava fazendo as provas para o ingresso no mestrado. Nesse momento, imaginando que o movimento homossexual fosse ser “objeto” de minha pesquisa no mestrado, tentava estreitar contato com um outro grupo de São Paulo, o *CAEHUSP – Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP*. Desse primeiro contato, numa atividade produzida pelo *CAEHUSP* no prédio da USP da rua Maria Antônia, lembro-me apenas de ter visto um grupo bastante coeso de rapazes, que segurava uma faixa com o nome do grupo na lateral do auditório, onde acontecia um debate sobre parceira civil registrada com a então deputada federal Marta Suplicy. A primeira vez em que ouvi falar do grupo foi no início desse mesmo ano. Haveria uma festa organizada pelo grupo no apartamento de um conhecido, para a qual fui convidada por um amigo. Naquele momento, no entanto, o grupo ou a idéia de pesquisar o movimento homossexual ainda não me chamavam atenção. O primeiro contato mais consistente com o grupo ocorreu durante o IX Encontro Brasileiro de *Gays*, *Lésbicas* e *Travestis* e II Encontro Brasileiro de *Gays*, *Lésbicas* e *Travestis* que trabalham com Aids, realizado no Hotel São Raphael, na região central de São Paulo, entre 21 e 25 de fevereiro de 1997.

Nesse evento, o *CORSA* era um dos organizadores e eu estava inscrita como

colaboradora do *CAEHUSP*. Entre as oficinas, mesas e situações conflituosas do evento, fui abordada por um de seus membros, que se apresentou como secretário do *CORSA* e me convidou a conhecê-lo, dizendo que havia a intenção de se formar um grupo de mulheres em seu interior.

Nessa época, ainda havia uma percepção por parte dos militantes de ambos os grupos de que o *CORSA* e o *CAEHUSP*, apesar de não manterem uma relação estreita de aliados, seriam grupos com “missões complementares”, o que facilitava o trânsito de pessoas entre eles. Outros colaboradores e associados do *CAEHUSP* já freqüentavam o *CORSA* naquele momento e passei a integrar, a partir da semana seguinte, o pequeno grupo de três ou quatro pessoas que saía da reunião do *CAEHUSP*, na rua Maria Antônia, por volta das 18 horas e ia para a reunião do *CORSA*, que se realizava a partir desse mesmo horário no bairro de Santa Cecília. Naquela época, eu acabava de ingressar no mestrado e tinha como proposta de pesquisa estudar o movimento homossexual na cidade de São Paulo. Sempre que me apresentava às pessoas do movimento, deixava clara minha intenção de pesquisa sobre ele, mas ainda não havia definido claramente qual seria o grupo ou conjunto de grupos sobre o qual me concentraria especificamente, nem as questões que gostaria de investigar.

Durante o ano de 1997, cursei os créditos do mestrado sem me desligar das reuniões dos grupos e, somente em 1998, me dediquei ao projeto de pesquisa. Chamava a minha atenção que o *CORSA* utilizasse a categoria *minorias sexuais*, definida nos documentos do grupo como se remetendo a *gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais* para descrever o público alvo de sua atuação. O próprio movimento nacional, naquele momento, aparecia como movimento de *gays, lésbicas e travestis*. Eu sabia da existência de iniciativas militantes voltadas especificamente aos *transexuais*. Sabia também que havia ocorrido em 1995, no Rio de Janeiro, uma conferência da *Internacional Gay and Lesbian Association – ILGA* – que havia votado pela não-inclusão da categoria *bissexuais* no nome do movimento em âmbito internacional. No Brasil, não havia notícia de iniciativas militantes voltadas a *bissexuais*. Por outro lado, o *CORSA* era, no início de 1997, um grupo basicamente constituído por *gays*. Algumas mulheres haviam freqüentado o grupo por poucas vezes e em caráter esporádico e não havia a presença de travestis.

O que me chamou atenção naquele momento é que havia, sem dúvida, na definição da identidade coletiva do grupo, um “nós” que abrangia categorias que não se faziam

fisicamente presentes. Parte dessas categorias nem mesmo encontrava referência, ao menos reunidas como identidade coletiva de um único grupo, em outras iniciativas militantes visíveis no cenário do movimento em nível nacional. No decorrer do ano, conheci o coordenador do *Projeto Etcétera e Tal*¹⁰ e soube que o *CORSA* surgiu a partir de um grupo de analisandos do projeto. Soube que o *Etcétera e Tal* também utilizava a categoria *minorias sexuais*, embora não especificasse quais eram essas minorias. Soube também que o *Nuances*, grupo de Porto Alegre que aparecia como referência positiva de militância em vários relatos de militantes do *CORSA*, se colocava como um grupo *pela livre orientação sexual*¹¹.

No segundo semestre de 1997, houve uma cisão no interior da diretoria do *CORSA*, da qual falarei mais detalhadamente quando for relatar a história do grupo. O processo que se segue a essa cisão influenciou decisivamente a minha escolha por estudar mais detidamente o caso do *CORSA* e a ênfase que passei a dar aos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas como meio para abordar a dinâmica interna do movimento homossexual. Desse processo resultou algo que me soou, no momento, como uma nova orientação na forma como o grupo se percebia e se apresentava publicamente. A partir do documento proposto pela única chapa concorrente à eleição de diretoria para o mandato de 1998, o grupo passava a ser identificado como um grupo *GLT – de gays, lésbicas e travestis*. Essa redefinição me chamou bastante a atenção por parecer ligada a uma série de mudanças no interior do grupo e na forma como se colocava perante o movimento.

No início de 1998, decidida a compreender melhor essa redefinição da identidade coletiva, que eu não podia tomar como uma decisão descontextualizada, solicitei ao então presidente do grupo – a mesma pessoa que havia me convidado para a primeira visita ao *CORSA* – autorização para conduzir minha pesquisa sobre o movimento homossexual a

¹⁰ O *Projeto Etcétera e Tal*, como descrevo no anexo II desta dissertação, é uma iniciativa ligada ao movimento homossexual, que tem entre seus objetivos oferecer espaço psicoterapêutico para minorias sexuais.

¹¹ Até onde pude perceber em campo, o *Nuances* parece destoar da grande maioria dos grupos/organizações do movimento brasileiro no sentido de abrir mão de uma nomeação do “nós” que é alvo de suas ações num momento que antecede às ações concretas. Atualmente, o *Nuances* se apresenta como grupo pela livre expressão sexual. Não tenho acesso mais detalhado às discussões internas que levaram a essa redefinição na forma do grupo se apresentar. Registro, portanto, apenas a alteração.

partir do grupo. A partir desse momento, procurei acompanhar e registrar em diário as reuniões internas e contatos externos do grupo, analisar documentos produzidos por ele e realizei as 11 entrevistas que servem de base à escrita desta dissertação.

A pesquisa realizada teve, então, como base uma metodologia essencialmente qualitativa, envolvendo entrevistas semi-estruturadas com base num roteiro previamente elaborado com esta finalidade, análise de documentos e observação participante. Isso não me impediu de analisar dados quantitativos, que tiveram por base os resultados de questionário com o objetivo de caracterizar o perfil dos participantes do *CORSA*, concebido e aplicado por um dos próprios membros do grupo, durante o segundo semestre de 1996 e, também, os apontamentos realizados por mim durante uma “dinâmica de apresentação” dos membros numa reunião do *CORSA* em junho de 1999. A análise desses materiais integrará os capítulos II¹² e III desta dissertação, que serão dedicados à descrição do cenário do movimento homossexual na cidade de São Paulo e à elaboração de um perfil dos grupos presentes nesse cenário entre os anos de 1997 e 1999, bem como à análise da dinâmica interna do *CORSA*, respectivamente.

A respeito da observação participante, creio que se fazem necessários alguns comentários. Tanto MacRae (1995), quanto Pontes (1986) e Gregori (1993), que procuraram se deter sobre a dinâmica interna dos movimentos homossexual e feminista, respectivamente, apontaram para as dificuldades e necessidades implicadas na realização de estudos etnográficos voltados à compreensão da dinâmica interna de movimentos sociais. É uma discussão presente nesses trabalhos a necessidade da observação participante para a realização desse tipo de investigação. Além disso, a participação, que implica a própria militância do pesquisador, torna-se necessária a fim de “conhecer a entidade por dentro” (Gregori, 1993:17). Esses autores, no entanto, chamam atenção para o risco de um “deslizamento da técnica” envolvido na aplicação da observação participante nessas condições. O risco apontado em Durham (1986) diz respeito a um envolvimento com a militância a ponto de inverter a lógica da pesquisa de modo que, a partir da identificação do investigador com o seu objeto de estudo, os objetivos da pesquisa acabem se subordinando à própria militância, substituindo a observação participante por “participação observante”. De

¹² Para o capítulo II foram analisados, também, vários documentos produzidos pelo movimento e

acordo com Gregori:

“Se existe essa tendência é preciso, no entanto, considerar que pesquisas referentes aos movimentos feminista, homossexual e étnicos exigem esse gênero de participação, principalmente quando elas consistem em rastrear e analisar a dinâmica interna dos grupos e suas ações concretas. Isso ocorre porque existe nesses agrupamentos um tendência para criticar, ou melhor, desconfiar de todos os procedimentos que fujam do ‘vivido’ e do ‘partilhado’. Nesse sentido, a academia, os partidos, os profissionais, as pesquisas e até os meios de comunicação de massas são vistos com suspeita.” (Gregori, 1993:17)

Nesse sentido, cabe ressaltar que, passados cerca de 15 anos desde que MacRae, Pontes e Gregori realizaram seus trabalhos de campo, a necessidade de participação para “conhecer um entidade por dentro” ainda continua presente. Se a relação dos grupos e ONGs com partidos, pesquisadores e meios de comunicação de massa se tornou mais comum e bem menos problemática que nos tempos da “abertura política” e da polarização entre “luta principal” e “lutas secundárias”, ela não deixa de ser bastante seletiva. Seletiva em relação tanto a quais são os partidos, os políticos, os pesquisadores ou os meios de comunicação que terão acesso a determinada entidade, quanto a em que momento terão acesso e qual o nível de “intimidade” dessa relação. As disputas internas no campo do movimento homossexual, a concorrência – nem sempre velada – entre suas entidades, e a necessidade da manutenção de uma boa imagem externa acabam por reservar o conhecimento profundo do funcionamento de uma entidade àqueles que são reconhecidos como aliados num determinado momento ou que são considerados como “de dentro”. Daí a importância e a necessidade da participação para a realização desse tipo de estudo, ainda que se reconheçam os riscos de excessiva identificação com o “objeto” presentes nesse tipo de posicionamento perante o campo.

Os pesquisadores citados, que se confrontaram com esse tipo de situação durante a realização de sua pesquisa, construíram diferentes soluções para as dificuldades decorrentes da ambigüidade entre o papel de militante e de pesquisador. Durante os três anos que freqüentei os espaços de diversas entidades ligadas ao movimento homossexual, atuei como colaboradora e militante, realizando desde pequenas tarefas necessárias às atividades dessas

entidades, até a coordenação de oficinas e grupos de discussão e a representação de propostas tiradas coletivamente em fóruns que envolviam outros atores. Devido ao pequeno número de freqüentadores do sexo feminino e à freqüência e disponibilidade que eu tinha em relação ao grupo, fui várias vezes convidada para compor sua diretoria. No entanto, procurei me manter afastada desse tipo de cargo, participando apenas como membro do Conselho Fiscal do grupo nas gestões de 1999 e 2000, ano em que deixei de freqüentar periodicamente suas atividades. Nesse sentido, a bibliografia que usei como referência foi fundamental para manter algum nível de distanciamento e possibilidade de reflexão frente às concepções e práticas com as quais convivia em campo. Além disso, o registro de notas, o mais detalhado possível, após cada retorno do campo foi fundamental para poder refletir posteriormente sobre os discursos e atos dos quais eu havia partilhado no papel de militante.

Considero importante salientar o caráter interpretativo que confiro à análise que realizo a partir dos “dados” etnográficos. Ainda porque não considero esses “dados” como dados pela “realidade empírica”, mas como construídos através das leituras que realizei, das opções que fiz em termos de construção da questão de pesquisa e do recorte do campo “empírico” e, também, da perspectiva através da qual me coloquei perante a bibliografia com a qual tive contato e ao campo “empírico”.

O fato de que eu confira a este trabalho um caráter interpretativo não significa que o coloque no mesmo patamar das interpretações “nativas”. Considero o resultado desta pesquisa como uma interpretação de caráter científico, na medida em que se apóia em bibliografia legitimada em meios acadêmicos/científicos para construir um “objeto”, uma questão e métodos de pesquisa.

A utilização de idéia de gênero como categoria analítica (Scott, 1994) e das teorias de gênero elaboradas por Haraway (1995), Butler (1990 e 1998) e Lauretis (1994), bem como as abordagens construcionistas sociais¹³ presentes nos escritos produzidos no Brasil por Fry (1982a, 1982b, 1987, 1990, 1996) MacRae (1985) e Perlongher (1987) e toda a geração de pesquisadores que os seguiram, forneceram a “lente” através da qual pude olhar para a bibliografia a respeito do tema homossexualidade e para o material etnográfico. Esse olhar se posicionou de modo a construir um conhecimento que não se pretende “neutro/não

¹³ A referência ao termo construcionista social, aqui, diz respeito ao debate, no interior dos *gay and lesbian*

marcado” (Haraway, 1995) e, ao mesmo tempo, a me afastar do risco do que Bourdieu aponta como “gueto científico”:

“Transformar, como num processo sumário, em problema sociológico, o problema social colocado por um grupo dominado é se condenar a deixar escapar, de saída, aquilo que faz a realidade mesma do objeto, ao colocar no lugar de uma relação social de dominação, uma entidade substancial, uma essência pensada em si mesma e por si mesma, tal como pode sê-lo (o que já se fez com os men’s studies) a entidade complementar.” (Bourdieu, 1995: 174)

4. Sobre a organização dos capítulos

O primeiro capítulo desta dissertação – *Movimentos sociais e ONGs* – procura delimitar os termos do diálogo que este trabalho propõe estabelecer em relação aos estudos brasileiros sobre ações coletivas. Trata-se de uma discussão bibliográfica, que focaliza algumas das abordagens brasileiras sobre movimentos sociais e os primeiros estudos brasileiros sobre ONGs e “terceiro setor”. Nesse capítulo, procuro discutir criticamente uma série de oposições que foram criadas a partir dos referidos estudos: “novos” e “velhos” movimentos sociais; “populares” e “alternativos” ou “libertários”; “autonomia” e “institucionalização”; e, movimentos sociais e ONGs. Desse diálogo com a bibliografia, retirei as orientações teóricas, em parte já referidas nesta introdução, que apontam no sentido: 1) da visão do movimento como um recorte numa rede mais ampla de relações sociais e da valorização das “conexões ativas” na sua produção; 2) do questionamento da contraposição analítica entre “ONGs” e “movimentos sociais” e do reconhecimento da possibilidade de que tais polaridades possam servir muito mais como referências entre as quais os grupos comunitaristas e organizações navegam e procuram se situar; e, 3) da adoção dos processos de reconstrução de identidades coletivas como fio condutor para descrever a dinâmica interna do movimento.

O segundo capítulo, *Movimento homossexual: recompondo um histórico*, trata especificamente do movimento homossexual brasileiro e estabelece um diálogo com autores que se dedicaram especificamente ao tema. Desse modo, procura, ao mesmo tempo em que

recompõe a trajetória desse movimento e mapeia o cenário no qual se inserem os personagens e acontecimentos analisados no capítulo III, aplicar posicionamentos analíticos resultantes da discussão realizada no capítulo I. Os focos desse capítulo são basicamente: 1) mostrar que os anos 80, período visto como representando um refluxo no movimento, foi na verdade um período em que foram gestadas várias das características presentes atualmente nesse campo; 2) mostrar a importância das “conexões ativas” nas configurações resultantes desses processos de transformação no campo do MHB; 3) localizar alguns dos efeitos de mudanças no contexto mais amplo, como, por exemplo, a política de aids, as iniciativas de parceria entre Estado e sociedade civil e a presença de atividades financiadas/ONGs no campo, sobre o movimento; e, 3) contextualizar influências globalizadas, como o desenvolvimento do individualismo, a importância da adoção de estilos de vida e a segmentação de mercado e sua relação com a viabilidade de um movimento baseado na afirmação de identidades sexuais no Brasil.

O capítulo III, *São Paulo, segunda metade dos anos 90: o grupo CORSA*, apresenta a trajetória do CORSA, desde seu surgimento até o ano de 1999, enfocando a forma pela qual o grupo vai redefinindo sua identidade política à medida em que entra em contato com os outros grupos e atores situados no campo do movimento homossexual e se relaciona com eles.

MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS: um diálogo com a literatura

A partir dos anos 70, verificou-se no Brasil um crescimento sem precedentes da produção de estudos sobre atividades associativas e ações coletivas que se convencionou referir sob a categoria movimentos sociais. Vale ressaltar que ações coletivas não são um fenômeno restrito a esse período, podendo ser encontradas na sociedade brasileira em exemplos tão diferenciados em termos de momento histórico de ocorrência, temáticas e formas de atuação como o “movimento feminista” sufragista da década de 20 deste século, as associações de bairro ou mesmo o “movimento sindical”. Em cerca de vinte anos de produção de estudos sobre movimentos sociais no Brasil, diversos caminhos analíticos foram percorridos com referências teóricas diversas. Pensar em movimentos sociais hoje traz à tona um emaranhado de palavras que foram aderindo à categoria ao longo do tempo: racionalidade, autonomia, espontaneidade, transformação social, identidade, carências coletivas, solidariedade, comunidade, aprofundamento da democracia. E uma série de classificações e caracterizações que tentam dar conta da variedade empírica e mudanças conjunturais das ações coletivas: *movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais, movimentos sociais contemporâneos, velhos movimentos sociais, movimentos baseados na luta de classes, movimentos alternativos, movimentos libertários, associações civis, ONGs, redes de movimentos sociais, campos ético-políticos*. Outros termos, ainda, vinculam-se à atribuição de um sentido a essas ações coletivas: *atores políticos, sujeitos coletivos, sociedade civil, terceiro setor*.

Além disso, a categoria *movimentos sociais* aparece, na literatura das ciências sociais, ora como sinônimo de associativismo/ação coletiva de modo genérico, ora como referência a uma forma específica de associativismo referida à categoria dos “novos movimentos sociais” e à realidade empírica dos movimentos comunitaristas, cuja ênfase é posta na democracia direta ou “de base” e na “autonomia”, marcadamente presentes no cenário social e político brasileiro, principalmente durante o processo de “abertura política”.

Scherer-Warren (1987) indica que a criação da categoria *movimentos sociais* tenha se dado por volta de 1840, em referência ao surgimento do movimento operário europeu. Doimo (1995) enfatiza a diversidade de significados a que a categoria foi relacionada:

“posteriormente desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a organização *racional* da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção, essa categoria adquiriu, bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da lógica capitalista, só que, agora, organizadas *espontaneamente* na esfera da cultura enquanto ‘novos movimentos sociais’ “ (p.37).

A afirmação de Doimo deixa implícita uma crítica a algumas das abordagens do paradigma dos “novos movimentos sociais”, principalmente as que enfatizam seu caráter espontâneo, mas, por outro lado, revela o quanto a categoria, apesar dos significados conflitantes que por vezes lhe são atribuídos, aparece relacionada a propostas de transformação social, seja de uma sociedade capitalista em uma sociedade socialista, ou de uma sociedade marcada pelo autoritarismo em uma sociedade na qual a democracia seja progressivamente aprofundada e as desigualdades sociais reduzidas. Geralmente, até pelo próprio fato de serem entendidos como formas de expressão coletiva de conflitos sociais, os movimentos sociais aparecem, na bibliografia e no discurso dos militantes, ocupando um papel de destaque na construção e viabilização desses objetivos de sociedade ideal. Uma consequência desse fato é que boa parte das análises a respeito de movimentos sociais aparece colorida com as tintas dos ideais aos quais os mesmos deveriam conduzir, fazendo com que o termo se torne campo de disputa de várias estratégias de transformação e vários modelos de sociedade desejada.

Não pretendo, com isso, afirmar que esta seja uma especificidade de movimentos sociais. Certamente, disputas em torno do significado de categorias dessa natureza ocorrem durante todo o tempo, mas o que quero enfatizar é que no caso dos movimentos sociais isso toma um caráter central. Essa característica, associada ao fato de boa parte da produção analítica ocorrer em meio ao calor dos acontecimentos, poderia explicar o que as análises posteriores apontaram como problemas interpretativos: o remetimento da noção de movimentos sociais, prioritária e por vezes exclusivamente, ao conflito de classes, e a atribuição de características de “autonomia” a um fenômeno como o que se chamou *movimento popular*.

No caso do Brasil, houve um grande “boom” da literatura sobre ações coletivas a

partir do final dos anos 70, encontrando um ápice na primeira metade dos anos 80. Embora vários analistas apontem para a filiação teórica européia dessas análises, entendo que os conceitos e abordagens não foram meramente importados. As aplicações ao contexto brasileiro não seriam possíveis se não houvesse aqui condições que as possibilitassem. Um exemplo disto é a produção européia sobre “novos movimentos sociais” e sua transposição para o contexto da “abertura” no Brasil.

Na Europa, uma variedade de “atores sociais” entra em cena no pós-68, questionando a capacidade do *Welfare State* em atender conflitos sociais não exclusivamente e/ou diretamente relacionados ao conflito de classe e fazendo ruir a distinção entre “movimentos políticos” – encaminhados através de partidos socialistas ou comunistas e/ou sindicatos – e “pré-políticos” – que não passavam por essas instituições. Estes movimentos são acolhidos por autores como Touraine, Evers e Guattari, entre outros, como “novos atores políticos”, “novas identidades” ou “moléculas desejantes” capazes de pôr em questão a organização social. Daí surge a matriz interpretativa dos “novos movimentos sociais”. Com maior ou menor radicalidade quanto à abordagem que enfatiza a ausência de conexão direta com as relações de produção e autonomia frente às instituições políticas convencionais, a produção incluída no interior dessa matriz foi e ainda é bastante utilizada no Brasil, independente do fato de nunca termos tido aqui um *Welfare State* nos moldes europeus. Fernandes (1994) dá algumas pistas no caminho de compreender o contexto em que se deu essa transposição de conceitos criados a partir da especificidade européia para abordagens acerca do “boom” movimentalista que se deu no Brasil no período final da ditadura.

Ao localizar as categorias que dominavam a imaginação política do período precedente a 64, o autor aponta para a “nação” e o “povo”, que se articulavam de modo que “líderes políticos eram chamados a construir (fortalecer, defender) a nação em nome do povo” (p.47). Avalia que essa “equação ideológica” foi perturbada a partir do momento em que se podia observar “os militares governando em defesa da ‘segurança nacional’ e as oposições protestando em nome do ‘povo’.” Isso abria espaço para a percepção de outras diferenças, que se tornaram claras principalmente através do rápido processo de urbanização pelo qual passava a sociedade brasileira. A partir daí, uma outra escala de identificações menos generalizante que a idéia de “povo” referido a uma “nação” seria acionada pelos

movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o local/comunitário tornava-se o lugar da ação coletiva e da atuação das lideranças de esquerda, que encontravam um campo de atuação mais segura junto às comunidades. Vários foram os motivos de florescimento dos movimentos de caráter comunitário: 1) o apoio de entidades¹⁴ que, a partir de doações de organizações internacionais, aplicavam métodos como o de Paulo Freire de “educação popular” ao desenvolvimento da participação e prestavam-lhes assessoria; 2) a abertura de espaço pela Igreja Católica, então excluída dos “círculos de poder” com o fechamento do Estado pelos militares e bastante influenciada pelas disposições do Concílio Vaticano II – que associavam a prática do evangelho à “opção preferencial pelos pobres” – aplicadas através da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base e 3) o fato de estarem a salvo da perseguição política pelo Estado autoritário, que direcionava sua preocupação às manifestações claramente identificáveis como de esquerda ou de oposição.

Exceto pelo “apoio” de instituições como a Igreja ou os financiamentos privados internacionais para a educação e participação populares, que só passam a ser identificados e acentuados por abordagens posteriores, a imagem desses “novos atores sociais/políticos” – pôde facilmente permitir a utilização do instrumental criado para os “novos movimentos sociais” europeus, dado seu surgimento “espontâneo”, sua ação às margens das instituições políticas tradicionais como partidos e sindicatos, seu forte ímpeto antiautoritário e seu posicionamento pacífico mas incisivo frente ao Estado com relação às desigualdades sociais. E assim foi feito. A produção teórica brasileira, que acompanhou esse “boom” dos movimentos sociais nos anos 70 e 80, enfatizou, em determinados momentos, sob influência de teóricos marxistas como Castells e Lojkin¹⁵, o *locus* urbano (por excelência) dos conflitos expressos pelos movimentos; em outros, o caráter “popular” associado às idéias de “pobres” e/ou “oprimidos” – que faziam a conexão com o conflito de classes. Deu também lugar a abordagens sobre a espontaneidade e autonomia dessas manifestações, nas quais a principal referência foi Tilman Evers¹⁶. Posteriormente, começou-se a questionar essa visão

¹⁴ Segundo autores como Fernandes (1985 e 1994) e Landim (1988), essas entidades seriam as precursoras das atuais ONGs. Alguns autores, inclusive chegam a denominá-las ONGs em seus textos. Esse assunto será tratado mais adiante quando focalizarmos a produção contemporânea que aponta para uma diversificação das formas de ação coletiva e/ou tematiza as próprias ONGs.

¹⁵ CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1974; LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

¹⁶ Evers (1983 e 1984).

“autonomista”, principalmente no que diz respeito à relação com o Estado, e a se enfatizar a existência de outras identidades não referidas necessariamente ao campo do “popular” e a possibilidade de composição policlassista das bases, dada por seu assentamento sobre carências compartilhadas de várias naturezas¹⁷. A adoção do próprio termo *movimentos sociais*, sempre no plural, ao invés de *movimentos populares*, ou *movimentos urbanos* expressa essa última perspectiva.

A percepção da multiplicidade de “carências” e formas de organização e atuação estimulou, ainda, a criação de distinções como *movimentos populares* e *movimentos alternativos*. Por outro lado, a visão de toda essa efervescência, que em momentos como a Campanha pelas Diretas, em 1984, ou, posteriormente, nas manifestações pela Ética na Política e pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, mostrou toda a sua exuberância e descortinou uma “sociedade civil” pulsante e pronta para interagir com o Estado pela garantia da democracia.

Com o retorno ao regime civil, em meio a essa ebulição movimentalista, tornou-se fundamental para o Estado – creio que isso configurou mesmo uma questão de governabilidade – enfatizar seu caráter democrático, o que fez com que fossem abertos espaços de interlocução com a “sociedade civil”, como os conselhos ou as propostas de orçamento participativo.

A partir daí, parte dos pesquisadores do tema volta seus interesses para questões de governabilidade e engenharia institucional. Também, como mostra Doimo (1995) no caso do “movimento popular”, várias das bases de apoio do fenômeno se retiram por motivos diversos; lideranças passam a atuar em partidos, assessorias parlamentares ou agências estatais; os financiadores internacionais passam a cobrar atuações mais pragmáticas e, ainda, se houve campanhas pela Ética na Política, houve também um movimento de descrédito na política que não precisou ser organizado. O próprio fato de que, ao invés da “grande virada” esperada, tenha se dado “na passagem da década, uma transição conservadora rumo à democratização, através de um pacto entre as elites políticas” (Doimo, 1995:48), serviu para desalentar alguns pesquisadores. Esse contexto deu lugar a abordagens que falavam de “refluxo”, “cooptação” ou até mesmo da “morte” dos “movimentos sociais”. Tudo isso

¹⁷ Ver Cardoso (1983 e 1987), Durham (1984) e Boschi (1987).

reduziu consideravelmente a quantidade de material produzido sobre esse tema a partir da segunda metade dos anos 80.

Entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, uma nova forma de associativismo ganha visibilidade: as organizações não-governamentais – ONGs. A primeira referência bibliográfica brasileira que tenho a respeito data de 1985¹⁸, embora seu “mito de origem” reporte o surgimento do fenômeno aos anos 70, 60 e até 50, conforme o autor e a abordagem. A crescente visibilidade dessa forma associativa coloca novos problemas para os pesquisadores: as ONGs podem ser incluídas dentro da idéia de movimentos sociais ou devem ser tratadas separadamente? Algumas abordagens as colocam como parte de uma nova fase dos movimentos sociais.¹⁹ Outras interpretam o fenômeno gerado pelas ONGs como parte de um processo de “amadurecimento” no âmbito das ações coletivas de tipo movimentalista²⁰. Outras, ainda, incluem-nas quase que indistintamente em relação a movimentos sociais dentro da idéia de “sociedade civil”²¹. Algumas análises as situam como parte das “redes de movimentos sociais”, que comporiam a “sociedade civil”²². Outra perspectiva as apresenta como as mais importantes representantes de um “terceiro setor” – de origem privada sem ser mercado e com finalidades públicas sem ser Estado – que teria por missão promover o “desenvolvimento”, num contexto em que Estados e mercados, se mostraram incapazes de fazê-lo²³. Outra, ainda, procura delimitar as especificidades de cada uma dessas formas associativas, utilizando como parâmetro o princípio de “publicidade”, identificado como meta dos “novos movimentos sociais”²⁴.

De qualquer modo, é importante ressaltar que muito dessa produção teórica foi “traduzida” pelas lideranças, assessorias movimentalistas e membros de ONGs ao longo de todo esse tempo, passando a alimentar/produzir o mesmo fenômeno que analisava²⁵. Desta

¹⁸ Fernandes (1985).

¹⁹ Ver Carvalho, 1997.

²⁰ A esse respeito ver Doimo (1995), especialmente o capítulo “A erosão do campo popular e as alternativas emergentes”, Landim (1988) e Fernandes (1994).

²¹ Ver Telles (1996).

²² Sobre “redes” ver Doimo (1995) e sobre a conformação de uma “sociedade civil” a partir dessas “redes” ou “teias” ver Alvarez e Dagnino (1995).

²³ Ver Fernandes (1994) e Wolfe (1992).

²⁴ Ver Tôrres (1997).

²⁵ Considero pertinente ressaltar que a inclusão de pesquisadores do tema na rede que apóia o fenômeno não implica, aqui, nenhuma referência valorativa quanto à qualidade ou intencionalidade de seus trabalhos. Considero, de fato, que a sociedade contemporânea, e os “movimentos” em especial, apropriam-se, de acordo

maneira, os próprios analistas se inserem na rede de apoios que sustentava o fenômeno, como no exemplo do “movimento popular”, ao lado das CEBs e outras entidades da Igreja Católica, entidades privadas de cooperação internacional, centros de assessoria popular e até mesmo artistas, como cantores e compositores brasileiros, que produziram a trilha sonora até hoje executada quando se quer fazer presente o espírito da participação²⁶. Essa mesma produção passou a ter também várias de suas idéias e conceitos presentes nos discursos e justificativas de políticas das diferentes esferas de governo, tanto no executivo, quanto entre os parlamentares. E mesmo no âmbito do mercado, tornou-se cada vez mais comum ouvir falar em direitos do *consumidor* – uma palavra que incorpora a cada dia novos e diferentes estilos de vida e identidades em seu interior, cristalizando-os –, construindo o “consumidor-cidadão”. Depois de tantas abordagens diferenciadas e de tantas apropriações de origens e finalidades tão distintas, é muito difícil que os conceitos não entrem em crise, perdendo seu sentido específico.

Este trabalho se debruça sobre um único movimento social – assim seus membros se reconhecem e são reconhecidos –, o movimento homossexual, com 20 anos de existência no Brasil. Preocupa-se especialmente com sua dinâmica interna no contexto contemporâneo. O texto que segue procura trabalhar, sem a pretensão de uma revisão bibliográfica completa, algumas questões presentes na produção acadêmica sobre ações coletivas, que considero importantes para a construção desse “objeto” e interpretação de meu material de pesquisa.

1. “Alternativos” ou “populares”? “Velhos” ou “novos”?

Numa primeira bibliografia brasileira²⁷, o movimento homossexual aparece colocado,

com seu acesso e interesse, dos conhecimentos produzidos em âmbito acadêmico, incorporando-os, a seu modo, a seus discursos e/ou práticas.

²⁶ Nesse sentido, para citar apenas alguns exemplos bastante significativos, basta que nos lembremos de canções como *Para não dizer que não falei das flores* (Geraldo Vandré), *Coração civil* (Milton Nascimento), *Maria Maria* (Milton Nascimento e Fernando Brandt), *Apesar de você*, *Construção*, *Deus lhe pague* e *Bye, Bye Brasil* (Chico Buarque), *O que será* (Chico Buarque e Milton Nascimento), *Vai Passar e Meu caro amigo* (Chico Buarque e Francis Hime) e até mesmo o musical infantil *Os Saltimbancos* de Chico Buarque. Canções como essas são freqüentemente “postas em cena” em atividades como comícios políticos e propagandas eleitorais de partidos políticos que buscam uma identificação com o “popular” ou com os “excluídos” e eventos organizados por ou com a participação de movimentos sociais.

²⁷ Refiro-me especialmente a MacRae (1985), Pontes (1986) e Coelho (1987).

ao lado do movimento feminista, do movimento negro e do movimento ecológico, como “movimento alternativo” ou “movimento libertário”, em contraste aos “movimentos populares”. Referidos a conflitos que teriam sua origem na “esfera da cultura”, do indivíduo ou das escolhas pessoais, tais movimentos foram tratados em separado daqueles que permitiam alguma conexão com o conflito de classes. Considero que esse tipo de distinção teve relevância ao permitir que se tratasse desses movimentos num momento em que boa parte da produção teórica tendia a “restringir a análise dos movimentos sociais àqueles que possuem uma base nitidamente popular” (Durham, 1984:26). No entanto, entendo que tal distinção, se não relativizada enquanto recurso analítico, por um lado conduz a dificuldades no sentido de perceber que as classes sociais, enquanto hierarquizações baseadas em uma classificação do que nos cerca, não estão tão distantes da “esfera da cultura” e, por outro lado, obscurece a percepção de que a questão dos conflitos ou identidades baseados em classes sociais perpassa os movimentos referidos a questões “culturais”²⁸. Tal distinção baseou-se, ainda, nas formas de organização desses movimentos²⁹, as quais, a partir de influências de processos e idéias nascidos fora do Brasil – como a contracultura e os movimentos libertários europeus e norte-americanos –, enfatizavam em seus discursos a autonomia frente a instituições políticas tradicionais, principalmente os partidos políticos, além de perspectivas de transformação radical da sociedade, procurando pôr em prática mecanismos de organização interna que evitassem a “concentração de poder” entre seus membros e defendendo uma “politização do cotidiano”.

De certa forma, algumas dessas características, talvez em graus menos acentuados, também estavam presentes nos movimentos de caráter comunitário da mesma época, principalmente naqueles em que o sentido de comunidade foi fortemente influenciado pela Igreja Católica, enfatizando a igualdade interna – “iguais perante Deus” – e características de refratariedade ao Estado e instituições políticas – “o povo de Deus”.

A referência aos “movimentos alternativos” como portadores de especificidades que

²⁸ A respeito dessa discussão sobre movimentos sociais e a “origem” de suas reivindicações em injustiças de distribuição – de fundo econômico – e de reconhecimento – de fundo cultural – é interessante ver o debate que se estabeleceu entre Iris Marion Young, Nancy Fraser e Judith Butler nas páginas da revista *New Left Review*: Fraser (1998), Young (1997), Butler (1998b), Fraser (1998).

²⁹ Refiro-me aqui especialmente aos movimentos feminista e homossexual. Apesar de saber que os movimentos negro e ecológico também foram tratados a partir dessa distinção, conheço pouca bibliografia a respeito para afirmar seguramente que a caracterização abaixo possa ser aplicada a eles.

necessitavam de um tratamento teórico diferenciado daquele que vinha sendo dado aos movimentos supostamente baseados fundamentalmente no conflito de classes, esteve presente, em maior ou menor grau, em trabalhos que, por tratarem especificamente dos movimentos feminista e homossexual no contexto da “abertura”, são referências básicas para meu próprio trabalho. Entretanto, hoje, olhando para meu material de pesquisa e para análises e descrições de outros pesquisadores, considero que essa distinção se faz menos adequada à sua análise. Se, por um lado, houve mudanças, causadas, entre outras coisas, pela “redemocratização”, que atingiram as ações coletivas de modo geral e ainda não foram exaustivamente estudadas, por outro, a própria distinção entre populares e alternativos parece ter perdido sua força no contexto que analiso.

Na produção teórica e na prática de atores identificados com uma posição de “esquerda”, parece-me haver menos resistências ao reconhecimento de identidades políticas que não permitam conexão direta com o conflito de classes e não o coloquem numa posição central. Militantes feministas passaram a fazer parte e a atuar no interior de conselhos, agências estatais, assessorias parlamentares. A Aids, por interferência, principalmente, de militantes e ex-militantes do movimento homossexual, foi considerada um problema de saúde pública, transformando questões de sexualidade em matéria de políticas que tentam trazer a percepção de que ter uma sexualidade não é algo privativo de feministas, profissionais do sexo, “bichas” ou “sapatões”. Nesta medida, mesmo a afirmação de que “o pessoal é político”, outrora palavra de ordem de movimentos enquadrados como “alternativos”, parece ter ganho alguns outros espaços e consciências. A aplicação de tal distinção ao movimento que estudo seria inadequada, nos dias de hoje, porque o “alternativo” me parece não ser mais uma referência tão marcante para o mesmo e, além disso, porque, conservadas as características do “alternativo” presentes naquele período de forte ímpeto antiautoritário – descritas em análises como as de MacRae (1985), Pontes (1986), Gregori (1993), Fry (1983) e Coelho (1987) –, seria difícil imaginar a sobrevivência desses movimentos aos tempos de “redemocratização”.

Muito pouco parece restar das características remetidas aos “alternativos” ou “libertários” nos grupos que pude observar em minha pesquisa. Como pretendo mostrar nos próximos capítulos, os grupos e organizações que observei em campo tenderam a se afastar, em diferentes graus, do caráter marcadamente comunitarista e antiautoritário que

caracterizava as descrições sobre os movimentos “alternativos” ou “libertários” realizadas durante a década de 80. Ainda assim, onde pude perceber alguma preocupação em garantir que não se criem “hierarquias internas” ou que o “poder não se concentre” nas mãos de um único membro, ela vem de indivíduos com histórico de participação na Igreja Católica – leia-se Teologia da Libertação – ou no Partido dos Trabalhadores. Ou seja, esse tipo de preocupação vem de fontes que remetem mais ao “comunitário” das CEBs do que ao “libertário” das feministas, “bichas” e “lésbicas” do final dos anos 70. Mesmo porque, após as transformações e a redução do número de grupos experimentadas pelo movimento homossexual na década de 80, houve uma renovação muito grande de grupos e lideranças, e as tendências autonomistas de inspiração anarquista, que eram muito fortes na “primeira onda” do movimento, estão, nos anos 90, limitadas à influência em alguns poucos grupos espalhados pelo país e a ativistas, agora independentes, como João Silvério Trevisan. Palavras de ordem como “o sexo anal derruba o capital” deram lugar, no cotidiano da militância, a gritos de “é legal ser homossexual”. Nesse sentido, o único motivo para continuar considerando o movimento homossexual como parte de algo chamado “movimentos alternativos” seria tomar o próprio sujeito do movimento como sendo o que lhe confere um caráter “alternativo”.

Durham ofereceu um tratamento interessante à questão da formação da base dos movimentos sociais, afirmando que:

“(...) estes, ao contrário da ação sindical, não organizavam as pessoas a partir de sua inserção no processo produtivo (produzindo assim um corte objetivo que acompanha de perto aquele operado, na teoria, pelo conceito de classe), mas dizem respeito à esfera do consumo. Dessa forma, é o conceito de reprodução que permite relacionar os movimentos sociais às relações de classe. (...) Os movimentos articulam-se (em diferentes níveis e com amplitude diversa) em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de carências comuns (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto). É a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento.” (Durham, 1984: 26-7)

Outras diferenciações/enquadramentos, mais próximos da distinção entre “velhos” e “novos movimentos sociais”, já clássica na bibliografia, consideraram que tais movimentos, ao demandarem “transformações culturais” de longo prazo e alcance, teriam como missão

“mudar a gramática da vida”, o que os diferenciaria dos movimentos de caráter “reivindicativo” de bens materiais, consumíveis e negociáveis. Vários pesquisadores³⁰ têm contestado a utilidade dessa dicotomia, com base em referências a mudanças de comportamento frente a questões ligadas à “gramática da vida” em indivíduos ou grupos que passaram pela experiência de movimentos que poderiam ser considerados como “reivindicativos”.

Insistir na rigidez dessa distinção implica ignorar o caráter simbólico constitutivo dos bens materiais. Implica ignorar também que a própria seleção do que é valorizado ou desejado em termos de consumo de bens e de quem tem acesso ou não a tais ou quais bens, está ligado a processos culturais de classificação e hierarquização do mundo que nos circunda. Neste sentido, interferir nessas hierarquias e classificações através da demanda de um determinado bem por alguém/algum grupo a quem este não se prestaria é, de certa forma, “mudar a gramática da vida”. Assim, pouco importa se são “mulheres da periferia”, que passam a frequentar reuniões de moradores pela instalação de luz elétrica na favela, adentrando o “espaço público” de um salão paroquial, e passam a solicitar que seus companheiros ou filhos mais velhos se ocupem do cuidado dos filhos mais novos para que elas possam participar; se são “velhinhos” que vão às ruas reivindicar reajustes em suas aposentadorias e pensões; ou se são “homossexuais” que coletam assinaturas em favor da aprovação do projeto de lei que propõe a parceria civil registrada. Entendo que todos estão interferindo nos lugares que lhes são, por costume, destinados socialmente e, em consequência, “mudando a gramática da vida” de certa forma,, na medida em que transformam suas próprias vidas e incorporam essas mudanças às suas práticas e expectativas enquanto militantes.

Apesar da novidade representada pela presença do movimento homossexual, bem como de outros movimentos pautados em identidades não relacionáveis exclusiva e diretamente ao conflito de classe no Brasil, entendo que não cabe aplicar a ele a distinção entre “novos” e “velhos” movimentos sociais, pelo menos no que toca ao ponto discutido acima. O fato de que não operem com referências diretas ao conflito de classe não significa que movimentos como o movimento homossexual não tenham o potencial de produzir

³⁰ Ver, por exemplo, Caldeira (1987), Simões (1997), Castells (1997).

mudanças de ordem cultural e criar novos tipos de hierarquia social.

Análises mais recentes como a de Manuel Castells (1996 e 1997), retomam a temática de uma “sociedade pós-industrial”. Castells analisa um mundo transformado por rápidos desenvolvimentos tecnológicos e dos meios de comunicação e nos situa numa sociedade globalizada, onde o capitalismo não é mais industrial, mas informacional. As mudanças decorrentes das transformações estruturais estariam nos transportando de uma polarização entre detentores dos meios de produção e proletariado a uma polarização entre “rede” e “eu” nos conflitos sociais. A “rede” é definida como uma relação global de forças dominantes – “globopolitas”, meio seres, meio fluxos –, inspirada por uma racionalidade instrumental universal e caracterizada pelo fato de não permitir a localização das forças que a compõem num espaço físico específico, nem mesmo através da mera identificação por classe social. Em contraste à rede, o “eu” se forma não mais a partir da localização no interior do processo produtivo, mas pela auto-identidade de indivíduos que se percebem perdendo o controle sobre sua vida, seu trabalho, a economia, o governo, o país e o destino do planeta. Essa formulação procura explicar a multiplicação e o fortalecimento atuais de identidades comunitárias, étnicas e fundamentalistas, entre outras.

Ao apontar a ambigüidade presente nessas identidades que não são necessariamente racionais ou tolerantes, Castells situa-as como “reativas”, com potencial para tornarem-se “proativas”, na medida em que possam construir um projeto em torno do qual consigam articular ao máximo outras identidades, no sentido de reconstruir o controle social e reedificar as instituições sociais.

Precisamente com relação à análise de quais seriam, atualmente, essas identidades “proativas”, Castells aponta novos caminhos, apresentando movimentos como o movimento de mulheres e de direitos sexuais e o movimento ecológico como os mais próximos de uma perspectiva “proativa”. Evidentemente está aí um ponto polêmico, que pode ser identificado na crítica que recebe de Waterman³¹, segundo quem Castells estaria descartando muito rapidamente o movimento sindical e a classe trabalhadora em favor de movimentos como o ambientalista e o feminista e de direitos sexuais, sem explorar adequadamente seus elementos contraditórios.

³¹ Sobre os questionamentos de Waterman a Castells, ver sua resenha: Waterman (1998).

2. “Autonomia” X “Institucionalização”

Com relação à produção de análises brasileiras a respeito de movimentos sociais, Doimo (1995) realiza uma retomada da bibliografia referida ao período pós-70, situando três “polaridades interpretativas” que dariam origem a uma tensão entre autonomia e institucionalização na literatura. Segundo a autora, a primeira matriz interpretativa – tendo como marco inicial trabalhos de José Álvaro Moisés³² e Francisco de Oliveira datados de 1977 e 1978³³, com inspiração teórica marxista baseada em autores como Castells e Lojkin³⁴ – teria uma inflexão “estrutural-autonomista”, partindo de dois postulados: a relação entre o conflito de classes e as contradições urbanas – dada pelo caráter “classista” do Estado – e a capacidade de organização, autônoma e independente, dos “novos sujeitos coletivos”, como protagonistas na luta contra a tradição política autoritária e na transformação das relações capitalistas de produção. A segunda matriz, que ganha força a partir de 1982-1983, é inspirada pela crítica ao marxismo reducionista e economicista e tem inflexão “cultural-autonomista”. Esta matriz parte da recusa de um sujeito único e da premissa que “estabelece por antecipação a homogeneidade da classe”, e traz à tona uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, ancorados na noção de experiência, com características como a espontaneidade e a potencialidade de transformação da sociedade e de renovação da vida política³⁵. A terceira matriz, conhecida como “enfoque institucional”, consolidada a partir das análises de Cardoso e Boschi³⁶, ambas de 1983, questiona o caráter anti-Estado dos movimentos sociais e situa, exatamente na ampliação das funções do

³² MOISÉS, José A. *Classes populares e protestos urbanos*. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

³³ OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe”. In: MOISÉS, José A. et al (orgs.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec; Paz e Terra, 1977.

³⁴ CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1974; LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

³⁵ Sobre essa “matriz” ver: Evers (1983 e 1984); KOWARICK, Lúcio. “Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70” In: *Presença*. São Paulo, no. 2, 1984; KRISCHKE, Paulo & SCHERER-WARREN, Ilse (orgs) *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987 e SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁶ Cardoso (1983) e BOSCHI, Renato R. *Movimentos sociais e institucionalização de uma ordem*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1983, mimeo.

Estado, a natureza dessas formas de participação, cuja fragmentação interna circunscreveria seu alcance à ampliação dos direitos de cidadania ao invés das perspectivas revolucionárias colocadas pelas duas primeiras matrizes (Doimo, 1995:46-9).

Frente a esta tensão apontada entre “autonomia” e “institucionalização” na literatura brasileira, entendo que (por mais críticas que se possa lançar a abordagens que, acentuando o papel dos aportes institucionais, subestimem o papel dos movimentos sociais na construção de uma cultura política que evidencia o valor da participação e da cidadania) não há atualmente como sustentar uma visão autonomista romântica como a que esteve presente na literatura do início da década de 80. Análises como as realizadas por Doimo (1995) e Fernandes (1994) acerca dos “movimentos populares” ou de “base comunitária”, colocam definitivamente a necessidade de explorar, por um lado, as conexões com elementos “não-movimentalistas” – como agências estatais, parlamentares, partidos, igrejas e, posso acrescentar, estratégias de segmentação de mercado – e, por outro, as relações com “redes internacionais” de militantes, ONGs e organismos financiadores, para a elaboração de interpretações mais consistentes a respeito dos movimentos sociais.

3. Novas abordagens para um novo contexto

Se, a partir do período que se aproximou do processo de “redemocratização”, analistas passaram a salientar a importância do reconhecimento das interações entre movimentos e Estado, de certa forma o surgimento das ONGs como um fenômeno associativo cada vez mais visível também colaborou para que, ao buscar suas “raízes” na sociedade brasileira, os pesquisadores acabassem por acentuar a importância das interações dos movimentos com outras organizações e instituições.

O tema da relação entre “movimentos populares”, CEBs e Igreja Católica não é novo, mas chama a atenção a ênfase que trabalhos mais recentes como o de Doimo (1995) atribuem às “conexões ativas” na produção do fenômeno. Nesse estudo, a análise do “movimento popular” passa por uma investigação, no contexto sócio-histórico relativo ao fenômeno, da estrutura de outros atores ligados ao movimento. Nesse sentido, Doimo tem como referência autores como Ruth Cardoso, já citada aqui como uma das maiores

representantes do “enfoque institucional”, Rubem César Fernandes, que se dedicou bastante ao estudo da relação entre movimento popular e igreja católica, e Carlos Nelson Santos (1977), autor de um trabalho pioneiro que, num momento em que as análises salientavam o caráter revolucionário e autônomo dos movimentos sociais, analisou a dinâmica interna de três casos de mobilizações por moradia no Rio de Janeiro, ressaltando as relações de aliança e conflito que foram se estabelecendo ao longo do tempo entre os membros do movimento propriamente dito e diversos atores relacionados a ele, como padres, técnicos do governo, associações de bairro etc.

É especialmente no trabalho de Doimo (1995) que vou buscar alguns elementos para iniciar uma discussão com algumas abordagens mais recentes, que não estão presentes na retomada da literatura brasileira feita por ela e que foram apenas anunciadas na primeira parte deste texto. Entendo que a compreensão do caráter construído – em contraposição a essencial/naturalizado – da categoria *povo*³⁷, que foi aclamada como “sujeito de sua própria história”, tenha tido um papel fundamental no trabalho de Doimo. Não se trata aqui de entender que o “povo”, nesse contexto, tenha sido mero artefato produzido por “agentes externos” ao movimento. Falar numa construção não implica que esta seja unilateral ou que seja obra de um ator específico que age “maquiavelicamente”, nem que esta se defina numa relação simples entre dominador e dominado. Por reconhecer a complexidade de processos de negociação de identidades, sobretudo quando se trata de uma identidade abrangente como “o popular”, por parte de uma “base social dispersa” como a de que fala Doimo, permito-me afastar, aqui, de uma concepção marxista de ideologia como falsa consciência, retomando a questão da tensão entre autonomia e institucionalização apontada acima.

Essa “desnaturalização”, se assim pode ser denominado o procedimento realizado por Doimo, da categoria *povo* parece ter sido fundamental para que a autora pudesse vislumbrar o caráter ambíguo e indeterminado do que denominou *ação direta*, categoria central em sua análise do “movimento popular”. Sintetiza Sanchis:

“A riqueza da análise decorrerá precisamente do fato de que ‘os conflitos de ação direta na sociedade contemporânea (...) revelam uma natureza

³⁷ Trabalhos como o de Debert (1979) já haviam apontado para o fato de que, embora lideranças e políticos falassem em “povo”, esses atores o faziam articulando significados muito diferentes. Nesse sentido, a desnaturalização da categoria “povo” não é algo novo, mas sim a explicitação de sua aplicação ao contexto do “movimento popular” da década de 70 e primeira metade da década de 80.

profundamente ambígua': ambigüidade dos lugares de seu surgimento, entre o Estado, o mercado e a cultura, ambigüidade de sua base social, da relação entre seus objetivos e seu formato, ambigüidade, enfim, e talvez sobretudo de sua lógica: um princípio consensual-solidarístico, tanto impulsionador de movimentos 'expressivo-disruptivos' quanto de friorentos recessos corporativistas" (Sanchis in: Doimo, 1995:14).

Entretanto, a constatação e o reconhecimento desse caráter ambíguo e indeterminado não impediu que a autora percebesse – ao contrário do que as críticas endereçadas ao “enfoque institucional” do qual se aproxima costumam apontar – o caráter não-efêmero desses movimentos. A continuidade e a formação de um certo *ethos* movimentalista se daria através de contatos interpessoais e interorganizacionais e da agregação de indivíduos a outras iniciativas após o esgotamento de um ciclo reivindicativo. Essa interação entre indivíduos e organizações e a circulação de militantes, simultaneamente ou não, entre várias iniciativas movimentalistas ou organizações a elas relacionadas, conformariam redes fluidas e informais que, ao ultrapassar o caráter de reivindicações locais e pontuais, influenciando nos padrões de convivência política, conformariam “campos ético-políticos” (p.68).

Noções como *redes de movimentos sociais* e *campos ético-políticos* vêm sendo utilizados em outras abordagens, que não chegam a incorporar a ambigüidade como algo constitutivo dos movimentos sociais. Isso faz necessário detalhar, aqui, o sentido que essas noções têm no trabalho de Doimo. Os “campos ético-políticos” do trabalho de Doimo partem do pressuposto de uma especificidade do “político”, expressa na lógica “racional-competitiva” segundo a qual funciona, e da natureza diferenciada da lógica “consensual-solidarística” que rege as ações diretas, que partiriam de espaços localizados entre o Estado, o mercado e a cultura. Por outro lado, “campos éticos-políticos” retomam o conceito de campo de Bourdieu³⁸ e são descritos como “pressupondo a existência de uma sociabilidade, aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e de atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e assim por diante”; como multicentrados, comportando “não uma mas diversas identidades que disputam entre si os recursos e as energias sócio-políticas neles engendradas” e acompanhados da ressalva de que “são fenômenos conjunturais e devem ser

analisados caso a caso, observando-se as diversas combinações dos termos da dupla face dos movimentos reivindicativos de ação-direta: a face expressivo-disruptiva (...) e a face integrativo-corporativa”³⁹(Doimo, 1995:68-9). O uso da noção de rede social, retomada a partir Barnes (1987:160), ganha espaço no sentido de ser um instrumento para procurar, entre práticas não-institucionalizadas e campos multicentrados, “onde quer que possamos encontrá-los, aqueles processos através dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoios para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações de seus seguidores” (op. cit. in: Doimo: 1995:68).

A meu ver, a grande vantagem da abordagem de Doimo é que a utilização de redes e campos em seu trabalho é feita de modo a não transferir para eles “características intrínsecas” geralmente atribuídas ao “Movimento Popular”. Ao contrário, tais categorias são utilizadas para desmontá-lo e analisá-lo. Isso diferencia sua abordagem da de Scherer-Warren (1993) que, considerando as “redes” como marcas da década de 90 e frutos de algo como um processo de amadurecimento dos movimentos sociais, conclui seu livro deixando algumas “questões guias para investigação futura, que levam a pensar sobre significados políticos potenciais para as redes de movimentos”, entre as quais: “construção de novas utopias”, “práticas democráticas mais tolerantes com a diversidade, mas não à desigualdade”, “um novo imaginário social de paz e não violência” (p.123). Nesse caso, parece haver apenas uma troca de nome do fenômeno para incluir outras relações com a institucionalidade política e atores que não poderiam ser incluídos estritamente como “movimentos”, como é o caso das ONGs. Entretanto, a atribuição reificadora de uma positividade intrínseca às “redes de movimentos” e ocultamento de suas ambigüidades continuam presentes.

Algo semelhante ocorre no trabalho de Alvarez e Dagnino (1995) que, embora utilizando as noções de rede – no decorrer do texto, modificada para teia – e de campo ético-político – associada à abordagem de Baierle⁴⁰ –, as relaciona à noção de contra-

³⁸ Sobre o conceito de campo em Bourdieu: ver Bourdieu (1983 e [198-?]) e Ortiz (1983).

³⁹ Ainda que não com esses nomes, a concepção de que “o lado expressivo dos movimentos que geraram discursos radicais e unificados contra o autoritarismo (e não o Estado) sempre se somou ao lado reivindicativo e negociador”, já estava presente em análises produzidas por Ruth Cardoso (1988: 78).

⁴⁰ Ver Baierle (1992).

públicos – espaços públicos alternativos – de Nancy Fraser⁴¹, assim como a uma formulação a respeito de um “setor de movimento social” emergente anunciada do seguinte modo:

“We want to draw attention to the less visible, less heroic, but perhaps equally valiant, efforts of what we shall call an emergent social movement sector – composed of numerous, multifaceted formal and informal political/communicative networks of movement organizations and their advisors and sympathizers in NGOs, parties, unions, government, the Church, the media, the liberal professions and the universities – to deepen and expand the democratization of both State and society in post-authoritarian Brazil” (Alvarez e Dagnino, 1995:10).

O sentido dado a campo nesse trabalho parece fazer com que a análise se torne contraditória, já que o reconhecimento de uma “pluralidade interna e natureza não-homogênea” é colocado lado a lado com “seu caráter oposicional com respeito a campos políticos existentes, especialmente o dominante” (p.14-5)⁴². Mantida a referência ao conceito de Bourdieu, essa última característica poderia ser apontada como uma posição temporariamente dominante no campo, empiricamente verificada em dado contexto, mas não como uma característica intrínseca a algo tão heterogêneo. Por outro lado, não seria possível a aproximação entre “campo” e “setor”. A noção de setor traz implícita uma homogeneidade que não seria compatível com o conceito de campo elaborado por Bourdieu, que pressupõe a existência de um cânone e de regras estabelecidas pelos que ocupam posições de poder no interior do campo, além de diferenças, disputas internas e certo grau de indeterminação. O *locus* da disputa e do conflito internos ao(s) movimento(s) parece ser pouco explorado no corpo de quase toda a análise, que credita aos movimentos articulados ao longo de teias que se expandem horizontal e verticalmente a difusão de uma nova visão de cidadania e a criação de “novos espaços públicos em que os marginalizados social, cultural e politicamente podem re-construir identidades, necessidades e interesses e desafiar o autoritarismo – na política e na sociedade” (p.3)⁴³. Como consequência dessa abordagem, todos os problemas de representatividade e outros gerados por relações de poder internas são agrupados no último item – *Power “knots” and democratic “snags” in*

⁴¹ Ver FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: ROBBINS, Bruce (ed.) *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press: 1993.

⁴² Tradução livre.

⁴³ Tradução livre.

social movement webs – sem que as importantes questões levantadas pareçam influenciar as características virtuosas elencadas durante todo o texto:

“To be sure, the exclusionary dynamics and the uneven power flows that typify movement webs pose challenging questions about how to democratize social relations within subaltern counterpublics⁴⁴ – and certainly merit much fuller treatment than we are able to allot them here. (...) Moreover, though the mediating role of movement webs is rendered more problematic by issues of representativeness and accountability noted above, the growing articulation of ‘alternative’ and ‘official’ publics has nevertheless also widened political/policy contestation within institutions of political society and the State” (Alvarez e Dagnino, 1995: 58-9).

Por outro lado, a utilização da idéia de “contra-públicos” agrupa, homogeneiza e naturaliza categorias de *excluídos* de uma “esfera pública”, que teria seu funcionamento conduzido através de regras e valores determinados por homens, brancos e oriundos das camadas sociais médias e superiores em termos econômicos. Assim, categorias como *mulheres, negros, pobres, homossexuais* etc, estariam sendo vistas a partir de uma perspectiva naturalizada e homogeneizada. Não se trata, obviamente, de negar a existência dessas assimetrias nas relações sociais, mas propor, como sugerem trabalhos como os de Kofes (1990), Pontes (1986) e Gregori (1993), que se analise um pouco mais profunda e detidamente essas categorias “nativas” de diferenciação.

Antes de passar à discussão de outras abordagens que salientam a especificidade das ONGs, gostaria de abrir um parêntese para expor um ponto que ainda me parece bastante obscuro. Doimo, ao usar o conceito de *campo* de Bourdieu como forma de abordar a dinâmica interna do “movimento popular”, não se atém diretamente aos processos de diferenciação e formação de alianças como algo que remonta à questão da identidade. O uso deste conceito traz uma questão: até que ponto esta é uma saída para a análise de ações coletivas no Brasil contemporâneo?

Doimo, preocupada em pensar as especificidades e diferenciações entre a política e a atuação movimentalista, toma a ação direta como uma categoria central para o entendimento de ações coletivas do tipo das empreendidas pelos “movimentos populares” em detrimento da noção de identidade. Entretanto, essa autora não parece se opor à idéia de que existem diversas identidades em disputa no interior de um campo. Há também, por parte da autora,

⁴⁴ Grifo meu.

uma preocupação com a utilização da noção de identidade como uma forma afastar-se da atribuição de um caráter intrinsecamente transformador aos “movimentos”, baseada na criação/formação de uma “nova identidade”, como propõe Evers (1983, 1984). Contestando a contraposição feita por Evers entre uma “nova identidade” e um estado de “alienação”, Doimo argumenta:

“A noção de identidade (...) tem um sentido antropológico muito específico, referido a quaisquer situações de crise em que a competição e a luta política se instaura em nome de atributos e sinais culturais (raciais, étnicos, de gênero, ou valorativos), opondo entre si grupos sociais, seja contra apelos discriminatórios, seja pelo predomínio de uma visão possível, seja pela conquista de um mesmo espaço social. (...) Forjada a partir da diversidade cultural e não a partir do pressuposto das contradições fundamentais da sociedade capitalista, a noção de identidade estabeleceu-se livre de qualquer significado substantivo apriorístico. Por isso mesmo ela pode ser muito útil para a análise das relações que opõem entre si diferentes grupos ou facções no plano interclasses, porém não é adequada para se pensar grandes embates entre categorias genéricas, ou classes, por meio das quais se imagina esta ou aquela consciência em luta contra a alienação” (Doimo, 1995:44).

A autora segue afirmando que os anos 80 assistiram a uma proliferação de movimentos não baseados em pressupostos de tolerância, construídos “molecularmente, também a partir de ações-diretas e ao sabor do desprezo pela política convencional”. Ao falar deles, Doimo faz referência ao termo “política de identidade de grupos”. Este termo tem sido utilizado, por alguns autores⁴⁵, em referência a movimentos sociais que não se baseiam diretamente no conflito de classes, tratando-os de forma muitas vezes pejorativa, como conflitos menores ou como portadores de um potencial desagregador que pudesse ser controlado através de um retorno à centralidade do conflito de classes. Entretanto, essa não parece ser a preocupação de Doimo, visto que, em sua abordagem, a construção de algo como um “sujeito coletivo” em torno de uma identidade aglutinadora tem um caráter temporário, que perdura enquanto o arranjo contextual que reúne forças em torno dessa identidade perdurar. Ainda que algumas identidades possam ter um caráter mais abrangente, que propicia uma certa continuidade para ações mais ou menos pontuais, como no caso do “popular”, o mesmo se aplica a elas. A autora analisa em seu livro as condições de formação e descreve o processo de erosão do “campo ético-político” referido ao “popular”,

apontando sua substituição por uma categoria mais ampla e genérica: a *sociedade civil organizada*.

Ainda que imaginemos que a categoria *povo* tenha sido, ou esteja sendo, substituída pela categoria *cidadão* no imaginário político brasileiro, como parece sugerir Fernandes (1994), e que isso seja reflexo do reconhecimento de uma multiplicidade de identidades aglutinadoras colocadas sob a categoria *sociedade civil*, teríamos nessa categoria uma espécie de guarda-chuva que ou inviabilizaria a utilização do conceito de campo para leituras da dinâmica interna de movimentos específicos, ou exigiria que se considerasse como um campo cada uma dessas identidades, perdendo-se da vista as categorias mais amplas *cidadão* e *sociedade civil*.

Tenho dúvidas quanto à adequação da utilização da idéia de *campo ético-político* na análise de um movimento específico, mas reconheço que o conceito de *campo* seria extremamente útil à análise do material com o qual tive contato, que me parece remeter a disputas intramovimento por formas de responder a pergunta “quem somos?” e pela possibilidade – por parte de grupos/organizações ou alianças mais ou menos institucionalizadas e duradouras formadas por diversos deles – de impor aos demais grupos/organizações suas próprias definições do que conta como “trabalho”/ações legítimas e estrutura necessária para realizá-lo/as.

Por outro lado, tendo a concordar com Pontes (1986:35) quanto à centralidade do problema da identidade e da constituição de classificações entre iguais, diferentes e outros, por parte dos ativistas e grupos/organizações, para a análise da dinâmica interna de movimentos sociais.

A solução que adotarei neste trabalho procura adequar-se aos objetivos de analisar a dinâmica interna de um único movimento, enfatizando a análise da relação entre atores diretamente envolvidos no movimento e entre esses atores e outros que, embora não sendo membros do movimento, têm um papel importante para os processos que ocorrem em seu interior. Nesse sentido, ao invés de adotar um conceito cunhado para uma análise mais ampliada e com um caráter muito mais sociológico que antropológico como *campo ético-político*, retomarei conceitos que permitem uma abordagem mais descritiva, sensível a

⁴⁵ A esse respeito ver Hobsbawn (1996).

processos de mudança e adequadas ao enfoque mais etnográfico deste trabalho. Assim, tomo os conceitos de *rede*, como elaborado em Barnes (1987), e o de *campo* como elaborado em Santos (1977).

O conceito de *campo*, como passo a utilizá-lo a partir daqui, é:

“ (...) composto pelos atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo e cujo ‘escopo territorial e social e as áreas de comportamento compreendidas mudariam de acordo com a entrada e a saída de atores ou com as mudanças nas suas atividades de interação’. (...) Tal conceito admitiria ao mesmo tempo as idéias de continuidade e mudança, exigindo-se apenas que ‘ele se defina pelo interesse e envolvimento dos participantes no processo estudado’, incluindo ‘os valores, os significados, os recursos e as relações empregados.’ ” (Santos, 1977: 32)

O conceito de *campo* é complementado pelo de *arena*, que Santos usa para referir-se aos moradores de determinada localidade, mas não diretamente envolvidos nos processos definidores do campo e refere-se a:

“(...) ‘ uma área social e cultural imediatamente adjacente ao campo em espaço e tempo’, onde estariam os que ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores. (...) A arena seria preexistente ao campo, mas este por sua vez seria flexível, podendo se contrair ou se expandir para fora dos limites da arena, não ficando excluída a hipótese de expansões ou contrações simultâneas.” (Santos, 1977: 32-3)

Rede aparece neste trabalho como um instrumento aplicado à análise e descrição de processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites do movimento homossexual propriamente dito, ou seja, cumpre o papel de identificar quais os atores que compõem o campo, ainda que não sejam reconhecidos como militantes do movimento no momento em que se realiza a pesquisa. Concordo com Feldman-Bianco (1987: 27) quando esta aponta para a incapacidade de conceitos como *rede social* em captar conflitos e contradições sociais, por isso utilizo *rede social* apenas como recurso para identificação dos atores em campo. Quanto à captação dos conflitos, contradições e processos de mudança, entendo que o conceito de *campo*, assim como o utilizo, seja flexível o suficiente para permitir a percepção de processos de aliança e conflito entre atores e alterações na composição do campo, além de permitir a captação da diversidade existente em seu interior

e não atribuir a ele nenhum valor ou missão estabelecidos *a priori*.

4. A especificidade das ONGs

Como já foi dito anteriormente, a análise de Doimo (1995) está entre as que passam a conviver com a necessidade de incorporar a existência das ONGs em seu trabalho. Doimo o faz incluindo-as na rede que analisa, sem, no entanto elegê-las especialmente como objeto de análise, o que talvez não se justificasse no contexto em que trabalha, visto que as entidades precursoras das ONGs atuais colocavam-se no papel de apoio ao “movimento popular”. Ao final de seu livro, fala da erosão do campo-ético político que havia sido constituído em torno do “Movimento Popular” “pela gradativa desagregação de suas redes movimentalistas locais e pela sucessiva desarticulação de seu universo cognitivo e simbólico” (p.223) e da emergência de alternativas:

“Nova conjuntura política, novo arranjo de forças, retirada parcial e estratégica da Igreja, reorientação da política de ajuda, critérios mais racionais e competitivos, exigência de ‘resultados concretos’ na relação custo-benefício, desativação dos programas organizativo-mobilizadores em ‘educação popular’ etc. (...) Na contraparte, estímulo ao empenho ativo-propositivo, especialmente no que se refere à oxigenação dos aparatos político-administrativos, à conquista de novos dispositivos institucionais voltados à participação direta e semidireta e à luta pela ampliação dos direitos sociais.

“Com isso, a própria noção de popular começou a perder terreno para a idéia de ‘sociedade civil organizada’ e aquela postura de negatividade indiscriminada para com a esfera institucional, que marcara o período precedente, cedeu lugar a relações de seletividade positiva para com a esfera político-administrativa. Com efeito, verifica-se uma gradual e sensível mudança no discurso. Cada vez fala-se menos em ‘democracia de base’ e mais em ‘democracia como valor universal’, menos em ‘movimento popular’ e mais em ‘movimentos sociais organizados’, menos em ‘luta contra o Estado’ e mais em ‘participação da sociedade nas decisões’ através do estabelecimento de parcerias” (Doimo, 1995:223).

É exatamente de dentro e a partir desse contexto que Rubem César Fernandes e Leilah Landim, entre outros, passam a tomar como objeto específico o fenômeno das ONGs. A retomada dessas abordagens se faz necessária na medida em que, como veremos adiante,

as ONGs deixam de ter, como os Centros Populares tinham até a primeira metade da década de 80, um papel exclusivamente de apoio aos movimentos populares ou sociais, para se tornarem uma outra forma de ação coletiva, com identidade e projetos de intervenção no social próprios. Nesse sentido, entendo que não seja possível deixar de fazer uma incursão no que é específico das ONGs a fim de compreender as ações coletivas no contexto brasileiro contemporâneo.

Segundo Fernandes, o “nome [ONG], originário das nomenclaturas da ONU, e que é ainda objeto de algum debate, tornou-se geralmente reconhecido em meados dos anos 80” (1994:70). Diria respeito aos parceiros/contrapartes, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, dos agentes de cooperação internacional. Essa primeira informação já denota contatos internacionais e relações entre pessoas e/ou instituições de países “desenvolvidos” e “não-desenvolvidos”, colocadas sob o termo *ajuda internacional*.

A adoção dessa denominação – ONG –, de um ponto de vista analítico, foi e ainda é criticada pelo fato de não indicar precisamente a que se refere. A idéia de uma organização não-governamental poderia dizer respeito a muitas coisas, como, por exemplo, uma escola de samba, ou mesmo organizações empresariais. Comparada à denominação *movimentos sociais*, como utilizada no Brasil dos anos 80, que é interpretada por Fernandes como desdobrável em “*movimentos* para acentuar sua natureza instável e mutante, distinta da obtida em estruturas que se organizam numa longa duração (...) [e] *sociais* devido ao seu distanciamento em relação aos aparelhos de Estado” (1994:43), a denominação *organizações não-governamentais* parece indicar algo ainda mais impreciso. Nas abordagens de Fernandes e Landim, entre outros autores, a denominação *ONG* é mantida e são apontados critérios para definir o que, de fato, a denominação quer designar.

Fernandes relata que Landim, em pesquisa nas principais bibliotecas do Rio de Janeiro para um trabalho publicado em 1993, não encontrou nos fichários organizados por assunto palavras como *filantropia*, *não-governamental*, *sem fins lucrativos*, *fundações* ou *voluntário*, mas uma quantidade grande de títulos organizados sob categorias como *caridade* e *serviço social*, incluindo referências a programas governamentais (Fernandes, 1994:29). Isso remeteria ao recente uso desse tipo de classificações, apontadas por Fernandes (1994) como referentes à experiência de uma geração de pessoas que na década

de 90 teriam entre 40 e 60 anos e foram os diretores/criadores das primeiras organizações atualmente classificadas como ONGs.

Em seu texto *A Serviço do Movimento Popular: as organizações não governamentais no Brasil*, Landim usa como epígrafe a frase de um camponês: “Inzistindo o nome, inzeste o bicho” e aponta para que “se o termo ONG é novo, o fenômeno que ele designa não é tanto” (Landim, 1988:24). A utilização do termo *ONG* indica o surgimento de um novo nome ou a criação de um nome único para um conjunto de organizações existentes sob diversos nomes. Entendo que a criação/surgimento de uma denominação é algo que não deve ser desprezado na análise de um fenômeno. Nesse sentido, passo a explorar essa questão a partir dos próprios textos de Fernandes e Landim, até onde pude saber, os primeiros textos brasileiros de circulação acadêmica a tratar do tema ONGs.

Gostaria de esclarecer os motivos que me levam a esse tipo de exploração. Entendo que os textos de Fernandes e Landim, apesar de falarem genericamente sobre ONGs, concentram-se especialmente naquelas que se colocam ou se colocaram algum dia como “a serviço do movimento popular”. Desse modo, apesar de ressaltarem o caráter diversificado desse tipo de organizações, acabam por produzir um efeito de obscurecimento das diferenças perceptíveis entre elas nos diversos campos de atuação. Considero extremamente arriscado extrair características essenciais desse fenômeno, como autonomia, por exemplo, a partir de estudos que priorizam a trajetória de formação e as características particulares de um tipo muito específico de ONGs, por maior que seja a relevância quantitativa desse tipo de organizações no interior do conjunto das ONGs existentes atualmente no Brasil. Acredito que a atribuição de características essenciais, principalmente se construídas através de análises não exaustivas das várias possibilidades existentes, pode levar a expectativas tão pouco realistas quanto as que foram sendo construídas pelas análises que vimos aqui criticadas com relação aos “movimentos sociais”.

De acordo com Landim, as ONGs teriam raízes nos “Centros de Educação Popular”, “Centros de Promoção Social” e “Centros de Assessoria”, da década de 70, mas não haveria um termo comum com o qual se autodenominassem desde seu surgimento, porque, devido especialmente à sua criação em tempos de autoritarismo político, seriam instituições “que se querem pouco visíveis já que, por sua própria natureza, existem não em função de si mesmas, mas ‘para servir’ aos setores carentes e dominados da população”. A mudança de

conjuntura, provável referência ao processo de “redemocratização”, teria feito com que os “Centros” passassem “a se preocupar com a criação de uma identidade própria, assumindo nomes novos, dentre os quais ‘Organizações Não-Governamentais’ é o mais corrente” (Landim, 1988:24).

Fernandes vai na mesma direção, apontando que o perfil institucional original das ONGs surge a partir de uma solução temporária para a falta de opções no sistema institucional existente, que não teria razão de existir em si mesma.

“No entanto, à medida que os constrangimentos originais foram sendo suspensos ao longo dos anos 80, os fundadores encontraram razões para se firmar, positivamente como quadros de ONGs”. Os que assim decidiram “expressavam uma nova convicção: o tamanho pequeno tem suas vantagens” (Fernandes, 1994:66).

Após retomar a trajetória dos “Centros”, Landim (1988) passa a expor algumas questões em pauta, provavelmente nos anos de 1985 e 1986, nas discussões internas entre organizações/Centros que viriam a se denominar ONGs. Afirma que qualquer discussão sobre identidade e papel dessas organizações deve considerar sua relação com organizações e movimentos populares, em função das quais até então existiam. Com as mudanças conjunturais que afetavam o campo dos movimentos sociais, permitindo-lhes acesso a espaços institucionais e formas de organização próprias que até então não eram possíveis, as organizações que se colocavam a seu serviço teriam se confrontado com a necessidade de repensar sua própria existência:

“Numa reunião de 1986, já mencionada, entre ONGs brasileiras de várias partes do país, essa questão colocou-se de modo enfático e também controvertido. (...) ‘Qual o papel e o espaço de existência das ONGs? É meramente conjuntural, e ligado a situações de precariedade de espaços de organização popular? Ou garantem uma área de atuação própria, possível de se consolidar independente das mudanças na conjuntura?’” (Landim, 1988: 44)

Desse debate derivariam três posições que, resumidamente, consistiriam, finda a carência conjuntural, em: a) diluir os Centros no interior dos movimentos (os defensores dessa posição evitariam o uso do termo ONG); b) redefinir seus papéis e tarefas e manter sua identidade própria como Centros, de modo a continuar “servindo as organizações

populares” em suas necessidades ou c) pensar a especificidade das ONGs enquanto fenômeno institucional e construção de um espaço e um projeto próprios de atuação (Landim, 1988:44-5).

Os escritos de Landim (1988) e Fernandes (1985) aproximam-se declaradamente dessa última posição, que estaria se consolidando entre as próprias organizações durante a segunda metade dos anos 80. Landim, ao referir-se ao processo, então em curso, de construção de uma identidade de ONGs, observa:

“Uma análise das instâncias através das quais está sendo forjada essa identidade seria interessante. Certamente, o crescente número de articulações, encontros, debates, publicações onde se teoriza sobre o assunto tem contribuído para criar ou reforçar essa identidade comum das ONGs, no Brasil. As próprias pesquisas sobre o tema, como esta, podem constituir-se em momentos marcantes desse processo” (Landim, 1988:25).

Não creio que tal aproximação de uma proposta interna ao campo das ONGs, do qual os autores também fazem parte, invalide suas descrições e análises a respeito do fenômeno. Ao contrário, suas abordagens sobre a especificidade das ONGs tornam-se valiosas para iluminar um contexto em que a auto-identidade e o reconhecimento institucional enquanto ONG estão de fato colocados para milhares de organizações no Brasil, embora guardando certa descontinuidade com relação ao fenômeno dos Centros.

Essa descontinuidade teria como origem: a) o novo contexto nacional – “redemocratização” e todas as mudanças que daí decorrem – e internacional – do que faz parte a nova postura adotada pelas agências donantes de que fala Doimo – e b) as novas relações estabelecidas pelas organizações – que passam a se autodenominar *ONGs* e a definir um espaço e projeto próprios – com as instituições políticas brasileiras e com os movimentos sociais que atravessam mudanças, com a “opinião pública” – com a qual passam a se relacionar diretamente – e com as redes internacionais de ONGs e agências financiadoras. A idéia mesma de um “terceiro setor” estaria, assim, relacionada, entre outras coisas, a um “projeto próprio” das ONGs, definido a partir da inserção, qualitativamente diferente da anterior, num campo internacional, explicitada e assumida com a adoção de uma nomenclatura internacional para si mesmas.

Além dessa descontinuidade entre os “Centros” e as ONGs que atuam no campo

referido ao “popular”, existe toda uma diversidade presente nos vários campos de atuação em que podem ser encontradas ONGs. Landim (1988:28) aponta que, entre ONGs voltadas a “negros”, “mulheres” e “serviço ao movimento popular”, há especificidades que não se restringem a diferenças relacionadas aos temas e projetos, mas que atingem a própria conformação institucional das entidades. Fernandes (1985: 27-30), por sua vez, faz referência às variações que existem entre as ONGs e aponta a dificuldade de uma caracterização linear das mesmas, preferindo “caracterizá-las por uma série de polaridades”, uma vez que “se movimentam num campo rico de tensões que devem ser articuladas de alguma maneira”. Entre essas polaridades, no que se refere aos relacionamentos externos, haveria uma tensão entre aproximação e afastamento de instituições como igrejas, partidos e universidades. Haveria também uma oscilação entre a referência preferencial a um dos termos da polaridade “Estado/povo”. O relacionamento entre as próprias ONGs poderia variar de acordo com o tamanho dessas organizações e o fato de serem mais novas ou mais antigas ou de serem dominantes ou caudatárias numa determinada área de trabalho. Considerando as polaridades ideológicas, haveria oscilações entre “alternativo” ou “institucionalizante”, “práxis” ou “práticas”, a compreensão de seu próprio papel como “intelectuais orgânicos” ou “assessores”, verem-se como parte de um “povo sujeito” ou uma “sociedade civil”, atuarem através de “especialização” ou de uma “integração totalizante” e entre “organização racional burocrática” ou “autogestão comunitária”.

No entanto, parece criar-se um paradoxo na abordagem de Fernandes, na medida em que tal “diversidade” pode ser reduzida/abafada quando o próprio autor passa a enfatizar como características comuns a autonomia, a flexibilidade, o tamanho pequeno, o papel de mediadoras entre a “ajuda internacional” e as “organizações de base”, o caráter não-representativo, voluntário e até altruísta dessas organizações.

Em textos mais recentes (1994 e 1995), Fernandes passa a situar as ONGs como principais elementos de um “terceiro setor”, equivalente à “sociedade civil”, papel que se deveria exatamente às características acima apontadas. Entretanto, as relações desse setor com os dois primeiros – Estado e mercado – parecem emprestar dinamismo apenas à “sociedade civil” e “congelar” os outros dois “setores”. O mercado é definido em termos de seu egoísmo individualista voltado ao lucro e o Estado em termos do exercício do poder, coerção, uso legítimo da violência, prestação de serviços através de impostos compulsórios

e como uma instituição que “subvenciona a si mesmo e às elites” (1985: 26). Nesse sentido, creio que se possa aplicar a essa abordagem a mesma crítica que Pontes (1986:32), apoiada nos escritos de Cardoso (1983), lança, no contexto dos anos 80, às abordagens que, colocando o Estado como pano de fundo das análises, caracterizavam-no pelo seu aspecto disciplinador e autoritário, transformavam-no num personagem homogêneo e compacto, e mostravam-se atentas à diversidade e complexidade apenas na descrição da “sociedade civil”.

Apesar de reconhecer a influência das mudanças de regimes políticos na dinâmica das ONGs, Fernandes explora muito pouco as consequências da “redemocratização” na vida dessas organizações em países em que houve tal processo, como o Brasil. A possibilidade de que o serviço para o Estado se tornasse uma alternativa de sobrevivência para essas organizações é apenas citada como algo que poderia, de certa forma, desvirtuá-las. A possibilidade de que atores ligados ao mercado, através de processos de segmentação de produtos e públicos consumidores, viessem a dar suporte a, ou mesmo consolidar, identidades coletivas relacionadas com campos de atuação de ONGs, nem mesmo aparece⁴⁶. A análise das relações entre ONGs e Estado e/ou mercado torna-se muito importante em campos de atuação em que os financiamentos para projetos de intervenção são gerenciados pelo Estado, através de concorrências públicas, como é o caso de boa parte dos recursos utilizados pelas ONGs que trabalham com aids na segunda metade da década de 90. Por outro lado, mais recentemente tem havido toda uma movimentação de empresas que têm investido no “marketing social” e na criação de fundações, disponibilizando seus “recursos privados para finalidades públicas”, ou seja, financiando, entre outras coisas, as ações das ONGs. Em contrapartida, áreas de atuação como, por exemplo, a das ONGs-aids, que recebiam a maior parte de seus recursos através da Coordenação Nacional de DST/AIDS, são estimuladas pelo próprio Ministério da Saúde a buscarem a sustentabilidade de e em suas ações. Sem dúvidas, esses acontecimentos demandam que os estudos envolvendo ONGs ou o chamado “terceiro setor” se detenham na relação entre estas e agências estatais e/ou empresas, fundações e grupos de financiadores privados e estejam atentos para a dinâmica de cada um desses “setores”, a fim de não tratarem as ONGs de modo

⁴⁶ A este respeito ver Mira (1997).

descontextualizado.

Ainda em relação aos escritos de Fernandes, vale a pena ressaltar que, tendo em vista a diversidade de iniciativas agrupadas sob os termos ONG e terceiro setor⁴⁷ e as tensões e ambivalências que caracterizam o campo formado por tais iniciativas⁴⁸, a circunscrição a determinado tipo de ONG, por mais que este seja numericamente majoritário, corre o risco de criar um efeito de hiper-realidade. Acredito que isso pode se tornar inclusive bastante perigoso quando, através desse “modelo”, se passa a pensar e atribuir papéis, ainda que potenciais, para categorias abrangentes como “sociedade civil” ou “terceiro setor”.

Nesse sentido, considero muito importante na abordagem de Fernandes o fato de ter chamado atenção para a especificidade das ONGs e para o caráter internacionalizado e descentralizado que tomam as ações coletivas atualmente, bem como para a multiplicidade de formas de ação coletiva existentes. Com certeza isso não é pouco, mas fica uma questão a ser respondida: como sua abordagem pode colaborar numa reflexão sobre a dinâmica interna de ações coletivas de um campo de atuação específico, no qual a forma institucional das ONGs tornou-se muito importante nos últimos anos, embora assumindo características diferenciadas daquelas apontadas nessa abordagem?

Os grupos ou organizações do movimento homossexual que se autoreferem como ONGs com os quais tive contato em minha pesquisa seguramente nasceram ou adotaram o formato institucional referido às ONGs após o momento em que os “Centros” já estavam construindo sua identidade própria enquanto ONGs⁴⁹. Ou seja, não fizeram parte desse

⁴⁷ A esse respeito ver Debert (1999).

⁴⁸ A esse respeito ver Fernandes (1985).

⁴⁹ De acordo com as referências de Landim (1988), as discussões que levaram à adoção do nome ONG como forma de auto-referência das entidades voltadas ao “popular” ocorreram em meados da década de 80. Por outro lado, nesse mesmo período restavam poucas organizações da “primeira onda” do movimento homossexual e começavam a surgir as primeiras ONGs-Aids, que contavam com ex-membros do movimento, mas as referências que tenho da relação entre ONGs-Aids e grupos apontam muito mais para situações de diferenciação entre ambos do que para a possibilidade de que ONGs-Aids fossem incluídas como parte do movimento. Acredito que o surgimento das primeiras ONGs, ou organizações que adotaram o termo ONG como auto-referência, no interior desse movimento se deu num momento posterior ao surgimento das ONGs-Aids. O primeiro grupo do movimento homossexual paulistano a se auto-referir como ONG, a Rede de Informação um Outro Olhar, inicia suas atividades enquanto tal em 1990. Em âmbito nacional, a maior parte dos grupos do movimento homossexual listados como ONGs no site da CNDST/Aids, na internet, tem sua fundação na primeira metade dos anos 90. Nesse caso, o mais antigo grupo listado é o *Grupo Gay da Bahia*, cuja fundação data de 29/02/1980. O *GGB* é também o primeiro “grupo homossexual” brasileiro a ter seus estatutos registrados. Segundo MacRae (1990:301 e nota 2 do capítulo 11), após várias tentativas, esse grupo conseguiu registrar seus estatutos no início de 1983, mas não há referência na literatura ou nos materiais, que consultei, do próprio grupo ao momento em que passa a se

processo, embora provavelmente tenham sido influenciados por ele através de contatos entre indivíduos no âmbito dos movimentos ou das universidades e, posteriormente, pela própria visibilidade que a idéia de ONG foi adquirindo. Parte dos participantes dos grupos/organizações com os quais mantive contato são até mesmo jovens o suficiente para ter apenas referências históricas dos tempos mais pesados do “regime militar”. Muitos deles tiveram uma primeira “formação ideológica” não baseada em fontes “marxistas” ou “de esquerda”; por outro lado, a referência de caráter liberal aos direitos individuais é muito forte no interior do movimento homossexual. A própria possibilidade de atuação através de projetos financiados, até hoje ainda bastante restrita, entre as organizações voltadas para um público-alvo homossexual, surgiu apenas a partir da organização da “resposta coletiva à Aids”. As primeiras ONGs-Aids, na construção das quais colaboraram ex-militantes de uma “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro, mas que não se dedicavam especificamente a esse público, surgiram a partir de 1985, quando foi fundado o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – GAPA – em São Paulo. Não se pode ignorar que a própria visibilidade alcançada pelas ONGs, enquanto formato institucional que permitia a obtenção de suporte material para a realização de atividades que, embora estruturadas de modo diferente, eram anteriormente custeadas pelos próprios militantes, criou a idéia de “virar ONG”. Conseqüentemente, cria também uma nova geração de indivíduos envolvidos nas atividades das ONGs, que, de acordo com suas trajetórias individuais, podem estar mais ou menos próximos do perfil atribuído por Fernandes aos “quadros” dos Centros Populares.

Assim, entendo que, entre “Centros” e ONGs, existam continuidades, como a utilização da figura dos “projetos” enquanto meio para a ação, por exemplo, mas que, por outro lado, o fenômeno gerado a partir de meados dos anos 80 apresente características distintas, ao menos no campo de atuação com que tive contato, daquele que é apresentado por Fernandes e Landim como “o nosso mito de origem”. Acredito que essa diferença seja suficiente para que, no decorrer deste trabalho, eu passe a utilizar o termo ONG a fim de me referir apenas às entidades que assim se denominam e somente a partir do momento em que

considerar ou ser considerado como ONG. O segundo grupo a ter seus estatutos registrados é o *Triângulo Rosa*, que surge e obtém registro de seus estatutos no ano de 1985. Seu principal articulador, João Antônio Mascarenhas, fala dele como uma “entidade sem fins lucrativos” na entrevista que concedeu a Silva (1998) em 24 de agosto de 1995. No entanto, na dissertação de Câmara da Silva (1993), que trata especificamente desse grupo, em nenhum momento ele é citado pela autora ou pelos entrevistados como uma ONG.

passam a se auto-referir como tal.

Apesar de reconhecer que os “Centros Populares” sejam os precursores das ONGs, entendo que possam conformar fenômenos diferentes. Quando falo hoje em ONGs, não posso excluir, por exemplo, iniciativas privadas com finalidades públicas – nos termos de Fernandes –, que se identificam e são identificadas como ONGs, mas que, ao invés de se definirem como “de apoio ao movimento social”, são parte também do próprio movimento, porque as duas iniciativas – prestação de serviços e defesa de direitos construídos sobre carências coletivas – estão presentes num mesmo grupo/organização, e também porque os recursos dos financiamentos e o reconhecimento e *know-how* advindos da participação/inserção em fóruns nacionais e principalmente internacionais lhes possibilitam alcançar maior visibilidade enquanto **representantes** de determinado “grupo social discriminado” ou “setor social dominado”.

Nesse sentido, entendo que não estender a denominação ONG, ou seja, a abrangência do fenômeno, aos Centros do período da repressão e da abertura, pode ser um bom começo no sentido de encurtar as distâncias entre “as ONGs” autônomas retratadas por Fernandes em *Elos de uma cidadania planetária* e “aquela determinada ONG” indigenista que se distancia dos índios “de carne e osso” no texto *O índio hiper-real* de Alcida Ramos⁵⁰. A compreensão de que não podemos atar o entendimento de um fenômeno aos significados que lhe são atribuídos a partir de um “mito de origem” reconhecido apenas por uma parcela, por maior que seja, daqueles que se credenciam como parte dele, talvez possa ajudar a nos manter afastados de contradições como atribuir às ONGs características de autonomia e finalidades públicas ao mesmo tempo em que se defende, em relação a uma ONG indigenista, o “direito de escolher a quais índios se aliar” (Muçouçah, 1995:35).

Este texto, através da retomada de algumas questões presentes na bibliografia

⁵⁰ Os artigos de Fernandes e Ramos citados foram publicados em forma de “debate” na Revista Brasileira de Ciências Sociais, no.28, ano 10, jun/1995. Além dos artigos de Fernandes e Ramos citados, há no mesmo “debate” um comentário, As ONGs: dos bastidores ao centro do palco, de Paulo Sergio Muçouçah e uma

brasileira a respeito de ações coletivas, buscou situar, ainda de que de modo bastante genérico, algumas das preocupações e pressupostos deste trabalho. Este é um trabalho sobre o movimento homossexual que tem por objetivo dialogar com os estudos sobre ações coletivas no contexto brasileiro contemporâneo. Situa o contemporâneo a partir de um recorte histórico que toma como marco o final do processo de “abertura” e a “redemocratização” que, de acordo com autores como Cardoso (1994), Doimo (1995) e Fernandes (1994), traria mudanças significativas nas possibilidades de relacionamento entre movimentos sociais e o Estado – abertura de canais de comunicação e/ou representação de interesses formais –, bem como no posicionamento “antiautoritário” que marcava a atuação e a organização interna tanto de movimentos chamados de *alternativos*, quanto dos *populares* influenciados pela Teologia da Libertação. A partir daí, procura situar o surgimento e crescente importância de uma nova – e diferenciada – forma de ação coletiva, as ONGs, bem como um deslocamento da categoria *povo* para a de *cidadão* no imaginário político brasileiro. Levanto, então, três pontos fundamentais para minha abordagem, que foram trabalhados neste capítulo:

1) não me parece adequado, no contexto contemporâneo, insistir numa abordagem analítica sobre ações coletivas que tome rigidamente a distinção entre ações que demandam bens materiais⁵¹, ou ligadas à idéia de redistribuição, e as que demandam bens simbólicos, ou ligadas à idéia de reconhecimento;

2) a colocação do problema das ações coletivas nos termos de uma dicotomia entre autonomia e institucionalização, no sentido de autonomia X heteronomia, no contexto contemporâneo, se torna bastante problemática na medida em que: as relações entre Estado e “sociedade civil” não se produzem mais necessariamente a partir de um ponto de vista antagônico; é reconhecida a existência de múltiplas influências entre “setores” que se convencionou separar, como Estado, mercado e “sociedade civil”; a insistência numa distinção entre autonomia e heteronomia pode levar a uma recusa *a priori* de investigar cuidadosamente e de forma contextualizada as possibilidades e limites dessas ações coletivas no contexto contemporâneo;

Réplica ao comentário, de Alcida Ramos.

⁵¹ Não se trata, aqui, de negar qualquer especificidade relacionada aos termos desta distinção, mas de considerar que não deva ser tomada de forma absoluta, de forma a impedir que se reconheçam os pontos

3) existem especificidades entre as diferentes formas de ação coletiva passíveis de serem encontradas em campo, mas formas como grupos comunitaristas e ONGs não podem ter suas características generalizadas a partir das evidências de um determinado movimento/campo de atuação.

A partir daqui, gostaria de passar a trabalhar mais especificamente com o movimento homossexual e com algo que creio que seja um ponto comum entre ONGs e os grupos de movimentos sociais: ambos constroem categorias para descrever a população que será beneficiária de suas ações. Anteriormente, aponte a necessidade de estarmos atentos para o fato de que existem algumas especificidades em relação às ONGs. Nesse sentido, uma das diferenças aí colocadas seria a de que ONGs não necessariamente são formadas por indivíduos que se identifiquem/reconheçam como “iguais” àqueles para os quais dirigem suas ações, embora não se exclua a possibilidade de que isso ocorra. O que quero dizer é que, por exemplo, ONGs voltadas para “população de rua” não necessariamente são formadas a partir de pessoas que estão em “situação de rua”. Mas, no caso de um grupo do movimento negro, as pessoas que fazem parte da ação mantêm identidades relacionadas com a “negritude”, que os coloca numa posição de representantes daqueles que se identificam ou são identificados como tal. No caso do movimento homossexual, esse grupo muitas vezes, apesar de continuar se apresentando como um grupo – forma tradicional de nomear as organizações do movimento homossexual – possui o formato, tipo de atuação e, em alguns momentos, até manifestam-se de acordo com a identidade institucional de ONG. No entanto, ONGs, grupos e organizações que navegam entre esses dois pólos constroem categorias de referência para o tipo de intervenção específica que se propõem a realizar na sociedade.

Entendo, então, que, se a construção de categorias de referência para a ação é algo presente tanto em grupos quanto em ONGs, posso tomar os processos de construção dessas categorias como um fio condutor para abordar a dinâmica interna do movimento homossexual presente no contexto brasileiro contemporâneo. Neste momento, creio que seja necessário partir para uma abordagem centrada mais diretamente nesse movimento, o que farei nos próximos capítulos a partir, primeiramente, de uma retomada da bibliografia

específica e do histórico do movimento homossexual e, posteriormente, através da análise do processo de construção de categorias de referência para a ação de um único grupo homossexual da cidade de São Paulo, cujas atividades internas e externas acompanhei durante aproximadamente três anos.

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL: recompondo um histórico

No capítulo anterior, procurei rever algumas questões presentes na bibliografia que se debruçou sobre os movimentos sociais comunitaristas e sobre as ONGs, definindo o campo do movimento homossexual como um campo híbrido, no qual grupos e associações navegam entre esses dois modelos, que lhes servem mais como pólos de orientação. Desta discussão retive principalmente dois pontos para minha análise: 1) a ênfase no estudo das “conexões ativas” na produção de ações coletivas/movimentos sociais (Doimo, 1995) e 2) a compreensão de que grupos e associações movem-se, na verdade, num “campo rico de tensões” entre diversas polaridades que “devem ser articuladas de alguma maneira” e de que seja mais interessante tentar entendê-los a partir dessas polaridades do que partir para uma tentativa de caracterização linear (Fernandes, 1985: 27-30).

Terminei o capítulo anterior com a sugestão de analisar a dinâmica interna do movimento homossexual, tomando por referência os processos de elaboração e reelaboração de identidades coletivas. Sugeri, também, levar em consideração que esse movimento seja um campo permeado por tensões e ambivalências e valorizar as “conexões ativas” na produção desse movimento. Este capítulo se propõe a estabelecer um diálogo com a bibliografia sobre movimento homossexual brasileiro, com a finalidade de recompor um histórico e colaborar para o esboço do cenário em que está inserido o grupo que estudaremos mais detidamente no último capítulo desta dissertação.

O movimento homossexual teve seu surgimento no Brasil, no final dos anos 70, definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no “gueto” e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não-politizada”, por estar exclusivamente voltada para a “sociabilidade”. Essas primeiras formas de associação de homossexuais, especialmente o jornal *O Snob* (1963-1969) e a *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (1967-1968), são mencionadas nos trabalhos de MacRae (1985) e Green (1998 e 2000).

Green é um historiador norte-americano e um dos personagens mais citados na bibliografia sobre a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro. Em sua tese de

doutorado, publicada no Brasil, em 2000, com o nome *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, propõe-se a “um exame das dinâmicas que levaram ao surgimento de um movimento politizado de gays e lésbicas no fim dos anos 70”. O autor pondera que “qualquer análise do ativismo por parte de homossexuais, sob a ditadura militar, requeria uma investigação mais ampla da formação de complexas subculturas urbanas encadeadas no transcorrer do século XX” (Green, 2000:40). Assim, colabora para iluminar com um rico material de pesquisa, baseado em fontes documentais e entrevistas, detalhes sobre o contexto em que estavam inseridas e sobre as formas de expressão da homossexualidade masculina, no eixo Rio-São Paulo, no período anterior ao surgimento do movimento homossexual no Brasil. Green retrata detalhadamente, no decorrer do século: os locais de “pegação”; a circulação pelas ruas; encontros furtivos em hotéis de zonas de prostituição; as imagens da homossexualidade em revistas eróticas, na literatura, nas revistas dedicadas ao culto de corpos musculosos e nos estudos médicos; a identificação entre homossexualidade e marginalidade; a subversão das expectativas sociais de passividade e atividade sexuais atribuídas respectivamente às “bichas” e aos “bofes”; os pontos de encontros em praias; a atração representada pelo “centro” e pelas grandes cidades; o espaço ocupado pela homossexualidade em bailes de carnaval; a participação em fã-clubes; a sociabilidade em ambientes domésticos; a conquista do espaço em locais que se tornariam os primeiros bares e boates de frequência majoritariamente homossexual; os primeiros jornais caseiros como *O Snob*; o aparecimento de várias expressões de um sistema classificatório descrito por Fry (1996) como “segregacionista” em paralelo a várias versões de um sistema mais “assimilacionista” existente; o surgimento dos shows que traziam a figura glamourosa das travestis; a popularização da figura das travestis e o surgimento da associação entre travestismo e prostituição; as primeiras iniciativas de mídia voltada ao tema homossexualidade – como a *Coluna do Meio* de Celso Curi⁵²; a valorização da androginia e da marginalidade na versão brasileira de contracultura; e, a ditadura militar e o surgimento de uma versão “politizada” de mídia alternativa, representada pelo jornal *Lampião da Esquina*, e de associações de homossexuais, representada pelo Grupo *Somos*. Entretanto, tudo isso me parece muito mais descrever a diversidade das vivências individuais e grupais

⁵² A *Coluna do Meio* foi escrita por Celso Curi, no *Jornal Última Hora*, entre os anos de 1976 e 1979.

do homoerotismo masculino no eixo Rio-São Paulo, no decorrer do século XX, do que a articulação de “complexas subculturas” – que, no decorrer do texto de Green, aparecem por vezes, referidas como “uma subcultura” – que convergem na formação de uma nova identidade e de um movimento homossexual.

Na conclusão de seu trabalho, Green afirma:

“Este trabalho termina com o surgimento de um movimento homossexual brasileiro pelos direitos de gays e lésbicas no fim dos anos 70. A história desse movimento ainda está por ser escrita. Porém, uma observação sobre o movimento politizado é pertinente. Determinar o curso de acontecimentos históricos que poderiam ter ocorrido é um empreendimento arriscado. Todavia, parece claro que se o governo militar não tivesse deslanchado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringido os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70. Um movimento como esse desenvolveu-se na Argentina com a fundação do Nuestro Mundo, em novembro de 1969, e da Frente de Liberação Homossexual Argentina, em 1971. De forma similar, grupos de gays e lésbicas foram formados no México e em Porto Rico, dois outros países semi-industrializados e semi-urbanizados, no mesmo período. Embora essas organizações fossem influenciadas pelo movimento internacional de gays e lésbicas que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental nos anos 70, elas foram originadas e moldadas por suas realidades nacionais específicas. Certamente, as condições estavam amadurecidas no Brasil já no fim dos anos 60 para que ocorressem desenvolvimentos similares. A urbanização, a modernização e a industrialização haviam contribuído para a formação de subculturas vibrantes no Rio, em São Paulo e nas outras principais cidades. A sociabilidade homoerótica ocorria em inúmeros lugares, desde espaços públicos, desde parques, cinemas e outras áreas hoje chamadas pela subcultura de “pegação”, até comércio, bares e casas noturnas dirigidas ao público gay. O processo de formação de identidades distintas dentro dessas subculturas inclui inúmeras expressões culturais, entre elas a publicação de jornais caseiros, uma presença cada vez mais visível nas celebrações do carnaval e uma infinidade de outras manifestações de interações coletivas. Além disso, apesar da censura governamental, as influências contraculturais que permearam os movimentos de jovens e estudantes nos anos 60 propiciaram uma discussão limitada na sociedade e na mídia sobre a sexualidade, os papéis de gênero e a homossexualidade. Mesmo com as medidas repressivas exacerbadas dos militares, algumas publicações no início dos anos 70 conseguiram escrever sobre o ‘Gay Power’ e sugerir caminhos para a organização política dos homossexuais. Quando o regime militar resolveu evitar uma explosão social ao implementar um processo de liberalização política ‘lento e gradual’ em meados dos anos 70, alguns grupos imediatamente se reuniram para questionar as noções hegemônicas da homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio. Embora os grupos que se formaram de fins dos anos 70 em diante não evoluíssem para movimentos de massa, eles conseguiram provocar debates nacionais sobre temas como parceria civil, discriminação e violência social

contra homossexuais.” (Green, 2000: 454-6 – Grifos meus)

O fato de que Green tivesse por finalidade “um exame das dinâmicas que levaram ao surgimento de um movimento politizado de *gays* e *lésbicas* no fim dos anos 70” talvez tenha colaborado para que, ao final do livro, apresente a conjectura de que um movimento homossexual poderia ter surgido no início dos anos 70, pois “as condições já estavam amadurecidas para que aqui ocorressem desenvolvimentos similares” aos de outros países latino-americanos, no sentido do surgimento de “movimentos politizados de *gays* e *lésbicas*”. Pode ter colaborado também para que o autor trate o movimento que surge no final dos anos 70 mencionando apenas algumas de suas realizações, sem fazer referência, no entanto, aos seus conflitos internos como uma característica permanente. E, para que, ao invés disso, o autor os reduza a um “racha” ocasional entre o que ele apresenta nos termos de “os corajosos ativistas *gays* e *lésbicos* [que] marchavam sob uma faixa onde se lia: ‘Contra a discriminação ao(à) trabalhador(a) homossexual’ “ e “uma minoria, que era contrária a qualquer colaboração com as forças de esquerda, [e que] deixou o *Somos* para formar um outro grupo, o *Outra Coisa*” (Green, 2000: 434 e 435, respectivamente).

O trabalho de outro historiador, Silva (1998), a partir de entrevistas de história oral de vida realizadas com uma rede de indivíduos ligados ao jornal *Lampião da Esquina*, apresenta uma visão sobre o surgimento do movimento homossexual menos centrada na constituição de uma subcultura baseada numa “nova identidade” e na espontaneidade do movimento. Silva reconhece a importância da existência de locais de frequência de homossexuais e de iniciativas como a *Coluna do Meio* de Celso Curi, que noticiava tanto a abertura de novas boates *gays* quanto informações ligadas ao movimento *gay* e *lésbico* em outros países, mas ressalta a importância do contato com o movimento *gay* internacional, principalmente o norte-americano, via auto-exílio, contatos com pessoas que moravam no exterior ou acesso a publicações do movimento internacional. Nesse sentido, podemos tomar como exemplo as histórias de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas, primeiros articuladores do Grupo *Somos* e do grupo de intelectuais que formaria o corpo de editores e colaboradores do jornal *Lampião da Esquina*, respectivamente. Trevisan esteve em auto-exílio por três anos a partir de 1973, quando morou no México e nos Estados Unidos durante dois anos e meio. Nos Estados Unidos, Trevisan teve o primeiro contato

com o movimento homossexual e com a efervescência contracultural norte-americana. João Antônio Mascarenhas teve acesso às informações sobre o *Gay Liberation* por meio da imprensa e da literatura inglesa e norte-americana. Em 1972, teve contato por um amigo com o jornal *Gay Sunshine*, americano, e uma outra publicação inglesa. Em 1973, passou a assinar o *Gay Sunshine* e a encomendar livros dos Estados Unidos, reunindo, em 1977, a partir de contatos com Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, um grupo de intelectuais, escritores e jornalistas que posteriormente fundaria o *Lampião da Esquina*. Após esses acontecimentos, ambos relatam ter passado a “sonhar” com o “aparecimento” do movimento homossexual no Brasil. Silva enfatiza, ainda, o papel da contracultura e do clima de contestação existente no Brasil no período da “abertura” e da volta dos exilados para compor o cenário de surgimento do movimento homossexual.

Ao analisar as interpretações produzidas por Green e Silva, entendo que, se uma movimentação homossexual já existia no final dos anos 60 e início dos 70, inclusive com uma disputa entre identidades como “bonecas” e “homossexuais” ou “entendidos”, como relata Green (2000), e o movimento homossexual surge apenas no final dos anos 70 é porque, de fato, as “condições” que possibilitariam o surgimento de um movimento homossexual no Brasil não eram apenas as que estavam presentes naquele momento. Penso que a perspectiva evolucionista adotada por Green, que lhe permite falar em “condições amadurecidas” para o surgimento de um “movimento politizado”, talvez o tenha impedido de perceber outros atores e elementos que tenham tido, efetivamente, importância no surgimento de um movimento brasileiro. Ao invés de identificar apenas um efeito negativo da ditadura militar na possibilidade de organização de um movimento homossexual, é importante, por exemplo, notar o quanto a ditadura estimulou a formação de resistências em diversos setores sociais e como ela pode ter sido, inclusive, responsável inclusive pelo perfil fortemente antiautoritário que marcou a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro. Ainda que a “abertura” tenha tido o papel de abrir espaço para que vozes, mais ou menos isoladas e abafadas, de vários setores sociais viessem a público, não podemos negar que a ditadura produziu, por assim dizer, boa parte das condições para o “boom” movimentalista que ocorreu no decorrer dos anos 70 e pode ter marcado sensivelmente as trajetórias individuais e modos de atuação dos primeiros militantes homossexuais brasileiros.

1. O Grupo *Somos* e a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro

A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o *Somos* de São Paulo, ocorreu em 1978. É importante esclarecer, desde já, que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante, ou por ter sido uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades. O fato de que MacRae (1985, publicado em 1990) e Trevisan (1986) tenham publicado materiais bastante detalhados sobre ele, documentando suas atividades e examinando seu ideário e os conflitos entre seus participantes, contribuiu para que o estilo de militância do *Somos* se tornasse um modelo, tanto para outras organizações, como para os pesquisadores do tema. Outros trabalhos como *Confidências da carne* de Pedro de Souza (1997) e *O negócio do michê* de Néstor Perlongher (1987), também documentaram aspectos relacionados ao *Somos*. Pesquisas posteriores como a de Silva (1993) sobre o *Triângulo Rosa*, grupo carioca pertencente a uma “segunda onda” do movimento homossexual brasileiro, tomaram os escritos sobre o *Somos* como ponto de referência. Estudos da área de história como os de Silva (1998) e Green (1998 e 2000) também voltaram a analisar, embora essa não fosse a proposta central de seus trabalhos, o *Somos*. Isso tudo implica um risco, a meu ver bastante sério, de produzir um efeito, a partir do qual, o modo de militância e as questões específicas do período em que existiu o *Somos* acabem se tornando sinônimos de movimento homossexual no Brasil, impedindo a percepção da diversidade de questões e estilos de militância que passaram por estes mais de 20 anos de movimento no Brasil.

Não é objetivo deste trabalho documentar essa diversidade. Tratarei aqui dos grupos e associações do movimento, na medida em que forem importantes para a construção de um cenário, em que se insere o movimento paulistano da segunda metade dos anos 90 e o grupo *CORSA*, sobre o qual tratarei no próximo capítulo. Espero que este material possa suscitar o interesse de outros pesquisadores, em aprofundar o estudo sobre grupos ou organizações e questões relevantes ao movimento homossexual, que ainda não foram estudados.

De acordo com MacRae (1985), antes do *Somos*, Trevisan, de volta do auto-exílio,

havia tentado organizar um grupo para discutir suas novas idéias no segundo semestre de 1976. Esse grupo teria se dissolvido em poucas semanas. Em abril de 1978, saía o número zero do *Lampião da Esquina*. Ainda em abril, a Revista Versus, ligada à Convergência Socialista, promoveu uma semana de debates com um dia reservado à imprensa alternativa. O “boicote” ao *Lampião* na convocação para esse debate e as resistências à especificação das “minorias” que seriam apoiadas, de acordo com MacRae, teriam estimulado Trevisan e um grupo de homossexuais presentes no último dia de debates, a formarem um grupo para refletir sobre estas questões. No mês seguinte, cerca de 15 a 20 pessoas reuniam-se semanalmente.

O grupo, nesse momento, era composto exclusivamente por homens. Sua primeira aparição pública ocorreu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas, na qual um nome provisório foi adotado: *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*. Posteriormente, em dezembro de 1978, esse grupo foi rebatizado de *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, mediante convite para participação numa semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, a ser realizada no início do ano seguinte na USP.

A partir desse debate, novos integrantes, inclusive mulheres, entram no *Somos* e dois novos grupos se formam: o *Eros* e o *Libertos*. É interessante observar, em relação à forma como surgiam novos grupos, que um evento onde a questão homossexual teve destaque, não só trouxe novos membros ao *Somos*, como provocou o surgimento de novos grupos. Como veremos adiante, essa não era a única forma através da qual novos grupos surgiam. A partir deste debate, também, uma polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias” passa a marcar o grupo. Essa polarização, posteriormente, seria responsável por conflitos internos no grupo, na medida em que militantes do *Somos* passaram a defender uma estratégia de transformação social que passava por uma aliança com outras minorias, movimento de trabalhadores e grupos de esquerda.

Nesse período, MacRae identifica algumas características presentes no *Somos*: a forte carga de agressividade voltada contra grupos semelhantes; a oposição dos militantes aos freqüentadores do “gueto”, que oscilava com a necessidade de não se afastar da “massa” homossexual; a concepção de sua atuação, definida como voltada para a defesa dos “legítimos interesses” desse setor; a adoção de tomada de decisão por consenso para não

criar uma “ditadura da maioria” e uma “minoridade oprimida”; distinção rígida entre os “do grupo” e os “de fora”; escolha de coordenação rotativa para “preservar a democracia e evitar a cristalização de lideranças” e a criação, no interior do grupo, de uma comunidade de iguais. Nesse sentido, conforme já citado na introdução deste trabalho, o igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo antiautoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. O próprio modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseadas em relatos autobiográficos em que eram reveladas as idéias sobre a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuía uma tendência homogeneizadora:

“(...) essas reuniões não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual longamente reprimida (...) mais do que sendo descoberta, uma identidade homossexual estava sendo construída. (...) aprendia-se a ser ‘homossexual’, ou melhor, ‘militante homossexual’.” (MacRae, 1985: 257)

Ao analisar o ideário do *Somos*, MacRae aponta algumas características: o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais; as palavras “bicha” e “lésbica” deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo; na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada; a “bissexualidade”, enquanto identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras; a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados; o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo.

No final do ano de 1979, foi organizado, no Rio de Janeiro, o I Encontro de Homossexuais Militantes, que realizou-se na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) em um domingo, 16 de dezembro, das 10 às 17 horas. De acordo com informações do *Boletim do GGB (Grupo Gay da Bahia)*⁵³:

“(...) participaram 61 pessoas. Sendo 11 lésbicas e 50 gays. O Lâmpião

⁵³ Boletim do Grupo Gay da Bahia (1993).

pagou as passagens de ônibus dos militantes carentes e o Grupo Auê do Rio hospedou os visitantes. Nove grupos marcaram presença: Somos/RJ, Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília, Grupo Lésbico Feminista/SP, Libertos/Guarulhos, Grupo de Afirmação Gay/Caxias e mais um representante de Belo Horizonte, futuro fundador do Grupo 3o Ato. (...) A entrada ficou restrita a homossexuais. Algumas frases desses pioneiros ficaram registradas: 'saímos da idade da ignorância: os homossexuais entraram agora na idade adulta.' E esta outra: 'o movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!'- Entre as resoluções deste 1o Encontro de Homossexuais Militantes destacam-se a reivindicação de incluir na Constituição Federal o respeito à 'opção sexual' (hoje o termo correto é orientação sexual) e lutar para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais. Decidiu-se convocar todos os militantes gays e lésbicas para um próximo congresso na Semana Santa próxima, em São Paulo. Após 7 horas de debates ininterruptos, os participantes confraternizaram-se no famoso Bar Amarelinho, na Cinelândia, no Rio." (Boletim do Grupo Gay da Bahia, 1993)

Em 1980 ocorre, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados – EGHO, que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais – EBHO. De acordo com MacRae (1985: 339), compareceram cerca de 200 pessoas à parte fechada do encontro, o I EGHO, integrantes e convidados dos grupos Auê/RJ, Somos/SP, Eros, Libertos, Somos/Sorocaba, Beijo Livre/Brasília; além de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba e uma comissão de representantes do jornal *Lampião*. Ao I EBHO, a parte aberta, compareceram cerca de 600 pessoas (*Grupo Gay da Bahia*, 1993).

Nesse mesmo ano, em maio, ocorrem também dois “rachas” no *Somos*, dividindo-o em três grupos: o *Somos*, o *Grupo Lésbico-Feminista*, posteriormente rebatizado de *GALF* (*Grupo de Ação Lésbico-Feminista*) e o *Grupo de Ação Homossexualista*, posteriormente rebatizado de *Outra Coisa*. Após o “racha”, a campanha contra o delegado Richetti⁵⁴ voltou a reunir os fragmentos do *Somos*, e os movimentos feminista e negro, num ato público realizado em frente ao Teatro Municipal, no final da tarde de 13 de junho de 1980, que seguiu em passeata pelas ruas do centro. Em paralelo a isso, o grupo *Outra Coisa* se aliava

⁵⁴ Wilson Richetti era um delegado que já havia se tornado conhecido por ter expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de prostituição de Santos. Transferido para a Terceira Seccional (Centro), iniciou uma ação contra os freqüentadores noturnos do centro da cidade que ficou conhecida como “Operação Limpeza”. A campanha e a manifestação contra Richetti foi uma das principais atividades realizadas pelos militantes da “primeira onda” do movimento paulistano, mobilizando forças de esquerda e os movimentos negro e feminista contra a violência repressiva do Estado.

ao *Libertos* e ao Eros, formando o “Movimento Homossexual Autônomo”. Passada a efervescência produzida pelo ato, a relação entre os fragmentos do *Somos* volta a se deteriorar.

Em 1981, a proposta de realização de um segundo EGHO fracassa e ocorre um encontro paulista e outro encontro do Nordeste. No encontro paulista, chega-se a propor que o 13 de junho – data da passeata contra Richetti no ano anterior – fosse comemorado como uma data brasileira equivalente ao que significa o 28 de junho⁵⁵ para o movimento norte-americano.

A saída de mais militantes do *Somos* leva à formação de grupos de estudos, que acabam por se dissolver e, a partir de alguns desses militantes, forma-se o *Coletivo Alegria-Alegria*, que se constitui como “grupo de vivência”, e teve curta duração.

Em 1982, o *Somos* participa dos debates da campanha eleitoral e da campanha promovida pelo GGB contra a classificação da homossexualidade adotada pelo INAMPS. Em 1983, problemas financeiros e dificuldades em conseguir novos membros levam o grupo *Somos* a abandonar sua sede e se dissolver.

O grupo *Outra Coisa*, ao levantar a bandeira da “autonomia”, manteve durante pouco tempo a aliança com o Eros e o *Libertos*, que se destinava a combater a hegemonia do *Somos* – acusado de estar atrelado à *Convergência Socialista* – no movimento paulistano. O *Outra Coisa* continuou atuando em questões relativas à violência, colaborou na discussão de temas ligados à homossexualidade, na campanha eleitoral de 1982, e foi o primeiro grupo paulistano a divulgar, em julho de 1983, informações a respeito da aids. Vale lembrar que, quando surgiram as primeiras notícias a respeito da aids, houve várias reações de desconfiança no interior do movimento, o receio era de que esta fosse mais uma forma de controle médico sobre os homossexuais. Em 1984, de acordo com MacRae (1985: 389), por falta de interesse dos seus militantes e dificuldades em pagar o aluguel da sede, o *Outra Coisa* encerra suas atividades.

O GALF, após o “racha”, voltou-se mais para o movimento feminista, no qual procurava incentivar que se desse mais atenção às questões ligadas à sexualidade e brigava

⁵⁵ O 28 de junho é internacionalmente comemorado como sendo o Dia do Orgulho Gay. Essa data celebra a rebelião de Stonewall, enfrentamento entre homossexuais e policiais, ocorrido em Nova York (EUA), no ano de 1969. Stonewall é reconhecido como marco do surgimento do moderno movimento homossexual norte-

para que militantes feministas assumissem suas práticas homossexuais. Sofreu uma dissidência que formou o *Grupo Terra Maria*, mas continuou atuando, voltando-se ora para o movimento feminista, ora para o “gueto lésbico”. Dos grupos paulistanos, o *GALF* foi o único que atravessou esses mais de vinte anos de movimento, chegando aos anos 90 como *Rede de Informação Um Outro Olhar*, nome que passou a utilizar, a partir do momento em que adotou o formato institucional de ONG.⁵⁶

MacRae (1985) aponta a existência de cerca de 20 grupos homossexuais no Brasil no início dos anos 80. Ao final de seu trabalho, avalia a situação do movimento homossexual em 1985:

“Embora o movimento homossexual brasileiro tenha entrado em declínio, restando pouquíssimos grupos em atividade, subsistiram redes de amizade e comunicação criados a partir deles. Poucos antigos militantes manifestaram disposição para qualquer volta à atuação, nos moldes anteriores. Porém em certos momentos críticos, os membros de diversos grupos extintos têm se reunido para discutir e tentar efetuar algum tipo de mobilização da população que se identifica como homossexual.” (MacRae: 1985: 390)

“É inegável a eficácia dos grupos homossexuais em vários sentidos. Talvez a principal tenha sido a construção de redes de sociabilidade unindo (e também promovendo) um novo tipo de homossexual que não é dominado por sentimentos de culpa e não se considera doente ou anormal. Mesmo depois de cessadas as atividades declaradamente ‘militantes’, essas redes têm sobrevivido e sido, em muitos casos, cruciais na história de vida de muitos de seus participantes, influenciando na sua escolha de moradia, de emprego, de atividade de lazer e de opção política.” (MacRae, 1985: 465)

“Num plano mais institucional, foram também dados outros passos importantes que afirmam a ‘normalidade’ e a legitimidade da homossexualidade. A campanha iniciada pelo ‘Grupo Gay da Bahia’ pela alteração da classificação dada à homossexualidade no código do INAMPS, foi um dos sucessos mais palpáveis desse ativismo. O reconhecimento oficial e legalizado do ‘Grupo Gay da Bahia’ e do ‘Triângulo Rosa’, enquanto organização explicitamente voltadas à questão homossexual, são de certa forma outro marco histórico. A importância desses acontecimentos já começa a se mostrar, no momento, com o trágico surto da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), quando os programas oficiais têm se pautado em geral pelo respeito aos direitos de cidadania dos homossexuais, que formam o seu principal grupo de risco nestes meados de 1985.” (MacRae, 1985: 466).

americano, que se internacionalizou.

⁵⁶ Esta informação me foi dada por uma das coordenadoras do grupo, em entrevista para meu trabalho final de graduação, no ano de 1995.

Embora pareça ambíguo que MacRae fale num declínio do movimento homossexual brasileiro, ao mesmo tempo em que anuncia importantes conquistas vindas do trabalho de grupos, ainda novos na ocasião, que foram apenas citados em sua tese, não há como negar que essas conquistas e a atividade desses novos grupos coincidiram com um considerável declínio quantitativo. Uma retrospectiva dos encontros nacionais do movimento, publicada pelo *Boletim do GGB* em 1993, ao falar sobre uma prévia do II EGHO⁵⁷, realizada em dezembro de 1980, sugere, no entanto, que não se tratava de um declínio do movimento, mas de uma drástica redução do número de grupos e da intensificação da atividade de uma nova geração de militantes:

“Por sugestão do Lampião e dos grupos do eixo RJ/SP, realizou-se no Teatro da Casa do Estudante Universitário uma “prévia” do II EBHO. Por incrível que pareça foi a reunião que congregou o maior número de grupos organizados em toda história do MHB⁵⁸. Do Rio estavam presentes: Somos, Auê, Bando de Cá de Niterói; de São Paulo vieram: Somos, Outra Coisa, Eros, Convergência Socialista, Galf, Terra Maria, Alegria Alegria, Grupo Opção, Liberdade Sexual de Santo André; do Nordeste: os recém formados Grupo Gay da Bahia, o GATHO (Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda) além do Beijo Livre de Brasília e o Terceiro Ato de Belo Horizonte, formando um total de 15 grupos, além do Lampião – na época em aberto conflito com alguns grupos do MHB –; tanto que das sete horas de duração do encontro, mais de duas foram gastas na discussão se o Lampião seria ou não aceito no Encontro: no final prevaleceu o bom senso, ficando o Lampião. Foi a primeira vez que o GGB esteve em um encontro nacional e por mais que insistíssemos na importância de aproveitar aquelas poucas horas para reforçar os grupos presentes, que demonstravam nítidos sintomas de precoce desestruturação, infelizmente, os participantes procuraram discutir temas mais formais, como o caráter deliberativo do próximo EBHO e a não formação de uma Coordenação Nacional do MHB; temendo alguns que a Facção Homossexual da Convergência Socialista viesse a dominar os destinos do movimento. A coordenação dessa prévia esteve sob o comando da poetisa Leila Micolis, do Auê/RJ. Existiam na época outros grupos que não se fizeram presentes nesta prévia: o Coligay de Porto Alegre; o Auê de Recife; o Libertos de Guarulhos. A partir desta data, a maior parte dos 17 grupos do MHB desaparecerão, e o II EBHO, previsto para se realizar no Rio de Janeiro no mês de Abril de 1981, abortou. (Boletim do Grupo Gay da Bahia, 1993)

⁵⁷ O II EGHO ocorreu apenas em 1984.

⁵⁸ Nota minha. É importante lembrar que esse texto foi escrito em 1993, provavelmente num momento imediatamente anterior à realização do VII – Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais – EBLHO – que reuniu 21 grupos.

2. Anos 80: declínio ou período de transformações?

Antes do final da primeira metade dos anos 80, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da aids, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.

Néstor Perlongher, num texto publicado em 1993, retrata o peso da chegada da “peste gay” e seu impacto sobre as propostas de liberação homossexual, falando num “fim da homossexualidade”:

“É preciso esclarecer: o que desaparece não é tanto a prática das uniões dos corpos do mesmo sexo genital, (...) mas a festa do apogeu, o interminável festejo da emergência à luz do dia, no que foi considerado o maior acontecimento do século XX: a saída da homossexualidade à luz resplandecente da cena pública, os clamores esplêndidos do – diriam na época de Wilde – amor que não se atreve a dizer seu nome. Não somente atreveu-se a dizê-lo, mas o tem gritado na vozeria do excesso. Acaba, poder-se-ia dizer, a festa da orgia homossexual, e com ela termina-se (não era, por sinal, sua expressão mais chocante e radical?) a revolução sexual que sacudiu o Ocidente no decorrer deste acidentado século. (...) Um declínio tão manso que se a gente não olha bem não percebe: esse é o processo da homossexualidade contemporânea. Ela abandona a cena fazendo uma cena poética e desgarrada: a da sua morte. (...) Aos que agora sentimos esses acontecimentos não pode escapar a sinistra coincidência entre um maximum (um esplendor) de atividade sexual e a emergência de uma doença que utiliza os contatos entre os corpos (e usou, em Ocidente, sobretudo dos contatos homossexuais) para se expandir de forma terrificante, ocupando um lugar axial na constelação de coordenadas do nosso tempo, em parte por se registrar aí a atraente (por ser misteriosa e ambivalente) colusão de sexo e morte.” (Perlongher, 1993:40)

Mas, antes disso, o fim do *Lampião*, que encerrou suas atividades em junho de 1981, deixou os grupos órfãos do meio de comunicação por meio do qual faziam circular suas idéias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento. O importante papel cumprido pelo *Lampião* na mobilização do movimento homossexual nesse período, e o vazio deixado pelo seu fim, são reconhecidos tanto por MacRae, quanto por Silva e Green. Silva sugere que o jornal enfrentou vários problemas por ser uma publicação da

“imprensa nanica” e teria encerrado suas atividades mergulhado num vácuo:

“(…) os inquéritos públicos, e a repressão paramilitar; a instabilidade econômica; e, com a instalação da ordem democrática, a perda de sua função enquanto órgão de resistência. Outro aspecto que deve ser ressaltado, após a audição das narrativas, refere ao vácuo no qual o jornal mergulha: o Lampião abandona o teor contestatório e não consegue assumir as características de uma publicação voltada ao consumo.” (Silva, 1998: 125 – Grifos meus)

James Green, em entrevista para o trabalho de Silva, também aponta a forte relação entre o *Lampião*, a ditadura e os grupos do movimento:

*“Ao meu modo de ver, a ‘abertura’ alimenta o movimento homossexual. O próprio *Lampião* é reflexo deste período. É um jornal da imprensa ‘nanica’, publicado para lutar contra a censura. O *Lampião* realmente abre caminho para os grupos.” (entrevista de James Green in: Silva, 1998: 91 – grifos meus)*

Sem que seja necessário entrar nos detalhes relativos às disputas acerca de um projeto para o jornal, que realmente ocorreram, ou da vitória de uma determinada proposta, é possível perceber que “um jornal publicado para lutar contra a censura” teria, de qualquer modo, dificuldades para sobreviver ao fim da censura e à passagem de seus temas para as páginas de jornais e revistas de grande circulação.

Considero possível estender essa mesma lógica, embora não como causa única, para ajudar a compreender a redução da quantidade de grupos no movimento homossexual. Do mesmo modo que a redemocratização produziu um vácuo para a continuidade da atuação do *Lampião*, estruturado fortemente sobre a nossa versão antiautoritária de contracultura, pode-se imaginar que o final da ditadura tenha criado também dificuldades para a continuidade da atuação dos grupos homossexuais. Assim, teriam sido prejudicados principalmente aqueles grupos com um perfil mais comunitarista e antiautoritário. A continuidade num período pós-redemocratização exigiria toda uma adaptação do ideário e do estilo de militância desses grupos ao novo contexto.

Alexandre Ribondi, à época militante do grupo *Beijo Livre* de Brasília, entrevistado por Silva, dá idéia do que o fim do *Lampião* significou para um grupo afastado geograficamente do eixo Rio-São Paulo, onde estava concentrada a maior quantidade de grupos:

*“Quando o *Lampião* acabou, o *Beijo Livre* ainda conseguiu se reunir. O*

grupo acabou naturalmente. As pessoas foram se dispersando, continuaram amigas. [...] Quando o Lamião deixa de existir, ele deixa muita gente órfã. Todo mundo ficou órfão porque acabou tudo! Todo mundo se recolheu, os grupos deixaram de existir. Não se passou mais a discutir homossexualidade. [...] Quando o Lamião deixa de existir, os grupos deixaram de existir e os que existiam, nós não tínhamos como saber deles!! Desta forma, era como se não existissem. Eles não tinham efeito, não tinham importância.” (entrevista de Alexandre Ribondi in: Silva, 1998: 152 – Grifos meus)

O relato de Ribondi permite perceber também a dependência desses coletivos em relação a acompanhar as atividades dos pares para manter suas atividades. Isso demonstra a necessidade por parte desse tipo de grupo de se sentir inserido em um movimento maior e da obtenção de referências positivas para sua atuação. Mas, por outro lado, revela como a impossibilidade de diferenciar-se dos pares também pode ser interpretada como desmobilizadora, levando-se em conta que se tratava de um movimento que tinha sua dinâmica marcada pela multiplicação dos grupos por fissão e/ou a partir de atividades promovidas por grupos mais consolidados e, pela necessidade de debater, e até mesmo brigar, entre si para definir o modo específico de militância de cada um dos grupos.

Green (1998) cita uma variedade de fatores que poderiam ter contribuído para um declínio no movimento:

“With certain exceptions, most organizations never grew beyond several dozen members at a given time. They lacked financial resources and infrastructure. Many of the initial leaders became demoralized and left after their groups failed to grow significantly. Other activists did not have the experience to sustain their groups during 1980s – Latin America’s ‘Lost Decade’ – when burgeoning foreign debts sparked runaway inflation and massive unemployment. Moreover, the end of dictatorship in 1985 created a false sense that democracy had been restored and that individual rights of homosexuals and other sectors of the society would expand without effort. The press, radio, and television carried more positive coverage of homosexuality and provide a vehicle for the movement’s few public leaders to articulate their viewpoints. In addition, visible gay consumerism which included more nightclubs, saunas, bars, and discos, sustained an illusion that greater freedom had been achieved and that Brazil’s gay and lesbians did not require political organization.” (Green, 1998:98)

O período que se segue a esse “declínio” do movimento ainda não teve um estudo específico a seu respeito. Até 1999, quando uma primeira versão deste trabalho foi apresentada para o exame de qualificação, somente referências esparsas sobre o período que

se inicia na segunda metade dos anos 80 podiam ser encontradas em alguns trabalhos acadêmicos (Silva, 1993; Silva, 1998; Valinotto, 1991) e nos documentos produzidos pelo movimento. Depois disso, foi publicada a versão revista e atualizada de *Devassos no Paraíso* (Trevisan, 2000) que, ao lado do artigo “*More Love e More Desire*” *The Building of a Brazilian Movement* (Green, 1998), oferece mais dados e interpretações sobre esse período.

MacRae, que defendeu sua tese baseada na etnografia do grupo *Somos* em 1985, documenta de modo mais preciso e detalhado os acontecimentos ocorridos até 1983, quando o *Somos* encerra suas atividades. No final da tese, como citado acima, MacRae fala de um declínio do movimento, ao mesmo tempo em que relata realizações de dois grupos que não apareciam com destaque em sua narrativa sobre a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro: o *GGB* e o *Triângulo Rosa*.

Nesse sentido, é importante lembrar que a “primeira onda” do movimento homossexual e o movimento feminista foram analisados, na década de 80, a partir de uma bibliografia voltada para os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários”, que enfatizava seu forte caráter antiautoritário e comunitarista. A abordagem de MacRae (1985), que se dedicou especificamente ao movimento homossexual, até mesmo pela inserção no contexto histórico em que o fenômeno se produzia e pela maior proximidade com as experiências diretamente ligadas ao grupo *Somos* e ao jornal *Lampião da Esquina*, não enfatizou outras características, já presentes naquele primeiro momento, que permitiram que esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 80.

Apoio-me para essa afirmação no trabalho realizado por Silva (1993) sobre o grupo *Triângulo Rosa* e nas entrevistas de história oral de vida de militantes e intelectuais ligados ao jornal *Lampião da Esquina* realizadas por Silva (1998). Ambos localizam pessoas e propostas, já presentes nas primeiras iniciativas, consideradas como fazendo parte de um movimento homossexual brasileiro, que não podiam ser enquadradas dentro da dicotomia entre “autonomistas” e “trotskistas”, focalizada por MacRae (1985) no grupo *Somos* de São Paulo.

Esses trabalhos permitem pensar que, mesmo nessa “primeira onda” do movimento, já se encontravam presentes, ainda que ainda pouco expressivas, outras características facilmente identificáveis na trajetória de militantes como o já falecido João Antônio

Mascarenhas (articulador inicial do grupo de intelectuais que compôs o jornal *Lampião da Esquina* e fundador do extinto grupo *Triângulo Rosa*) e Luiz Mott (fundador do *Grupo Gay da Bahia*). Ambos são personagens fundamentais, principalmente durante o período de “declínio” do movimento. Uma menor refratariedade à institucionalidade e pouco envolvimento com posições ideológicas de esquerda ou anarquistas estão entre as características que, a meu ver, já estavam presentes. Estas características permitiram que esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 80, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista, para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário⁵⁹.

Nas entrevistas concedidas a Silva (1998), Mott e Mascarenhas delineiam trajetórias individuais pré-participação no movimento que podem ser um tanto diferentes entre si, mas se afastam bastante do alto grau de envolvimento com grupos e concepções político-revolucionárias identificável, tanto nas posições mais “autonomistas” quanto nas “esquerdistas”, das primeiras lideranças retratadas por MacRae (1985) no grupo *Somos*.

Mott interrompeu uma formação que o levaria à vida religiosa e ingressou na carreira acadêmica nas Ciências Sociais, dividindo seu tempo, posteriormente, entre as atividades acadêmicas na UFBA e a coordenação/participação no *Grupo Gay da Bahia*. Seu depoimento aponta para o fato de que não tenha tido um envolvimento político mais profundo com nenhum partido, tendência ou movimento, que não o movimento homossexual. Apesar de ser estudante de Ciências Sociais na USP, no período inicial da ditadura, seu depoimento leva a crer que seu envolvimento com grupos de esquerda e com o movimento estudantil não foi muito profundo e poderia ser caracterizado como circunstancial.

“Vivi a infância numa família de classe média, católica... toda a família se reunia para a missa dominical. (...) Desde menino fui muito carinhoso, delicado... sensível. Isso levou meus irmãos sobretudo os gêmeos... mais velhos que eu, a me discriminarem. (...) Em parte a ida para o seminário foi estimulada pelos meus pais. Ela também teve como significado a fuga de uma opressão... de uma discriminação que sofria por parte dos meus irmãos... sobretudo desses gêmeos. (...) Em 1963, fui para o noviciado, passei um ano em Belo Horizonte: Noviciado Dominicano. (...) No seminário, quanto no noviciado, fui um adolescente marcado

⁵⁹ Faço aqui referência à distinção entre formas de organização interna de movimentos sociais elaborada por Durham (1984).

pela espiritualidade. Realmente vivia o dia todo pensando em Deus. Era uma pessoa com espiritualidade muito forte, um certo pieguismo. Sobretudo uma espiritualidade já moderna no sentido da caridade, da solidariedade e com grande preocupação pela Bíblia, cuja leitura fiz várias vezes... (...) Deixei o convento (...) em 1964, ano da "revolução". Apesar dos dominicanos terem tido uma participação importante no movimento pré-ditadura, politicamente eu era bastante alienado. (...) Na área de Ciências Sociais vi a possibilidade de continuar mais ou menos na mesma linha do sacerdócio. Eu via as Ciências Sociais como uma espécie de serviço social, auxiliando a sociedade. Era uma época de fermentação de idéias políticas, de reformas de base.... poderia fazer da minha futura profissão não mais o sacerdócio religioso, mas uma prestação de serviços ao bem comum. (...) Participei ativamente dos movimentos de protesto durante o curso universitário da USP. Fui a algumas reuniões da Ação Popular. Fui convidado para uma reunião da política operária – POLOP –, mas nunca fui plenamente cooptado por algum grupo... fosse político organizado, estudantil. Na universidade tive uma ação política não organizada. Não participava ativamente de grupos. Embora participasse ativamente de passeatas. (...) Terminada a faculdade, consegui uma bolsa na França, para fazer o mestrado em Antropologia. (...) Gostei imensamente de viajar pela Europa... tive liberdade! Tive oportunidade de ter uma vivência homossexual bastante livre. Transei com pessoas de inúmeras nacionalidades, frequentei boates. Em 1970, encontrei a primeira revista homossexual, ainda muito tímida... a Arcadie. A partir de 1972... se não me engano, existia a Frente de Liberação Homossexual, mas não tive essas informações, assim como não vi drogas na França. Esses fatos aconteceram logo depois de Maio de 1968. Havia uma grande agitação estudantil-política. Nessa fase, contudo, não tinha consciência nem identidade homossexual.” (depoimento de Luiz Mott in: Silva, 1998: 455-483)

Mascarenhas nasceu em Pelotas em 1927, numa família tradicional de pecuaristas e num ambiente social onde o machismo era, segundo ele, cultivado. Em 1956, mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de “ganhar a vida pelo próprio esforço, sem [se] valer das amizades do pai”. Coincide com a época da mudança para o Rio, sua opção por relacionar-se exclusivamente com homens. Relata sua trajetória até o movimento como algo que parte da tranquilidade cotidiana de um advogado, funcionário público, que separava em sua vida privada o sexo da afetividade. Conta que, num dado momento, quando já vivia no Rio, foi tomado por um sentimento de revolta pessoal com a possibilidade de violência e chantagem decorrentes de uma lógica que ele descreve como “eu faço que me escondo e você faz que não me vê”. Sua narrativa leva a crer que esse sentimento de revolta tenha aparecido num momento próximo àquele em que obteve as primeiras notícias sobre o movimento homossexual. Em viagem de férias a Porto Alegre, em 1972, tomou contato, por meio de

amigos, com revistas gays internacionais que posteriormente começou a assinar. Com a assinatura da *Gay Sunshine*, uma revista norte-americana, se deu seu contato com o editor, Leyland, cuja vinda ao Brasil, em 1977, serviu para articular o grupo de intelectuais que compôs o conselho editorial do jornal *Lampião*. O objetivo de Mascarenhas era que o jornal fomentasse o surgimento de um movimento homossexual no Brasil:

“No que se refere ao movimento homossexual, houve o seguinte... quem tinha vontade daquele movimento era eu. O João Silvério Trevisan era o único que tinha alguma noção além de mim. Ele havia morado nos Estados Unidos. O Trevisan possuía a idéia do Gay Liberation... que é uma atitude filosófica de contestação plena, completa e radical. Algo um pouco diferente da minha posição... nunca fui do Gay Liberation. Nesse meio tempo já conhecia bem o Gay Liberation porque estava com uma bibliotecazinha sobre o assunto. Os outros nunca tinham ouvido falar em movimento, nem o Aguinaldo... o Darcy também não. (...) Desde o início já vi que o jornal nunca seria um órgão do movimento... por causa do papel predominante do Aguinaldo. Ele não sabia nada sobre o assunto, nem se importava com isso. Mesmo assim, achei que devia prestigiar o Lampião, pois parecia-me que era melhor ter este jornal do que não ter nada. Como tive interesse na vinda do Winston pra cá – justamente com essa esperança – pelo menos algo tinha se realizado. Imaginava que o Lampião podia agir como um catalisador... o que acabou acontecendo! Os grupos começaram a surgir. (...) Porém, sob orientação do Aguinaldo, o jornal cada vez mais se afastava da minha idéia. Então achei melhor dar minha cota ao Francisco Bittencourt. (...) Certa vez fui a um congresso... acho que era na casa do Estudante Universitário – CEU –, lá no morro da viúva, e vi um sujeito do qual gostei. Ele me impressionou. Achei-o uma pessoa séria: Luiz Mott do Grupo Gay da Bahia. Entrei em contato e passei a trabalhar com ele. Porém, eu atuava no Rio de Janeiro e ele em Salvador. Eu fazendo pesquisas e escrevendo cartas para ele, dando palpites sobre orientação... essas coisas todas. Quando foi em 1985, aproximava-se a questão da Constituinte, assim achei melhor me desligar do Grupo Gay da Bahia... no sentido de criar um grupo aqui no Rio. Foi assim que nasceu o Triângulo Rosa.” (entrevista de João Antônio Mascarenhas in: Silva, 1998: 265-286)

Tanto Mott quanto Mascarenhas apresentam em seus depoimentos uma trajetória anterior ao movimento muito menos vinculada a grupos político-revolucionários, ou mesmo às idéias da contracultura, que são marcantes na trajetória de outras lideranças do movimento homossexual presentes na “primeira onda” do eixo Rio-São Paulo descrita por MacRae. Há também diferenças no estilo de militância que desenvolvem em relação ao perfil delineado por MacRae – e em boa medida confirmado nos escritos de Trevisan (1996 e 2000) e Green (1998 e 2000) – a respeito do *Somos* e dos grupos do eixo Rio-São Paulo da

“primeira onda” do movimento. No *Somos*, por exemplo, tanto as lideranças com uma posição “autonomista”, quanto as que tinham uma posição em favor de alianças com partidos políticos, grupos de esquerda e outros movimentos não classificados como “movimentos de minorias”, tinham projetos de transformação da sociedade como um todo. As atuações de Mott e Mascarenhas demonstram um menor envolvimento com projetos de transformação social, num sentido mais amplo, e uma ação mais pragmática, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais. As propostas encaminhadas por ambos os grupos – *GGB* e *Triângulo Rosa* –, na década de 80, já haviam sido discutidas nas prévias do I e II EGHO e no I EGHO e EBHO. Independente de quais grupos tenham sido os proponentes, tais propostas foram aprovadas pelos encontros. Grupos como o *Somos/SP*, por exemplo, participaram da campanha, coordenada pelo, então recente, *GGB*, pela mudança do código de classificação de doenças do INAMPS em relação à homossexualidade. Mas, assim como no caso da proposta de criar uma lei que impedisse a discriminação por “opção sexual” – posteriormente renomeada de “orientação sexual” –, o encaminhamento concreto e a coordenação da campanha acabou ficando a cargo de grupos que, parafraseando um documento do *GGB*, colocam “a causa gay em primeiro lugar”.

Na “primeira onda” do movimento, o *Somos* e o *Lampião* questionavam o uso da palavra “gay”, preferindo utilizar “bicha” ou “guei”, e o faziam com a justificativa de que “gay” era um termo muito ligado ao movimento norte-americano (Green, 1998:103). Pode-se dizer que as relações com o movimento em nível internacional não eram vistas como prioritárias entre iniciativas como o *Somos* e o *Lampião*. João Antônio Mascarenhas, na mesma época, ainda durante a existência do *Lampião*, esteve numa conferência da então *IGA* (*International Gay Association*), posteriormente renomeada como *ILGA* (*International Lesbian and Gay Association*), que ocorreu em abril de 1980 na Itália (*Lampião da Esquina*, 1981:3). Silva (1993:66) menciona o fato de que o grupo *Triângulo Rosa* era, já nos anos 80, filiado à *ILGA*.

Além do pragmatismo, de um direcionamento mais específico para a “causa homossexual” e de uma maior valorização das relações com o movimento internacional, a atuação de militantes como Mascarenhas e Mott, e dos grupos que coordenaram, apresenta uma série de preocupações que, se existiam, não apareciam com grande ênfase nos relatos

sobre a “primeira onda” do movimento. A entrevista com Mott em Silva (1998), por exemplo, deixa clara sua preocupação com a necessidade de uma sede para o grupo. O crescimento e fortalecimento do grupo é acompanhado, na fala de Mott, pela conquista de espaços físicos mais adequados para as atividades do grupo:

“Depois mudei para Salvador (...) nessa época, eu continuava recebendo o jornal Lampião. Foi o período em que tinham se fundado alguns grupos: o Somos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Sorocaba. Assim, tive a idéia de fundar um grupo em Salvador. No fim do ano de 1979, escrevi um anúncio no jornal Lampião dizendo: ‘Bichas baianas, rodem a baiana... tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Vamos fundar um grupo de discussão sobre homossexualidade... me escrevam!’ Como não tinha caixa postal, botei o endereço do meu apartamento. Na época um militante do movimento homossexual de São Paulo... que era baiano, voltou à Bahia. Ele entrou em contato comigo, colocou-me em contato com alguns anarquistas, jornalistas e professores. Essas pessoas também tinham pensado em organizar algo relacionado a movimento gay. Fizemos os primeiros contatos e marcamos a primeira reunião do Grupo Gay da Bahia. Foi no dia 29 de fevereiro de 1980... era um ano bissexto!! Reunimo-nos dezessete pessoas num sábado à noite (...) O grupo inicialmente se reunia na minha casa. Depois conseguimos a sede do grupo anarquista, no centro de Salvador... num lugar chamado Relógio de São Pedro. Nós nos reunimos todos os domingos... dez, quinze, vinte pessoas ou até mais. (...) Depois de alguns anos, funcionando na sede do grupo anarquista, tivemos possibilidade de comprar uma quitinete no centro de Salvador... na Praça Castro Alves, a partir de então o grupo passou a funcionar nesse local. O nosso pequeno arquivo foi transferido para lá... até então ele estava na minha casa na Barroquinha. Nesta pequena sede o GGB funcionou talvez cinco ou oito anos. Tivemos que enfrentar vários problemas com a discriminação da vizinhança, mas nesse pequeno espaço conseguimos reunir vinte... trinta pessoas. (...) Em 1988 ou 1989, tivemos oportunidade de comprar um espaço maior na Rua do Sodré. O primeiro andar de um casarão histórico. É um espaço bem mais confortável, com sessenta cadeiras, um arquivo, um sanitário. Montamos o Centro Cultural Triângulo Rosa. O GGB passou a ter mais espaço, com um local para fazer exposições. Já fizemos inúmeras exposições de gravuras, de fotografia. Realmente já é um Centro Cultural conhecido em Salvador” (entrevista de Luiz Mott In: Silva, 1998:469-473).

Com certeza, poucos grupos brasileiros têm a mesma preocupação em possuir uma sede própria como o GGB. Na segunda metade dos anos 90, o que pude observar foram grupos/associações que geralmente alugavam pequenas sedes e, na maioria das vezes, as dividiam com outras associações. No entanto, essa preocupação do GGB está relacionada a um tipo de preocupação bastante comum entre algumas das associações com as quais tive

contato durante o tempo que estive em campo: para fazer uma série de coisas, o grupo/associação deveria contar com uma certa infraestrutura própria, chamada de “capacidade instalada”. Isso certamente se diferencia bastante do tratamento dado pelo *Somos* à questão do espaço utilizado para a realização de suas atividades, que podia ser tanto a residência de um dos membros, quanto uma boate, um espaço na universidade ou uma sede dividida com um grupo de esquerda.

Além dessa preocupação em ter uma sede própria, que não é algo presente nas descrições sobre o grupo *Triângulo Rosa*, há também uma preocupação em registrar legalmente o grupo, que perpassa as duas iniciativas que estamos aqui tomando como foco da análise. Silva (1993:55) relata que “o grupo *Triângulo Rosa* foi oficializado, no Registro Civil de Pessoa Jurídica, em 27 de fevereiro de 1985”. MacRae (1985:466) cita o *GGB* e o *Triângulo Rosa* como grupos que haviam obtido “reconhecimento oficial e legalizado (...) enquanto agremiações explicitamente voltadas à questão homossexual”. Além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações se proponham a uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos civis dos homossexuais.

Entendo que a preocupação com ter uma sede, bem como com o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos, possam ser interpretados no sentido de denotar uma institucionalização dos grupos. Institucionalização no sentido de que os grupos procuram deixar de ter que utilizar espaços improvisados, de se reunirem quase que clandestinamente e de evitar a criação de uma estrutura. Creio que a expressão de tais características possa ser relacionada à passagem a um regime democrático e a uma desarticulação da ênfase antiautoritária, que havia se constituído, em boa medida, como reação ao ambiente autoritário criado pela “ditadura”.

Além disso, os militantes dessa “segunda onda” costumam deixar claro que percebem sua atuação de modo diferenciado da atuação dos militantes anteriores. Luiz Mott, em entrevista a Silva (1998), relata que teve pouco contato com as lideranças históricas do movimento homossexual, usando o termo “*dinossauros*” para se referir a eles. Em outro momento, um documento do *GGB* sobre os encontros nacionais critica o fato de se ter perdido horas do tempo reservado à prévia do II EBHO, discutindo se seria ou não permitida a participação de representantes do *Lampião da Esquina*, que à época tinha sérios

problemas de relacionamento com os grupos militantes. Entendo esta crítica como um elemento que denota uma diferenciação do GGB em relação aos outros grupos presentes. Pedro e Rosa (nomes fictícios), militantes do *Triângulo Rosa* entrevistados por Silva (1993), por sua vez, referem-se às diferenças que percebem entre sua atuação e a dos primeiros grupos homossexuais:

“Segundo Pedro:

O Somos/RJ discutia assuntos psicossociais. Por exemplo: o ‘homossexual’ e a família. Era como uma psicoterapia de grupo sem terapeuta, eram trocadas vivências e experiências. Hoje está na moda se chamar este tipo de grupo de ‘grupo de auto-ajuda’. O Triângulo Rosa, por sua vez, não discutia de maneira central as questões pessoais. Tratava das questões externas: políticas, leis... fatos acontecidos com outras pessoas. Seu caráter político era, talvez, a grande diferença.

Rosa, por sua vez, afirmou:

Tinha uma discussão diferente, talvez pelo fato desse primeiro momento histórico já ter acontecido, ou seja, o Lampião, os primeiros grupos e tal. O Triângulo Rosa não discutia a discriminação interna de cada um, discutia a questão mais social, política. O enfoque era basicamente este, a atuação foi política, visava diminuir a discriminação via a política – partidos políticos, instituições, organizações da sociedade civil, era a OAB, era participar da alteração do Código de Ética do Jornalista... participar da elaboração da Constituição Federal. A preocupação era muito diretamente política”. (Silva, 1993:55)

Nos depoimentos acima, pode-se observar que ambos os entrevistados contrapõe a idéia de política à de auto-ajuda. Ambos descaracterizam o caráter político do modo de atuação dos primeiros grupos. O sentido dado à palavra política é extremamente diferente nos dois momentos. Para os primeiros militantes, havia um traço radicalmente político nas “reuniões de reconhecimento”, que foram, por bastante tempo, a principal atividade cotidiana no *Somos/SP*. Elas deveriam ser a base sobre a qual se poderia tomar contato com a experiência concreta de homossexualidade e a própria experiência de discriminação e violência através dos relatos pessoais dos participantes, seguindo a mesma lógica do feminismo, que afirmava uma politização do cotidiano através do *slogan* “o pessoal é político”. Segundo MacRae (1985), esse modelo de reunião tinha por função construir a igualdade entre os membros do grupo e fazer com que os membros aprendessem uma nova forma de se ver no mundo. Nessas reuniões era criada e consolidada a identidade de homossexual militante. Do ponto de vista dos militantes da época, era muito forte a idéia de

uma transformação social ampla construída a partir da intimidade e do cotidiano. Os depoimentos vistos acima não reconhecem mais essa concepção de política. A política para eles tem um sentido muito mais pragmático e muito menos ancorado nas experiências e vivências pessoais dos próprios militantes. Eles parecem também tomar a identidade homossexual como algo já dado, seja por se perceberem para além da necessidade uma atividade de auto-ajuda ou por entenderem que tal identidade já houvesse sido construída pelo trabalho dos grupos anteriores.

MacRae (1985:453) havia observado uma certa ambigüidade no movimento homossexual, que se expressava na definição da homossexualidade ora como “opção”, ora como “essência” e, na oscilação entre a defesa da legitimidade da homossexualidade e a apologia dos aspectos contestatórios de sua marginalidade. Durante o processo de elaboração e da defesa da inclusão da não-discriminação da homossexualidade na Constituição, os militantes envolvidos, consultando acadêmicos e profissionais de várias áreas, chegaram a um consenso pela utilização da expressão “orientação sexual”. A partir dessa utilização, a polêmica entre homossexualidade como “opção” ou como “essência” deixa de estar tão presente no cotidiano dos grupos. “Orientação sexual” era um termo que permitia, ao mesmo tempo, afirmar uma certa concretude para a experiência da homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas, ou seu caráter “essencial”. Por outro lado, com a atuação mais pragmática por parte dos grupos/associações em favor dos direitos civis, a ambigüidade entre a legitimidade da homossexualidade e a valorização de sua face “marginal” tende a se desfazer. Nesse sentido, a defesa da legitimidade da homossexualidade, apesar da “solução de consenso” representada pela utilização do termo “orientação sexual”, tende muitas vezes a reanimar a ênfase em explicações da homossexualidade a partir de uma “essência”, inata ou adquirida em tenra idade.

A forte associação, de caráter negativo, entre a aids e a homossexualidade, que teve lugar no início da epidemia, levou vários grupos a optarem por não trabalhar prioritariamente com a luta contra a aids. O próprio *Triângulo Rosa*, segundo Silva (1993), é um desses casos. A associação entre aids e homossexualidade era por demais conflitante com a busca de legitimidade para a homossexualidade, presente na proposta de atuação mais legislativa que predominou nesse grupo. Outros grupos como o *GGB* e o *Atobá* – criado em

1985 no Rio de Janeiro – conseguiram conjugar de outra maneira essa relação entre legitimidade da homossexualidade e atuação contra a epidemia. Ambos os grupos aparecem em documentos e na bibliografia sobre a “construção de uma resposta coletiva à aids” como tendo uma atuação destacada nesse sentido. De todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente nessa “segunda onda” do movimento. O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas.

Gostaria de deixar claro, aqui, que todas essas novas características e preocupações que pude perceber, por meio da análise dos casos de Mott e Mascarenhas e dos grupos em que atuaram/atuem, não constituem um modelo fechado de acordo com o qual as novas gerações de militantes necessariamente se comportam. Certamente, o pragmatismo na atuação aparece muito mais fortemente nos grupos da “segunda onda” e em alguns grupos que observei em campo, e que surgiram já na década de 90. No entanto, há vários graus em que esse pragmatismo se expressa na atuação cotidiana dos grupos e associações existentes hoje no Brasil. Mesmo a concepção de política ou a idéia da identidade homossexual como algo já dado, que encontramos nos depoimentos dos militantes do *Triângulo Rosa* citados anteriormente, não é uma característica homogênea nos grupos que observei. Muitos grupos mesclam, em sua atuação, atividades de relatos de experiências pessoais e mobilizações em torno de casos e campanhas. O próprio *CORSA*, grupo cuja atuação acompanhei em campo, procura combinar essas duas estratégias de atuação. O relato que desenvolvi anteriormente a partir desses casos tem muito mais o objetivo de mostrar que algumas dessas concepções já estavam presentes, inclusive, na chamada “primeira onda” do movimento. Mascarenhas, em sua entrevista a Silva (1998), relata que, já no início de sua atuação no movimento, se reconhecia como um simpatizante dos modos de atuação do *Gay Power* norte-americano, que contrapunha à simpatia, que percebia em Trevisan, pelo *Gay Liberation Front*. Ainda que remetesse essas diferenças no modo de atuação à simpatia por modelos de militância norte-americanos – o que não deixa de ser significativo –, Mascarenhas reconhece a presença desses dois estilos de militância já no momento de surgimento do movimento

homossexual brasileiro. A questão que me parece importante pensar é: de que maneira o contexto social mais amplo vai colaborando para que este ou aquele estilo de militância, muitas vezes relacionado à história pessoal de vida dos militantes, se torne mais ou menos valorizado e para que o movimento adote este ou aquele perfil? Nesse sentido, considero importante não isolar, na análise do movimento, os atores que constituem o movimento propriamente dito – os grupos e organizações que se reconhecem e são reconhecidos como parte dele – de outros atores com os quais se relaciona no cotidiano da militância. Essa ênfase nas “conexões ativas” será mantida no decorrer deste trabalho, na análise tanto do reflorescimento do movimento brasileiro quanto do grupo *CORSA*.

3. Os anos 90 e o reflorescimento do MHB

Na década de 80, há um declínio na quantidade de grupos, mas, como discuti no tópico anterior, discordo que isso tenha representado um declínio do movimento. Em janeiro de 1984, realizava-se em Salvador, o II EBHO, convocado pelo *GGB*. Para esse encontro, segundo documento do próprio *GGB*⁶⁰, foram convidados os sete grupos então existentes no território nacional. Desses sete, cinco grupos estiveram presentes: *Dialogay* de Sergipe, o *Gatho*, o *Grupo Libertário Homossexual*, o *GGB* e o *Adé-Dudu* de Salvador, além de homossexuais não organizados em grupo de Maceió, totalizando cerca de 40 participantes. A abertura contou com a presença de representantes de outros movimentos – negro e feminista – e de partidos como o PMDB e o PT. As deliberações traziam novas questões ao cenário: além das lutas pela “despatologização” e por legislação antidiscriminatória, já aprovadas em outros encontros, esse encontro aprovou que se lutasse pela legalização do “casamento gay”, por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. Em 1985, o mesmo documento fala sobre a existência de apenas seis grupos em todo o Brasil – o *GGB* e o *Adé-Dudu* na Bahia, o *Atobá*

⁶⁰ A principal fonte utilizada neste trabalho para reconstituir as informações sobre os encontros nacionais do movimento durante os anos 80 e início dos anos 90 foi uma matéria publicada no Boletim do Grupo Gay da Bahia, n. 27, em agosto de 1993. Essa matéria, indicada nas referências bibliográficas deste trabalho, traz uma pequena descrição de cada um dos primeiros seis encontros nacionais do movimento. As informações referentes a data, local e quantidade de grupos presentes a esses encontros são confirmadas em outros documentos elaborados por ocasião do oitavo e do nono encontros nacionais: Reis, T. (1995) e Rodrigues, M. M. (1997).

e o *Triângulo Rosa* no Rio de Janeiro e o *GALF* em São Paulo. Em outubro de 1986, seriam 12 grupos e em maio de 1988, 08.

Em janeiro de 1989, por iniciativa do *Atobá* (RJ, fundado em 1985), ocorreu o III EBHO, com a presença de seis grupos – *Grupo de Resistência Asa Branca* (GRAB – CE), *Dialogay* (SE), *GGB* (BA), *Comunidade Pacifista Tunker* (GO), *Movimento Antônio Peixoto* (PE) e *Atobá* (RJ). Entre os temas debatidos, a aids passou a ter um lugar privilegiado e, além da questão da violência homossexual e da necessidade de estimular a formação de novos grupos, a discriminação religiosa contra os homossexuais aparecia como uma nova preocupação.

Em janeiro de 1990, ocorria em Aracajú (SE), sob responsabilidade do Grupo *Dialogay* (SE, fundado em 1981), o IV EBHO. A esse encontro compareceram o *GGB* (BA), o *Dialogay* (SE), o *Atobá* (RJ), o *GRAB* (CE), o *Grupo Free* (PI) e o *NIES* (*Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Sexualidade*). O documento do *GGB*, fonte destas informações, destaca entre as discussões a campanha nacional de prevenção à aids, a denúncia de assassinatos praticados contra homossexuais e a proposta de formação de um Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais.

Em 1991, ocorria em Recife (PE) o V EBHO. A organização desse encontro ficou a cargo do *Movimento Antônio Peixoto* (MAP – PE), destinado à prevenção da aids e auxílio a soropositivos. Estiveram presentes representantes do *MAP*, do *GGB* (BA), do *Atobá* (RJ), *Rede de Informação Um Outro Olhar* (associação formada a partir do *GALF* – SP) e os futuros fundadores do *Grupo Dignidade* (fundado no ano seguinte, 1992 – PR), além de pessoas de estados vizinhos, como Paraíba e Rio Grande do Norte. Os temas do encontro destacados no documento do *GGB*, que nos serve de fonte, foram: a necessidade de fortalecimento do movimento e estratégias para tal, e a participação na luta contra a aids.

A partir de 1992, a quantidade de grupos presentes aos encontros nacionais volta a crescer. Nesta breve descrição a respeito dos encontros nacionais do movimento durante o período de declínio na quantidade de grupos, pode-se perceber uma pequena participação de São Paulo nessas atividades – o único grupo paulista a frequentar os encontros nesse período foi o *GALF*, que posteriormente deu origem à *Rede Um Outro Olhar*. Nota-se também um deslocamento geográfico das iniciativas movimentistas para o Nordeste e Rio de Janeiro. Dos grupos citados como participantes desses encontros, tive oportunidade de

constatar que o *GGB* (BA), o *Dialogay* (SE), a *Rede Um Outro Olhar* (SP), o *Atobá* (RJ), o *Dignidade* (PR) e o *GRAB* (CE) ainda estavam ativos no período em que estive em campo. A quantidade de grupos presentes aos encontros não necessariamente reflete o número de grupos existentes no Brasil. Mas, certamente, a disponibilidade para a ida a um encontro em outro estado, por vezes distante, reflete a existência de um certo vigor por parte do grupo. Nesse sentido, há que se perceber o forte papel desempenhado pelos grupos *GGB* e *Atobá* nesse contexto. Estes grupos estiveram presentes a todos os encontros realizados nesse período. No material que pude ter acesso sobre as questões mais tematizadas nesse período⁶¹, a necessidade de fortalecimento, tanto do movimento quanto da luta contra a aids, recebem grande destaque.

O ativismo pelos direitos dos homossexuais volta a florescer nos anos 90, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos presentes a esses eventos aumenta consideravelmente. Podemos perceber, observando a tabela a seguir, o aumento do número de entidades presentes aos encontros nacionais do movimento. Nesse sentido, cabe ressaltar o aumento do número de grupos nos encontros a partir de 1993, e o fato de que, a partir de 1995, os encontros passam a contar com financiamentos de programas estatais de combate às DST/aids e a ocorrer paralelamente aos encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com aids”, rebatizados posteriormente de encontros de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com aids”.

Ano	Encontro	Local	No. de grupos
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais	São Paulo-SP	08
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais	Salvador-BA	05
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro RJ	06
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais	Aracaju-SE	06
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais	Recife-PE	06
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais	Rio de Janeiro-RJ	11
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais	Cajamar-SP	21
1995	I Enc. Bras. de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba-PR	84
1997	II Enc. Bras. de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e IX Enc. Bras. de Gays, Lésbicas e Travestis	São Paulo-SP	52

Fontes: Até 1995: Reis, T. (1995)

1997: Rodrigues, M. M. (1997)

⁶¹ Boletim do Grupo *Gay* da Bahia (agosto de 1993).

A partir de 1992, ocorre também um aumento de participação de grupos exclusivamente lésbicos nos encontros nacionais do movimento. O IV EBHO, realizado na cidade do Rio de Janeiro entre 29 e 31/05/1992, contou com a participação de 11 grupos⁶²: *GRAB* (CE), *Dialogay* (SE), *GGB* (BA), *MHB* (PA), *GGA* (AM), *Turma OK* (RJ), *Atobá* (RJ), *Associação Gay de Nova Iguaçu* (RJ), *Dignidade* (PR), *Rede de Informação Um Outro Olhar* (SP) e *Deusa Terra* (SP), estes dois últimos, grupos lésbicos. Contou também com a presença de João Antônio Mascarenhas, citado como fundador do Triângulo Rosa, que na época estava desarticulado.

O VII EBLHO⁶³ ocorreu em Cajamar (SP), entre os dias 04 e 07/09/1993, tendo sido realizado por uma comissão formada pelos grupos *GH-PT*, *Deusa Terra*, *Etcétera e Tal* e *Rede de Informação Um Outro Olhar*, e contou com a participação de 21 grupos⁶⁴. Entre esses grupos, é importante notar: 1) a presença de mais grupos lésbicos, todos de São Paulo – *Afins* (Santos), *Coletivo de Feministas Lésbicas*, *Rede de Informação Um Outro Olhar* e *Deusa Terra*, todos da cidade de São Paulo; 2) a participação de novos grupos gays ou mistos de São Paulo – *GL-USP* (Gays e Lésbicas da USP); *Etcétera e Tal*; *GH-PT* (Grupo de Homossexuais do Partido dos Trabalhadores, atual Núcleo de Gays e Lésbicas do PT) e *Urânia*; 3) a presença de grupos de estados que nunca haviam tido representantes nos encontros nacionais – *Nuances* (RS), *Movimento Homossexual Diretrizes de Emancipação* (MG); 4) a presença de outras entidades, não-identificáveis como grupos do movimento homossexual – *ISER* (Instituto de Estudos da Religião – ONG – RJ); *ABIA* (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ONG-aids – RJ); *Grupo Pela Vidda* (Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids – ONG-aids – SP); *GAPA* (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids – ONG-aids – RJ). Além dessas entidades, estiveram presentes grupos homossexuais que já freqüentavam os encontros nacionais – *Atobá* (RJ), *Dialogay* (SE), *Comunidade Pacifista Tunker* (GO) e *Dignidade* (PR) – e o

⁶² Dados coletados no “Manual de Apoio” do VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids (1995:13-21).

⁶³ É importante ressaltar que o VII EBLHO marcou uma mudança na denominação dos encontros nacionais, passando a incluir o termo *lésbicas* no nome dos encontros. Esse encontro manteve a denominação *lésbicas e homossexuais*; no entanto, o encontro seguinte passa a incorporar os homossexuais do sexo masculino sob a denominação *gays*.

⁶⁴ Dados coletados no “Manual de Apoio” do VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids (1995, pg. 13-21).

estreante nos encontros, *AMHOR* (CE). O encontro apontou a existência de aproximadamente 43 grupos homossexuais no território nacional.

De acordo com o Manual de Apoio do VIII EBGLT e I EBGLT-Aids, a plenária final do VII EBLHO havia tomado resoluções no sentido de:

- 1) que a discussão de gênero (diferenças entre gays e lésbicas) seja permanente;*
 - 2) que se crie uma Comissão de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas;*
 - 3) que se encaminhem ações conjuntas mais efetivas (participação do movimento em relação ao consórcio de vacinas);*
 - 4) que se estabeleçam bandeiras comuns de luta para o Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas;*
 - 5) que se efetive intercâmbio de materiais, ações, entre os grupos, sobre violência;*
 - 6) que os grupos de gays e lésbicas tenham algum tipo de atuação em relação ao código civil e penal;*
 - 7) que as ONGs de Direitos Humanos acompanhem os processos (questão da impunidade) e inquéritos relativos a gays e lésbicas;*
 - 8) que se crie um departamento jurídico de Direitos Humanos do movimento de Gays e Lésbicas (MBGL);*
 - 9) que se utilize os meios de comunicação de outros movimentos sociais para veicular as lutas do MBGL;*
 - 10) que se socialize a mala-direta de agências financiadoras;*
 - 11) que gays e lésbicas participem do I Congresso de Movimentos Populares.*
- (Manual de Apoio do VIII EBGLT, p. 13 e 14)

Essas deliberações traziam as marcas da participação de novos atores nos encontros do movimento. A referência às “discussões de gênero” e ao movimento como “Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas”, marcava a presença mais intensa dos grupos lésbicos. A discussão das resoluções fazia referência: à necessidade de paridade entre gays e lésbicas em

tôdas as instâncias do movimento; a que se mantivesse “espaço específico” nas publicações *gays* para “a questão lésbica” e a que “a questão lésbica” fosse incentivada ou aprofundada nas atividades dos grupos (Manual de Apoio do VIII EBGL, p. 15). A preocupação com a participação do movimento no consórcio de vacinas, marcava a presença das ONGs-aids e a própria participação do movimento homossexual no movimento de aids – neste momento, já bastante consolidado. A resolução sobre a socialização de malas-diretas de agências financiadoras revela que o movimento já se via como um espaço que incluía grupos com formato institucional e preocupações típicas das ONGs, ao menos no que toca à atuação pela via de projetos de intervenção financiados. A resolução sobre a participação no I Congresso de Movimentos Populares marca a presença de militantes do Partido dos Trabalhadores.

A preocupação com o fortalecimento do movimento, já presente nos encontros da década de 80, permanece e é encaminhado: 1) por todas as resoluções no sentido de que se fizessem intercâmbios de materiais, experiências e recursos; 2) pela deliberação de que fossem estabelecidas bandeiras comuns, definidas em discussão na plenária como sendo **saúde** e luta contra a **violência**; 3) pela resolução acerca da criação de uma *Comissão de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas*, que deveria tratar das questões levantadas nos tópicos 5, 6, 7 e 8 e teria uma discussão mais aprofundada em reunião específica a ser organizada pela *Comunidade Pacifista Tunker*, em Rio Verde (GO). Várias resoluções apontavam no sentido de uma atuação mais pragmática e voltada para questões de direitos civis/humanos, como discuti no tópico anterior deste capítulo.

A demanda por uma comissão, rede ou entidade do movimento em nível nacional já havia sido tematizada na prévia do II EGHO (1980) e no IV EBHO (1990). O evento de 1980 discutiu a formação de uma “Coordenação Nacional do MHB”, que não foi aprovada, ainda de acordo com o referido boletim, “temendo alguns que a Fação Homossexual da Convergência Socialista viesse a dominar os destinos do movimento.” (Boletim do GGB: 1993). O IV EBHO discutiu a formação de um “Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais”, mas não pude localizar nenhum documento que registrasse os desdobramentos dessa discussão ou que citasse a efetiva fundação ou existência desse

Conselho. A criação da *Comissão de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas*⁶⁵, envolveu uma série de dificuldades, desencontros e divergências. O encaminhamento dessa proposta se alongou desde o final de 1993 ao início de 1995, envolvendo os seguintes eventos: a dificuldade de organizar a reunião por parte da *Comunidade Pacifista Tunker*, o pedido de ajuda da *Comunidade Pacifista Tunker* à ex-*Comissão Organizadora do VII EBLHO*, o envio de várias circulares e consultas nacionais aos grupos, a definição de Curitiba para sediar uma reunião com a finalidade de discutir sobre a constituição da Comissão, a ocorrência de divergências sobre a fundação de uma comissão ou de uma associação, a indicação dos grupos Dignidade (PR) e Arco-Íris (RJ) para a redação de esboços de carta de princípios e estatutos e consulta e sistematização das propostas dos grupos. As discussões sobre o formato que a entidade nacional deveria ter – comissão ou associação – se arrastaram até a plenária do VIII EBGL (Curitiba, 28-31/01/1995) e sobreviveram após a fundação em Assembléia Geral durante o encontro, da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* (ABGLT).

A *ABGLT* obteve a filiação, ainda durante o VIII EBGL, de 32⁶⁶ entidades do movimento homossexual. Estavam presentes ao VIII EBGL 84 entidades, entre elas, 34 grupos *gays* ou mistos, 03 grupos exclusivamente lésbicos e 03 grupos de travestis. A Associação contou com a filiação de cerca de 80% dos grupos de *gays*, lésbicas e travestis presentes ao VIII EBGLT. No entanto, contou, também desde o início, com a oposição e questionamento por parte de outros grupos. Uma carta do grupo *Nuances* (RS)⁶⁷, datada de menos de um mês após a fundação da *ABGLT*, por exemplo, questionava o processo através do qual havia sido criada uma associação e não uma comissão e o fato de que as finalidades presentes no estatuto permitissem que esta pudesse vir a se envolver diretamente em atividades de prevenção à aids.

O VII EBGL (28-31/01) e I EBGL-Aids (26 e 27/01) foram realizados por uma comissão composta pelos grupos *ADEH* (Florianópolis), *Associação Sul Brasileira de Gays e Lésbicas – ASBRAGEL*, *Cidadania Plena* (Paranaguá) e *Dignidade e Esperança*, ambos de Curitiba. Contou com o apoio do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da

⁶⁵ Os relatos que se seguem a esse respeito são frutos de consulta aos seguintes documentos: Manual de Apoio do VIII EBGLT, 1995 (material distribuído aos inscritos); Reis (1995); *Boletim da ABGLT* (1995).

⁶⁶ Dado retirado do *Boletim da ABGLT* (1995)

Saúde, da Secretaria do Estado do Trabalho e da Ação Social, da Secretaria do Estado da Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, da Universidade Popular do Trabalho, da Kimeta Society (Canadá), da Xerox do Brasil e da Wizard Idiomas. O I EBGLT-Aids contou com grupos de trabalhos e oficinas sobre os temas: políticas públicas relacionadas à aids, experiências de grupos estrangeiros/internacionais e locais, prevenção para gays e para lésbicas especificamente, drogas injetáveis, terapias alternativas e convencionais, questões éticas relacionadas à aids, sexualidade no contexto da soropositividade para o HIV, a relação entre aids e mídia, vacinas, aconselhamento, e elaboração e avaliação de projetos. O VIII EBGL contou com 26 oficinas e grupos de trabalho sobre: violência, cidadania, auto-estima, amor intergeracional, contrato de união civil, gênero, homofobia, sexo seguro (prevenção às DST/aids), relação com a religiosidade e com as igrejas, travestis, lésbicas, transexualidade, prostituição, assumir-se, poder, relação com a mídia, relação com profissionais de saúde, comunicação no movimento, articulação com outros movimentos, articulação com o movimento em nível internacional (ILGA), legislação e financiamentos. Todo esse material gerou um relatório de 199 páginas, em português e inglês, organizado pelo grupo Dignidade (PR). Além de ser a primeira vez que o movimento nacional tinha um encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde, e que reservava uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV/aids, este foi o encontro que reuniu o maior número de grupos, trazendo como novidade a presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e articulação com o movimento em nível internacional.

O VIII EBGL deixava como marca a aprovação da inclusão do termo “travestis” no nome dos próximos encontros do movimento. Segundo o relatório do VIII EBGL, a inclusão do termo “travestis” teria sido aprovada em plenária após sugestão/demanda de um dos grupos de trabalho do Encontro, especialmente direcionado à discussão do tema travestis. Antes de 1995 já haviam sido realizados dois encontros de “travestis e liberados”. Até onde pude saber, esses encontros estiveram inicialmente relacionados com o trabalho da *Associação de Travestis e Liberados – Astral* (RJ). Posteriormente, com o surgimento de novas associações/grupos de travestis, esses encontros passaram a ocorrer em outras regiões

⁶⁷ *Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual*, carta de avaliação do VIII EBGL (1995).

do país.

No Rio de Janeiro, no Rio Palace Hotel, de 18 a 25 de junho de 1995, ocorreu a 17ª Conferência Internacional da *International Lesbian and Gay Association*. De origem européia e fundada em 1978, a ILGA está registrada, sob as leis da Bélgica, como uma organização-não governamental sem fins lucrativos de caráter internacional. A ONG contava, no momento da realização de sua 17ª Conferência, com cerca de 450 grupos associados em mais de 60 países. As relações do MHB com a ILGA, conforme citei no tópico anterior, vinham pelo menos desde 1980, quando ainda chamava-se IGA e João Antônio Mascarenhas esteve presente a uma de suas conferências, na Itália. De acordo com dados do Ministério da Saúde⁶⁸, a 17ª Conferência da ILGA contou com cerca de 1200 participantes. A realização do evento ficou a cargo dos grupos *Arco-Íris*, *Atobá*, *Caras & Coroas*, *Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ)*, *Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER)* e *Triângulo Rosa* – todos do Rio de Janeiro – e do *Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL)*, de São Paulo. Segundo os registros no Guia Oficial da Conferência, recebeu apoio do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/Aids; da Secretaria Estadual de Saúde do RJ, através da Divisão de Controle de DST/Aids; dos sindicatos dos bancários, previdenciários, ambos do RJ, e dos trabalhadores na Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ; de duas ONGs internacionais ligadas à temática dos direitos humanos; de 04 empresas e de grupos/organizações brasileiros: *ABIA* e *Grupo Pela VIDDIA* (ambos ONGs-aids do RJ); *GGB* (BA) e *Dignidade* (PR).⁶⁹

Os IX EBGLT e II EBGLT-Aids ocorreram de 20 a 26/02/1997, na cidade de São Paulo, tendo sido realizados por uma comissão de grupos que, após diversos conflitos internos, ficou com a seguinte composição: *Rede de Informação Um Outro Olhar*, *Grupo CORSA* e *ativistas independentes*. Estes encontros estavam previstos para ocorrer no Nordeste, mas, na impossibilidade de organizá-los lá, em 1996, São Paulo assumiu a responsabilidade pela organização. A comissão organizadora paulistana era composta, a princípio, por cinco grupos: *Um Outro Olhar*, *CORSA*, *CAEHUSP*, *NGLPT* e *Etcétera e Tal*. Durante o processo de organização, surgiram vários conflitos e as relações entre os

⁶⁸ www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1995.htm, consultada em 30/01/2002.

grupos foram se deteriorando. O *Etcétera e Tal* passou por problemas internos que fizeram com que seus coordenadores apoiassem a comissão organizadora apenas enquanto ativistas independentes. O *CAEHUSP* e o *NGLPT* se retiraram da comissão após conflitos, que chegaram a envolver agressões físicas entre militantes, e foram levados ao conhecimento dos outros grupos brasileiros por meio da circulação de uma série de cartas acusatórias de ambos os lados. Ainda que não houvesse outros motivos para conflitos durante o encontro, a circulação de cartas acusatórias que o precedeu predisps os grupos a se posicionarem de alguma maneira a respeito dos conflitos, antes mesmo de chegarem ao encontro. O IX EBGLT foi marcado por confrontos e agressões entre grupos e entre militantes, plenárias extras convocadas de última hora, reuniões paralelas e muita tensão e agressividade⁷⁰. Foi também o primeiro encontro a ser realizado nas dependências do próprio hotel onde estavam hospedados todos os participantes que não eram de São Paulo. O encontro contou com a participação de 52 grupos, classificados pela comissão organizadora de acordo com os seguintes termos: *organizações GLTs* – de gays, lésbicas e travestis –, *ONGs-AIDS* e *simpatizantes* e teve 60 beneficiados por “bolsas” de transporte, alimentação e hospedagem, cuja concessão passou pelos seguintes critérios: apresentação de trabalhos, paridade entre gays, lésbicas e travestis e possibilidade do bolsista arcar com parte de suas despesas. A participação esteve aberta a todos os interessados, mediante pagamento de taxa de inscrição. (Rodrigues, 1997: 15). Além dos grupos, participaram ativistas independentes, indivíduos provenientes do legislativo, dos programas de aids e da academia e também interessados no

⁶⁹ ENT&. (1995).

⁷⁰ Gostaria de salientar que não é a intenção deste relato causar a impressão de que esta tenha sido uma especificidade deste encontro ou servir como alimento para a animosidade contra nenhum grupo. MacRae (1985) já relatava esse tipo de ambiente conflituoso no I EGHO, e o Boletim do GGB (*Grupo Gay da Bahia*, 1993) descreve conflitos presentes na prévia do II EBHO. Os documentos citados anteriormente sobre o VIII EBGL também permitem perceber um encontro permeado por conflitos, protestos, reuniões paralelas e muitas acusações, o que foi confirmado nas entrevistas a militantes que realizei para este trabalho. Não tenho informações mais detalhadas sobre conflitos nos II, III, IV, V e VI EBHO, mas é possível que possam ter sido atenuados até pela própria conjuntura: foram encontros que reuniram pouquíssimos grupos, que, pelos relatos a que tive acesso, parecem representar como um movimento fragilizado, que precisava se fortalecer, e que tinha um inimigo externo muito claro: a epidemia da aids e o “descaso” ou falta de ações governamentais consideradas satisfatórias. A apresentação de algum nível maior de detalhamento do IX EBGLT justifica-se por dois motivos: 1) foi o único dos encontros aqui relatados que presenciei pessoalmente, num período em que já estava em campo, ainda que em fase de sondagem/mapeamento para a definição de uma questão a ser pesquisada; 2) pelo fato de que os conflitos ocorridos neste encontro, no qual o *CORSA* foi um dos organizadores, são fundamentais para a compreensão do contexto em que estava inserido e do próprio histórico e escolhas feitas posteriormente pelo grupo.

tema, que souberam do evento através de alguma de suas formas de divulgação. Uma nova forma de registrar a participação nos encontros foi adotada: estiveram presentes 338 pessoas, sendo 53% homens, 42% mulheres, 4% de travestis e 1% de transexuais⁷¹. Uma consulta nacional⁷², respondida por 20 grupos, foi utilizada para estabelecer o caráter e o formato desses encontros, decidindo por um caráter indicativo (sem votações) e por uma estrutura composta por mesas, painéis, oficinas e grupos de discussão. Os eixos temáticos também foram definidos a partir de uma proposta da comissão organizadora, submetida aos outros grupos por meio da referida consulta. O IX EBGLT deveria ter cinco eixos:

1. Militância: relação do movimento GLT com outros movimentos e com a população GLT; candidaturas de GLTs e a *ABGLT*;
2. Visibilidade e direitos conquistados: visibilidade e sua relação com a mídia e o consumo e com a conquista de direitos;
3. Educação, violência e preconceito: educação sexual nas escolas como forma de combate ao preconceito; discriminação na família, na escola e no trabalho;
4. Saúde: saúde física e mental dos GLTs e como promovê-la;
5. Arte e cultura: promoção artística e produção acadêmica “*de glts sobre glts*” (Rodrigues, 1997: 14).

O II EBGLT-Aids tematizou:

1. Prevenção: campanhas para glts (grupos de risco X práticas de risco)
2. Tratamento: coquetel, protocolo de vacinas, terapias alternativas
3. Política: Relação ONGs-Aids e políticas públicas; discriminação e direitos das pessoas vivendo com o HIV/Aids.

⁷¹ Em relação aos homens e mulheres, foram acrescentadas as seguintes notas explicativas: “Mulheres correspondem a Lésbicas, Bissexuais e Heterossexuais”; “Homens correspondem a Gays, Bissexuais e Heterossexuais” (Rodrigues, 1997: 15).

⁷² O relatório justifica esse procedimento, a realização de uma consulta nacional de grupos, citando conflitos que envolveram o critério de representatividade adotado – escolha de 01 delegado por grupo com direito a voto – sem consulta, no VIII EBGL. Nesse episódio, na abertura do encontro, o critério de representatividade foi levado a votação, ganhando a proposta de que todos poderiam votar, o que causou o descontentamento dos grupos que haviam enviado apenas um delegado. O relatório do IX EBGLT identifica que, no VIII EBGL, “muitos encaravam que a mudança repentina no critério de representatividade como uma manobra para a não-fundação da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)*” (Rodrigues, 1997:14).

“O eixo básico dos encontros se constituiu na criação de conexões entre as organizações e pessoas que trabalham pela cidadania glt e no combate à AIDS e outras expressões da sociedade civil também engajadas na luta pela livre orientação sexual, entendendo como outras expressões da sociedade civil não apenas os chamados movimentos populares à esquerda mas também educadores, acadêmicos, médicos, políticos e artistas. (Rodrigues, 1997: 92)

Estes encontros contaram com financiamento do Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de DST/Aids. O financiamento foi obtido através de projeto enviado pela *Rede de Informação Um Outro Olhar*, um dos poucos grupos paulistanos que tinha estrutura de ONG e já havia recebido financiamentos anteriores. Isso acabou por colocá-la numa situação extremamente delicada. Para o financiador, tornou-se responsável por garantir a boa condução, a qualidade e os resultados das atividades dos encontros, sob pena de comprometer o próprio bom nome da entidade frente a esse e outros financiadores. Para os outros grupos, durante o encontro, tornou-se o alvo preferencial de acusações, quase transformado num inimigo comum.

As acusações que tiveram lugar entre entidades e/ou militantes no IX EBGLT contrapunham: centralização/autoritarismo X democracia; desestímulo a um caráter politizado – visto como único sentido produtivo – do encontro (caráter não-deliberativo) X vício dos modos de decisão no movimento (“vício do voto”); subordinação ao “governo” e aos financiamentos para trabalho com aids X preservação da “autonomia” frente a outros atores sociais; manipulação do financiamento do encontro em proveito da própria entidade X colocar o nome da entidade a serviço da organização do movimento e ter que responsabilizar-se por tudo; “trabalho efetivo” X “papo furado”; caráter “terapêutico” X caráter “político”; “machismo gay”/“misoginia gay” X “androfobia lésbica”; promiscuidade e desrespeito pelo espaço físico e ambiente do evento por parte de *gays* X repressão à expressão individual por parte de lésbicas; “*aids-tour*” (suposto “turismo” realizado com recursos da aids) X “ética” no uso de recursos; “conchavos”/“manipulações escusas” X “transparência”; espaço físico de um grupo como espaço público X espaço físico de um grupo como espaço privado.

As acusações apontavam discriminação, preconceito, luta por poder, violência, autoritarismo, falta de ética, falta de trabalho, falta de respeito pelo trabalho do outro, mau

uso dos recursos da aids, falta de compromisso efetivo com a causa, subordinação de finalidades públicas a interesses privados. Sem dúvidas, essas acusações refletem a democracia, o respeito e a ética como valores norteadores gerais no movimento. Refletem a existência, ainda, de uma visão comunitarista por parte de alguns grupos e/ou a manipulação simbólica em torno da igualdade e da ausência de hierarquias, valores com raízes históricas no movimento, em momentos de conflito. Sinalizam, também, a existência de conflitos entre as diversas identidades coletivas que compunham o movimento: gays, lésbicas e travestis. Ainda que eu não tenha registrado no parágrafo anterior nenhuma acusação endereçada coletivamente a travestis, durante o encontro houve momentos em que, por exemplo, lésbicas se posicionaram como mulheres e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, são homens, gerando uma discussão bastante acalorada. As acusações referidas refletem, também, um momento no movimento em que a execução de atividades financiadas aparecia ainda como uma questão mal-digerida, não só para as entidades que não podem ou não querem receber financiamentos, como para boa parte das que recebem recursos. Existe tanto uma atitude de disputa e inveja com relação às entidades financiadas, quanto de desconfiança, medo e, por vezes, até culpa, em relação aos recursos recebidos. A atitude negativa/duvidosa, no entanto, parece estar muito mais vinculada a recursos vindos do Estado e do trabalho com aids. Para alguns setores do movimento, o recebimento de recursos advindos do trabalho com aids aparecia como menos digno do que o recebimento de recursos pelo trabalho na área dos direitos humanos. Essa posição incluía tanto grupos que não recebiam financiamentos desse tipo, quanto grupos que não recebiam nenhum tipo de financiamento, além de alguns dos próprios grupos engajados em projetos de prevenção às DST/Aids. Para estes últimos, havia o tempo todo a necessidade de justificar a qualidade dos trabalhos realizados e a ética com a qual eram tratados tais recursos. Outros setores do movimento, no entanto, não expressavam esse tipo de preocupação. Entre esses grupos, o argumento era o da carência de atividades de prevenção adequadas ao público homossexual e a importância de que esse trabalho seja realizado. Havia também a presença de questionamentos e desconfiança em relação a receber recursos do Estado. Para os grupos/militantes que tinham essa posição, havia uma valorização da busca de recursos internacionais, principalmente os vindos de ONGs vinculadas à temática dos direitos

humanos.

Os IX EBGLT e II EBGLT-Aids foram encerrados com uma passeata pelas ruas do centro da cidade, o que já havia ocorrido em outros encontros, inclusive na 17ª Conferência Internacional da ILGA (Rio de Janeiro, 1995). Essa passeata foi referida, por alguns dos entrevistados para este trabalho, como uma experiência marcante, que influenciou definitivamente o surgimento da idéia da organização de eventos de rua por ocasião do Dia Internacional do Orgulho *Gay*. Voltaremos a falar sobre tais eventos no próximo capítulo.

Em 1998, a ABGLT listava a existência de 68 grupos/organizações do movimento homossexual em todo o Brasil⁷³. Entre esses, consegui localizar a data de fundação de 39 grupos. Desses grupos, 07 foram fundados na década de 80, sendo 01 de São Paulo, 02 do Rio de Janeiro e 04 da região Nordeste. A data de fundação dos 31 grupos restantes indicava o ano de 1992 como um ano de grande expansão do movimento. Dos 32 grupos que localizamos como fundados entre 1990 e 1998, 04 nasceram ente 1990 e 1991 e 09 em 1992. Os anos seguintes, 1993 a 1998, mostram um crescimento mais regular, sendo que nesse período foram fundados os 19 grupos restantes entre os 39 que me serviram de base. É importante considerar que minhas fontes para esses dados, basicamente busca na *internet* com consulta ao *site* do Programa Nacional de DST/Aids e aos *sites* dos próprios grupos, podem ter impedido a localização de grupos menos estruturados, que podem ser inclusive os mais novos.

Apesar dos dados acima terem por base apenas pouco mais da metade dos grupos listados pela ABGLT em 1998, algumas tendências parecem válidas quando confrontadas com uma análise do número de grupos/organizações e outras entidades presentes aos encontros nacionais do movimento. A esse respeito, ver a seguinte tabela:

⁷³ ABGLT. *Brazilian Association of Gays, Lesbians and Transvestites: Information Sheet*. July/August 1998. Documento utilizado em divulgação internacional das atividades da associação por ocasião dos *Gay Games*, olimpíadas *gays* realizadas em Amsterdã em agosto do 1998.

Ano	Encontro	Total de participantes	Tipo de grupos ⁷⁴						
			L ⁷⁵	G&L ⁷⁶	Tv ⁷⁷	Ts ⁷⁸	MH ⁷⁹	A ⁸⁰	O ⁸¹
1980	I EBHO	08	01	07	-	-	08	-	-
1984	II EBHO	05	-	05	-	-	05	-	-
1989	III EBHO	06	-	04	-	-	04	01	01
1990	IV EBHO	06	-	05	-	-	05	-	01
1991	V EBHO	06	01	04	-	-	05	01	-
1992	VI EBHO	11	02	09	-	-	11	-	-
1993	VII EBLHO	21 (19) ⁸²	04	10 (?)	-	-	14(?)	03(?)	02(?)
1995	I EBGL-Aids e VIII EBGL	84	03	34	03	-	40	31	13
1997	II EBGLT-Aids e IX EBGLT	52	04	20	04	01	29	12	11

Fontes: Até 1993: Manual de Apoio do I EBGL-Aids/VII EBGL

1995: Relatório do I EBGL-Aids/VIII EBGL – Reis, T. (1995)

1997: Dados do Relatório do II EBGLT-Aids/IX EBGLT – Rodrigues, M. M. (1997)

⁷⁴ A classificação dos participantes dos encontros segue a que foi feita pelos organizadores do VIII EBGL em seu relatório, com exceção da categoria “grupos de transexuais” que ou não existiam ou foram classificados em conjunto com os “grupos de travestis”. Com relação ao IX EBGLT, cujo relatório classificava os participantes individualmente, de acordo com as categorias “homens (gays, bi e heteros)”, “mulheres (lésbicas, bi e heteros)”, “travestis” e “transexuais”, utilizei a lista de entidades presentes, publicada no mesmo relatório e procurei classificá-la, o mais fielmente possível, de acordo com os parâmetros presentes no relatório do VIII EBGL. O mesmo critério foi utilizado para a classificação dos participantes dos encontros anteriores.

⁷⁵ Grupos exclusivamente lésbicos.

⁷⁶ Grupos “gays e lésbicos”. Essa classificação diria respeito aos chamados “grupos mistos”, mas pela ausência de uma classificação para “grupos exclusivamente gays”, que existem na prática, me permito deduzir que ela diga respeito tanto aos “grupos gays” quanto aos “grupos mistos”.

⁷⁷ Grupos de travestis.

⁷⁸ Grupos de transexuais.

⁷⁹ Total de grupos pertencentes ao movimento homossexual.

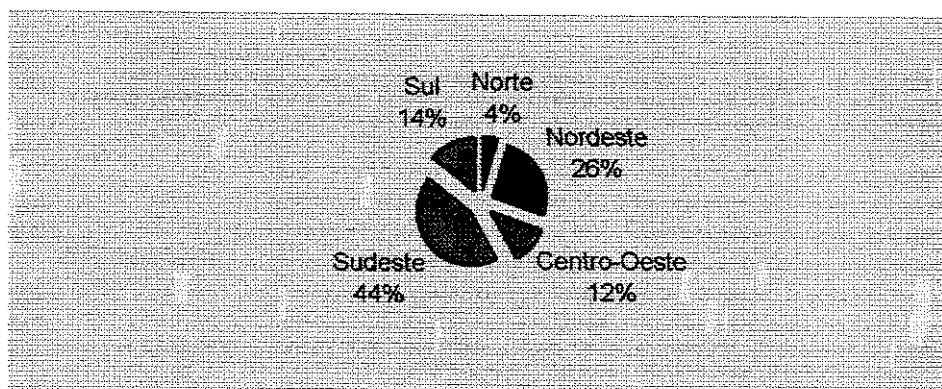
⁸⁰ ONGs-aids. É importante ressaltar que a própria classificação em separado das ONGs-aids reafirma a distinção que observei em campo entre ONGs e grupos do movimento homossexual – que, mesmo trabalhando com aids, dirigem suas ações exclusivamente a um público-alvo nomeado como “homossexuais”, “travestis”, “homens que fazem sexo com homens” ou “mulheres que fazem sexo com mulheres” – e ONGs-aids – que trabalham com aids em relação aos mais diversos públicos-alvo, inclusive os mesmos dos quais se ocupam as ONGs do movimento homossexual.

⁸¹ Outras entidades. De acordo com o que pude observar, embora de forma não sistemática, por ocasião de eventos desse tipo, essas “outras entidades” devem incluir representantes de programas estatais de controle de DSTs/aids, grupos de estudos acadêmicos ou ONGs voltados à sexualidade, grupos religiosos simpatizantes da causa e de empresas que oferecem produtos voltados para o público consumidor GLS – gays, lésbicas e simpatizantes.

⁸² Havia, na fonte utilizada, uma divergência entre o número de grupos presentes e a quantidade de nomes destacados. Essa divergência entre os dados não pôde ser esclarecida pelo fato de que não tive acesso, em tempo hábil, ao relatório do VII EBLHO. Em contato telefônico com a coordenação da *Rede Um Outro Olhar*, um dos organizadores desse encontro, pude confirmar apenas o número de grupos presentes, realmente 21, e a quantidade de grupos lésbicos, mas não pude saber quais eram as outras duas entidades que não foram nomeadas no material que utilizei como fonte.

Realmente, o ano de 1992 foi um ano de grande expansão em termos quantitativos para o movimento. A partir daí, se mantém uma tendência de crescimento, mas a forma pela qual obtive os dados relativos aos 39 grupos não me permite nenhuma afirmação a esse respeito. Como já disse anteriormente, os dados sobre entidades presentes aos encontros do movimento também não refletem, de fato, a quantidade de grupos existentes. Muitas outras variáveis estão envolvidas na frequência dos grupos aos encontros, como a distância do local do encontro em relação aos locais onde há maior quantidade de grupos, a existência de recursos por parte dos grupos, a existência ou não de financiamentos para entidades que não poderiam estar presentes de outra maneira e mesmo o ambiente político no interior do movimento ou em relação aos grupos organizadores.

Os 68 grupos, referidos no documento da ABGLT acima citado, dividem-se da seguinte maneira por região do país:



É importante ressaltar que, dos 30 grupos da região Sudeste, 18 eram do estado de São Paulo, o que equivale a 60% dos grupos da região Sudeste e a cerca de 26% em relação ao Brasil. Destes 18, 13 eram da cidade de São Paulo, que concentraria, aproximadamente, 19% dos grupos/organizações listados pela ABGLT.

Gostaria de finalizar este relato sobre o reflorescimento do movimento homossexual nos anos 90 ressaltando que não somente o número de grupos/organizações do movimento aumentou, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores. Nos próximos tópicos, tratarei especificamente da presença de novos atores na rede social de relações do movimento e da diversificação de propostas de atuação e formatos institucionais no movimento homossexual dos anos 90.

4. A importância das “conexões ativas”: o campo e a arena do MHB

No primeiro capítulo desta dissertação, a partir da bibliografia sobre ações coletivas, discuti a necessidade de levar em conta as “conexões ativas” (Doimo, 1995) na produção de tais ações. Concluí essa discussão adotando os conceitos de *campo*, *arena* e *rede social* como instrumentos para a análise que conduziria nesta pesquisa. Creio que seja útil, neste momento, recorrer a estes instrumentos de modo a compreender o reflorescimento do MHB a partir da primeira metade dos anos 90. Levando em consideração que o campo do movimento homossexual é um campo misto – no qual existem atores com vários formatos institucionais, inclusive ONGs – gostaria de remeter, aqui, a alguns dos elementos presentes na discussão feita por Fernandes (1985) a respeito da ONGs e suas relações externas.

No que se refere às relações externas das ONGs, Fernandes (1985) afirma que essas entidades seriam zelosas de sua independência institucional, mesmo porque a vinculação do nome de uma ONG a esta ou aquela instituição, sobretudo do ponto de vista público, não interessaria a essas entidades, que manteriam entre si uma relação de concorrência velada e controlada. Lealdades preferenciais com instituições não deixariam de existir, embora de forma dissimulada, e a interlocução com as instituições de onde recrutam seus membros seria mantida. Entretanto, se, por um lado, elas continuariam a afirmar alguns valores trazidos dessas instituições, por outro, tenderiam a negar outros valores, o que poderia configurar motivo de conflitos com essas instituições. Suas hierarquias internas tenderiam a valorizar pessoas possuidoras de sinais de distinção acadêmica. Essa tendência, de certa forma, bem como a valorização da “competência”, poderiam ser relacionados com o meio que utilizam para sua ação: a elaboração de projetos a serem aprovados por agências donantes.

De acordo com Fernandes, nos anos 70, as entidades precursoras das ONGs teriam uma visão do Estado como autoritário e quase sempre alheio às necessidades populares, o que teria direcionado seu foco de atenção diante da coisa pública para as bases da sociedade, fazendo com que dessem as costas ao Estado. Penso que essa talvez seja uma característica que também tenha se alterado de meados da década de 80 para cá, com a abertura de espaços de interlocução com a “sociedade civil” por parte do Estado.

Atualmente, é bastante comum que agências estatais procurem fazer contatos e até estimular o fortalecimento de ONGs que atuam em determinadas áreas. Algumas agências chegam a ter funcionários destacados especialmente para fazer a “interface com ONGs”. Por outro lado, é freqüente, no discurso de ONGs, que refiram sua relação com o Estado ou agências estatais como “parceria”. Parece fazer sentido pensar que as boas relações entre ONGs e Estado não se estendem igualmente a todas as ONGs de um mesmo campo, nem a todos os campos de atuação cobertos pelas iniciativas desse tipo de entidades. O termo *parceria*, comumente utilizado por ambas as partes para definir sua relação, pressupõe que haja interesse e compromisso de ambos os lados. Isto significa, ao menos em tese, que o Estado deve ter a área de atuação da ONG na agenda de suas políticas públicas, a ONG deve se propor adequadamente a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos. No entanto, essa não é a única relação possível. Mesmo em casos em que a ONG seja mantida por recursos advindos de projetos financiados pelo Estado ou cujo financiamento seja intermediado por ele, é possível – o que não significa que seja uma regra – que ela se envolva em campanhas que venham a cobrar maior atenção do Estado para determinada questão, pressionando para sua inclusão na agenda ou para a consideração de sua prioridade no orçamento público.

Para Fernandes, a autonomia é uma característica distintiva das ONGs e sua manutenção estaria assegurada pela própria dinâmica interna ao campo das ONGs, que teria como ponto central o fato de que a ação destas organizações se daria por meio de projetos financiados. Ainda assim, o autor reconhece a existência de ambigüidades e tensões nesse sentido:

“Os quadros das ONGs são membros das elites e não perdem a sua familiaridade com as transações de alto nível. Mudanças conjunturais podem atraí-los para o serviço do Estado; e a política totalizante há de cruzar, em alguns momentos, com a política profissional” (Fernandes, 1985:18)

No entanto, outras abordagens sobre ações coletivas menos centradas nas especificidades das ONGs trazem uma visão diferente a respeito das relações entre ONGs e Estado no contexto das “novas democracias” latino-americanas. Uma dessas abordagens é a de Schild (1997) que, explorando especificamente a relação entre formas de Estado e

movimentos sociais no contexto pós-redemocratização no Chile, no final dos anos 80 e início dos anos 90, realizou trabalho de campo e entrevistas com ativistas e profissionais presentes organizações de base, ONGs, centros de pesquisas, fundações e agências estatais ligadas ao movimento de mulheres em Santiago. A autora, ao pressupor que o Estado exerce um controle não meramente coercitivo, mas performativo, sobre a sociedade e seus membros, inclusive ativistas e profissionais ligadas ao movimento de mulheres, afirma que, ainda que sob a forma não-intervencionista, o Estado continuaria regulando significativamente a vida social através da definição das formas e imagens aceitáveis de atividade social e de identidades individuais e coletivas. Isso, de certa forma, estaria relacionado ao fato de que os financiamentos internacionais com vistas a fortalecer a sociedade civil e promover a participação dos cidadãos, em declínio na região desde o fim dos anos 80, tivessem sido redirecionados para dar suporte a programas sociais dos governos civis – a serem desenvolvidos e implementados por ONGs –, e que as ONGs passassem a ter que competir com agências estatais pelos fundos da ajuda internacional. Essa situação teria criado uma espécie de luta pela sobrevivência entre estas organizações, da qual estariam emergindo vencedores e perdedores com características claras. Entre as ONGs voltadas para as mulheres, a autora observa um processo de clientelização das mulheres pobres – que estariam perdendo a possibilidade de participar na articulação de suas próprias necessidades – e de manipulação de categorias tomadas como público-alvo de projetos/programas, como “mulheres chefes de família”, que passariam a abranger também mulheres que, vivendo com os maridos, não contassem com o devido apoio dos mesmos, a fim de evitar que, entre mulheres colocadas em situação de extrema pobreza, somente algumas fossem privilegiadas. O final da análise sugere que os termos das “lutas das mulheres” estariam sendo definidos por meio dos próprios programas das políticas implementadas pelas ONGs e selecionadas por agências estatais, principalmente através da primazia da utilização da categoria “desenvolvimento pessoal” - adaptada do próprio conteúdo desenvolvido pelo movimento feminista das décadas anteriores -, que as reposicionaria como sujeitos aptos a desenvolver seu individualismo através do mercado.

Mesmo que se possa discordar dos pressupostos e conclusões dessa autora, a análise que faz a respeito da dinâmica entre “organizações de base”, ONGs e agências estatais no interior do contexto pós-redemocratização no Chile, da qual tratei aqui de modo bastante

superficial, me leva a supor que, antes de privilegiar a autonomia como uma qualidade potencial das ONGs, há que se examinar mais detida e profundamente, a partir de contextos específicos, as relações estabelecidas entre esses atores. Além disso, penso que talvez o melhor caminho a seguir não seja analisar isoladamente o Estado e a “sociedade civil”, ainda que se reconheça que um não é meramente a extensão do outro, mas observar sua inter-relação no âmbito de situações concretas, reconhecendo suas especificidades e influências mútuas, bem como os limites dessas influências.

Mesmo que autores como Castells (1996 e 1997), de cuja abordagem falei brevemente no primeiro capítulo, demonstrem a perda de controle dos Estados nacionais sobre os processos que afetam a vida das pessoas por todo o planeta, em países como o Brasil, as ações coletivas – se não todas, pelo menos as que estudo – continuam a ter o Estado, em seus diversos níveis de governo, e suas agências responsáveis por políticas públicas, como interlocutores, e as leis e suas transformações em seu favor, como um dos objetivos. Evidentemente, ONGs internacionais, agências multilaterais ou pactos internacionais de direitos humanos se fazem interlocutores ou elementos presentes nas discussões do movimento homossexual em alguns momentos, mas aparecem com um outro elemento, que pode ajudar a pressionar o Estado ou ser fonte – ainda muito restrita, como veremos adiante – para suportes materiais aos projetos de intervenção na sociedade, sem, no entanto, anular o Estado como interlocutor. Nas reuniões nacionais do movimento a que assisti entre os anos de 1997 e 1999, o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, secretarias estaduais e municipais de saúde, Ministério Público, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Congresso Nacional, e os planos nacional, estaduais e municipais de direitos humanos, apareciam lado a lado com referências, na maior parte das vezes mais distantes para a maioria dos grupos/organizações presentes, a Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Associação Internacional de Lésbicas e *Guys*, Corte Interamericana, Anistia Internacional, Comissão Internacional de Direitos Humanos de *Guys* e Lésbicas, entre outras.

Uma outra relação externa não examinada por Fernandes, mas que se torna bastante importante para o movimento homossexual, é aquela que se estabelece entre grupos/organizações e atividades mercadológicas voltadas a um público “homossexual”. O próprio surgimento de um movimento homossexual depende, entre outras coisas, da

existência de locais em que pessoas que tenham uma vivência assim denominável, ainda que não correspondente a identidades determinadas por essa vivência, possam se encontrar⁸³. Aqui no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo, isso se deu de forma diversa de locais como São Francisco nos Estados Unidos, por exemplo. Em São Francisco, ao longo dos anos, uma cidade portuária foi dando lugar a um gueto, uma comunidade relativamente separada, para onde “homossexuais” se dirigiam voluntariamente, a fim de estabelecer residência. Isto criou situações como as resumidas na *slogan* de Harvey Milk – líder *gay* local, que por, entre outras coisas, ter sido assassinado, passou a ter grande peso internacional –, segundo o qual os *gays* deveriam consumir – comprar produtos de – e votar em *gays*. Em São Paulo, nascedouro do movimento homossexual brasileiro, conforme Perlongher (1987), o “gueto homossexual” não é delimitável como um espaço fixo e exclusivamente freqüentado ou dedicado aos “homossexuais”. O que chamamos aqui de “gueto” é algo que só pode ser delimitado ao acompanharmos os deslocamentos desses sujeitos por lugares (comerciais ou não) em que exercem atividades relacionadas com sua prática sexual, como bares, boates, “pontos” de prostituição e “pegação” etc.

Um estudo um pouco mais cauteloso sobre os desenvolvimentos do movimento homossexual e do mercado voltado a esse público no Brasil durante as últimas décadas talvez pudesse apresentar, de modo mais detalhado do que poderei fazer no espaço desta dissertação, as conexões e relações de interdependência entre a afirmação e reivindicação de direitos baseados em identidades relativas à orientação sexual e o reforço mútuo que se estabelece com relação a iniciativas de segmentação de mercado que elejam “homossexuais” ou categorias aproximadas como público-alvo.

Mira (1997), ao discutir as relações entre globalização, segmentação e processos de

⁸³ Green (2000) trata da importância da existência de locais/espços físicos de freqüência homossexual para que identidades baseadas na orientação sexual possam emergir. Esses espaços não necessariamente se restringem a empreendimentos mercadológicos voltados especificamente para esse público, sendo comum a ocupação de espaços públicos e de estabelecimentos comerciais não destinados a uma freqüência “homossexual”. Embora a freqüência a parques e outros espaços públicos, fã clubes, bares e casas noturnas não destinadas a esse público, continue a existir, não se pode negar que esse tipo de freqüência tenha se tornado apenas uma das alternativas após o surgimento de estabelecimentos comerciais específicos, principalmente nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, onde os empreendimentos comerciais para homossexuais se agrupam em diferentes regiões da cidade, estabelecendo, inclusive, diferentes “guetos”, freqüentados por sujeitos agrupáveis não somente pela orientação sexual, mas por sexo, poder de

reorganização das identidades sociais, estudando o caso da Editora Abril, afirma em sua conclusão:

“A segmentação é uma estratégia através da qual procura-se atingir – como eles dizem – novos nichos de mercado. Mas o depoimento revela com clareza que as variáveis que recortam os “nichos” são o gênero (a ‘mulher executiva’), a geração (‘gente aposentada’) e a questão étnica (o ‘executivo negro’). Para tornarem-se segmentos de mercado, evidentemente eles devem ter potencial de consumo, (‘o que precisamos é ter mercado – de leitores e anunciantes’). Mas antes de serem mercados, onde estavam as mulheres, os negros e os aposentados? Naturalmente eles já existiam, mas não haviam se manifestado como ‘alteridades’, não haviam ganhado visibilidade, não haviam expressado sua diferença com relação a outros grupos/segmentos, (‘o executivo negro tem alguns problemas que o executivo branco não tem’). É apenas quando mostram sua cara, quando se afirmam, quando colocam suas questões específicas, que podem se tornar segmentos. (...) A lógica perversa do mercado absorve os movimentos sociais e culturais mas os rearticula de acordo com seus interesses.(...) Portanto, minha tese é que existe uma relação entre o processo de segmentação do mercado e a reorganização das divisões ou das identidades sociais e que, como estas estão acontecendo globalmente, tendem a formar segmentos de pessoas que vivem experiências semelhantes e, por isso, tendem a consumir as mesmas coisas, uma vez que o consumo e a construção da identidade se entrelaçam. O mercado global tenta captar as ansiedades destes grupos prometendo-lhes a realização pessoal através do consumo. Para atingir seu objetivo procura agir na questão crucial para quase todos os grupos ou movimentos, sobretudo os que foram historicamente discriminados: a auto-estima.” (Mira, 1997:336-339)

Seguindo Mira, suponho que produtos dirigidos a determinado público devam atuar no sentido de fortalecer o aspecto em questão na identidade pessoal de seu consumidor real ou potencial, de forma a garantir que esse público continue a existir e consumir enquanto tal, e que esse seja um interesse que o mercado segmentado tenha em comum com os grupos/organizações que compõem o movimento.

A partir do que observei em campo, posso dizer que algumas pessoas, que foram um dia membros do movimento, se dedicam hoje a atividades profissionais voltadas para o segmento de mercado que, por enquanto, definirei genericamente como “homossexual”. São compositores, cantores, donos de editoras, jornalistas, escritores, e é comum que, presentes em atividades do movimento, alguns reconhecessem suas atividades atuais como formas alternativas de colaborar para a “emancipação dos homossexuais”, fortalecendo uma

“subcultura”. Divulgar um grupo/organização, suas atividades, ou realizar projetos de intervenção na “comunidade”, são tarefas que exigem que se vá ao “gueto”, compreendido como o conjunto de casas noturnas, saunas, cinemas de “pegação” etc. de “frequência homossexual”, ou se anuncie em veículos de comunicação direcionados para “homossexuais”, mantido pelos próprios grupos/organizações ou por agentes do mercado. Membros do movimento inseridos profissionalmente em meios de comunicação, ou que mantenham boas relações com pessoas-chave nesses meios, eram altamente valorizados no seu interior pelos contatos que podem propiciar, uma vez que a utilização de espaços nos meios de comunicação foi se tornando cada vez mais fundamental para a ação dos grupos/organizações. Por outro lado, donos de estabelecimentos ou empreendimentos voltados a esse público eram constantemente procurados para contribuir no suporte material a atividades dos grupos/organizações, e recusas eram rebatidas com argumentos como “somos nós que propiciamos seu lucro, é sua obrigação colaborar”. Era comum que revistas voltadas para esse segmento, que pode variar em sua definição – *gay*, *GLS*, *Mix* etc – reservassem espaço para a palavra de militantes e a divulgação das atividades do movimento.

As relações do movimento com atores enquadráveis como parte do mercado variam, dessa forma, entre o reconhecimento de uma relação de colaboração e a atribuição de um papel de inimigo, que surge quando os interesses de ambos se mostram divergentes, como em casos em que empresários de negócios voltados a esse público se recusam a colaborar com atividades propostas pelo movimento ou excluem de seu público-alvo estilos de vida, comportamentos ou identidades aceitos pelo movimento. Entretanto, se abstraíssemos a superposição existente entre “ser do movimento” e “ser uma ONG voltada para o público homossexual”, simplificando um pouco mais a visão, poderíamos pensar que, para que uma ONG tenha como destinatários de seus projetos indivíduos qualificados como homossexuais, é necessário que tanto os financiadores reconheçam a existência desse público e a importância de projetos direcionados a ele, quanto pelo menos parte do público em questão se reconheça como tal. Nesse sentido, ONGs e empreendimentos culturais ou comerciais voltados para “homossexuais” ou categorias aproximadas têm interesses comuns: ambos trabalham para que “homossexuais” se reconheçam por meio desta ou de outras denominações e “elevem sua auto-estima” enquanto tais.

Gostaria de salientar que as relações entre grupos/organizações homossexuais e mercado, num contexto em que este último atue através de estratégias de segmentação de produtos e públicos consumidores, não me parecem restritas ao âmbito dos possíveis financiamentos. Neste contexto, essas relações passam a envolver interesses geralmente, mas nem sempre, convergentes, de modo que aqueles que apresentam determinados atributos identificáveis por tal ou qual denominação passem a utilizá-la preferencialmente para se identificar enquanto cidadão e/ou consumidor. Esta talvez seja uma especificidade presente muito mais fortemente em campos de atuação nos quais “ser do movimento” e “ser uma ONG voltada para tal público” se sobreponham, e nos quais o reconhecimento da identidade que inspira as atividades de grupos/organizações, por parte daqueles que seriam representados ou beneficiados por essas atividades, não esteja plenamente estabelecido. Nesse caso, talvez não se pudesse falar de autonomia ou heteronomia, mas de uma influência mútua, que pode atingir graus variados em diferentes situações.

Nesse sentido, o conceito de *campo* (Santos, 1977:32) se torna bastante útil, na medida em que se aplica “aos atores envolvidos diretamente no processo sob estudo”, mas é tido como “suficientemente flexível, podendo se contrair ou expandir para fora dos limites da *arena*”. A arena se refere a “uma área social ou cultural imediatamente adjacente ao campo (...), onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores” (Santos: 1977:32). Ao transportar essas definições para os atores reais que pude perceber como envolvidos nos processos que estudo, noto que atores vinculados ao Estado e ao mercado desempenham papéis fundamentais para o reflorescimento do MHB a partir da primeira metade dos anos 90. Certamente, outros atores locais, nacionais e internacionais, ligados a universidades, associações científicas ou profissionais, partidos políticos e às temáticas de saúde e direitos humanos, também tiveram e têm papéis fundamentais em determinados momentos. No entanto, por uma limitação do espaço desta dissertação e pelo tipo de materiais aos quais tive acesso em minha pesquisa, me concentrarei mais detidamente nos casos de atores ligados ao Estado e ao mercado. O “gueto” homossexual e os sujeitos com práticas homoeróticas anônimos ou isolados permanecem, nesse caso, situados como arena. Nesse sentido, atuam como parte do campo apenas na medida em que participam de manifestações públicas ou outros tipos de atividades, como abaixo-assinados ou pesquisas, propostas pelo

movimento.

5. A aids, as “respostas coletivas à epidemia” e o MHB

Ao falar, neste capítulo, sobre o “declínio” e as transformações que tiveram lugar no movimento homossexual nos anos 80, a aids apareceu tematizada tanto como fator de desmobilização quanto como preocupação fundamental nos encontros do movimento. A bibliografia sobre a construção de uma “resposta coletiva à aids” também reconhece a importância do envolvimento de homossexuais na luta contra a epidemia e remete a possibilidade dessa resposta ao início de organização de um movimento homossexual que precedeu o surgimento da então chamada “peste gay”.⁸⁴

De acordo com Parker (1997), as respostas políticas à epidemia, até então, poderiam ser divididas em quatro períodos: 1) entre 1982 e 1985, período em que o país passa da abertura à “redemocratização”, caracterizado por notificação dos primeiros casos de AIDS, criação do programa de AIDS do Estado de São Paulo, grande onda de pânico e preconceito, somada à omissão por parte das autoridades governamentais e fundação das primeiras ONGs-aids; 2) entre 1986 e 1990, durante o governo Sarney, quando é criada uma resposta em nível federal, Lair Guerra coordena o programa de aids, há um aumento da cooperação internacional e do número de ONGs-aids e começam a ser mobilizadas as pessoas com HIV/aids; 3) entre 1990 e 1992, durante o governo Collor, quando Alcenir Guerra assume o Ministério da Saúde e Eduardo Corrêa, o programa nacional de aids, vários elementos-chave do programa são suspensos e há relações de conflito com setores da sociedade civil e órgãos internacionais, como o Programa Global de AIDS da Organização Mundial de Saúde; 4) entre 1992 e 1997, após o *impeachment* de Collor, quando Lair Guerra volta à coordenação do programa, onde permanece até 1996, e há toda uma ação e espírito de colaboração no sentido de rever os resultados desastrosos da administração anterior, passando a haver maior colaboração entre sociedade civil e Estado.

Segundo Galvão (2000):

“(...) o primeiro programa governamental brasileiro de AIDS foi criado em

⁸⁴ A esse respeito ver: Valinotto (1991), Parker (1994a, 1994b, 1997), Terto Jr. (1996, 1999), Galvão (2000), Paiva (2001)

São Paulo, 1983, e, segundo Teixeira (1997: 52), até 1985, em pelo menos mais dez estados outros programas foram estabelecidos: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Rio de Janeiro. Mas somente em 1988, quase cinco anos depois da criação do programa de São Paulo, é consolidado o programa nacional de AIDS. Em 1986, foi publicada a Portaria número 236/86, do Ministério da Saúde, que deu unidade às ações referentes à AIDS nos serviços de saúde. Em 1987, um grupo de trabalho realizou um diagnóstico da situação da epidemia em vários estados com o objetivo de estabelecer diretrizes nacionais, em outubro de 1988 foi criado, dentro da estrutura do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de DST/AIDS (Brasil, 1994a). Mas cumpre destacar que desde 1996, segundo a Portaria Ministerial número 542/86, a AIDS está incluída na relação de doenças de notificação compulsória.” (Galvão, 2000: 117).

Ainda de acordo com Galvão, entre 1985 e 1996 o programa de aids recebeu diferentes nomes e esteve subordinado a diversas secretarias. Nesse período, passaram pelo Ministério da Saúde dez ministros, mas os coordenadores do programa foram apenas três: Lair Guerra (1986-1990; 1992-1996, Eduardo Corrêa (1991-1992) e Pedro Chequer (a partir de 1996). O programa nacional teria, entre suas características, o fato de ter incorporado as iniciativas governamentais, que já existiam em vários estados, principalmente as de São Paulo. A incorporação da experiência de São Paulo, de acordo com Teixeira (1997:56), teria colaborado para que um referencial não discriminatório e de defesa dos direitos dos afetados fosse adotado pelo programa. Seria interessante lembrar, aqui, as iniciativas do grupo *Outra Coisa* e a participação de indivíduos que passaram pelo *Somos* e pelos outros grupos de São Paulo, no processo que fez surgir a primeira ONG-aids – o GAPA/SP em 1985 – e a resposta governamental configurada no programa estadual de São Paulo⁸⁵. Nesse período, grupos *gays* como o *GGB* (BA) e o *Dialogay* (SE) têm um papel destacado em iniciativas de luta contra a epidemia.

A primeira gestão de Lair Guerra (1986-1990) foi marcada por confrontos com organizações não-governamentais, que cobravam não somente mais empenho do programa, mas também um plano estratégico para ações mais eficazes frente à epidemia (Galvão, 2000: 122). Nesse período, temos o surgimento de mais ONGs/aids e de novas formas de resposta da sociedade civil à epidemia, como a fundação de casas de apoio e respostas vindas de entidades religiosas. No Rio de Janeiro, surgiam, em 1986, a ABIA (Associação Brasileira

Interdisciplinar de Aids), presidida por um soropositivo assumido, Betinho, e o Grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), formado majoritariamente por soropositivos. Nota-se também, como vimos no início deste tópico, toda a preocupação dos encontros do movimento homossexual em reestruturar o próprio movimento e em organizar ações próprias para lutar contra a epidemia, além de pressionar por uma resposta governamental mais adequada. Galvão (2000: 61) denomina o período que vai de 1985 a 1989 de “anos heróicos”. Nesse período, as iniciativas da sociedade civil contra a epidemia estariam estruturadas em torno de atuações mais pessoais que institucionais, o que Pollak⁸⁵ trata como o papel de “figuras carismáticas” ao falar da construção das primeiras organizações francesas. Nesse período, o trabalho das organizações se dá em bases voluntárias, visto que “com raras exceções, as entidades tiveram restrito acesso a recursos financeiros, tanto nacionais quanto internacionais, e a noção de ‘projeto de intervenção’ não estava muito desenvolvida” (Galvão, 2000: 61). Dentro do movimento *gay*, mais dois grupos passam a atuar de maneira significativa na luta contra a aids nesse período, o *Lambda* (SP) e o *Atobá* (RJ).

No final dos anos 80, ocorrem dois eventos significativos, que apontam para uma maior articulação das respostas da sociedade civil à epidemia em nível nacional e internacional: o primeiro encontro internacional de ONGs-aids, realizado em Montreal em 1989, e os encontros para a criação de uma rede brasileira de ONGs-aids, ocorridos entre 1989 e 1990 (Galvão, 2000: 64). Em Montreal, foi ratificada a criação do *ICASO* (*International Council of Aids Services Organizations*), que tentava expressar uma nova visão de enfrentamento da epidemia, buscando fortalecer as respostas comunitárias. Ainda em Montreal, criou-se uma comissão que se encarregaria de promover o I Encontro Brasileiro de ONGs, realizado em julho de 1989 em Belo Horizonte (MG). O segundo encontro de ONGs-aids, denominado *II Encontro da Rede Brasileira de Solidariedade (ONGs-Aids)*, realizado em outubro de 1989 em Porto Alegre (RS), contou com financiamentos de agências internacionais e de financiadores privados em âmbito nacional e consolidou definitivamente a identidade de “ONGs-aids”. No *III Encontro da Rede Brasileira de Solidariedade*, realizado em abril de 1990 em Santos, ocorreram conflitos envolvendo

⁸⁵ A esse respeito ver: Teixeira (1997: 44) e Galvão (2000: 57-8).

acusações de tentativas de hegemonia e discussões em relação a princípios que envolviam projetos em andamento em grupos *gays* e de profissionais do sexo, além de uma distinção entre ONGs “políticas” e “assistenciais” e ONGs “ricas” e “pobres” (Galvão, 2000: 87-95). Os encontros continuaram ocorrendo, mas Galvão observa que sua realização foi se tornando cada vez mais uma “tarefa complexa”:

“De um primeiro encontro com menos de 20 entidades, onde todos os presentes pagaram as suas próprias passagens, passa-se para um encontro com mais de 100 delegados com crachás, passagens e hospedagem pagos pelo encontro, pastas, confecção de cartaz, programa etc. De encontros em que a pauta era de políticas nacionais e de uma certa tentativa de definição do perfil das ONGs/AIDS, passa-se para encontros nos quais o que acontece são oficinas, mesas-redondas e painéis, com os participantes enviando trabalhos que são selecionados para apresentação e que, como comentou um participante do encontro de Salvador⁸⁷, têm a estrutura de uma conferência de AIDS e não de um encontro de ONGs/AIDS.” (Galvão, 2000: 95)

O período entre 1990 e 1991 é marcado por mudanças no cenário brasileiro de respostas à epidemia. O próprio contexto político nacional era bastante conturbado. O presidente era Fernando Collor de Mello, o país teve cinco ministros da Saúde entre 1990 e 1992 e Lair Guerra foi afastada da coordenação do programa nacional de aids, sendo nomeado para o cargo Eduardo Côrtes. Os casos oficialmente notificados de aids em 1990 e 1991 representavam um aumento de mais de 100% em relação a toda a década de 80. No campo das iniciativas da sociedade civil, nota-se: 1) a morte de vários ativistas, dando lugar a uma nova geração; 2) uma maior participação de outros movimentos sociais, como o de mulheres, profissionais do sexo e de outros setores, como o setor privado, que inicia atividades em parceria com ONGs; 3) o surgimento de ONGs como o *GIV* (Grupo de Incentivo à Vida), fundado em São Paulo em 1990, majoritariamente formado por soropositivos, e que colocava a sorologia positiva para o HIV como um dado relevante para a atuação política (Galvão, 2000: 77-79 e Terto Jr., 1999). A passagem de Côrtes pelo programa foi marcada, de acordo com Galvão, por um comprometimento da estrutura do Programa e da vigilância epidemiológica e por confrontos com as ONGs-aids no país, motivados, principalmente, pela veiculação na mídia de campanhas com *slogans* como “Se

⁸⁶ POLLAK, Michael. *Une identité blessée*. Paris: Éditions Métailié, 1993. p. 281-282.

você não se cuidar, a AIDS vai te pegar” e “Eu tenho AIDS e vou morrer”. Houve também incidentes internacionais, como confrontos com a OMS a respeito da participação do Brasil no projeto para testes de vacinas anti-HIV. Por outro lado, em 1990 é posta em prática a decisão de distribuição gratuita de medicamentos antiretrovirais na rede pública e, no 1º de dezembro (Dia Mundial de Luta contra a Aids) de 1991, pela primeira vez o presidente da República fazia um pronunciamento à nação sobre a epidemia (Galvão, 2000:123-125).

Com o afastamento de Alcení Guerra do Ministério por acusações de corrupção e com o retorno de Lair Guerra, em 1992, para a coordenação do Programa, ocorrem uma série de mudanças: 1) a retomada dos contatos com a OMS e o Programa Global de Aids e a volta do Brasil à lista da OMS de países onde vacina anti-HIV seria testada; 2) a designação, em 1992, de Paulo Teixeira (um dos responsáveis pela criação do Programa Estadual de Aids de São Paulo, em 1983, muito respeitado pelas ONGs) como funcionário destacado para estabelecer relação com as ONGs e a criação, no Programa, do “Setor de Articulação com ONG” em 1993; 3) um empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Mundial para o *Projeto de Controle da AIDS e DST*, que ficou conhecido como “AIDS I”, que trazia como novidade a participação da sociedade civil na implementação de atividades; 4) o início de um período marcado por diversas formas de cooperação entre ONGs e o Programa Nacional de Aids. Essas mudanças alteraram substancialmente o perfil do Programa, bem como o campo de trabalho das organizações da sociedade civil. Além disso, se manteve a distribuição gratuita e universal de medicamentos antiretrovirais na rede pública de saúde, que não é contemplada com os recursos dos empréstimos do Banco Mundial, visto que estes não disponibilizam recursos para a compra de medicamentos anti-HIV (Galvão: 2000:125-133).

Com a saída de Lair Guerra da coordenação do Programa, em 1996, e a passagem da coordenação para Pedro Chequer, as principais linhas de atuação foram mantidas, além de se intensificarem as parcerias com organismos internacionais e regionais. O projeto “AIDS I” foi encerrado em junho de 1998 e foi celebrado novo acordo com o Banco Mundial, *AIDS II: Desafios e Propostas*. Com prazo de execução previsto entre 1998 e 2002, esse projeto tomou como eixos norteadores a descentralização e a sustentabilidade.

⁸⁷ VII Encontro Nacional de ONGs/AIDS, realizado em abril de 1995 em Salvador (BA).

Atualmente, com a previsão do final desse segundo acordo entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, sustentabilidade tornou-se um tema candentemente debatido entre as ONGs, e o Programa Nacional tem atuado para incentivar não somente discussões, mas ações nesse sentido. No ano de 2001 e neste início de 2002, uma nova expressão, OSCIP – organização da sociedade civil de interesse público – tem aparecido em documentos do Ministério e nas discussões das ONGs, fruto de discussões sobre o marco legal para o “setor sem fins lucrativos”. Esta expressão está associada, entre outras coisas, a temas como trabalho voluntário e liberação das “organizações da sociedade civil” categorizáveis como OSCIP de obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos serviços a elas prestados por pessoas físicas e do pagamento de impostos (Brasil – Ministério da Saúde, 2001).

Do ponto de vista do movimento homossexual, algo muito importante em todo esse processo foi o fato de que a classificação de “grupos de risco” que incluía homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, há muito questionada por ser discriminatória, acabou se revertendo em justificativa da importância de traçar estratégias específicas para essas populações. Nesse sentido, o uso da noção de “educação por pares” possibilitou que grupos com dificuldades de obtenção de recursos passassem a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais (Galvão, 2000: 81-84). Ainda que esses financiamentos não criem uma situação ideal para o desenvolvimento de projetos e atividades, têm sido muito importantes para o fortalecimento do movimento homossexual, para a criação de associações de profissionais do sexo e para o surgimento de novas abordagens para antigas questões, como é o caso da redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas. Atualmente, o conceito de “vulnerabilidade”, que procura articular dimensões individuais, sociais e relativas à existência de políticas e programas, tem sido utilizado em referência a estas e outras populações consideradas como “mais vulneráveis” (Ayres et al., 1999 e Paiva, 2001).

Com relação à importância dos recursos vindos dos projetos relacionados ao combate ao HIV/aids para o florescimento do movimento homossexual brasileiro, Green afirma:

“Additionally, organizing around AIDS issues has not only attracted individuals seeking information and support but also provided new resources and infrastructure. Groups have learned how to apply for grants from state and national ministries of health for AIDS education and prevention. In some cases an office

rented with financial support has also served as a meeting place for local gay and lesbian groups.” (Green, 1998: 103)

A Coordenação Nacional de DST/Aids avalia retrospectivamente os projetos financiados para “homens que fazem sexo com homens”, uma das principais fontes de recursos para o movimento homossexual nos últimos anos, da seguinte maneira:

“No período de 1994-1998 (AIDS I) o total de projetos de ONG direcionados aos HSH, apoiados pela CN-DST/AIDS, foi de apenas 5% (28 projetos de 559 implantados no período), tendo sido executados por 17 instituições. Esse fato pode estar relacionado à demanda anual recebida pela Coordenação quando da realização das concorrências públicas para análise e seleção de projetos a serem apoiados pelo nível federal, ou seja, nas seis concorrências realizadas nesse período foram recebidas apenas 36 propostas advindas das ONG, sendo 77% delas (28 propostas) aprovadas.

A partir da implementação do AIDS II (1999-2002), observa-se significativa alteração desse quadro, com aumento expressivo do número de projetos encaminhados para as concorrências públicas e pelo aprimoramento da qualidade técnica das propostas recebidas. Um dos elementos que propiciou tal alteração foi a implantação, em 1999/2000, do Projeto Somos, direcionado para a formação e capacitação de lideranças e grupos homossexuais em três regiões brasileiras (Sul, Sudeste e Nordeste).

No período de 1999 a outubro de 2001, identifica-se a execução de 91 projetos de ONG, apoiados pela CN-DST/AIDS e direcionados aos HSH, podendo também ser registrado significativo aumento da participação das ONG no que se refere ao envio de propostas para ações junto aos HSH nas concorrências públicas realizadas no período de março e novembro de 2000 e agosto de 2001, com 31, 23 e 94 propostas, respectivamente.” (<http://www.aids.gov.br/>, consultada em 30/01/02)⁸⁸

No entanto, se no período do “AIDS I” foi recebido um pequeno volume de propostas voltadas para a população de HSH, à época ainda chamada de “homossexuais”, ao examinar os dados sobre eventos financiados, pude perceber que o próprio Programa colaborou bastante para que o movimento homossexual se organizasse e para o aumento expressivo do número de projetos encaminhados às concorrências na vigência do “AIDS II”.

⁸⁸ O “Projeto Somos”, citado no segundo parágrafo deste texto, refere-se a um projeto de formação e capacitação de entidades homossexuais para o trabalho com DST/aids, realizado simultaneamente em três regiões do país Sul, Sudeste e Nordeste, proposto pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis).

Embora essa colaboração não tenha sido ampliada por meio da seleção e financiamento de propostas vindas de grupos do movimento homossexual, até porque estes eram poucos e nem todos tinham condições de apresentar projetos com a qualidade técnica necessária, os financiamentos para encontros certamente cumpriram o papel de pôr em contato as entidades existentes, promover trocas de informações e experiências entre elas e incentivar a formação de novas entidades, visto que esses encontros, assim como os encontros do movimento anteriormente citados, recebem não só representantes de grupos e associações, mas indivíduos interessados no tema ou na participação ou formação de novas entidades. Nesse sentido, nota-se um investimento especial do Programa em relação ao movimento homossexual no período de 1993 a junho de 1998. Nesse período, entre 26 encontros que receberam recursos do Ministério da Saúde, 11 destinaram-se a ONGs/Aids, pessoas vivendo com aids e encontros regionais voltados a um público geral/não especificado; 09 (cerca de 1/3 do total de eventos apoiados) destinaram-se a públicos ligados ao movimento homossexual e os outros 07 para públicos específicos como mulheres, trabalhadores, prostitutas e educadores.⁸⁹

Para além de qualquer apoio oferecido pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/Aids, seja na forma de recursos para o desenvolvimento de projetos financiados, seja na forma de incentivos à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia, a aids propiciou um debate social acerca da sexualidade e da homossexualidade, à qual foi associada, em particular. Sem dúvidas, a epidemia da aids, sua associação à homossexualidade, todo o debate social que se deu nesse sentido e os encaminhamentos das políticas públicas de saúde – no sentido de promover ações de prevenção e cuidados que envolvessem a participação da “comunidade homossexual” e/ou dos grupos/organizações do movimento – estão bastante ligados à própria viabilidade que tem sido alcançada pela política de identidades homossexual no Brasil. Trevisan (2000) refere-se da seguinte maneira à importância da epidemia da aids para o aumento da visibilidade social da homossexualidade, que significa também, de acordo com meu argumento, a expansão de um sistema classificatório segregacionista em relação à

⁸⁹ Uma tabela com a listagem dos encontros financiados pelo Programa Nacional de DST/Aids na vigência do “Aids I” e com a referência das fontes utilizadas para sua elaboração encontra-se no Anexo I, no final desta dissertação.

“orientação sexual”:

“Em tom lamentoso, muita gente ainda pensa que a Aids destróçou em alguns poucos anos tudo aquilo que os homossexuais levaram décadas para conquistar, no mundo atual – seja em espaços geográficos opressivos, como os guetos, seja em espaços interiores rarefeitos pela auto-rejeição da sexualidade. Tal afirmação trás implícita a crença de que a aids funcionou como um apocalipse e, por outro lado, que antes dela tínhamos atingido uma fase de real liberação da sexualidade, nos anos de permissividade. (...) Ao contrário do que muita gente diz, a meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! – dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade. Graças à característica de estigma que a Aids historicamente adquiriu, já não se pode mais esconder o desejo: ele está lá, sendo identificado, flagrado e denunciado por intermédio da doença. De repente, a Aids é temida como algo que pode tocar qualquer um e não mais como uma doença do desejo à qual somos invulneráveis. Em outras palavras: é a primeira vez que se pode ‘apalpar’ o desejo proibido como coisa clara e concreta – pelo menos nos contornos tais como imposto em nossas sociedades. Ante a ameaça da Aids, toca-se o próprio âmago do desejo, cujo lado mais secreto dói. Considerando que ela se instalou, no imaginário popular, como uma doença-metáfora da homossexualidade, compreende-se o lado profundo do medo: ninguém mais está a salvo do desejo proibido. Compreende-se igualmente o pânico dos empresários morais: a metáfora – tantas vezes empregada nas entrelinhas – de que a homossexualidade pega, quase deixou de ser metáfora. Pegar Aids significaria, no âmbito social, a denúncia do contato mantido com o desvio. Graças à Aids, o desejo homossexual ficou mais presente (no sentido de evidência) dentro da sociedade em geral. Beneficiando-se da metáfora socialmente imposta, a homossexualidade tendeu a tornar-se uma realidade social menos invisível: o desvio veio à tona e, de certo modo, vingou-se, atacando em forma de vírus fulminante. Aguçou-se a ‘doença’. Aguçaram-se também as tentativas de defesa. Houve pânico porque o sistema imunológico da sociedade descobriu-se frágil e às vésperas de adoecer – de uma doença que a Aids apenas significava. Os gestos de defesa têm sido desesperados, mas já não se sabe o que é mais temido: se a doença física, se a ‘doença’ social do desejo. Em tudo, a Aids veio criar situações de fato: se com ela a repressão às práticas homossexuais se intensificou, na verdade não tem havido mais do que uma atualização de determinados estados de violência latente, que passaram a purgar feito uma ferida madura e exposta. Como mencionei anteriormente, a Aids deflagrou o momento da verdade, doesse a quem doesse.

“Há que lembrar também um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar,

com maior ou menos energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: 'decifra-me, ou te devorarei'. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra 'sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não-padronizadas etc. etc. Deflagrou-se uma epidemia de informação, que não tem retorno porque deixará marcas nas próximas gerações. Nesse mesmo sentido, reafirmo que nunca se discutiu tanto a realidade homossexual como nos tempos de Aids. Nas palavras de Andrew Sullivan, 'o HIV agiu como um catalizador sem precedentes para o colapso das normas de discussão pública sobre o homossexualismo'⁹⁰. Ao falar da doença, tornou-se necessário e inevitável mencionar a 'sexualidade desviante' – às vezes até de forma constrangedora, por seus detalhes. Antes da Aids, seria impensável encontrar na primeira página de um dos maiores jornais do país uma manchete como esta: 'Camisinha para o sexo anal é fabricada no Sul' – como a notícia de que sua fabricação viria atender a uma 'exigência do mercado'.⁹¹ Não se trata apenas da admissão de uma prática sexual semicladestina, mas de dar a ela uma visibilidade e importância tal que o pacto público-privado entre heterossexuais e homossexuais teve que ser renegociado – para voltar a uma idéia de Andrew Sullivan. Já não se podia mais ocultar no gueto privado aquilo que era preocupação da sociedade como um todo. De fato, graças à Aids qualquer cidadão/ã de todas as idades, nos locais mais distantes e independentemente de sua orientação sexual, pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto, o que é ser homossexual, como se pratica homossexualidade e, mais ainda, onde homossexuais se encontram. As insistentes denúncias sobre a 'promiscuidade homossexual' escancararam ao público mais leigo os locais de pegação, como os homens paqueram entre si e até mesmo as formas diversificadas de sexo 'proibido' (com voyeurístico destaque para o sexo anal e suas variações como o fist fucking). Se as práticas homossexuais têm sido devassadas até com crueldade, é inegável que a população em geral ficou exposta a uma exemplar iniciação sobre elas, inclusive quanto aos cuidados a serem tomados." (Trevisan, 2000: 460-464)

Concordo com Trevisan, quando ele destaca o papel da epidemia da aids – e do modo como foi sendo tratada pela mídia, pelas agências estatais de saúde e pelos próprios ativistas da luta com a aids – na ampliação da "visibilidade da homossexualidade", que entendo aqui como uma expansão do alcance de um sistema classificatório segregacionista. Acredito que essa expansão, aliada aos desenvolvimentos que se deram com relação ao mercado e às políticas estatais de direitos humanos e controle das DST/aids, tem uma

⁹⁰ Nota 42 de Trevisan (2000): "Cf. *Praticamente Normal* (uma discussão sobre o homossexualismo), de Andrew Sullivan, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p. 197."

⁹¹ Nota 43 de Trevisan (2000): "Cf. 'Camisinha para sexo anal é fabricada no Sul' em *Folha de S. Paulo*, 05

relação bastante estreita com a configuração do movimento homossexual que pude observar em campo.

6. O fortalecimento da “homossexualidade” como fator gerador de identidades pessoais e coletivas

A aids, considerada a princípio uma “peste *gay*” ao longo dos anos nos quais perdura a epidemia, chamou atenção definitivamente sobre o sexo biológico do(a) parceiro(a) sexual, apresentando-o como mais significativo na definição da sexualidade dos homens do que o fato de ser ativo ou passivo numa relação sexual ou ter uma aparência ou comportamento mais próximo dos padrões esperados para o “masculino” ou o “feminino”. Esta forma de classificação foi também estendida às mulheres, embora talvez com menos ênfase. A tendência a classificar a sexualidade com base no sexo do(a) parceiro(a) – e a considerar essa forma de classificação mais verdadeira do que outras – parece bastante evidente em episódios como a discussão em torno do que se chamou “ponte bissexual”. Nessa discussão, que ocorreu no momento em que a epidemia começava a mostrar tendências de “heterossexualização”, se acusava os bissexuais masculinos – os “bofes” e “giletes” que “não assumiam” suas práticas homossexuais – de terem “levado a aids” à população heterossexual.

Nesse sentido, a aids colaborou bastante para aumentar o que os militantes do movimento homossexual chamam de “visibilidade da homossexualidade”. Fato que, analisado em termos de sistemas de classificação a respeito da sexualidade, representa uma ênfase num sistema classificatório “segregacionista” em detrimento de um sistema de classificação “assimilacionista”, ainda bastante presente nas periferias e fora das grandes cidades brasileiras. Não se pode dizer, no entanto, que esse sistema de classificação tenha se tornado a única referência usada para pensar a sexualidade no Brasil dos anos 90. A necessidade de acessar o público alvo das políticas de prevenção e obter resultados concretos em termos de mudança de comportamentos vistos como sendo “de risco”, por exemplo, levou também à criação de categorias como HSH (homens que fazem sexo com

homens), a fim de colocar em primeiro plano as práticas homossexuais, independentemente da existência de uma identidade homossexual. Esse fato demonstra que, apesar de toda a ênfase colocada num sistema classificatório segregacionista, os sujeitos com práticas homossexuais não têm necessariamente se orientado por esse parâmetro, criando a necessidade da adoção, para algumas finalidades, de categorias mais “flexíveis”.

Tudo isso parece bastante definitivo para compreender as condições que tornaram mais ou menos viável uma política de identidade homossexual no Brasil no período em que estudei. Além da “visibilidade” criada a partir da forma como se interpretou, a princípio, a epidemia de aids, considero importante enfatizar a importância de outros elementos que já foram citados no decorrer desta dissertação.

Autores como Harvey e Castells chamaram bastante atenção para o fato de que o momento vivido pelo capitalismo a partir de meados dos anos 70 tende a gerar uma série de transformações no campo da produção, das relações capital-trabalho, da política e da cultura. Harvey (1994) argumenta que a passagem do que ele chama de um “regime de acumulação fordista” e um “modo de regulamentação social e política keynesiano” para a “acumulação flexível” tem se caracterizado, entre outras mudanças, por uma estratégia de produção diversificada em pequenos lotes voltada para públicos/estilos cada vez mais específicos; por uma ênfase no setor de serviços e na produção/tratamento de informações; pela ascensão de padrões de consumo marcados pela instabilidade de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, o espetáculo e a apropriação de formas culturais pelo mercado; e por uma mudança geral das normas e valores coletivos que prevaleciam, pelo menos entre as organizações operárias e outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central. Castells (1996 e 1997), de quem falei no primeiro capítulo desta dissertação, afirma que vivemos um capitalismo informacional, no qual os conflitos sociais tendem a se expressar muito mais em termos de identidades coletivas específicas – os diversos “eus” – que se contrapõem a um poder, em termos econômicos e de controle da informação, cada vez mais difuso – a “rede”. Para Castells, essa forma de expressão dos conflitos estaria se sobrepondo à expressão por meio das disputas entre capital-trabalho, inclusive em termos de possibilidades de transformação social.

O fato de que a questão da identidade venha se tornando fundamental para a

compreensão do mundo contemporâneo tem sido enfatizada em várias abordagens. Autores como Maffesoli (1987) pensaram esse processo em termos de um “neotribalismo” e de um declínio do individualismo em “sociedades de massa”. Outros, como Giddens (1991 e 1997), argumentam no sentido de uma radicalização de elementos presentes na modernidade, inclusive o individualismo, enfatizando a centralidade da questão da auto-identidade e dos projetos de realização pessoal para a compreensão da contemporaneidade. Giddens tem enfatizado, também, o quanto a “descoberta” da identidade e a apropriação, por parte dos sujeitos, das circunstâncias em que as influências globalizadas invadem a vida cotidiana, a reflexividade, tem se tornado crucial:

“A noção de estilo de vida soa trivial porque é muitas vezes pensada em termos de um consumismo superficial: os estilos de vida são sugeridos por revistas vistosas e imagens publicitárias. Mas passa-se qualquer coisa de muito mais fundamental do que o que uma tal concepção sugere: em condições de modernidade tardia, não só todos nós prosseguimos estilos de vida, como somos sobremaneira forçados a isso – não temos outra escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto de práticas que um indivíduo adota não só porque estas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade.” (Giddens, 1997: 75)

Num capítulo intitulado *Assumindo o novo milênio*, Trevisan (2000) procura situar os desenvolvimentos de questões ligadas à homossexualidade nos anos 90. Seu relato se inicia referindo que os anos 90 assistiram uma definitiva inserção dos homossexuais no mercado, com o surgimento de várias revistas, jornais, livrarias, editoras, agências de turismo, de namoro etc. especificamente orientados para o público homossexual e, também, de seções em grandes jornais, livrarias, editoras e agências de viagem. Segundo Trevisan:

“A efervescência mercadológica produziu, no Brasil, um novo empresariado homossexual com perfil mais definido e profissionalizado, que de um modo ou de outro acabou se aproximando das lutas pelos direitos civis dos seus consumidores. (...) Nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para a busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto.” (Trevisan, 2000: 375-376)

Ainda que se possa discutir as interpretações do autor sobre o caráter do movimento

e sua proximidade cotidiana com o mercado, sem dúvida é fato que a existência de revistas⁹² como a carioca *Sui Generis* – com pauta mais voltada a comportamento e cultura e tiragens que variaram entre 10.000 e 30.000 exemplares – e a paulista *G Magazine* – mais centrada numa proposta erótica, com tiragens de 90.000 a 150.000 exemplares – mostram tanto que há um mercado para tais publicações quanto indica – principalmente no caso da *Sui Generis*, por ter se voltado prioritariamente a questões de comportamento – uma maior incorporação, no contexto brasileiro, de identidades baseadas num sistema classificatório segregacionista.

O autor ressalta ainda a utilização de novas estratégias pelo “liberacionismo homossexual” para o alcance da população alvo:

“A ênfase de um ‘movimento de massa’ orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de fazer chegar à massa. Foi assim que os anos 90 apresentaram várias inovações no liberacionismo homossexual brasileiro. A primeira e mais importante foi um verdadeiro ovo de Colombo conceitual, que permitiu uma guinada política inteligente e nova: a implantação do conceito de GLS – abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes. A genialidade dessa saída foi introduzir num contexto brasileiro a idéia americana de gay friendly, de modo simples e adequado ao nosso jeitinho. (...) No conceito GLS, o fundamental foi a introdução da idéia de simpatizante, muito adequada ao convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, que tende a juntar num mesmo espaço físico ou ideológico pessoas antes excluídas da normalidade social. Um/a simpatizante pode tranquilamente freqüentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que também esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de mútua tolerância. Esse conceito permitiu certa flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do gueto. No limite, ele potencializou a ruptura do gueto homossexual, na medida em que qualquer pessoa pode freqüentá-lo sem apresentar carteirinha comportamental determinada, o que tende a diluir o gueto, que pode abranger uma boate e um bar GLS, mas também uma loja e até mesmo um festival de cinema. (...) Mas também é verdade que a sigla GLS embute uma faca de dois gumes: por permitir uma interpretação dúbia e induzir à invisibilidade, pode criar, como efeito colateral, novas frentes para o enrustimento tão caro ao lado ruim do jeitinho brasileiro. Assim, quando havia oportunidade de ostentar a sigla, raros eram os GL (gays e lésbicas) visíveis. Por conveniência cultural, a maioria preferia revelar o S (simpatizante) – o que pôde ser comprovado nas camisetas fabricadas por empresas do Mercado Mundo Mix, com as pessoas ostentando o GLS no peito, mas raramente dando destaque a outra sigla senão o S. Infelizmente, nessas circunstâncias, o S corre o risco de significar menos Simpatizante e muito mais Suspeito/a. Apesar de poder solapar o esforço de visibilidade tão caro aos grupos ativistas, o conceito GLS inaugurou uma fascinante margem de manobra que lhe

⁹² Os dados sobre as revistas *G Magazine* e *Sui Generis* foram obtidos em Trevisan (2000: 375).

prevê longa vida no conceituário brasileiro das novas culturas de resistência.”
(Trevisan, 2000: 376-377)

Esse trecho de Trevisan contém muitos elementos para análise. Mas antes disso, é importante fazer um esclarecimento. A ambigüidade através da qual Trevisan reconhece a sigla GLS como uma faca de dois gumes revela, em primeiro lugar, a ambigüidade do lugar de onde fala. Trevisan é reconhecido como um dos fundadores do movimento homossexual brasileiro e, embora mantenha hoje certo distanciamento em relação às iniciativas militantes, compartilha com o movimento a crença na necessidade de visibilidade, no sentido de “assumir-se”, para a conquista de direitos. É assim que, em seu relato, *simpatizante* pode aparecer como *suspeito*, idéia inclusive bastante difundida no interior do movimento. Por outro lado, o reconhecimento de GLS como “uma faca de dois gumes” parece mostrar também que, apesar de militância e mercado se encontrarem atualmente bastante próximos e por vezes terem pontos comuns, como sugeri no tópico sobre “conexões ativas”, são iniciativas com interesses e naturezas diferenciados. Segundo o referencial teórico que adotei por meio do uso do conceito de *campo*, os empresários *gays* aparecem como aliados potenciais do movimento, mas não devem ser confundidos com o próprio movimento. Várias vezes, em campo, vi os militantes marcarem esse tipo de diferenciação. No *CORSA* – grupo da mesma localidade em que teve origem a sigla GLS: São Paulo – durante o ano de 1998, ouvi insistentemente “somos um grupo GLT, em oposição ao GLS, uma sigla mercadológica”. Pude perceber também que essa diferenciação tinha um caráter diverso da oposição a um outro grupo do movimento, considerado “de dentro”. Apesar de colaborarem e, em muitos momentos, como na organização da *Parada do Orgulho GLBT de São Paulo* no ano de 2000, estarem lado a lado com os militantes dos grupos, os empresários *gays* são claramente vistos como “outros”. A fala dos militantes do *CORSA* sugeria que os empresários *gays* eram vistos como parte do que chamo aqui de *campo*, mas não como parte do movimento. No mais, o trecho de Trevisan parece indicar claramente os pontos de convergência e divergência de interesses entre militantes e empresários *gays*.

Por outro lado, a sigla GLS tem, sim, “ampliado os limites do gueto”, mas não creio que possa rompê-lo definitivamente. Trevisan afirma que “qualquer pessoa pode” frequentar um espaço GLS “sem apresentar carteirinha comportamental determinada”. A idéia de

“qualquer pessoa” aí é bastante discutível. A sigla GLS não implica a idéia de “todos” ou “qualquer pessoa”, mas, ao contrário, cria uma nova lógica de classificação dos indivíduos, abrindo a possibilidade de ser *gay*, *lésbica*, *simpatizante* ou *não-simpatizante*. Os *não-simpatizantes* estão excluídos desse novo grupo delimitado pela sigla GLS e pela idéia de “tolerância”, criando antes uma nova distinção entre os homossexuais, os que mantêm uma relação de tolerância/simpatia para com eles e os que não mantêm tal relação. Essa lógica classificatória parece bastante enraizada na idéia de que as diferenças existem e devem ser preservadas ou ao menos toleradas, o que tem se intensificado no Brasil com a introdução do “politicamente correto” e com a expansão dos ideais de direitos humanos.

Não tenho informações, no entanto, sobre a aceitação que a idéia de GLS recebe fora de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre. A origem desta sigla está associada à primeira metade dos anos 90 e ao nome de André Fischer, colunista *gay* da Revista da Folha de São Paulo desde 1997 e um dos principais idealizadores de eventos como o Mercado Mundo Mix (“feira moderna” que reúne expositores e público GLS) e o Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual (festival de cinema GLS, criado em 1993, e que tem crescido em público e respeitabilidade desde então), além do primeiro *site* GLS brasileiro na internet, o Mix Brasil, que funciona desde 1994.

Em São Paulo, articularam-se, na esteira do GLS, novas identidades e estilos da vida. *Modernos*, *clubbers*, *ravers*, *cybermanos* etc. passam a misturar classes sociais, idades e orientações sexuais em eventos ou casas GLS ao som de muita música eletrônica. Eventos como a *Parada do Amor* de 1997, rebatizada posteriormente de *Parada da Paz*, passaram a ocorrer anualmente, unindo ingredientes como trios elétricos de casas GLS tocando variações de música eletrônica; público que, na maioria, usa roupas, acessórios e cabelos multicoloridos e elementos de *body art*, como *piercings* e tatuagens, além de muita bebida energética e/ou drogas alucinógenas ou estimulantes; distribuição de preservativos e celebração de ideais como amor, paz, tolerância, diversidade, respeito às diferenças. Adolescentes de ambos os sexos passam a se identificar como “mix”, que, de acordo com o que pude entender, significa estar mais ou menos aberto à experimentação sexual com pessoas do mesmo sexo ou do outro sexo sem recorrer à classificação hetero, homo, bissexual. Ainda na esteira do GLS, *drag queens*, personagens que cruzam as fronteiras de

gênero e podem ser identificadas pela ênfase nas idéias de “performance” e “montagem”, tornam-se ingredientes indispensáveis em casas noturnas e eventos GLS e mesmo do movimento. A idéia de GLS se notabilizou a ponto de ser adotada como classificação por roteiros das casas noturnas e eventos culturais em grandes jornais, revistas e *internet*. Apesar de mais associada a estilos de vida ligados a música eletrônica, a sigla GLS tem “invadido” outros territórios. Um exemplo é a festa *Grind – The Rock Project For Mix People* – que ocorre semanalmente, desde 1998, na casa noturna A Lôca (região central de São Paulo), com a proposta de oferecer uma “alternativa GLS” para o público identificado com a cena rock e “colaborar para diminuir o preconceito do público rock com relação à cena GLS” e com o slogan “E o rock, finalmente, saiu do armário!”.

Tanto atores ligados ao mercado *gay* quanto as agências estatais voltadas para o combate ao HIV/aids, com o uso de siglas como o GLS e o HSH, parecem mover-se entre o “sair do armário” e as necessidades de alcançar um público que não se identifica necessariamente de acordo com um sistema de classificação segregacionista. O GLS afirma identidades reconhecidas pelo movimento ao mesmo tempo em que procura preservar o espaço de uma certa ambigüidade classificatória. Da mesma forma, as agências estatais, ao utilizarem a sigla HSH, procuram garantir o acesso a atividades de prevenção aos que não se identificam a partir de suas práticas sexuais, ao mesmo tempo em que incentivam a adesão a uma identidade *gay*, que viria se mostrando capaz de reduzir a vulnerabilidade dos homossexuais em experiências internacionais, através da “educação por pares” realizada por militantes do movimento homossexual. Ambas as siglas remetem, a meu ver, à adaptação aos padrões locais de tendências globalizadas, sejam elas o *gay friendly* ou as experiências internacionais na prevenção ao HIV/aids, e possuem um componente de afirmação de identidades sexuais sem deixar de reservar espaço para outras formas de auto-identidade que não fazem referência específica à orientação homo ou heterossexual do desejo. Nesse sentido, penso que podem ser consideradas como frutos de um processo de re-significação e adaptação ao contexto local de um sistema classificatório segregacionista.

O movimento, por sua vez, alia-se a cada uma dessas iniciativas parceiras na medida em que favorecem a “visibilidade” e/ou oferecem algum tipo de suporte a suas atividades. No entanto, a maior parte das iniciativas do movimento me pareceu estar seguindo um caminho diferente, especificando e multiplicando cada vez mais as categorias alvo de suas

ações. Vale lembrar que os eventos nacionais do movimento deixaram de se identificar como encontro de homossexuais e passaram a especificar primeiramente as *lésbicas*, o que levou também à utilização da categoria *gays*, e posteriormente as *travestis*. Conforme vimos no decorrer deste capítulo, a inclusão de cada uma dessas categorias no nome do movimento deveu-se tanto à existência de sujeitos assim identificados no interior do mesmo quanto a momentos políticos propícios à sua inclusão. Vale lembrar que os *gays* permanecem como maioria no movimento desde seu surgimento e qualquer inclusão de novas categorias acaba passando por sua aprovação. Por outro lado, a demanda de inclusão e explicitação de novas identidades coletivas no nome do movimento por parte de lésbicas e travestis dependeu tanto de uma maior visibilidade do sistema classificatório segregacionista, quanto de processos de diferenciação que ressaltassem suas especificidades. A crescente utilização da forma-projeto para dar suporte às ações do movimento pode estar também relacionada a essa tendência de especificação de públicos-alvo, na medida em que a delimitação clara de público-alvo é uma exigência por parte das agências financiadoras. Há também vários grupos que têm buscado referências originalmente produzidas em espaços acadêmicos ou no movimento internacional a fim de nomear seu público alvo. Esse é o caso da apropriação de termos como *homoerótico* ou *transgênero* por parte de iniciativas do movimento. Essa tendência à especificação e à multiplicação de categorias será abordada mais detalhadamente no último capítulo desta dissertação, a partir da análise dos processos de construção e reconstrução das identidades coletivas do grupo *CORSA*.

Se há uma tendência das pessoas a buscarem uma auto-identidade e a terem, para isso, que fazer escolhas entre os padrões de estilos de vida disponíveis, como sugere Giddens (1997: 75-76), há também, como já sugerimos, uma grande possibilidade de que boa parte da população com práticas homossexuais identifique-se a partir de qualquer outro atributo ou estilo de vida que não diga necessariamente respeito à sexualidade. Nesse sentido, propostas como a de “visibilidade massiva” defendida pela *Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo*⁹³ demonstram mais uma vez o alto grau de reflexividade presente no movimento. Ao mesmo tempo que o movimento e a própria *Associação da Parada* têm ampliado o número de categorias identitárias, que *a priori* não permitem muita

⁹³ Falarei mais detidamente sobre a *Associação da Parada* e suas propostas no decorrer do próximo capítulo.

flexibilidade, a proposta de levar as pessoas às ruas procura diluir, no caráter lúdico e na referência ao respeito à diversidade, a rigidez das categorias cada vez mais especificadas e a dificuldade que isso trás no sentido de acessar o contingente de indivíduos com práticas homossexuais.

Nesse sentido, o *GLS*, o *HSH*, a proposta de “visibilidade massiva”, assim como, embora de outro modo, o uso de termos como *homoerótico* ou *transgênero* por parte de grupos homossexuais e a especificação de categorias como *lésbicas*, *travestis* e *transexuais*, podem ser compreendidos como escolhas, feitas a partir de um leque de possibilidades – que, com o incentivo da globalização e da grande circulação de informações, passam a trazer referências criadas em meio a outros contextos culturais ou iniciativas de outra natureza, como a academia. Essa apropriação de categorias classificatórias e estilos de vida, como já referi na introdução deste trabalho, não se dá através de mera difusão/transposição. Há aí todo um processo de re-significação envolvido e todo um contexto político-cultural local, que permite a demanda por novas categorias ou estilos e que influencia a apropriação de determinada categoria ou estilo e não de outra.

No entanto, é importante, quando falamos em reflexividade, termos em mente, além do fato de que somos confrontados, assim como o próprio movimento, com a necessidade de fazer escolhas – que nos colocam mais ou menos próximos de um determinado padrão de estilo de vida e colaboram no sentido de construir um plano de vida –, o fato de que:

“Falar de uma multiplicidade de escolhas não significa subentender que todas elas estão abertas a toda a gente, ou que as pessoas tomam todas as decisões acerca de opções em total consciência do leque de alternativas factíveis.”
(Giddens, 1997: 76)

Além disso, considero também que as escolhas realizadas possuem um determinado objetivo e uma lógica própria, mas, até por não pressuporem consciência de todas as alternativas disponíveis ou controle sobre todas as variáveis em jogo na aplicação prática dessas escolhas, podem por vezes causar efeitos secundários não previstos, como indicam trabalhos que analisam a produção de identidades coletivas que servem como sujeitos políticos para movimentos sociais⁹⁴ ou “frentes discursivas” produzidas para a obtenção de

⁹⁴ Refiro-me aqui a Butler (1990 e 1998a) e a Ramos (1995).

direitos⁹⁵. O desejo de evidenciar a diversidade interna da “comunidade” por meio da especificação e da multiplicação de categorias, colocado lado a lado com disputas intramovimento, corre o risco, identificado por Ramos (1995) e Fonseca e Cardarello (1999), da criação de categorias hiper-reais. A tentativa de afastar esse risco, promovendo debates acerca das especificidades em busca de um conteúdo descritivo para cada um dos termos, pode implicar, como sugere Butler (1998a), outros riscos, como a facciosidade e a normatização.

No decorrer deste capítulo, falamos sobre o surgimento do movimento homossexual, sobre a “primeira onda” e sobre os olhares que se debruçaram sobre esse momento. Revisitamos a trajetória de personagens como Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas, a fim de entender o processo que levou à passagem de uma ênfase antiautoritária e comunitarista presente nos grupos do eixo Rio-São Paulo do final dos anos 70 e início dos 80 para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário presente no movimento que observei em campo na segunda metade dos anos 90.

Concluindo este capítulo, gostaria de ressaltar que entendo que esse processo não tenha se dado da mesma forma para todos os grupos que dele participaram, até mesmo porque, entre os mais de 20 grupos homossexuais identificados por MacRae (1985) no início da década de 80 no Brasil, apenas três – o *Dialogay*, o *GGB* e o *GALF/Rede Um Outro Olhar* – sobreviveram à “crise” de meados dessa década, chegando, ainda que modificados, aos anos 90. Entre transformações e reflorecimentos, as ações coletivas que se convencionou agrupar sob o nome “movimento homossexual” chegaram aos dias de hoje, sobrevivendo ao processo de “redemocratização”, à falência de seu modelo de organização comunitário e autonomista e ao surgimento da aids, identificada no início da epidemia como “peste gay” ou “câncer gay”.

Em campo entre os anos de 1997 e 1999, conheci um movimento caracterizado por

⁹⁵ Refiro-me a Fonseca e Cardarello (1999).

uma presença marcante na mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de *gays* e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junto a agências estatais ligadas aos temas DSTs/aids e direitos humanos; formulação de diversas respostas frente à exclusão das organizações religiosas; criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local – como a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* ou o *Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros*; e organização de eventos de rua, como as manifestações realizadas por ocasião do dia do “Orgulho Gay” na cidade de São Paulo, que, no ano de 2001, contou com a presença estimada pelos organizadores de cerca de 270.000 pessoas.

Certamente, isso implica mudanças, entre as quais é possível identificar a entrada ou a alteração da relação anteriormente estabelecida com outros atores presentes no campo do movimento homossexual, como, por exemplo, a mídia, segmentada ou não, as agências estatais ligadas aos temas justiça e saúde, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais, grupos religiosos que se mostrem flexíveis ou especialmente voltados a questões ligadas à sexualidade ou homossexualidade etc.

No âmbito interno dos grupos, podemos identificar a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs esboçado por Fernandes (1985) e suas implicações em termos de: redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Certamente, esse é somente um modelo ideal, do qual poucas organizações homossexuais no Brasil se aproximavam e do qual algumas se recusavam a se aproximar, ao menos no que

toca a alguns dos aspectos citados.

Por outro lado, no que se refere à relação entre os grupos, a busca de financiamentos estatais ou internacionais, que são escassos, provocava, como sugere Fernandes (1985), uma competição difusa que era potencializada na medida em que diversas organizações compartilhavam uma mesma “clientela”. No entanto, se a necessidade de manter a “boa imagem frente aos financiadores” sugere uma relação de evitação e respeito a regras de convivência quando se trata das relações entre ONGs, essas regras me pareceram bastante passíveis de desrespeito quando o campo de atuação dessas ONGs é também um movimento, onde convivem organizações financiadas, organizações que não são financiáveis e outras que se recusam a sê-lo. Nesse sentido, os processos de identificação e diferenciação, onde o próprio grupo ou organização é tomado como o melhor em contraposição aos outros, dos quais nos falou Pontes (1986) ao tratar do movimento feminista, criam situações de conflito aberto, que podem ser acompanhadas eventualmente por meio da troca de acusações na mídia ou fóruns que não incluam somente militantes ou por um grupo mais restrito, mas às vezes nem tanto, na troca de e-mails entre militantes e grupos ou listas de discussão na *internet*. Esses processos de identificação e diferenciação criam, atualmente, não só fissões nos grupos/organizações, mas também a delimitação de alianças e fronteiras entre grupos/organizações que, em alguns casos, são institucionalizadas com a criação e adesão ou desfiliação/desligamento de fóruns e associações de grupos.

É sobre essa dinâmica que envolve: 1) relações entre a diversidade de atores presentes no campo do movimento; 2) relações entre os próprios grupos e organizações do movimento; e 3) os processos de identificação e diferenciação decorrentes dessas relações e que se expressam por meio de redefinições de identidades, que nos concentraremos a partir do próximo capítulo através da dinâmica das transformações pelas quais passou o grupo *CORSA*.

SÃO PAULO, SEGUNDA METADE DOS ANOS 90: o grupo *CORSA*⁹⁶

Como vimos no capítulo anterior, a cidade de São Paulo assistiu, no final dos anos 70, ao nascimento do grupo *Somos*, considerado o primeiro do movimento homossexual brasileiro. A partir das atividades desse grupo e do suporte representado pelo *Lampião da Esquina*, outros surgiram, tendo papel destacado na construção das respostas coletivas à epidemia da aids. Os grupos que nasceram em São Paulo nesse período, entretanto, deixaram de existir. É possível traçar, apenas, a trajetória de alguns dos militantes que continuaram a atuar e fundaram novos grupos/organizações. No movimento lésbico, essa tarefa se torna muito mais fácil. O GLF, subgrupo lésbico do *Somos*, deu origem ao *GALF* e posteriormente à *Rede de Informação Um Outro Olhar*, outras militantes do *LF* e do *GALF* formaram posteriormente outros grupos, dos quais sobrevive ainda hoje o *CFL*. No que diz respeito aos *gays*, essa trajetória é muito mais difícil de traçar, até pelo próprio impacto que a aids e a militância contra a epidemia teve entre eles.

O que pude observar através da análise dos encontros nacionais, segundo exposto no capítulo anterior, é que houve um deslocamento da militância homossexual para o nordeste durante os anos 80 e que o Rio de Janeiro permaneceu muito mais presente aos encontros nacionais do que São Paulo. Excetuando a participação do *GALF* e da *Rede Um Outro Olhar* nos encontros, São Paulo somente volta à cena nacional do MHB em 1993.

Como apresento no Anexo II⁹⁷ deste trabalho, boa parte dos grupos que encontrei

⁹⁶ Os nomes dos ativistas citados neste capítulo são fictícios. Uma breve caracterização dos entrevistados para esta pesquisa encontra-se no Anexo III.

⁹⁷ O anexo II apresenta uma descrição de grupos paulistanos com os quais tive algum nível de contato durante minha pesquisa em campo. O objetivo dessa descrição é oferecer ao leitor tanto um exemplo dessa diversificação de iniciativas do movimento quanto apresentar os outros grupos/associações com os quais o *CORSA* se relacionava durante esse período. Não pretendo oferecer um mapeamento completo e definitivo das organizações presentes na cidade nesse período e não excluo a possibilidade de existirem outros grupos menos visíveis e que não tenham estado presentes nas atividades coletivas promovidas pelo movimento. É importante ressaltar, também, que os grupos/organizações referidos no anexo II não são os únicos a compor a rede de relações do Grupo *CORSA*, visto que, como já afirmei, o acompanhamento das atividades do *CORSA* me levou a eventos de caráter municipal, estadual, nacional e internacional e a contatos com pessoas e instituições, entidades e estabelecimentos que poderiam ser situados como exteriores ao movimento propriamente dito e localizados como parte do Estado, do mercado e da “sociedade civil”. Essa descrição foi elaborada a partir de várias fontes, materiais produzidos pelos grupos, entrevistas com ativistas e observação participante, em alguns casos. As informações são mais ou menos detalhadas de acordo com o grau de contato que tive com os diferentes grupos/organizações no período em que estive em campo.

em campo entre 1997 e 1999 nasceram entre 1992 e 1995, período em que houve um reflorescimento no movimento homossexual paulistano. Como afirmei no capítulo anterior, esse reflorescimento do movimento foi acompanhado por um processo de diversificação de formatos institucionais e de propostas de abordagem dos direitos homossexuais.

Na cidade de São Paulo, entre o final do ano de 1996 e meados de 1999, tive contato com 15 grupos/organizações militantes voltados para o tema homossexualidade. Esses grupos compareciam aos eventos do “movimento organizado” ou tinham seus nomes listados pela *ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis*, ou em revistas gays que publicam endereços de grupos de militância: o *CAEHUSP – Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP*, o *CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo*, o *CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais*, o *GGLPSTU – Grupo de Gays e Lésbicas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*, o *NGLPT – Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores*, o *Projeto Etcétera e Tal*, a *Rede de Informação Um Outro Olhar*, o *Grupo Ação*, o *MGI – Movimento Gay Independente*, a *Comunidade Cristã Gay*, o *Dudu-Adé*, o *AmorYgual*, a *Associação da Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo*, a *Associação Brasileira de Transexuais* e a *Comunidade Cristã Metropolitana*.

Além desses grupos, algumas ONGs-aids mantém em seu interior subgrupos gays que freqüentam as atividades coletivas e encontros do movimento, como é o caso do subgrupo *Somos do GIV – Grupo de Incentivo à Vida*.

Fariam parte da rede de relações desses grupos/organizações, também, ONGs-aids; grupos/organizações de outros movimentos sociais; agências estatais ligadas à questão da aids; comissões de direitos humanos nos vários níveis de governo; órgãos governamentais ligados à justiça e direitos humanos; políticos eleitos com plataformas de apoio à “comunidade gay”⁹⁸; atores ligados ao “mercado pink” ou GLS; imprensa gay; profissionais que se identificam como gays e lésbicas dentro da grande imprensa; empresas e veículos de comunicação que, por estratégias de segmentação de mercado, voltaram seus produtos para

⁹⁸ A palavra *gay* está sendo usada neste parágrafo para referir algo como “comunidade homossexual”. Este uso às vezes é feito pelos próprios militantes, mas normalmente costuma gerar conflito caso se queira incluir também as lésbicas, que usam explicitar a palavra *lésbica* como estratégia de visibilidade.

o público “homossexual”; profissionais liberais como médicos, psicólogos e advogados que eventualmente apoiam as atividades nos grupos; intelectuais que se definam como “homossexuais” ou simpatizantes; artistas que produzam trabalhos tematizando a “homossexualidade” ou relações “homossexuais”; a *ABGLT*; a *ILGA – International Lesbian and Gay Association*; a *Anistia Internacional* e a *InterPride – International Association of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgendered Pride Coordinator, Inc.*, organização internacional de associações/grupos que promovem eventos de “Orgulho Gay”.

1. O grupo *CORSA*

O grupo *CORSA* foi fundado em 1995 e, como já referi na introdução deste trabalho, meu primeiro contato com ele se deu em 1996, num debate sobre o projeto de parceria civil registrada promovido pelo *CAEHUSP*. Depois disso, durante o IX EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis), em março de 1997, fui convidada pelo então secretário do grupo a visitá-lo e tomar parte em suas atividades. No momento em que escrevo, em 2002, ele ainda está em atividade.

Foi fundado a partir da iniciativa de três rapazes que se conheceram no espaço de um consultório de análise. Levi, Vicente e Mateus faziam análise em grupo com os mesmos analistas, e a idéia de criar um grupo de militância, que de certa forma já era um objetivo de Levi, foi construída, em parte, no interior do próprio espaço físico do consultório de análise. O consultório em que se conheceram era o local de trabalho de Adolfo e Ana Maria, do Projeto *Etcétera e Tal*, citado anteriormente nesta dissertação como sendo uma iniciativa reconhecida como parte do movimento homossexual. Adolfo e Ana Maria desenvolviam uma proposta de análise em grupos que tinha como um dos focos oferecer espaço psicoterapêutico para o que denominavam de “minorias sexuais”.

Em janeiro de 1995, no VIII EBGLT, Levi, um estudante de psicologia que morava na cidade de Assis e viria a ser o primeiro presidente do grupo, e Adolfo, um dos coordenadores do projeto *Etcétera e Tal*, se conheceram no VIII EBGLT. Levi havia sofrido várias situações de violência relacionadas à sua orientação sexual e tinha como projeto formar um grupo para discutir, dar suporte às pessoas e atuar contra esse tipo de

situação. O VIII Encontro, ao qual Levi foi como ativista independente, foi a primeira ocasião em que teve contato com o movimento. A partir do encontro com Adolfo, Levi passa, após alguns meses, a vir para São Paulo e participar das atividades do *Etcétera e Tal*.

No *Etcétera e Tal*, Levi conhece Vicente e Mateus, que são os outros fundadores do grupo. Vicente morava em São Paulo e vinha de uma atuação como voluntário numa ONG-Aids, o grupo Pela Vidda. E Mateus, historiador que morava em Jundiaí, tinha deixado o seminário há poucos meses por problemas políticos com os superiores, gerados por seu envolvimento com o Movimento Teológico Feminista.

De acordo com os relatos, é possível apontar algumas características desses personagens presentes no início da história do grupo. Nenhum deles tem uma trajetória de militância anterior muito longa ou profunda, apesar de todos já terem participado em alguma medida de iniciativas que podem ser caracterizadas como militantes. Todos são homens. A atuação de Ana Maria – transexual *male to female* que não foi entrevistada para esta pesquisa, aparece apenas na fala de Adolfo e de Levi. Os outros dois rapazes citaram-na apenas muito rapidamente e os relatos sobre o surgimento do grupo que ouço de militantes que não vivenciaram esse momento simplesmente não se referem a ela. Todos eles, com exceção de Vicente, que não frequentou um curso universitário, viveram com os familiares e/ou foram amparados por suas famílias até finalizarem seus estudos universitários, o que não significa que não trabalhassem ou fizessem pequenos “bicos”, ou buscassem bolsas a fim de complementar seus “rendimentos” durante a faculdade. Com exceção de Vicente, que nasceu em São Paulo, tanto Levi, quanto Mateus e Adolfo não nasceram numa grande metrópole: Adolfo e Levi nasceram em localidades rurais e Mateus, numa cidade média no interior de São Paulo. Na ocasião da fundação do grupo, Levi, Vicente e Mateus tinham entre 20 e 25 anos e Adolfo, 39. A forma pela qual se referiam à idéia de homossexualidade indica contato com referências a um modelo moderno de homossexualidade, o modelo *simétrico*, a que se refere Fry (1982a).

O mito de origem do grupo presente na fala dos três rapazes aponta para o encontro de três desejos diferentes, que poderiam ser expressos e contemplados através da criação de um espaço de militância homossexual: a formação de um espaço de atuação política, de uma referência positiva de sociabilidade e de um espaço para discutir homossexualidade e religiosidade. Nenhum dos três desconhecia a existência de outros grupos de militância, mas

ao mesmo tempo, deram a entender que não se identificavam com os espaços que conheciam. Os primeiros encontros, a julgar pelos relatos dos três integrantes, serviram como espaço de identificação entre eles e exposição das fantasias e desejos em relação ao espaço de militância que construiriam.

O projeto *Etcétera e Tal* foi o primeiro ponto de referência para a construção do grupo e serviu como local de reuniões durante seu primeiro semestre de vida. No entanto, é importante ressaltar que o *Etcétera e Tal* mantinha uma posição que Adolfo qualificava como “propositalmente marginal” em relação ao movimento homossexual. A fala de Adolfo em relação ao movimento construía uma oposição entre o tipo de grupo que ele esperava que surgisse com o *CORSA* – “um grupo com o lugar do líder vazio e em que qualquer um pudesse falar pelo grupo” – e o que ele criticava nos grupos que conhecia – “grupos em que ninguém pode responder quando o líder não está”. O problema, segundo Adolfo, “é quando o líder encarna o movimento e se torna incontestável porque está incorporado e todos lhe devem uma obediência cega. Isso é a base do autoritarismo”. Essa oposição se tornou uma referência para a atuação dos primeiros coordenadores do grupo, bem como a valorização da escuta, da diversidade interna e da tomada de decisões coletiva.

Ainda no segundo semestre de 1995, Vicente se encontrou com Paulo, jornalista e militante do movimento de ONGs-aids, no Encontro de Pessoas Vivendo com Aids. Esse contato resultou na entrada de Paulo no grupo e na mudança de sede, no início de 1996. A primeira sede do *CORSA* ficava no bairro de Santa Cecília, região central da cidade, onde compartilhava o espaço com a *APTA – Associação para Prevenção e Tratamento da Aids*. Nesta mesma época, o grupo começava a discutir seu estatuto, processo no qual Paulo, Ana Maria e Esdras, um advogado amigo de Vicente e ligado ao movimento de aids, tiveram participação importante. Ainda no segundo semestre de 1995, o *CORSA* faz sua primeira aparição pública num evento sobre direitos humanos na Assembléia Legislativa. A partir daí, passa a ter contato também com o *NGLPT*, com o grupo *Expressão* de Campinas e com a *Rede Um Outro Olhar*. O *NGLPT* se aproximou bastante e, segundo os relatos dos entrevistados, era comum que seus membros freqüentassem as reuniões do *CORSA*. As posturas comunitaristas e críticas do *NGLPT* também influenciaram bastante o estilo de militância que seria adotado pelos fundadores do *CORSA*, embora a relação da direção do grupo com os militantes do *NGL* fosse sempre mediada por uma tentativa, por parte dos

fundadores do *CORSA*, de delimitação do espaço a ser ocupado no grupo pelo *NGL*, enquanto instância interna de um partido político. Nesse sentido, o *CORSA* tinha uma visão que lembra bastante a postura autonomista dos primeiros grupos brasileiros. Essa postura se mantém no discurso do grupo até os dias de hoje: o grupo atua politicamente, mas é suprapartidário.

1.1. A identidade institucional do grupo

O estatuto elaborado pelos componentes do grupo durante a segundo semestre de 1995 e início de 1996 apresenta-o da seguinte maneira:

“O CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – grupo de conscientização e emancipação dos homossexuais, bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais, doravante chamados de minorias sexuais, é uma organização não-governamental (associação civil) sem fins lucrativos, fundada no dia 1º de julho de 1995, com sede e foro na cidade de São Paulo, com sede provisória à [endereço da sede provisória à época], tem caráter informativo, associativo, mobilizador, assistencial e duração por prazo indeterminado.” (Capítulo I, Artigo 1º do estatuto social do *CORSA*)

“Constituem finalidades fundamentais do CORSA reunir e conscientizar o maior número de pessoas, independente de sexo, cor, credo, condição social, idade, profissão interessadas em defender a liberdade de orientação das minorias sexuais e combater a aids e seus efeitos.” (Capítulo II, Artigo 4º do estatuto social do *CORSA*)

É interessante notar que o grupo se apresenta como uma organização não-governamental voltada tanto para a defesa dos direitos humanos de minorias sexuais quanto para o combate à aids e seus efeitos.

Embora, segundo o estatuto elaborado, o *CORSA* fosse uma associação civil sem fins lucrativos, ele permanecia em “processo de registro” desde sua fundação, em 1º de julho de 1995, até o início de 1999. Quando deixei de frequentar suas atividades com regularidade, em meados do ano de 1999, estava em curso uma discussão sobre que tipo de projetos o grupo gostaria de assumir como seu trabalho e como obter financiamentos para tal e de que fontes seria aceitável obter tais financiamentos. Esse processo parece ter acompanhado o próprio processo de organização da Parada do Orgulho GLBT, com a qual

peças da direção do *CORSA* estavam bastante envolvidas, numa associação que tivesse por finalidade principal a promoção de eventos de orgulho/visibilidade. O estatuto foi registrado somente entre meados de 1999 e a primeira metade do ano de 2000 e o cadastro no CNPJ ocorreu posteriormente. No final de 2001, visitei o grupo e soube que contava então com dois projetos financiados, um pelo Ministério da Justiça e outro pelo Ministério da Saúde. O primeiro era um projeto de capacitação de professores da rede pública para tratar questões relacionadas à diversidade sexual e o outro, um trabalho com promoção da auto-estima e da cidadania entre adolescentes/jovens de periferia.

Todo esse processo de aproximação de uma identidade institucional de ONG foi bastante lento e acompanhado por mim somente em parte. Os fundadores do grupo, apesar de terem uma certa crítica com relação às informações que tinham acerca de entidades do movimento que recebiam financiamentos para a prevenção da aids, não apresentavam uma resistência tão forte a que o grupo fosse uma ONG e tivesse projetos financiados. Ser uma ONG, para os fundadores do grupo, significava ter condições materiais para realizar as atividades que entendiam como pertinentes a um grupo de militância homossexual.

Primeiramente, ela sendo uma ONG... nós teríamos uma estrutura, que iria atender as necessidades das pessoas e poderíamos ter uma possibilidade importante, que é a possibilidade de patrocínio de dinheiro que nós não tínhamos... nós não tínhamos nada de dinheiro. (entrevista com Mateus)

A resistência à adoção de uma identidade institucional de ONG parece ter sido mais forte exatamente no período em que acompanhei o grupo, ou seja, a partir da gestão da segunda diretoria. Durante esse período, considero que essa fosse uma das questões centrais para compreender o grupo e sua relação com outros atores do movimento e fora dele. Penso também que as representações das pessoas mais influentes no grupo sobre o que significava ser uma ONG no movimento homossexual estiveram, até certo ponto, relacionadas às mudanças na identidade coletiva adotada pelo grupo, o que analisarei no decorrer deste capítulo.

A recusa em ser uma ONG era algo determinante em relação ao perfil do grupo e ao tipo de problemas que enfrentava. Um dos problemas mais sérios do grupo sempre foi o fato de não possuir uma sede própria e manter atividades que dependiam da disponibilidade de

espaço para a realização de reuniões relativamente grandes. Para isso, o grupo sempre dependeu da colaboração de outras entidades, que também passavam por diversas dificuldades. Em 1999, o *CORSA* tinha reuniões semanais na sede de uma ONG, a *Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome*, na qual utilizava o espaço em horários pré-estabelecidos, mediante colaboração financeira para o pagamento de parte das despesas de manutenção do espaço. Antes disso, compartilhou uma sede com a *Associação para Prevenção e Tratamento da Aids – APTA* entre aproximadamente o início de 1996 e meados do segundo semestre de 1998. Inicialmente, o *CORSA* retribuía o espaço na *APTA* com os serviços de Levi como estagiário em psicologia. Posteriormente, o grupo passa a contribuir financeiramente, com uma pequena quantia fixa, para a manutenção das despesas da *APTA* com a sede. Entre um período e outro, o grupo ficou sem sede, o que significou muitas perdas para o grupo e exigiu grande empenho da direção e dos frequentadores mais assíduos para que tal fato não implicasse em sua completa desarticulação.

Desde sua fundação, o grupo procurava manter uma “auto-sustentação financeira”, através de práticas como “passar o chapéu” ou vender, nas reuniões, lanches e materiais do grupo (camisetas, bonés, adereços com as cores do arco-íris⁹⁹) ou tentar comprometer os membros com o pagamento de uma contribuição mensal voluntária. As discussões sobre formas de sanar os problemas financeiros, no período em que estive em campo, eram muito frequentes, mas, de acordo com o que pude observar, além da oposição à postura de outros grupos que se identificavam como ONGs, o temor da perda da autonomia ou da criação de desigualdades/hierarquias no grupo, pelo fato que o membro responsável por um provável projeto tivesse sua atuação “profissionalizada”, enquanto a dos outros membros era voluntária e/ou concentrasse poder por ser elo de ligação com os recursos, limitava as perspectivas de captação de recursos.

1.2. As atividades do grupo

A atividade principal do grupo se configurava, desde o início, em reuniões realizadas

⁹⁹ O arco-íris é um símbolo utilizado pelo movimento homossexual em âmbito internacional e tem associado a si o significado de diversidade.

semanalmente, no final das tardes de sábado, com discussões livres, debates sobre filmes ou realização de oficinas/dinâmicas de grupo coordenadas pelos próprios membros ou pessoas especialmente convidadas. A seleção da programação das reuniões era feita mensalmente (em alguns momentos o grupo optou por montar um programação bimestral) com base na indicação de temas, filmes ou atividades por freqüentadores e votação, por parte do grupo, em espaço da reunião destinado a esse fim. Nessas reuniões, era sempre reservado tempo para “informes” e “encaminhamentos” a respeito de situações às quais o grupo deveria “dar resposta rápida”: ocorrência de discriminação na mídia ou no gueto, participação do grupo em eventos mais gerais do “movimento organizado”, palestras ou intervenções solicitadas ao grupo ou a seus membros pela mídia, em escolas/universidades, sindicatos etc., ou intervenções junto às comissões de direitos humanos de âmbito estadual ou municipal.

No início, essas reuniões eram bate-papos menos formais. No segundo semestre de 1996, o grupo passou a contar com uma equipe fixa responsável pela dinâmica das reuniões, ou seja, preparar o tema/discussão e contatar convidados, se fosse o caso. Durante o ano de 1997, a grande rotatividade de pessoas fez com que a diretoria decidisse que o proponente de um tema escolhido para ser debatido em reunião deveria comprometer-se com a sua organização em parceria com a equipe de dinâmica, e/ou com outros voluntários que se propusessem a prepará-la. O tema da reunião chegou algumas vezes a ser cancelado. Nas vezes em que presenciei esse tipo de situação, o cancelamento esteve ligado a gravidade, urgência e/ou complexidade da situação que exigia resposta do grupo.

Apesar da grande rotatividade, durante os anos de 1997 e 1998, as reuniões vinham tendo uma freqüência que costumava variar entre cerca de 20 a mais de 40 pessoas. Com a mudança para a sede da Ação da Cidadania, a freqüência diminuiu por alguns meses para algo em torno de 20 pessoas por reunião. A partir de meados do primeiro semestre de 1999, o grupo voltou a fazer os “arrastões”¹⁰⁰ no gueto e jogos de vôlei no parque do Ibirapuera, suspensos em meados de 1997 por falta de espaço para receber mais pessoas na sede. Com a volta desses métodos de divulgação, a freqüência ao grupo voltou a crescer, atingindo uma média de 40 a 50 pessoas por reunião.

¹⁰⁰ O “arrastão” era um método de recrutamento de novos participantes utilizado pelo grupo. Uma descrição do que significava o “arrastão” no contexto do *CORSA* encontra-se nas próximas páginas, no tópico sobre os membros do grupo.

A frequência atingida pelo grupo e a periodicidade das atividades realizadas sempre foram motivo de orgulho para seus membros e fato citado para afirmar seu modelo de “trabalho” e diferenciar sua atuação frente a de “outros grupos”. De acordo com o que pude observar no livro de registro de presenças de 1996 a 1998, apesar de eventualmente ser negligenciado por parte dos frequentadores, a frequência do grupo cresceu bastante a partir do final de 1996 ou início de 1997.

Durante a gestão da primeira diretoria, que foi de julho de 1995 a dezembro de 1996, o grupo permaneceu exclusivamente formado por homossexuais do sexo masculino. A presença de travestis no grupo nesse período não foi registrada e algumas mulheres apareceram esporadicamente, mas não aderiram a ele.

Uma segunda atividade em que o grupo vinha investindo bastante era a realização de atividades/manifestações de rua na cidade por ocasião das comemorações de 28 de junho, o Dia Internacional do Orgulho *Gay*, que relembra a manifestação de *Stonewall*, marco na organização do movimento *gay* norte-americano e na difusão da concepção atual sobre movimento homossexual.

De acordo com os relatos de meus entrevistados, o *CORSA* teve uma atuação destacada no nascimento da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. A preocupação com a realização de eventos de Orgulho por parte do *CORSA* vem desde 1996, quando um pequeno ato, que reuniu entre 100 e 150 pessoas, foi realizado no 28 de junho, na Praça Roosevelt. Esse ato teria sido estimulado por Paulo Giacomini, que então escrevia a coluna *Gay* da *Revista da Folha*, e teve uma passagem curta como militante do grupo entre o segundo semestre de 1995 e início de 1996. O colunista teria feito contato com vários grupos da cidade, sugerindo que se organizasse um ato público por ocasião da data, comprometendo-se a noticiá-lo em sua coluna. O *CORSA* participou da organização desse ato, juntamente com o *NGLPT*, o *CAEHUSP*, a *Rede Um Outro Olhar*, o *Projeto Etcétera e Tal*, a *APTA* e os anarco-punks. Posteriormente, após uma passeata realizada ao final do IX EBGLT, em 1997, alguns militantes do *CORSA* começaram a planejar um evento de maior porte que se realizaria em comemoração ao 28 de junho daquele ano. Esses militantes articularam em torno dessa proposta alguns dos grupos de São Paulo e passaram a realizar as reuniões preparatórias do evento, batizado de *Parada do Orgulho GLT*, que contou com a presença de cerca de 2000 participantes. No ano seguinte, 1998, após reuniões de

organização que se estenderam de julho de 1997 até a realização do evento, a Parada contou com a presença de 7000 pessoas.

Nesse período também, através da Parada, o grupo constrói o que se torna uma marca de seu estilo próprio de atuação, a atuação de massa, que, entre outras coisas, o diferencia em relação ao estilo de trabalho que seus militantes atribuíam a outros grupos do movimento em nível nacional, e serve como base para a construção de alianças com outros grupos. Desde o início da organização das paradas, o *CORSA* propunha que sua coordenação funcionasse também como um espaço para discussão política dos rumos do movimento. No ano de 1999, o evento passou a ser chamado de *Parada do Orgulho GLBT* e reuniu cerca de 30.000 participantes. Nesse ano, já foi organizado por uma entidade criada especialmente para tal fim, a *Associação da Parada do Orgulho GLBT*, cujos primeiros coordenadores eram, em sua maioria, lideranças que faziam parte do *CORSA* e utilizavam inclusive a mesma sede para as reuniões. A partir maio de 1999, a idéia de um fórum/coordenação política do movimento em nível local se autonomiza da organização da Parada, com a constituição do *Fórum Paulista de GLBTs*. Nos anos de 2000 e 2001, a Parada continuou a crescer, contando com 100 mil e 270 mil participantes, respectivamente, segundo seus organizadores.

Além das reuniões e dos eventos de Orgulho, o *CORSA* manteve, durante o período em que estive em campo, uma atuação junto a parlamentares e a comissões de direitos humanos, foi um dos organizadores do IX EBGLT, participou da fundação de um setorial de gays e lésbicas na *Central de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores*, participou ativamente de campanhas como a que envolveu a criação do *Comitê Pró-Parceria Civil Registrada/SP* e a campanha pró-aborto legal, participou ativamente do *Fórum dos Direitos da Pessoa Humana* na Câmara Municipal de São Paulo, foi um dos principais articuladores da criação do já referido *Fórum Paulista de GLBTs* e participou ativamente de vários fóruns e encontros do movimento em âmbito regional, nacional e internacional.

Além, dessas atividades, o grupo manteve, até meados de 1997 e durante o ano de 1999, uma atividade fixa de sociabilidade de seus membros, que funcionava como forma de recrutamento e atividade de visibilidade: todas as manhãs de domingo, um grupo de membros do *CORSA* ia ao Parque do Ibirapuera para um jogo de vôlei, onde a regra era

fazer barulho e “dar muita pinta”.

Durante o período em que estive em campo, o grupo produzia muito poucos registros de suas atividades. Até o final de 1998, quando mudou de sede, não possuía uma lista ou mala direta de todas as pessoas que já passaram por ele e não fazia qualquer registro de suas reuniões ordinárias para além de um livro de presenças, onde eram registrados o tema da reunião e o nome dos presentes. Na verdade, houve várias tentativas de cadastrar os frequentadores, que não chegaram a funcionar efetivamente no sentido de produzir uma lista através da qual as pessoas pudessem ser contatadas.

A produção de material escrito do grupo sobre si mesmo era pequena, restringindo-se a filipetas de divulgação dos temas das reuniões, utilizadas durante as fases em que o *CORSA* adotou os “arrastões” no “gueto” como forma de divulgação, a alguns folhetos institucionais elaborados especialmente para a participação em eventos nacionais e a um boletim chamado *CORSA Cultural*, produzido a partir de meados do segundo semestre de 1998. Durante o ano de 1997, o livro de presença chegou a não ser aberto em algumas reuniões e folhas foram puladas em branco; outras vezes, o tema não foi registrado e em geral as assinaturas apareciam em número menor que as pessoas presentes. Eventos externos chegaram a ser feitos sem que uma fotografia fosse tirada. Essa falta de preocupação com o registro de suas atividades diferenciava o *CORSA* de outros grupos que tive oportunidade de observar em campo.

1.3. Os membros e a dinâmica interna do grupo

Durante os primeiros meses de existência do *CORSA*, a principal fonte de recrutamento de membros foi o próprio consultório de análise onde o grupo se reuniu até o final de 1995. Após a ida para a sede da *APTA*, passou-se a organizar uma forma de divulgação do grupo que era chamada de “arrastão”. O arrastão consistia em, acabada a reunião, saírem todos os membros do grupo em direção ao gueto gay, munidos de filipetas fotocopiadas com a programação das reuniões temáticas do mês. A ida coletiva ao gueto para panfletagens era entendida como uma atividade que divulgava o grupo e permitia dar visibilidade à homossexualidade em locais públicos, visto que o grupo se deslocava reunido

até o local da atividade. A idéia do “arrastão” foi sugerida por Vicente, que já utilizava esse método de divulgação no projeto HsH (homens que fazem sexo com homens) do *Grupo Pela Vidda*. No entanto, a principal fonte de recrutamento de freqüentadores eram as redes de amigos e conhecidos das pessoas que o freqüentavam. Ainda com relação ao “arrastão”, é importante citar que, a princípio, o grupo tentou fazer essa forma de divulgação na região da Rua da Consolação, na altura dos Jardins, onde estão situadas as casas noturnas voltadas a um público *gay* de classe média; mas, de acordo com os entrevistados, a receptividade por parte dos freqüentadores desse tipo de estabelecimento era muito baixa. Isso teria feito com que as atividades de arrastão se restringissem aos estabelecimentos situados nas imediações do Largo do Arouche, da Praça Roosevelt e em parte da Rua da Consolação situada entre o centro e a Avenida Paulista, em locais freqüentados por um público identificado como de menor poder aquisitivo. Apesar do boca-a-boca entre amigos ser a principal forma de recrutamento, sem dúvida o perfil dos freqüentadores dos estabelecimentos onde era feito o “arrastão” influenciou bastante o perfil que podia ser encontrado entre os freqüentadores do grupo.

Entre janeiro e maio de 1996, o livro de registro de reuniões mostra uma freqüência que oscilava entre seis e 15 pessoas. Nesse período, apenas homossexuais do sexo masculino freqüentaram o grupo. O livro fazia menção específica à presença de “visitantes”. Até onde pude observar esse tipo de anotações, a classificação era adotada para referir a presença de pessoas de outros grupos ou organizações na reunião do *CORSA*.

Em 18 de maio, o grupo promoveu uma discussão sobre o tema “sexo anal”, que foi divulgada por Paulo na coluna que escrevia na *Revista da Folha*, a coluna *Gay*. Nessa reunião, registrou-se no livro a presença de 43 pessoas, entre as quais havia algumas mulheres. A matéria, na *Revista da Folha* de 12 de maio de 1996, trazia a foto de uma camiseta do grupo, com seu logotipo, com o fundo nas cores do arco-íris sobre o qual se escrevia, em cor-de-rosa o nome *CORSA*, em letras de forma maiúsculas, com a letra “A” representada por um triângulo. Abaixo do logotipo, em letras menores, lia-se: grupo de conscientização e emancipação das minorias sexuais. A legenda da foto dizia: “Use o orgulho *gay* no peito!” O texto da matéria trazia o endereço e horário das reuniões e dizia:

Acorda, liiiiinda!

Você foi discriminado, apanhou por ser gay, ou pensa que isso não acontece porque estamos no final do século 20? Acorda!

Por essas e outras é que os grupos são formados. Primeiro foi o Grupo Gay da Bahia.

Em Sampa, o CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – procura soluções para esses problemas. E, para tal, está promovendo palestras.

No próximo sábado, o ginecologista Marcelo Caballero falará sobre os riscos e folclores que envolvem a relação sexual entre homens. Informe-se, compre a sua camiseta e peça a sua camisinha grátis.

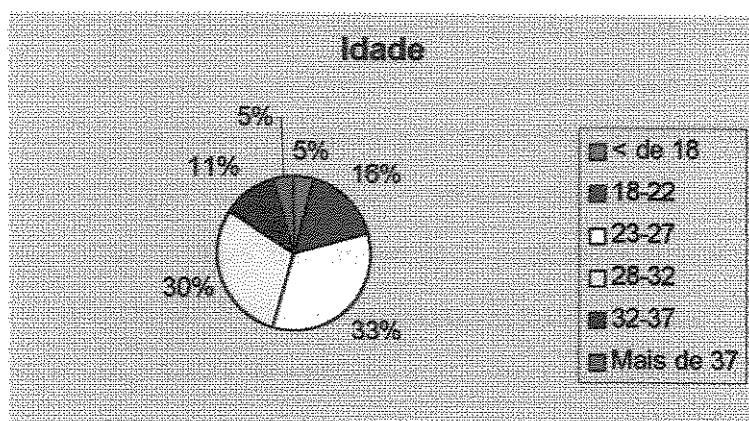
A partir desse momento, as reuniões do grupo começam a ter uma frequência maior. A sede da APTA, local onde aconteciam as reuniões, ficava num prédio misto, residencial e comercial. A sede era um apartamento de dois quartos adaptado ao uso da ONG. A entrada dava acesso a uma sala retangular. Em frente à porta de entrada, um corredor dava acesso, do lado direito, a uma cozinha e ao banheiro e, do lado esquerdo, a duas salas de reuniões, uma das quais era utilizada, entre outras coisas para guardar os materiais do CORSA. Ao final do corredor havia uma pequena sala, utilizada pela ONG para atendimento psicológico. As reuniões do CORSA aconteciam num espaço, anteriormente aberto, fechado com telhas do tipo brasilite, que se ligava como um quintal à sala de entrada. Entre a sala de entrada e o espaço de reuniões, havia uma porta de correr ampla de vidro. Na sala de entrada havia alguns sofás bastante gastos, uma mesinha de apoio colocada junto à parede e, entre dois dos sofás, um quadro de aviso compartilhado pelos projetos da APTA e pelo CORSA. Nessa sala, a decoração era composta por vários quadros feitos com cartazes de prevenção às DST/aids. Antes do início da reunião, os membros se espalhavam entre essa sala de entrada, a cozinha e o espaço improvisado utilizado para as reuniões do grupo. Esse espaço tinha algumas cadeiras bem velhas, dois ou três sofás bem mais velhos do que os encontrados na sala de entrada e uma estante, coberta por plásticos para escapar de eventuais goteiras, onde ficavam uma TV e um vídeo, de propriedade da APTA, utilizados para sessões de vídeo no grupo. Os participantes se acomodavam em forma de círculo, sentando-se nas cadeiras, nos velhos sofás cobertos com panos e mesmo no chão, quando a reunião estava mais cheia. Era comum que as pessoas ficassem muito próximas, se sentassem umas no colo das outras ou permanecessem abraçadas durante as reuniões. Mesmo depois do início da reunião, quando a porta de vidro que ligava os dois espaços era parcialmente fechada, algumas pessoas permaneciam na sala de entrada, que era usada também para que as pessoas pudessem fumar

sem incomodar as outras. Durante a reunião, sempre havia certa circulação entre os dois espaços e não era raro que a pessoa que coordenasse a reunião tivesse várias vezes que tentar controlar o barulho que vinha da sala de entrada. Geralmente, a presença na sala de entrada durante a reunião significava falta de interesse na mesma ou maior interesse numa conversa com alguns dos membros em específico. Era, assim, um espaço usado para aproximar relações em particular, fossem pessoais ou políticas. A salinha de atendimento psicológico também era usualmente utilizada para conversas privadas, geralmente de caráter político, e era o local utilizado para a reunião em separado de subgrupos, como o das mulheres, do qual falaremos adiante.

Entre os meses de setembro e outubro de 1996, um membro fez um levantamento quantitativo do perfil dos freqüentadores do grupo¹⁰¹. O questionário foi aplicado nas reuniões durante três semanas. Tinha todas ou a maior parte das questões fechadas, não identificava o respondente e abrangeu 44 pessoas, todas do sexo masculino. É interessante perceber alguns interesses específicos na formulação do questionário, tais como: se a família sabe ou não da orientação sexual do pesquisado, qual a atitude familiar a respeito, porque não conta à família e qual a religião.

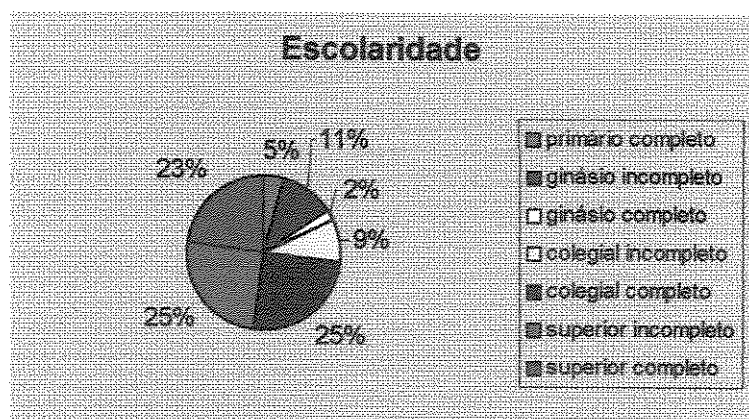
A partir de alguns dos resultados desse levantamento, passo a analisar um pouco mais detidamente o perfil dos freqüentadores do grupo nesse momento. Com relação à idade, observava-se a seguinte distribuição dos respondentes:

¹⁰¹ A aplicação e tabulação dos dados desse questionário foi uma das poucas iniciativas de registro sobre o grupo que surtiu algum resultado. Aparentemente foi uma iniciativa do próprio militante que o aplicou e tabulou os dados, um doutorando numa área aproximada à química. Mas, apesar de ter sido realizado, esse levantamento não me pareceu ser de conhecimento ou do interesse da maioria de meus entrevistados contemporâneos à iniciativa. Na realidade, soube de sua existência ocasionalmente, durante a entrevista com o presidente do grupo durante a gestão de 1997. No entanto, ele mesmo não sabia onde estava esse material, ao qual tive acesso apenas pela tabulação dos dados, que ainda estava guardada num disquete na casa do militante que realizou o levantamento.



A frequência de menores de 18 anos no grupo foi objeto de discussão assim que o primeiro caso, um rapaz de 16 anos, apareceu numa reunião. Foi decidido que, tendo em vista os problemas legais que poderiam surgir, a frequência de menores às reuniões do grupo somente poderiam ocorrer mediante autorização escrita do pai ou da mãe. Mas a procura de menores pelo grupo era bastante pequena. Esses dois casos registrados de menores, no entanto, tinham uma adesão ao grupo bastante grande, tendo em vista a rotatividade dos frequentadores do grupo. Eles iam à maior parte das atividades e, embora não tenha registrado exatamente quando deixaram de frequentá-lo, lembro-me da presença deles até o final do ano de 1997. A maioria dos frequentadores concentrava-se na faixa dos 20 a 30 anos. A presença de pessoas com mais de 40, 45 anos ocorria com pouca frequência e, na grande maioria dos casos, se restringia a apenas uma visita.

Com relação à escolaridade¹⁰², encontrava-se a seguinte distribuição:



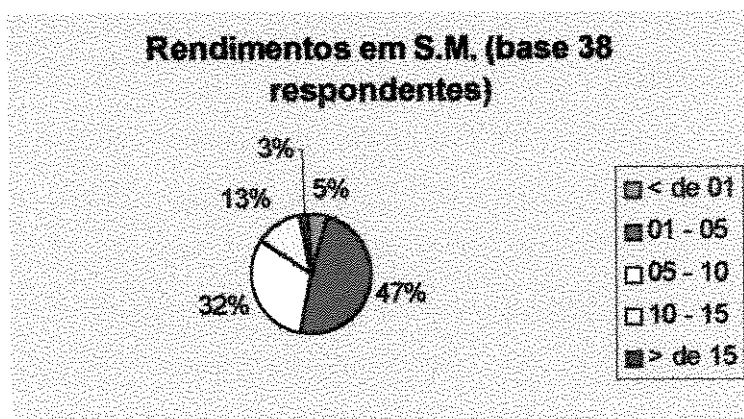
É interessante notar que essa diversidade com relação ao nível de escolaridade¹⁰³

¹⁰² A nomenclatura utilizada para as faixas de escolarização na coleta de dados original foi mantida.

¹⁰³ Ainda que 48% dos que responderam a esse questionário tivessem nível superior incompleto ou mais, a

destoa do perfil apontado por outros estudos a respeito de grupos do movimento homossexual. A imagem do militante homossexual como alguém que, se não faz parte de uma elite econômica, faz parte de uma elite intelectual, não está em acordo com o perfil dos frequentadores do *CORSA*. Não é possível dizer sequer que as pessoas que não tinham passado por uma universidade não tenham participado do grupo enquanto membros de sua diretoria. Não tenho dados mais precisos sobre a escolaridade de todos os membros da diretoria que já passaram pelo grupo desde sua fundação, mas posso afirmar com certeza que todas as gestões contaram com membros que não tinham sequer iniciado um curso de nível superior. Com relação aos integrantes que foram agrupados como tendo nível superior completo, é importante ressaltar que entre eles estavam incluídos os que cursavam ou haviam cursado uma pós-graduação. O papel de liderança política no interior do grupo, que não coincidia necessariamente com o fato de ser membro eleito da diretoria, em geral era ocupado pelos membros com maior grau de escolaridade.

Entre os entrevistados, 82% exercia alguma atividade remunerada no momento e 35% estudava. Não há dados sobre a quantidade de pessoas que trabalhava e estudava. De um conjunto de 38 entrevistados com atividade remunerada, cerca de 84% estavam na faixa de rendimentos de até 10 salários mínimos, sendo que cerca de 52% dos que tinham rendimentos estavam na faixa de até 5 salários mínimos:



Com relação ao local de moradia, pode-se perceber uma distribuição dos frequentadores por todas as regiões da cidade – 37% dos entrevistados morava na região central, 21% na zona norte, 18% na zona oeste, 12% na zona sul e 7% na zona leste –,

sendo que 5% moravam em outras cidades. 45% dos entrevistados declararam morar com a família (entender família aqui como família de origem), 23% sozinhos, 18% com amigos e 14% com o companheiro/namorado.

86% dos entrevistados souberam do grupo através de amigos, 7% através de revista(s), 5% através de jornal(is) e 2% através de folhetos. Isso aponta para o fato de a principal forma de recrutamento de membros era através do boca-a-boca entre amigos e conhecidos e que o “arrastão” funcionava muito mais como uma atividade que visava dar visibilidade ao grupo no gueto e mesmo como celebração e extensão da convivência entre os seus membros.

31% das pessoas que responderam ao questionário freqüentava o *CORSA* há dois ou três meses, 26% há um mês ou menos, 17% freqüentava o grupo há um período que variava entre quatro a seis meses e 26% há mais de seis meses. Havia, de fato, uma grande circulação de pessoas no interior do grupo. Havia pessoas que iam a uma ou duas reuniões e não voltavam mais. Havia freqüentadores esporádicos, que se mantinham informados sobre as atividades e iam ao grupo quando havia um tema a ser discutido que fosse de seu interesse. Havia pessoas que se mantinham freqüentes a todas as reuniões num determinado período e depois se afastavam. Algumas dessas pessoas voltavam posteriormente a freqüentar o grupo. Não havia um limite claro entre quem eram os membros do grupo e os “de fora”. Assim que alguém chegava e era apresentado às pessoas que se encontravam na reunião, passava a ser tratado como membro.

Não havia, no *CORSA*, uma distinção mais clara entre os membros do grupo e alguém que o visitava pela primeira vez, como ocorria, por exemplo, no grupo *Somos*, em relação ao qual MacRae havia observado formas de cumprimento específicas que demarcavam a diferença entre um membro e alguém que ainda não fosse considerado como tal. Segundo MacRae, os membros do *Somos* se cumprimentavam com beijos na boca e essa era uma forma de demarcar simbolicamente o vínculo ao grupo. Não pude observar nenhum comportamento tão demarcado no interior do *CORSA*, embora as pessoas mais freqüentes fossem sempre tratadas com maior familiaridade e intimidade. Ainda que ser tratado de modo mais íntimo e familiar seja algo muito importante, isso não era utilizado de forma sistemática para demarcar simbolicamente o pertencimento ao grupo. Mesmo entre membros mais velhos, o grau de intimidade com que eram tratados pelos outros membros do grupo

variava bastante e dependia muito de fatores individuais, como a amistosidade e a extroversão.

Apesar do estatuto afirmar que os membros deveriam contribuir monetariamente com mensalidades para a manutenção do grupo, em 1997, quando comecei a freqüentá-lo, não havia sequer uma lista com o contato (nome, endereço ou telefone) das pessoas que já haviam passado pelo *CORSA*. As doações para a manutenção do grupo eram feitas no decorrer das próprias reuniões, através da venda de camisetas, bonés, broches ou da coleta de dinheiro numa sacolinha, boné ou outro objeto que era passado entre as pessoas presentes à reunião. Essa indistinção entre os “de dentro” e os que iniciavam no grupo se tornou inclusive problemática na primeira eleição de diretoria que acompanhei no grupo, no segundo semestre de 1997, quando a comissão eleitoral se viu forçada a estabelecer um critério segundo o qual, para ter direito a voto, a pessoa devia ser freqüente às reuniões há pelo menos três meses e ter participado dos debates de apresentação de propostas das chapas concorrentes. Não tenho informações com relação a esse tipo de situação ter ocorrido anteriormente. Tive contato apenas com afirmações acusatórias, nesse mesmo processo eleitoral, dirigidas a um membro da diretoria anterior. Segundo essas acusações, tal membro teria trazido “o Corsário¹⁰⁴ inteiro” para votar no dia da eleição. Havia, sim, uma distinção entre membros e visitantes, quando a própria pessoa que chegava ao grupo se identificava como membro de um outro grupo, ONG ou instituição. Mesmo a aceitação de membros de outros grupos como membros do *CORSA* era freqüente. Eu mesma estava numa atividade de militância de âmbito nacional como colaboradora de outro grupo quando fui convidada a visitar e tomar parte das atividades do *CORSA*.

Isto não quer dizer que todos os membros tivessem o mesmo status no interior do grupo. Uma primeira distinção nesse sentido separava a diretoria e os membros. Em torno da diretoria havia um grupo de pessoas mais freqüentes às atividades, que mais tarde seria chamada informalmente de “núcleo duro” do *CORSA*. Havia também a questão da ambigüidade em termos de identidade institucional que contribuía para essa dificuldade em distinguir membros e não membros. Numa reunião de diretoria da qual participei em 7 de junho de 1997, havia uma discussão a respeito de que o *CORSA* se constituísse como uma

¹⁰⁴ O Corsário era um dos bares em que o *CORSA* costumava fazer os “arrastões”.

ONG, ou seja, que tivesse documentação para atuar com projetos financiados, e que os freqüentadores do *CORSA* fossem encarados como uma clientela, como público-alvo de intervenções da ONG. Essa proposta foi extremamente criticada na própria reunião e não resultou em nenhum encaminhamento concreto. No entanto, demonstrou a dificuldade que a diretoria e as outras pessoas que “assumiam o grupo” tinham com relação aos “outros membros”, aqueles que “não se comprometiam com o grupo” e que, em alguns momentos, eram acusados de “apenas usufruir as discussões organizadas” ou de freqüentar o grupo apenas para “arranjar namorado”. Nessa discussão, se fez uma distinção entre membros e usuários do grupo, que foi duramente rebatida por aqueles que discordavam que houvesse projetos financiados. O foco da discussão se voltou para a questão de assumir ou não a identidade institucional de ONG, embora a questão da grande rotatividade de pessoas nas reuniões do grupo continuasse a aparecer como um ponto de tensão durante todo o tempo em que acompanhei suas atividades.

Num outro momento, durante o ano de 1998, a distinção entre membros do grupo ganha nova forma, com uma proposta, posteriormente descartada, de reservar as discussões temáticas às quais o grupo já estava mais acostumado e que tivessem um sentido de auto-ajuda aos membros mais “novos” no grupo, criando um espaço e temas separados para os membros mais antigos. A distinção entre “novos” e “velhos” foi incorporada, nos anos de 1998 e 1999, às atividades do grupo da seguinte maneira: criou-se uma comissão de recepção, que elaborou um material informativo sobre o grupo e se reunia com os/as estreantes ou “novatos/as” e explicavam a eles/as seu funcionamento antes do início da reunião.

É importante salientar que o perfil dos membros do grupo registrado na pesquisa realizada no segundo semestre de 1996 se alterou posteriormente, assim como deve ter se alterado desde o início do grupo. Se os membros fundadores do grupo eram, na sua maioria, universitários, e podiam ser identificados como pertencentes a uma classe média ou média baixa, os “arrastões” no gueto direcionado às “bichas pobres” foram, em parte, responsáveis pelo perfil registrado¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Embora eu tenha dito anteriormente que do ponto de vista quantitativo os “arrastões” pouco contribuíam enquanto método de recrutamento de novos freqüentadores, do ponto de vista qualitativo, porém, seu impacto era bastante grande. Isso se devia ao fato que, geralmente, cada pessoa que era recrutada a partir do

A partir de meados de 1996, porém, uma nova geração de militantes passa a compor o grupo. Aliás, só é possível localizá-la, sendo que não presenciei esse momento, pelo fato de que tais membros se tornaram, durante o segundo semestre do ano de 1997, um grupo político destacado em seu interior. Tratava-se de pessoas mais velhas que os fundadores, na faixa dos 30-40 anos, com nível universitário/pós-graduação, carreira profissional relativamente estabilizada, com experiência anterior de militância em partidos políticos e/ou movimentos sociais. Eram imbuídos de uma visão comunitarista de movimento social e relatavam contatos anteriores mais ou menos profundos com a Igreja Católica e/ou movimentos populares e CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. Parte desses militantes eram ou tornaram-se, depois da entrada no grupo, também militantes do *NGLPT*. Dentro desse “grupo” estavam indivíduos que se tornariam os presidentes do *CORSA* nas gestões posteriores.

Durante o primeiro semestre de 1997, um outro grupo de pessoas passa também a integrar o *CORSA*. Trata-se de pessoas que colaboravam ou freqüentavam as atividades do *CAEHUSP*. Estes, em sua maioria, tinham nível universitário, graduação concluída ou pós-graduação em curso, origem social de classe média baixa, vida profissional bastante instável, faixa etária entre os 20 e 30 anos e, na sua maioria, com interesses não somente, mas também acadêmicos no tema da homossexualidade. Esse grupo, no qual eu estava incluída, foi recebido com certa desconfiança por alguns membros do *CORSA*¹⁰⁶ e não se constituiu efetivamente como um subgrupo político, ou de afinidades mais restritas, no interior do *CORSA*. Boa parte dessas pessoas freqüentava o grupo mais esporadicamente. O meu caso e o de um outro mestrando em história – que também estudava movimento homossexual – foram exceções, no sentido que nos tornamos freqüentadores mais assíduos. De modo geral, pode-se dizer que os freqüentadores vindos do *CAEHUSP* nesse momento procuravam

“arrastão”, como por qualquer outro meio, trazia ao grupo vários outros amigos e/ou conhecidos.

¹⁰⁶ A desconfiança de alguns militantes do *CORSA* se justificava pela relação ambígua/tensa que existia entre *CORSA* e *CAEHUSP* no período. No ano de 1996, o coordenador do *CAEHUSP*, Samuel, havia se candidatado a vereador na cidade e o grupo tinha se voltado bastante para sua candidatura. A diretoria do *CORSA*, no entanto, havia feito uma série de questionamentos à candidatura e, por fim, decidiu não apoiar a realização de campanha do candidato no interior do grupo. Em 1997, os colaboradores e membros do *CAEHUSP* ressentiam-se do vácuo deixado, no grupo, ao final da campanha eleitoral e começaram a freqüentar as atividades do *CORSA*. No entanto, para as pessoas do *CORSA* que haviam acompanhado os conflitos entre a diretoria do *CORSA* e o coordenador do *CAEHUSP* e a onda de boatos que membros dos dois grupos espalharam uns sobre os outros, a presença dessas pessoas era de alguma forma suspeita.

manter certa distância em relação aos conflitos internos que ocorreram durante aquele ano e também posteriormente no grupo.

Outros subgrupos ou grupos de afinidades pessoais foram se formando ao longo do tempo com o crescimento do número de membros do grupo. De certo modo, isso estava bastante relacionado ao que já vimos que era a principal forma de recrutamento de membros: as redes pessoais de amizade dos freqüentadores. Assim como os dois grupos de pessoas citados nos parágrafos acima chegaram aos poucos, trazidos por convites de amigos que já haviam ido ao grupo, a rede social de fundadores continuou a trazer membros, assim como a rede dos membros que vieram através do arrastão. Além disso, a partir da convivência no grupo se estabeleciam novos grupos de afinidade. Um desses casos foi o de uma garota que se identificava como bissexual. Ela chegou ao *CORSA* através de convite que lhe foi feito por membros do grupo durante o IX EBGLT. Por trazer ao grupo a discussão sobre bissexualidade, foi logo colocada em evidência. Pode-se dizer que num sentido não exatamente positivo, e em torno dela foi se articulando um grupo de freqüentadores que se mostravam insatisfeitos em relação a várias coisas no grupo. A reclamação mais freqüente desse grupo era a “falta de ação” e o “excesso de discussão” no *CORSA*. Logo esse subgrupo informal foi se encaminhando no sentido de deixar o *CORSA* e formar um outro grupo de militância. Em meados de 1997, nascia assim o grupo *Ação*. Um certo mal estar envolveu a saída desses integrantes do grupo, embora nenhuma carta ou comunicação formal em reunião do grupo tenha oficializado a situação. Em algumas falas de meus entrevistados, estes dissidentes foram identificados tomando por base a orientação sexual da referida garota, aparecendo como “os bissexuais”, ainda que essa não fosse a orientação sexual declarada de todos os envolvidos; em outras, eram qualificados como “oportunistas” ou outras expressões que faziam referência ao fato de terem “se aproveitado” do espaço do grupo para formar uma outra entidade não orientada pelos mesmos princípios que ele. Esse foi um caso extremo que acabou evoluindo para um “racha”. No entanto, várias outras “panelinhas” se formaram e se reformularam no interior do grupo sem conseqüências tão drásticas. Essas “panelinhas” influenciavam as opiniões e posições dos membros acerca da vida interna do grupo e, de acordo com a inserção e freqüência dos participantes desses subgrupos informais no *CORSA*, seus próprios destinos.

Em meados do segundo semestre de 1998, após supostas reclamações dos

moradores do prédio, que se referiam ao uso da sede em horários não-comerciais e especialmente ao barulho e à circulação nos corredores, o *CORSA* e a *APTA* são desalojados. A sede foi interditada pelo condomínio e foi necessária a ação de advogados para que a *APTA* pudesse retirar seus materiais do imóvel. O *CORSA* passou, então, a se reunir, provisoriamente, numa sala de uso comunitário de uma igreja católica da região central. Nesse período, boa parte dos membros, principalmente os menos frequentes, perdem contato com o grupo. Com a perda da sede, inclusive o armário que guardava os documentos e pertences do grupo acaba se perdendo. Junto com ele, boa parte dos registros sobre o grupo até então. A partir daí, inicia-se também uma série de contatos dos membros restantes, principalmente da diretoria, para conseguir um novo espaço. Como resultado desses contatos, o *CORSA* passa a se reunir na sede da *Ação da Cidadania contra a Miséria e a Fome*, situada no edifício Andraus, próximo à Praça da República, onde o grupo começa a se rearticular.

Na nova sede, o espaço físico era bastante diferente do anterior. Uma sala bastante ampla era cercada por várias salinhas de tamanho médio, algumas delas com mesas e cadeiras para reuniões. Nesse novo espaço, o grupo passa a ter sua própria salinha. No entanto, assim como ocorreria na sede da *APTA*, ele continuou interferindo muito pouco no espaço. As reuniões semanais do grupo passaram a ser realizadas na sala ampla, que possuía cadeiras com assento e suporte para escrever. As cadeiras eram dispostas em círculo para as reuniões e novamente ordenadas como uma sala de aulas ou palestras ao final do uso. A única marca do *CORSA* nesse espaço era uma bandeira do arco-íris presa à parede da sala usada para as reuniões semanais.

Com a mudança para essa nova sede, a proximidade física entre os membros durante as reuniões se reduz consideravelmente e o espaço de reuniões paralelas também. Nesse momento, o perfil dos frequentadores do grupo é um pouco diferente do registrado em 1996. Isso se deve tanto ao novo recrutamento, que teve de ser feito e trouxe novos membros vindos da própria rede social dos membros que restaram, quanto ao fato do grupo não ter, a princípio, mais disponibilidade para fazer os “arrastões”, que, embora não trouxessem diretamente muitos novos membros, serviam para diversificar o público frequentador. Além disso, no ano de 1997 houve um “racha” na diretoria que resultou num gradual afastamento de boa parte do público com perfil mais “popular” do grupo.

Numa reunião, realizada em 19 de junho de 1999, com o tema “Preconceito Interno”¹⁰⁷, foi realizada uma dinâmica na qual as pessoas deveriam se apresentar por escrito, de modo a compor um perfil do grupo em termos de sexo, idade, raça/etnia, escolaridade e autodenominação em relação à sexualidade. Participaram dessa reunião 26 pessoas. Esse número pode ser considerado representativo nesse momento, tendo em vista o fato de o grupo ter se mudado de sede há cerca de quatro meses e a frequência média da pessoas às reuniões reduzido bastante. Entre esses participantes, 19 eram homens, cinco eram mulheres e duas, travestis¹⁰⁸. É importante lembrar que, em 1996, o grupo era formado exclusivamente por homens.

Do ponto de vista da idade dos frequentadores, algumas mudanças também podem ser observadas:

Faixa etária	Homens	Mulheres	Travestis	Total	% 1999	% 1996
< de 18	-	-	-	-	-	4,5
18-22	-	01	-	01	3,9	15,9
23-27	05	01	02	08	30,8	34,1
28-32	06	01	-	07	26,9	29,5
33-37	03	02	-	05	19,2	11,4
38-42	03	-	-	03	11,5	4,5
acima de 42	02	-	-	02	7,7	-

Em termos de raça/etnia, os 26 participantes se autoclassificaram da seguinte maneira:

Raça/etnia	Homens	Mulheres	Travestis	Total	%
Branco(a)	06	03	-	09	34,6
Mulato(a), moreno(a), pardo(a)	10	01	-	11	42,3
Negro(a)	02	01	01	04	15,4
Indígena		-	01	01	3,9
Oriental	01	-	-	01	3,9

¹⁰⁷ Esse era um tema recorrente no grupo – devo ter participado de pelo menos umas seis reuniões com esse tema durante os aproximadamente três anos em que o frequentei. O tema diz respeito às relações entre as diferenças presentes no interior do grupo ou da “comunidade homossexual” (classe, idade, vivências distintas da homossexualidade, identidades sexuais etc.) e geralmente consistia numa dinâmica de reflexão sem o objetivo de maiores encaminhamentos práticos.

¹⁰⁸ Originalmente, as pessoas se apresentaram pelo sexo biológico. Separei aqui as travestis porque entendi que seu perfil se diferenciava em alguns aspectos do restante dos homens do grupo.

Com relação à escolaridade, os presentes se dividiam da seguinte maneira:

Escolaridade	Homens	Mulheres	Travestis	Total	%
1º grau completo	-	01	-	01	3,9
2º grau incompleto	-	-	-	-	-
2º grau completo	07	02	02	11	42,6
Superior incompleto	04	01	-	05	19,2
Superior completo ou mais	08	01	-	09	34,6

Sobre a escolaridade, é interessante observar uma mudança em relação ao perfil elaborado em 1996. Naquela ocasião, os respondentes com segundo grau completo ou mais representavam 73% do grupo. Em 1999, apesar desse dado referir-se a apenas uma reunião, podia-se notar claramente no cotidiano do grupo uma diferença em relação ao nível sócio-econômico e a elementos que denotavam uma escolaridade mais alta dos participantes. Apesar de não ter dados sobre rendimentos em salários mínimos para comparar com as respostas de 1996, a forma como as pessoas se autoclassificaram em termos de “classe social”, dividindo-se entre quatro categorias –pobre, remediado, classe média baixa e classe média –três das quais faziam referência ao pertencimento a camadas médias, responsáveis por 71% das respostas, parece ir ao encontro de minha impressão ao observar o cotidiano do grupo. Note-se, ainda, que, em 1996, 53% dos 38 respondentes declaravam rendimentos entre menos de um a cinco salários mínimos. Com relação à autopercepção de classe, em 1999, os 26 respondentes se classificaram da seguinte maneira:

Autoclassificação em relação a classe social	Homens	Mulheres	Travestis	Total	%
Pobre	05	-	02	07	26,9
Remediado(a)	02	-	-	02	7,7
Classe média baixa	03	02	-	05	19,2
Classe média	09	03	-	12	46,2

Sobre a forma como se denominavam com respeito à sua sexualidade, as duas travestis usaram as palavras “feminino” e “mulher”. Entre as mulheres, quatro se disseram “bissexuais” e uma, “homossexual”. Entre os homens: 13 usaram a palavra “gay” para se autodenominar; cinco usaram a palavra “homossexual” – entre os 18, três complementaram

essas denominações com referências à atividade ou passividade e um com referência à prática bissexual, outro ainda, um dos mais velhos, referiu-se como “gay ou viado” –; um se autodefiniu como “entendido”. Pode-se perceber nessas autoclassificações, especialmente em relação às mulheres e travestis, um certo descompasso entre as identidades políticas utilizadas para representar tais indivíduos e as denominações que utilizam em relação a si mesmos. Entre os homossexuais do sexo masculino, o uso do termo “gay” parece ter, não só nesta situação como em outras, uma excelente aceitação por parte da população-alvo e promove uma convergência entre identidade pessoal e identidade política.

No caso das mulheres, o fato de, nessa reunião, quatro das cinco mulheres se identificarem como “bissexuais” não foi de fato representativo do que ocorria no cotidiano do grupo. De acordo com o que pude observar nas atividades exclusivamente dedicadas às mulheres realizadas no *CORSA*, havia mais mulheres que se identificavam como “homossexuais” ou “entendidas” do que como “bissexuais”. Ainda assim, a adesão à linearidade entre desejo-prática-identidade e, especificamente, à identidade proposta pelo movimento era muito menor do que entre os homens. Do mesmo modo que, entre elas, as fronteiras entre homo e heterossexualidade eram bem menos demarcadas do que entre os homossexuais do sexo masculino. Era bastante comum que a maior parte das mulheres que chegava ao grupo mostrasse certa resistência ao termo “lésbica”. Elas preferiam se auto-referir com os termos “homossexual” ou “entendida”, categorias que fazem referência ao “assumir-se” e a um reconhecimento de uma relação igualitária entre as parceiras, e que, nesse sentido, se mantêm coerentes com a concepção presente no movimento lésbico.

Essa resistência à autoreferência a partir do termo “lésbica” não é algo específico às frequentadoras do *CORSA*. MacRae (1985) descrevia, no *Somos*, a dificuldade que as militantes tinham em conseguir a aceitação, por parte de seu público-alvo, do termo “lésbica”. Aquino (1995) confirmou essa tendência entrevistando mulheres com práticas homossexuais de diferentes redes sociais em Porto Alegre e Querência (RS). Entre suas entrevistadas, a denominação lésbica era recusada “pela conotação acusatória e pejorativa” (p.82-83). O debate sobre como se referir às mulheres em atividades de recrutamento de novos membros esteve, por esse motivo, sempre bastante presente nas discussões realizadas entre as mulheres do grupo. Geralmente, a solução adotada era a de usar um *slogan* do tipo “mulheres & mulheres” ou “mulheres que amam mulheres” como chamada, mantendo em

paralelo, mas com menor destaque, o termo “lésbicas”.

No caso das travestis o descompasso referido parece ter raízes mais profundas. Embora eu acredite que nenhuma das duas travestis presentes pretendesse utilizar como identidade coletiva para a luta por direitos os mesmos termos pelos quais se auto-referiram na reunião citada, a utilização de termos como “mulher” ou “feminina” me parece indicar uma necessidade de diferenciação em relação aos *gays*. Embora as travestis que freqüentavam o *CORSA* demonstrassem uma adesão a um modelo igualitário de abordagem da relação entre parceiros homossexuais – o que as diferenciava bastante em relação às travestis de fora do grupo –, as tensões na convivência entre *gays* e travestis e vice-versa sempre se faziam presentes.

O fato das travestis terem se identificado dessa maneira me faz lembrar uma cena que presenciei durante a intervenção do *CORSA*, que procurava divulgar a II Parada, no ano de 1998, na tradicional Banda Redonda – banda que sai às vésperas do carnaval e circula pela região central da cidade, freqüentada por personagens do centro, entre eles muitas “caricatas”, “montadas” e “travestis”. Nessa ocasião, enquanto a banda se encontrava ainda na “concentração” e parte dos presentes gritava “é legal ser homossexual!”, uma conhecida *drag-queen* disse, virando-se para a filmadora de um amigo que me acompanhava: “É legal ser homossexual, mas eu sou mulheerrrr!”. A meu ver, ambas as situações descritas remetem à idéia de diferenciações e conflitos subjacentes a essa convivência baseada no “respeito à diversidade” e “luta por direitos”, que teria por objetivo construir um sentido de igualdade entre as diversas categorias presentes no movimento.

Ainda na mesma reunião a que me referi acima, houve uma reflexão sobre experiências de exclusão no interior do grupo. Os presentes foram convidados a responder se já haviam experimentado esse tipo de experiência e por quais motivos imaginavam que isso teria ocorrido. Os que se sentiram excluídos fizeram referência às seguintes questões: ser “efeminado”, não ser bonito, ser “pintosa” ou “fechativa”, gostar de relações intergeracionais (com adultos mais jovens), ser mulher e declarar-se bissexual. É interessante perceber que, apesar de todo o empenho do grupo nas idéias de inclusão e respeito à diversidade, várias das razões pelas quais as pessoas se sentiram excluídas diziam respeito a questões nas quais o grupo se propunha a intervir: inclusão das mulheres, garantia do direito de ser “efeminado” ou “pintosa” e assumir uma identidade sexual, inclusive a “bissexual”.

Entre as práticas sexuais consideradas condenáveis ou não-defensáveis por parte dos presentes figuravam, na maioria das respostas, práticas que não passavam pela idéia de consensualidade como necrofilia, estupro e pedofilia. A questão da pedofilia merece destaque especial, por ter sido mencionada por cerca de 70% dos presentes.

1.4. A coordenação do grupo

A coordenação do *CORSA* era feita por uma diretoria composta por quatro membros – presidente, secretário, secretário adjunto e tesoureiro – que deveria ser renovada ao final de cada ano, através da indicação individual, pelo grupo, de membros para os cargos (forma adotada apenas na eleição de 1996). Em paralelo ao processo eleitoral do ano de 1997, após uma gestão marcada por conflitos entre os membros da diretoria, foram criadas comissões para redigir um regimento interno e conduzir o processo eleitoral. Esse processo levou a uma alteração no formato das eleições para a diretoria: deveriam ser compostas chapas que elaborariam programas e debateriam esses programas numa reunião geral convocada para esse fim na semana imediatamente anterior à da eleição. Esse modelo de procedimento foi mantido no grupo a partir daí, embora nunca tenha havido mais de uma chapa inscrita para cada eleição desde então.

No final de 1998, em meio aos problemas com a sede, na impossibilidade de realizar um processo eleitoral, o grupo decidiu alterar a data das eleições, realizadas no final do ano. Um “mandato tampão” estendeu a gestão até março de 1999. No processo eleitoral para a gestão de 1999, o grupo já estava revendo o estatuto, de forma a que pudesse ser registrado, e foi alterada a composição da diretoria: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um suplente, que poderia assumir qualquer um dos dois últimos cargos. Abaixo da diretoria estavam as coordenadorias (criadas no primeiro semestre do ano de 1997), relacionadas diretamente à direção, possuindo coordenadores próprios e autonomia relativa para produzir materiais específicos em nome do grupo sob aprovação da direção.

A primeira coordenadoria foi a de mulheres, criada em março de 97 e rebatizada de *Coordenadoria de Lésbicas* em dezembro de 97. Seu objetivo era incentivar a participação e

receber adequadamente as mulheres e suas especificidades no grupo. Essa coordenadoria se desarticulou desde meados do segundo semestre de 1998, e pareceu estar sendo retomada numa visita que fiz ao grupo no segundo semestre de 2001.

A segunda coordenadoria a ser criada foi a de negros, que de fato era uma parte considerável do grupo no ano de 1997 e mesmo posteriormente, como vimos nos dados coletados no grupo em 1999. Essa coordenadoria foi desarticulada por ocasião da saída de seu coordenador para a formação do *Dudu-Adé*. Houve tentativa de retomá-la no ano de 1998, mas a quantidade de pessoas que se identificassem como “negros” no grupo diminuiu bastante e não havia quem quisesse coordená-la.

No final de 1997, vieram as primeiras travestis ao grupo. A primeira era uma travesti da *Casa Brenda Lee*, que abriga travestis doentes de aids, e permaneceu pouco tempo. A segunda, já tinha um passado de militância e foi convidada por um dos membros do grupo a formar a *Coordenadoria de Travestis*, da qual foi a única participante até o início de 1999. Com o crescimento da participação das travestis, que, no entanto, nunca ultrapassou o número de três ou quatro com frequência regular, foi dado impulso à *ATRASP – Associação das Travestis de São Paulo*, que mantém uma relação relativamente próxima com o *CORSA* até os dias de hoje.

Além das coordenadorias, foram criados, no final de 97, com o regimento interno do *CORSA*, oito grupos de trabalho, nos quais deveriam se encaixar, de acordo com seus gostos e aptidões, todos os membros: esportes, cultura, divulgação, finanças, recepção, estudos e pesquisas, atividades ecumênicas e eventos.

Entre esses grupos de trabalho, vale a pena enfatizar o de atividades ecumênicas. O interesse acerca da questão da religiosidade estava presente no grupo desde sua fundação. Além disso, como já referi, entre o final de 1996 e início de 1997 incorporaram-se ao grupo indivíduos com vínculos anteriores fortes em relação à Igreja Católica. Em datas como a Páscoa e o final do ano passaram a haver, a partir de 1997, celebrações ecumênicas no grupo e o tema religiosidade ou religiões e homossexualidade era freqüentemente selecionado para as reuniões semanais. As celebrações costumavam atrair outras pessoas além dos freqüentadores e procuravam contemplar as diferentes influências religiosas que perpassavam pelos membros do grupo. Algumas vezes, inclusive, religiosos ligados a cultos afro-brasileiros e igrejas não-católicas estiveram presentes às celebrações. Formou-se, assim,

no *CORSA* um pequeno grupo bastante interessado em discutir e trabalhar com tais temas.

Em setembro de 1997, o *CAEHUSP* promoveu todo um mês de debates com o tema *Direitos Humanos e Homossexualidade*, na USP Maria Antônia, e, entre os temas debatidos estava “*A Igreja e os Preconceitos Seculares*”. Mateus, fundador do *CORSA*, participou desse debate e, a partir daí, se envolveu com a proposta de formação de um grupo voltado para esse tema, que levaria à formação da *Comunidade Cristã Gay* no *CAEHUSP*. A aproximação de Mateus com o *CAEHUSP* e, principalmente, a posterior notícia da ordenação de pastores pela *Comunidade*, repercutiram muito mal no interior do *CORSA*. O grupo ecumênico do *CORSA* criticava o que considerava a “formação de uma igreja em separado” e passou a defender, em suas atividades, que a discussão de religiosidade no *CORSA* deveria indicar que as pessoas se mantivessem e pressionassem para serem aceitas em suas igrejas de origem. Em meados de 1998, com a cisão na *Comunidade Cristã Gay* e a formação da *Comunidade Cristã Metropolitana*, Mateus e outros religiosos voltaram a se aproximar do *CORSA*, dividindo a sede da *APTA* até o incidente que fez com que todos perdessem a sede. Até hoje, em paralelo às atividades da *Parada do Orgulho*, é organizada uma celebração ecumênica para a qual são convidados representantes de diversas tradições religiosas.

2. Dinâmica interna e relações externas: três momentos na trajetória do *CORSA*

Até onde pude observar em campo, entre os anos de 1997 e 1999, o *CORSA* se definia e se legitimava em função da oposição ao que identificava como “personalismo”, “autoritarismo” e “oportunismo” na atuação de coordenadores/presidentes de outros grupos do MHB. Com relação ao ideário do grupo, além da resistência à “profissionalização”, à “concentração de poder”, à representação do grupo por indivíduos não imbuídos de um “discurso de grupo”, qualificados como “personalistas” e a recusa a ser um “grupo virtual” ou sem “vida interna”, uma das características mais marcantes e presentes nas falas das lideranças e membros mais antigos é a proposta de estimular a convivência e o respeito entre pessoas que possuam diferentes vivências da homossexualidade, idade, nível sócio-

econômico, escolaridade, ideologias políticas, sexo biológico, cor/raça etc. De certa forma, a proposta de convivência de diferentes vivências da “homossexualidade” parece estar presente na identidade ampla – minorias sexuais – que o grupo, a princípio, escolheu para apresentá-lo aos outros grupos e atores presentes no campo do movimento e ao conjunto da sociedade. E continua presente, mesmo que de forma diferenciada, na idéia de ser um grupo GLT ou GLBT.

2.1. Um primeiro momento: um grupo novo no campo

Desde a sua fundação, o grupo manteve uma postura de desconfiança em relação a seus pares. Nas entrevistas, vários foram os episódios relatados nesse sentido. Os relatos dos diretores da entidade durante a gestão de 1995/96 me fazem crer que, durante esse período, apenas o *Etcétera e Tal* era percebido como um aliado quase incondicional. Mesmo em relação ao NGLPT, com quem o CORSA mantinha uma relação extremamente próxima, havia desconfianças em relação ao espaço que o NGL poderia pretender ocupar no interior do grupo. Essa desconfiança em relação aos pares, oscilava, porém, como uma espécie de voluntarismo, que levava o grupo a se envolver intensamente em atividades, que, muitas vezes, envolviam outros grupos. Esse tipo de oscilação custou ao grupo algumas experiências, percebidas por seus militantes como desgastantes, como a participação na organização do IX EBGLT, embora tenha gerado alianças, como a que se estabeleceu com o Vereador Ítalo Cardoso, presidente da Comissão de Direitos Humanos da cidade. Essa postura voluntarista do CORSA durante os anos de 1995 e 1996 é descrita na fala de Levi:

Aí, era assim, a gente tinha essa coisa de fomentar: “vamos fazer, vamos fazer”. Aí, depois, sentava todo mundo junto, aí já não se tinha mais esse caráter de que o CORSA fez, mas que o CORSA chamou. E aí, a partir dessa chamada, as pessoas que atenderam a chamada deram uma outra cara. Então, não ficava uma coisa, necessariamente, vinculada ao CORSA. Mas a gente sempre teve assim, numericamente, a gente tava mais representado e, como a gente tinha um número grande de pessoas frequentando o CORSA, a gente acabava embarcando, abraçando uma série de atividades que não dava pra outras pessoas fazerem, porque não tinham tempo, porque trabalhavam muito e tal. Então, ficava uma coisa muito forte do CORSA nessas atuações. Mas era legal, porque o CORSA não tinha essa preocupação de: “aí, a gente tá só trabalhando e tá todo mundo levando a fama”, coisas desse tipo que eram muito presentes, né? O Um Outro Olhar tinha

muito claro isso de: “a gente não vai trabalhar pra que ninguém leve a fama”. O PT também tinha uma preocupação nesse sentido. E a gente tava lá porque tava curtindo, tava na bagunça, lance de moleques mesmo. Então, esse caráter acabava deixando a coisa mais tranqüila, “eles não têm interesse em fazer carreira, nada... eles estão entusiasmados”, dava uma sensação assim, entende? Então, em cima da gente não tinha muita preocupação, muita paranóia... que muita gente lança, porque era uma coisa mais solta. (entrevista com Levi)

Essa postura do grupo, no entanto, tendeu a se modificar na medida em que o grupo passava a investir na participação em eventos realizados de modo coletivo com outros grupos/organizações do movimento. Nesse sentido, um primeiro momento no histórico do CORSA pode ser recortado desde sua fundação, em julho de 1995, até meados do primeiro semestre de 1997. Dentro desse período, o grupo se envolveu na organização do nono encontro nacional do movimento, que marcou sua primeira participação em um evento de âmbito nacional. A organização do encontro e sua realização, como citei no capítulo anterior, envolveram muitos conflitos entre os grupos/ONGs e o CORSA saiu bastante modificado desse processo.

Durante as entrevistas, duas motivações foram citadas pelos presentes àquele momento para que o CORSA tivesse se engajado na organização do IX EBGLT e se mantivesse na comissão organizadora, até a realização do evento. A primeira justificativa dizia respeito, além de garantir a realização do encontro – que havia sido assumido por grupos de outra região do país que não conseguiram viabilizar sua realização –, a fomentar a organização de grupos e atividades homossexuais militantes na cidade de São Paulo:

E acabou-se as eleições [referência às eleições municipais onde Samuel foi candidato] e começou a ... o dito do IX Encontro. Que esse, sim, foi um teste de nervos! Acho que, para todo mundo foi... Acho que aí, assim... a posição do CORSA era, desde o começo: “a gente quer que volte a militância pra SP, é isso que a gente quer, é isso que a gente vai tentar. Então, a gente engole todo e qualquer sapo que for preciso, a gente fica quieto, a gente diz sim, a gente diz amém, pra que se tenha esse encontro”. Porque tava ficando uma coisa do tipo, o Rio de Janeiro tem militância, São Paulo não tem. Muita gente perguntava até pra mim: “ai, eu fui no Rio, lá tem o Arco-Íris, tem o Atobá, tem alguns grupos lá, em SP não tem, não tem”. (...)E a posição do CORSA sempre foi que se tivesse esse encontro a todo custo pra que se voltasse a militância em SP e eu acho que aconteceu porque, depois do encontro, teve a Parada por causa da passeata do encontro; surgiu um monte de outros grupos depois do encontro. Quer dizer, o que a gente queria era fazer buchicho em SP... que tinha gente, que tinham gays aqui e que SP tá vivo enquanto gay... e, simplesmente, não é considerado só a melhor

noite do Brasil. (entrevista com Vicente)

Uma segunda justificativa diria respeito a tornar o próprio grupo visível para o conjunto do movimento:

Depois teve o IX Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que o CORSA encabeçou também, fez parte da organização, né... era um sonho da primeira... da primeira diretoria e foi concretizado com a segunda. Tipo assim, de trazer o Movimento pra cá... P – O que que vocês sonhavam? R – De trazer... de trazer... quer dizer... de mostrar, como eu disse no início, que nós não existíamos pro Movimento... Então, mostrar: “Olha, o CORSA existe e tá fazendo alguma coisa.” Então, nós existíamos pras outras bichas do Brasil... “Olha, nós estamos aqui e, como vocês têm o grupo de vocês, nós temos o nosso aqui... nós estamos aqui.” Mais ou menos, um pouco isso, de afirmar o CORSA enquanto grupo, né... seria um pouco isso. (entrevista com Mateus)

Durante o conflituoso processo de organização do IX EBGLT, o CORSA teve uma convivência mais próxima com os outros grupos de São Paulo e manteve um primeiro contato com outros grupos e atores presentes no campo do MHB. As entrevistas realizadas com militantes do CORSA são unânimes em interpretar o processo de organização e a realização do IX Encontro como um processo desgastante, no qual os militantes do CORSA teriam se submetido a uma série de situações que descreveram como desagradáveis e humilhantes com o objetivo de garantir a realização do Encontro.

É, eu peguei um processo de organização do IX Encontro no final dele. Tanto quanto eu saiba, não era para ser realizado em SP, num certo momento, as pessoas em SP perceberam que ou elas assumiam a organização do encontro ou ele não ia acontecer, e se formou um pool que era: a Rede Um Outro Olhar, o CORSA, o CAEHUSP, o NGLPT e mais alguns outros grupos que estavam articulados nessa época... e de... enfim, houve uma série de desentendimentos e tudo mais, e, na reta final, quem acabou assumindo, foi a Rede Um Outro Olhar, até porque tinha uma estrutura burocrática formada e tinha condições de administrar o financiamento, por causa do Ministério da Saúde, e o CORSA, que tinha braços e pernas pra carregar o piano. Então, o encontro saiu porque o CORSA, sabe, não quis comprar uma briga política de rachar, porque senão podia a gente estar discutindo até hoje e não teria sido organizado o encontro. Ai o CORSA resolveu, sabe, tipo, abaixar a cabeça e ajudar na realização, né... Eu acho que foi uma atitude correta, porque o encontro aconteceu, uma série de contatos se estabeleceram e foi interessante. (entrevista com Carlos)

As falas dos militantes do CORSA a respeito desse processo apontam todas para um sentimento de imaturidade ou para uma sensação de não estar suficientemente informado, não conhecer o suficiente para poder lidar adequadamente com as situações conflituosas que fizeram parte desse processo. André, presidente do grupo no período em que foi realizado o evento, fala sobre esse sentimento e sobre os fatos que acabaram implicando uma reformulação no antigo posicionamento do CORSA:

E eu acho que tentamos fazer o melhor possível durante o encontro, mas era um campo minado... E, depois, muito tarde, eu fui perceber... eu era bem imaturo... imaturo, não... Eu acho que eu era... eu não tinha conhecimento nenhum do que era a Rede, de quem eram as pessoas. Essa briga da Rede com o Coletivo, entre a XXXXX e as outras pessoas, eu não tinha a menor consciência da dimensão disso, isso era uma coisa antiga que eu fui saber depois... Nós não sabíamos quem era o Movimento que a gente tava se preparando para receber, nós não tínhamos uma idéia de quem era o Movimento, do que era isso tudo. Eu não conhecia a Rede... eu conhecia pouco dos outros grupos. Eu não tinha a menor idéia de quem eram essas pessoas da Rede... Pra mim, essa briga [entre CFL e Rede Um Outro Olhar] era recente e depois eu fui descobrir que era uma coisa muito antiga, complicada, até muito difícil... Era uma coisa muito mais difícil de administrar, porque não foi gerada durante a discussão da organização do evento, foi gerada anteriormente... Como interferir numa briga tão antiga? Eu não queria interferir em briga nenhuma... a minha posição pessoal foi: "eu não vou interferir nessas relações, eu acho um absurdo isso", aí comecei a bater de frente com as meninas, embora tivesse um carinho muito grande por elas... Mesmo as outras brigas que aconteceram, a gente não tinha a menor idéia das histórias para entender o que estava por trás de tudo aquilo. (...) E aí, depois do Encontro, houve, de fato, uma separação da Rede com o CORSA. Num primeiro momento, nós nos reunimos e determinamos o quê: qual a nossa posição pra continuar nessas discussões, porque a coisa não acabou ali... pra nós, não acabou ali. Nós queríamos, apesar de não sermos secretaria do evento, porque não tínhamos CGC, não podíamos junto ao Programa Estadual, mas queríamos discutir a prestação de contas do dinheiro recebido dos financiamentos e arrecadado com as inscrições. E a gente exigiu que essa prestação de contas fosse feita e fosse enviada junto com o relatório. Mandaríamos essa prestação de contas no relatório final pra todos os grupos do Brasil. Achamos, naquele momento, que era a coisa ideal. E aí, a Rede questionou, que nunca foi feito isso e elas não eram obrigadas a fazer. E quem respondia pelo... pelo encontro eram elas, que era o CGC que respondia junto ao Ministério. Realmente, nós não respondíamos, nesse sentido... E disseram que não iam acatar isso. E aí, nós decidimos que não passaríamos o relatório final, nossa avaliação do evento, porque exigíamos, pra fazer esse relatório, a prestação de contas. E, realmente, nós tentamos ver a possibilidade de estar exigindo juridicamente isso e tal... houve uma série de dificuldades nossas pra isso... Eu, em especial, tive algumas dificuldades, porque era muito difícil pra mim fazer contato, eu tinha que trabalhar.... Tentava resolver tudo em grupo, já que era difícil pra todo mundo,

porque, ao contrário da Rede, o CORSA não se sustentava, não se sustentou e não se sustenta com financiamentos. Nós tínhamos todos que trabalhar e resolver os pepinos, a Rede tinha o tempo todo pra resolver os pepinos. Pra elas, era muito mais fácil resolver as coisas e articular. Não estou justificando, com isso, que nós somos os coitadinhos, pobrezinhos, que não tinham condições... Nós fizemos o que achamos que tínhamos que fazer. Não aceitamos fazer um relatório final, a partir do momento que não existia uma prestação de contas, que nós achávamos que tinha que ter. Elas não abriam mão e elas tinham o poder, vamos dizer assim. Porque elas tinham o CGC, elas respondiam, porque era o CGC e o nome delas, oficialmente, que tavam junto ao Programa. Nós não podíamos exigir isso... poderíamos exigir se o nosso nome estivesse lá também, né... Então, o Programa disse que não podia obrigar ninguém a abrir essa conta, a não ser com eles mesmos e o que a gente queria era uma prestação de contas pras pessoas. Nós entendíamos que aquilo não era uma desconfiança, não era isso... A gente achava que prestar conta pro Movimento, desse dinheiro, era mostrar pras pessoas que era um ato que seria legal os eventos fazerem. Uma prestação de contas, sim... Tanto uma prestação de contas do ponto de vista de estar fazendo uma avaliação da utilidade, de como aquilo promoveu e ajudou o Movimento, quanto uma prestação da grana pública que foi utilizada, foi essa a discussão. Isso não acontecendo, não tínhamos mais porque fazer um relatório. E a gente sabia o que elas iam fazer, que foi o que fizeram. Assim... Elas excluíram do relatório final todas as imagens em que aparecessem as pessoas do CORSA, excluíram qualquer comentário, porque elas fizeram sozinhas o relatório e passaram a escrever o que bem entenderam. (...) E aí, o CORSA ficou... pra mim, ele saiu... ele entrou numa furada e saiu vitorioso, porque a opinião das pessoas no Brasil inteiro é: "o CORSA recebeu muito bem, o CORSA fez um trabalho muito legal e cumpriu, um pouco, o papel dele". Porque, na hora que o CORSA começou a resolver problemas gerais lá e problemas internos, acho que ele cumpriu, ele se articulou muito bem e cumpriu o papel. Ele contornou muitas dificuldades ali dentro... perdidas, talvez... nas intrigas antigas dentro do Movimento. Perdidas, porque mesmo quando você conhece a história dessas brigas todas, você não consegue entender muita coisa. Saiu vitorioso porque foi aplaudido, bem avaliado, bem visto... tem gente que liga até hoje, muitos grupos do Brasil inteiro falam bem do CORSA pela receptividade que o CORSA deu pras pessoas e pelas posições que tomou ali. (entrevista com André)

A avaliação do grupo sobre seu desempenho na condução do IX Encontro, no entanto, não foi unânime. Se, durante o processo de organização do Encontro, o CORSA tinha se esforçado ao máximo para manter a coesão de seus membros, após o Encontro, alguns militantes mais experientes, que haviam ingressado entre o segundo semestre de 1996 e início de 1997, passam a avaliar negativamente a atuação dos militantes que já estavam no grupo.

No início de 97, aconteceu o EBGLT... e que foi uma experiência bastante

traumática pro grupo, porque o grupo ajudou a carregar o piano, a gente vivia executando tarefas cotidianas do encontro, né... mas a gente foi totalmente jantado, do ponto de vista da discussão política, né... essa é a avaliação que eu faço. O André, que era o presidente do grupo, brigava com a XXXX e com a com a XXXXX, né... de: “por que que essas cadeiras tinham que estar assim ou assado”, mas, do ponto de vista de direção, pra onde o encontro devia caminhar, essa discussão em nenhum momento foi feita, né... estava, inclusive, o André e o Dedé. O Dedé, também tentando ajudar nesse sentido... enfim, o CORSA não participou politicamente, enquanto membro da comissão organizadora. Eu me lembro que no encontro começou a haver uma articulação, porque tinha muita gente insatisfeita com a maneira como estavam procedendo as coisas, uma delas, que era do núcleo do PT, tinha, inclusive brigado fisicamente, né... e que tinha... com B.O. e coisas do gênero, né... E em função dessa... o encontro foi realizado num clima de muita tensão, porque existia a ameaça de que, de repente, existia... se chegasse às vias de fato novamente... E em função disso, eu travei contato com gente do Brasil inteiro, né... e se articulou algumas discussões em que eu participei ativamente, eu acho que eu conheci muita gente, fiquei conhecido, nessas discussões. (entrevista com Carlos).

Ao acompanhar a trajetória do CORSA e ouvir as entrevistas com seus militantes, o IX Encontro e as discussões que a ele se seguem parecem ter sido fundamentais e muito marcantes em relação aos desenvolvimentos posteriores no grupo. Entendo que a passagem pelo processo de organização e pela própria realização do IX EBGLT encerra um primeiro momento na análise que faço do período em que acompanhei o grupo. O grupo, a partir daqui, entra num processo caracterizado pela busca de uma maior inserção e por uma maior preocupação com o reconhecimento por parte dos pares, ao mesmo tempo em que passa a se posicionar em relação ao restante dos grupos e procura estabelecer seu próprio estilo de militância. Esse processo é acompanhado por uma série de conflitos internos no grupo entre diferentes projetos de militância.

2.2. Um segundo momento: “atuação política” X “atuação terapêutica”

Poucos meses antes da realização do IX Encontro, houve um processo eleitoral para a diretoria na gestão de 1997. Esse processo se realizou, como já referi, por indicação de nomes para cada um dos cargos. André, apoiado por Levi, foi eleito para presidente e Carlos, que havia ingressado no CORSA em agosto de 1996, para secretário. Os outros

rapazes eleitos para os cargos de tesoureiro e secretário adjunto deixaram o grupo por questões pessoais na metade do mandato, sendo realizada nova eleição para ocupar os cargos vacantes.

O apoio de Levi foi fundamental para a eleição de André e se justificava pelo fato de que André era “uma pessoa capaz de impedir o controle do grupo por algum partido e de garantir o caráter democrático e aberto do grupo”. André tinha, na época, 24 anos, era agente de saúde na *APTA* e aproximava-se bastante do perfil mais popular de frequentadores do grupo: sua escolaridade era o segundo grau completo e seu histórico de vida era marcado pela adolescência num bairro periférico da zona norte de São Paulo, pela distância física que o separava da frequência ao gueto, pela convivência num grupo de amigos “bicho-grilo” e pela preocupação com a aids, com a qual teve contato ao cuidar de uma amiga doente. Aproximou-se do *CORSA* a partir do consultório de Adolfo e tinha pouca experiência com atividades de movimentos sociais: havia sido anteriormente delegado sindical em sua categoria profissional e participado de um grêmio estudantil durante o curso secundário.

Carlos, por sua vez, ingressou no grupo quando contava com 35 anos, nasceu em São Paulo, é bacharel em filosofia e iniciou um mestrado, em Antropologia Social no Museu Nacional/RJ, que não chegou a concluir. Na época trabalhava como tradutor e professor de inglês, tinha um acentuado histórico de militância na esquerda e especialmente no PT (desde 1982); participou da campanha eleitoral de Herbert Daniel, no Rio de Janeiro em 1986, e morou em Londres no início dos anos 90. Seu primeiro contato com o *CORSA* foi no ato público realizado na Praça Roosevelt por ocasião do 28 junho de 1996, quando Carlos conhece também o *NGLPT*, onde passa a atuar. Em agosto do mesmo ano, Carlos visita o *CORSA* e passa a frequentá-lo, sendo eleito, em novembro, para o cargo de secretário. Carlos tinha grande preocupação com acentuar a visibilidade e os contatos externos do grupo, tornando-se, posteriormente, o principal incentivador da Parada do Orgulho.

O ano de 1997 foi marcado, também, pela saída dos fundadores do grupo. Levi afastou-se do *CORSA* entre o final de 1996 e início de 1997 por problemas pessoais, mudando-se para Minas Gerais. Vicente permaneceu no grupo até o meio do segundo semestre de 1997, quando se mudou para o Canadá. Mateus permaneceu no grupo até o final de 1997, quando se agregou à recém-fundada *Comunidade Cristã Gay*.

A partir da avaliação da atuação do *CORSA* no IX EBGLT, Carlos e alguns outros

membros do grupo, que tinham um histórico mais amplo de militância num sentido genérico, passaram a enfatizar a necessidade de uma atuação mais “política” do grupo e a referirem-se à atuação mais voltada para dentro do próprio grupo usando a palavra “terapêutica”. Carlos passou a se encarregar dos contatos externos do grupo e se envolveu bastante, durante o ano de 1997, com a proposta de organização da I Parada do Orgulho GLT. Isso o manteve, em certa medida, afastado da vivência interna do grupo. A partir dos contatos feitos por Carlos, o grupo passou a se envolver, cada vez mais, em atividades externas, para as quais não havia muita disponibilidade para participação por parte da grande maioria dos membros, que trabalhavam em horários fixos. Nessas atividades externas, o grupo era representado geralmente pelas mesmas poucas pessoas cujo trabalho permitia uma flexibilidade de horários. Além disso, disputas pessoais com outro membro da diretoria fizeram com que Carlos se sentisse isolado do restante do conjunto dos diretores do grupo.

André, por sua vez, ressentia-se da ausência de Carlos nas atividades internas do grupo, que eram extremamente valorizadas por ele. Além disso, apesar de não desejar que o grupo se transformasse numa ONG-aids, André tinha um histórico pessoal de cuidado com uma amiga doente de aids e de engajamento em atividades de prevenção e nutria um forte desejo de trabalhar com a questão da aids dentro do próprio *CORSA*. Esse desejo de André gerou sérias divergências com Carlos, que entendia o movimento homossexual e o movimento de aids como coisas absolutamente distintas e possuía muitas críticas à atuação de grupos homossexuais que sustentavam suas atividades a partir de recursos vindos para o trabalho com aids.

As relações no interior da diretoria foram se desgastando cada vez mais durante o ano de 1997, dividindo o próprio grupo entre os que apoiavam uma atuação mais “política” e os que optavam por privilegiar as atividades e a vivência interna do grupo. O impacto da avaliação da atuação do *CORSA* no IX EBGLT foi fundamental nesse processo. A isso, somou-se o fato de que o nome do *CORSA* não tivesse aparecido na mídia como organizador da I Parada do Orgulho, em junho de 1997. Nessas duas situações, o grupo viu-se privado de reconhecimento pelo envolvimento em atividades que implicaram um grande investimento em termos de trabalho dos militantes e, em larga medida, uma desestabilização de suas próprias atividades e relações internas.

As discussões a respeito do nome para a Parada do Orgulho, por outro lado, já

anunciavam uma mudança no nome utilizado para indicar o sujeito coletivo do grupo: GLT. Clara¹⁰⁹ relata o processo de escolha do nome da Parada e as relações internas e externas que decorreram do processo de organização da primeira edição do evento:

A Parada foi uma iniciativa do CORSA. P – E o grupo se envolveu todo com a proposta da parada? R – Não. Não. Na organização da primeira Parada, pelo menos do meu ponto de vista, a adesão das pessoas foi muito pequena. Algumas pessoas, talvez uns 10, 15% do grupo. Dá pra caracterizar a Parada como uma iniciativa que nasceu do grupo, mas poucas pessoas do grupo se envolveram inicialmente com a organização da Parada. Eu acho que, em grande parte, porque era algo muito abstrato ainda. Era a primeira, por assim... P – E por que Parada, por que não desfile, porque... Como foi a escolha desse nome, que cara vai ter esse evento? R – Bom, ham.... Desfile? Na verdade, a nossa dúvida ficou entre parada e passeata, né. Mas a nossa discussão ficou entre passeata e parada. Mas a questão da passeata tem uma conotação política muito forte, assim, e, apesar do evento ser político, ele não é só político. Tem todo um lado de festa, de alegria, né, de brilho, que tá aí, tá paralelo. E é até uma forma de mostrar para a sociedade como a gente vive bem a vida e não tem problemas assim existenciais com relação à orientação sexual. E seria, também, uma coisa que afugentaria muita gente, imagina: “Vou a uma passeata gay.” Parada tem muito mais, uma coisa muito mais de festa e acaba, pra quem conhece a tradição americana, né, que tem a idéia de parada, né? E, como a gente optou pelo próprio dia 28 de junho pra estar fazendo a nossa parada, resgatando uma tradição deles, que existe em vários locais do mundo, então, vamos usar parada. Mas a discussão mais interessante foi o orgulho do que, né? Porque os gays falam assim: “Ah, do orgulho gay, né.” E eu lembro que, nessa reunião, eu era a única lésbica, só tinha gays. E eu falei: “Eu não quero uma parada do ‘Orgulho Gay’. Eu até concordo que a parada gay embarca todo mundo, mas... é.... no Brasil, a gente não tem essa referência como nos Estados Unidos. Aqui dificilmente uma mulher vai dizer: ‘Eu sou gay.’ Na realidade, as mulheres vão se sentir excluídas da parada.” “Ah, mas pra colocar parada de gays e lésbicas vai ficar muito grande.” “Ah, mas tem os travestis e os transexuais.” E até que alguém sugeriu que nós colocássemos GLT, que é a sigla do movimento, né, tirada pelo movimento. E aí ficou a Parada do Orgulho GLT, incluindo todo mundo.

(...) P – A idéia nasceu no Corsa e aí o Corsa, as pessoas que estavam a fim de promover essa parada, elas fizeram o quê? Elas escreveram pra outros grupos, elas conversaram com outras pessoas pra tentar trazer outros grupos? Quem veio, quem não veio? R – Basicamente foram contatos telefônicos mesmo. E os grupos que se juntaram foram o Núcleo de Gays e Lésbicas do PT, o CAEHUSP e o Grupo de Gays e Lésbicas do PSTU. Acho que não teve mais nenhum grupo na primeira. E

¹⁰⁹ Clara foi participante ativa do grupo durante os anos de 1997 e 1998, coordenando a Coordenadoria de Mulheres e participando ativamente da organização da primeira e da segunda paradas e do Comitê Pró-Parceria Civil Registrada. Afastou-se do grupo no segundo semestre de 1998, quando passou a frequentar somente as atividades do NGLPT, do qual já fazia parte e, posteriormente, acabou se afastando também.

o grupo Expressão de Campinas, que ajudou a fazer a divulgação. Trouxeram um ônibus pra cá, né, eles não, eles trabalharam em Campinas. E assim, durante a parada foi mais ou menos tranquilo, o trabalho, todo mundo agindo de forma cooperativa. Eu não me recordo de nenhum tipo de problemas, não. A gente só começou a ter algum problema, assim, com essa questão dos grupos quando... estava na hora de mandar os releases pra imprensa, e quem fez isso foi uma pessoa do CAEHUSP, e, na imprensa em geral, acabou saindo uma coisa assim meio... o entrevistado era sempre o representante do CAEHUSP e acabou ficando meio esquisito, assim, essa questão. Porque acabou se questionando até que ponto a imprensa fez por um motivo qualquer, ou sem motivo, ou até que ponto isso foi usado, foi um abuso. Mas durante a primeira parada a gente não teve problemas entre os grupos. Os grupos que não vieram justificaram, basicamente, dizendo: "A gente não pode agora, tá muito ocupado." Durante o primeiro foi mais ou menos isso: "A gente não pode agora, tá muito ocupado." Não teve nada de extraordinário.

A adoção da categoria GLT como descrição do sujeito político do grupo, a meu ver, esteve bastante associada ao projeto de atuação mais "política" e voltada para a visibilidade externa do grupo. A primeira vez que notei seu uso, de uma forma mais oficial, no interior do CORSA, foi durante o processo eleitoral para a gestão de 1998. Após o "racha" na diretoria, em meados de 1997, houve todo um processo de discussão sobre as finalidades e objetivos do grupo. Nesse momento, o espaço interno das reuniões era disputado pelos temas originalmente sugeridos pelo grupo e pelos informes de atividades externas e discussões para encaminhamentos de tais atividades. Os frequentadores, por outro lado, tornaram-se muito mais inquietos e predispostos a fazer reuniões paralelas, tumultuando ainda mais as reuniões do grupo. André, que procurava resguardar o espaço de vivência interna, era muitas vezes acusado de ser "despreparado politicamente" e de lidar com as pessoas de modo "autoritário". Por outro lado, muitas pessoas, que acompanhavam pouco as dezenas de atividades externas em que o grupo passara a estar envolvido, viam Carlos como alguém que estava fazendo "articulações" desconhecidas pelo coletivo. As falas dos próprios entrevistados talvez possam expressar melhor o ambiente existente nesse momento.

De um lado, militantes mais antigos e comprometidos com uma proposta de convivência interna, presente nas "origens" do grupo e, em boa parte, baseada na valorização da diversidade e no controle da expressão de diferenças que poderiam ser interpretadas como desigualdades, falavam em "mudanças", num sentido negativo, e se

ressentiam delas:

E, nesse momento, (com a 2ª gestão) eu acho que o CORSA começa quebrar um pouco como equipe com as suas origens. Como era um grupo aberto, tinha a participação, digamos assim, de... de gays muito diversos... diversos, assim, tanto em classes populares, de classes diferentes, tipo assim.. mesmo em questão da escolaridade, tinha gente que tinha faculdade, tava fazendo mestrado, tinha uma formação acadêmica, e gente que não tinha nem o primeiro grau completo... daí, entra a questão de classe, a questão de raça... a questão de raça não era tão discutida, não ficava tão evidente... Mas a questão de classe começa a ficar clara, começa a ficar muito evidente a partir do ingresso de pessoas que vinham de outros movimentos, como o próprio Carlos que era do PT, com a entrada do Roberto dos movimentos populares, com a entrada do Dedé. Essas pessoas, elas vão dar... vão começar a querer a galgar, a dar um passo no CORSA... E as outras pessoas, que eram de classes, digamos, populares, que não tinham formação acadêmica, não tinham um discurso bonitinho, que falavam até... errado, digamos assim, vão começar a se calar... Pra nós (diretoria da 1ª gestão), não era problema isso, a gente não colocava: "Não, não era isso.. Eu tenho meu título tal, era isso, era aquilo." Com a entrada dessas pessoas, eles começaram a falar muito e começavam a ter aquele discurso muito empolado, com palavras difíceis, aquele discurso político, o discurso acadêmico... A partir desses discursos acadêmicos, eu acredito que começou a tomar uma certa forma o CORSA e começavam, de certo modo, a... não digo atacar... mas a... digamos assim... como eu poderia colocar? A dar um certo... um certo puxão de orelha, às vezes, no André, né? Eles começavam a pegar... digamos, a criticá-lo em algumas coisas... A postura... Dele não ser preparado, dele não estar preparado politicamente... E, como eu falei, eles tinham aquele discurso político muito bem bolado, muito bonito, muito pronto, né? E, tipo assim, você, no lugar de discutir, você abafa as pessoas de falar, né? "Nossa, como ele fala bem!" "Nossa, ele fala bem, né?" "Olha, então deve ser certo o que ele fala." Então, as pessoas começavam a se calar... como eu falei, aquelas pessoas que não tinham preparado o que eles falavam começaram a se calar, começaram a sair de mansinho, começaram a sair e eles começaram a ascender dentro do grupo, né? Até que chegou um momento em que algumas questões eram pingue-pongue, só eles falavam, discutiam entre eles e as resoluções eram tomada entre eles, né? Começou a tomar uma característica um pouco disso... o discurso começou a, digamos assim... o discurso militante-polido... Melhor, não diria acadêmico, mas o discurso militante-polido. Sabe, aquele discurso "o militante"? Sabe aquele lá: "Eu sou militante..."? E daí começou uma coisa meio assim entre as pessoas: "Ah, eu não sei, tô entrando agora, então eu não sei nem do que ele tá falando". Sabe, esse tipo assim: "Eu não entendi nada do que ele falou...". E eu percebia nas pessoas uma quebra da amizade muito nitida... Começou a se formar grupinhos... que nem, o grupo, digamos assim, partidário... Eu vou colocar como partidário. O grupo partidário... as bichas médias... no sentido não da questão de classe, mas estavam no meio dos dois grupos... Médias no sentido, não de classe, mas de intermediárias dos grupos. Então, tinha as bichas partidárias, as que estavam na... na média, no pingue-pongue entre os dois, e as que estavam no silêncio. Os calados, os partidários e a metade que estava ali no meio, digamos assim: "De que lado eu tô?", no pingue-pongue daquilo lá. Então, tipo assim, os partidários: "Ah, ontem eu fui não sei aonde...". Tipo, eles começaram a formar o grupinho deles. Então, quebrou a unidade que tinha. Já não iam todos num mesmo bar:

“Ah, nós fomos no bar tal...”, “Ah, nós fomos não sei aonde...”, “ Nós fomos não sei aqui...”. Depois entrou um pouco... digamos assim, umas fashion também... Não sei se posso classificar como fashion, acho que sim. As partidárias, as fashion, as que tavam no meio e as silenciadas, digamos assim. Começou a ter essas painéis... Então, as fashion eram um grupinho, eram as bonitas, maravilhosas... vinham com a roupinha de marca, que acabavam formando um outro grupo.. (entrevista com Mateus)

De outro lado, novos membros traziam outras experiências e concepções sobre o significado da militância, e começaram a desenvolver uma nova compreensão sobre o que era um grupo e quais seus objetivos, valorizando outros fatores:

Isso foi uma discussão que ocorreu muito ao longo de 97, porque tinha algumas pessoas que diziam: “não, mas na origem...”, como se na origem existisse a essência do CORSA, que tinha que se manter intocada, como uma espécie de pureza do grupo... Como eu não tenho essa visão essencialista – do contrário, eu acho que, de qualquer movimento, é uma coisa dinâmica, então, ele vai se transformando ao longo do tempo –, a minha preocupação não era recuperar a origem, era saber qual era, o quê que o grupo, o quê que aquelas pessoas estavam se propondo a fazer naquele momento e dar prosseguimento.

(...) É... isso, na verdade, era decorrência de uma discussão interna, de uma tensão que eu acredito que seja permanente dentro do CORSA, das pessoas que tentam dar pra ele um caráter mais intimista, vamos dizer assim, de um grupo em que as pessoas se sintam acolhidas, possam falar com liberdade da sua homossexualidade, possam trocar experiências com outras pessoas, né? Disso, então, fazer parte de um processo construtivo, de uma construção positiva da própria identidade sexual. Eu acho que isso é uma coisa que é fundamental. É, então... eu acho que, talvez, eu seja uma das pessoas que tenha mais... um pouco mais de clareza em relação a isso, né? Por ter essa clareza, eu sou uma pessoa que, ao mesmo tempo em que sou presidente e tô preocupado com a dinâmica interna do grupo, dele se estruturar, dele ter reuniões em que existam debates em que a gente chame as pessoas, que ele tenha uma vida própria e, ao mesmo tempo, ele esteja articulado com os outros grupos e que ele tenha uma presença na sociedade. Eu acho, eu quero acreditar, que eu fui a pessoa que tinha a clareza em relação a isso, desde o momento que eu entrei pra a diretoria e sempre trabalhei nesse sentido. É complicado, porque você se envolve um pouco mais no trabalho de representação do grupo e você se joga na coordenação da Parada, a tua atuação interna no grupo fica prejudicada, então, você acaba não assumindo todos os compromissos que deveria e o grupo te cobra, né? Ou o contrário, você se dedica mais ao grupo e, aí, então, fica meio largada a coisa da Parada... Então, quer dizer, é uma coisa complicada. (entrevista com Carlos)

A cisão na diretoria, em boa medida baseada no confronto entre essas duas visões,

era de conhecimento relativamente público, principalmente entre os membros mais freqüentes às reuniões. As discussões sobre o processo eleitoral para a gestão de 1998 levaram à criação de uma comissão, que se reuniria para escrever um regimento interno, e à proposta de que chapas fossem montadas para disputar a eleição, a fim de propiciar maior “harmonia interna” na condução da gestão seguinte.

Em meio a esse ambiente interno, consultas pessoais começaram a ser feitas para a composição de chapas, mas apenas uma chapa se candidatou. Comentários circulavam no grupo, opondo subgrupos que eram chamados pelos oponentes, respectivamente, de “populares” e “partidários”. A chapa proposta era composta por Carlos, Felipe, Robson e Toninho. Felipe era um militante com grande experiência em movimentos sociais, educador com formação anterior em filosofia e teologia, que ingressou no grupo a partir do IX Encontro, sendo, posteriormente, presidente na gestão de 1999 e, atualmente, membro da diretoria da *Associação da Parada*. Robson era funcionário de um sindicato, tinha escolaridade de nível secundário, e havia chegado ao *CORSA* após conhecê-lo na I Parada. Posteriormente, deixou o *CORSA* e passou a dedicar-se exclusivamente à *Associação da Parada*, na qual é atualmente membro da diretoria. Toninho era um membro antigo do grupo, não sei ao certo que grau de escolaridade tinha, mas, certamente, não havia concluído o segundo grau. Era um rapaz bastante simpático, morador de um bairro periférico da zona leste da cidade, e era muito estimado pelos outros membros, por estar sempre envolvido com a promoção de atividades de sociabilidade e lazer no interior do grupo.

No documento de propostas dessa chapa, o *CORSA* aparecia retratado da seguinte maneira:

“O CORSA é um espaço nascido do aprofundamento da discussão de pessoas que se conheceram num espaço de terapia. Justamente, pelo fato de que, pouco a pouco, essas pessoas começaram a se dar conta de que boa parte, e talvez mesmo a maior parte dos problemas que vivenciavam em seu dia-a-dia dizia respeito a um estado de coisas cuja solução não era possível encontrar individualmente, daí a necessidade de uma atuação conjunta. Ou seja, o CORSA surgiu como uma confluência entre questões pessoais enfrentadas no cotidiano por aqueles e aquelas que sofrem discriminação e são marginalizados na vivência de sua sexualidade e afetividade, com o horizonte mais amplo da luta pelos direitos de expressão e cidadania destas mesmas pessoas.

“Na prática levar em (sic) as duas vertentes acima, significa, a nosso ver,

abrir espaço para debates em que sejam enfocadas as dificuldades de se lidar com determinadas questões e situações, para que, através da troca de experiências, cada pessoa possa ir gradualmente adquirindo força para lidar com a adversidade e superá-la.” (Grupo CORSA – Programa de ação para gestão de 1998)

É interessante perceber que a chapa candidata à direção do grupo para a gestão de 1998 chamasse para si as origens do grupo, procurando re-situar o espaço das atividades “terapêuticas” como um meio de conscientização para as atividades “políticas”. Nesse documento, a expressão “minorias sexuais” não aparece, e a população alvo da ação do grupo é referida pela sigla GLTs – gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. GLT também era, no mesmo documento, a sigla utilizada para referir as outras organizações do movimento. A partir desse momento, o grupo passa, realmente, a se engajar em cada vez mais atividades externas. O programa de ação dessa diretoria, de acordo com o mesmo documento citado no parágrafo anterior, propunha a filiação do CORSA à ILGA e à ABGLT, além de garantir “a máxima participação do Grupo em Encontros, Seminários, etc... onde a abordagem diga respeito a GLTs”, “articular o CORSA com os fóruns de discussão das Políticas Sociais (ex: Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)” e a “articulação do CORSA com outros grupo GLTs”, além de ações na área da saúde e combate à “violência policial e social contra GLTs”.

Nas falas das lideranças do grupo naquele momento, o CORSA era apresentado como “um grupo GLT, por oposição ao GLS, formulação meramente mercadológica”. No entanto, além de uma busca de diferenciação e questionamento com relação ao “mercado pink”, a adoção do termo GLT, me parece, não deixava de indicar, como a própria idéia de privilegiar uma “atuação política”, uma aproximação e desejo de inserção nos debates centrais do movimento em nível nacional.

Durante o ano de 1998, o CORSA investiu em uma série de ações externas: filiou-se à ABGLT, dedicou-se ativamente à organização da *Parada*, participou das reuniões que prepararam o *Plano Municipal de Direitos Humanos*, participou de reuniões do movimento em âmbito nacional e fez seus primeiros contatos com o movimento em nível internacional. Em todas essas situações externas, o grupo procurava evidenciar seu posicionamento político e confrontá-lo com posturas militantes que percebia como inadequadas. Naquele ano, em atividades conjuntas com outros grupos, a quantidade de pessoas com a qual o

CORSA se fazia representar e seu posicionamento antipersonalista e antiautoritário¹¹⁰, que exigia sempre decisões e posturas comunitárias, “ética” e “transparência”, pareciam ser percebidos como uma “camisa de força” por outros grupos que não fossem seus aliados, fazendo com que se afastassem. Neste momento, se fortalece a idéia de que a *Comissão Organizadora da Parada GLT* se tornasse um fórum político de debates sobre os rumos do movimento.

Durante o ano de 1998, as relações entre *CORSA* e *CAEHUSP*, que já eram marcadas por um certo antagonismo controlado desde o ano de 1996, se deterioraram completamente. Assim, tornou-se muito raro um membro circular entre os dois grupos. As relações com o *CAEHUSP* se deterioraram por motivos ligados tanto a questões que envolviam a *Parada*, quanto pelo posicionamento do *CORSA* em relação às candidaturas gays e a avaliação negativa que este fazia do processo eleitoral municipal em 1996¹¹¹, quando o coordenador do *CAEHUSP* foi candidato.

Em relação à *Parada*, houve dois incidentes envolvendo o *CAEHUSP*. O primeiro ocorreu em 1997, quando o *CAEHUSP* ficou responsável pela divulgação do evento na mídia e as matérias veiculadas deram visibilidade apenas ao seu coordenador, enquanto organizador do evento. O segundo ocorreu durante a organização da *Parada* de 1998, quando a bandeira do arco-íris¹¹², que era propriedade da *Comissão Organizadora da Parada do Orgulho GLT* e havia ficado sob guarda do *CAEHUSP*, foi emprestada a uma das casas noturnas que havia colaborado para sua confecção. Após várias informações desconstruídas e acusações de ambos os lados, descobriu-se que a bandeira havia sido destruída e seus pedaços serviam como decoração de uma outra casa noturna. A partir daí, uma série de cobranças por parte do restante da comissão organizadora acabou fazendo com que o *CAEHUSP* se retirasse da organização do evento.

¹¹⁰ De acordo com as entrevistas que realizei, a preocupação com “personalismo” e “autoritarismo” acompanham o grupo desde sua fundação e foram herdadas de grupos que lhe serviam como referência no início de suas atividades: o *NGLPT* e o *Projeto Etcêtera e Tal*. No entanto, as relações externas do *CORSA* com outros grupos do movimento e a atuação de alguns desses grupos foram sendo interpretadas no sentido de fortalecer essa preocupação.

¹¹¹ O *Primeiro Encontro Estadual de GLTs na Política*, realizado no dia 21/03/1998 em Campinas, contou com cerca de 20 representantes de entidades de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Espírito Santo do Pinhal, e avaliou a experiência das candidaturas gays de 1996, a fim de traçar estratégias para a ação regional e para a discussão nacional a respeito do posicionamento do movimento nas eleições de 1998.

¹¹² Para a primeira *Parada*, havia sido feita, com recursos vindos de pequenas doações de várias casas

Em paralelo à deterioração das relações com o *CAEHUSP*, há um fortalecimento da relação com o *NGLPT* e com o então recém-fundado *Identidade – Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual*, de Campinas. Nascido em março de 1998, a partir de uma cisão no interior do grupo *Expressão*¹¹³, que, naquele momento, era visto pelos militantes do *CORSA* como aliado do *CAEHUSP*, o *Identidade*, que foi oficialmente lançado em 22 de maio de 1998, também contava com vários militantes experientes e ligados ao PT. A aliança entre *CORSA*, *NGLPT* e *Identidade*, como veremos, ganha, posteriormente, importância em debates de âmbito regional e nacional.

As relações do *CORSA* com a *ABGLT* nunca foram absolutamente tranquilas. Em 1996, havia uma proposta de que o grupo fosse filiado à associação, à qual o *Etcétera e Tal* e o *NGLPT* eram filiados. No entanto, alguns membros da diretoria posicionaram-se no sentido de “conhecê-la um pouco melhor” antes de requerer a filiação. Posteriormente, com a participação na organização do IX EBGLT, realizado no início de 1997, que envolveu vários conflitos entre a comissão organizadora e alguns dos diretores da associação, o grupo passou, cada vez mais, a questionar a entidade. A esses questionamentos, somaram-se os efeitos da deterioração das relações entre *CORSA* e *CAEHUSP*.

Nesse momento, o *CAEHUSP* era responsável pela Secretaria de Informação da *ABGLT* e era identificado pelos ativistas do *CORSA* como “o representante” da *ABGLT* em São Paulo. Além disso, no discurso dos militantes do *CORSA*, a própria *ABGLT* era referida a partir do que chamavam de “núcleo duro” da *ABGLT*. Esse “núcleo duro” seria formado por alguns dos militantes mais influentes no interior da entidade nacional. Esses militantes tinham como característica comum o fato de serem coordenadores de grupos que atuavam apoiados por financiamentos para o trabalho com a questão da aids. Contra eles, o *CORSA* direcionava acusações de serem “militantes profissionais”, “caciques”, e de coordenarem entidades que não possuíam “vida interna”. Essas acusações estavam relacionadas a uma crítica aos métodos de atuação empregados por tais militantes: a exposição de lideranças na mídia e uma abordagem da “comunidade” como clientela. Contrapondo-se a essa percepção a respeito do estilo de militância de algumas das

noturnas, uma bandeira nas cores do arco-íris com 50 metros.

¹¹³ *Diário Popular*. “Dissidentes decidem sair do grupo gay *Expressão*” – 28/03/08 (matéria não-assinada) e *Diário do povo*. “Dissidência gay prega engajamento” 31/03/1998.

lideranças da *ABGLT*, o *CORSA* procurava investir numa proposta de ativismo baseada na visibilidade em massa, que era reafirmada com o empenho na organização da Parada. Outra acusação direcionada a esses coordenadores da *ABGLT* era a de que concentravam e manipulavam informações que poderiam ser importantes para a atuação de outros grupos. Nesse sentido, havia queixas em relação à divulgação restrita ou tardia de informações referentes à existência de bolsas para participação em eventos internacionais, ou mesmo sobre atividades da própria entidade, em momentos em que a pauta dizia respeito à discussão ou aprovação de matérias que envolviam financiamentos. Essas acusações eram compartilhadas por outros grupos e, a partir do momento em que eram enunciadas, serviam como base para o estabelecimento de alianças.

Durante o ano de 1997, o *CORSA* já dirigia à *ABGLT* algumas das críticas citadas no parágrafo anterior. No entanto, valorizando a inserção do grupo em fóruns nacionais e internacionais, a chapa que pleiteava a gestão do *CORSA* para o ano de 1998 propunha filiá-lo à *ABGLT* e à *ILGA*. A filiação à *ABGLT*, que foi aprovada em assembléia da entidade nacional em agosto de 1998, não significava, porém, uma adesão incondicional à entidade ou aos métodos de militância que o *CORSA* identificava como sendo os de seus coordenadores. Ao contrário, a filiação envolvia, por parte do *CORSA*, expectativas de confrontar, a partir de dentro da entidade, o estilo de militância que atribuía ao “núcleo duro” da *ABGLT*. Nesse mesmo período, filiou-se também à *ABGLT* o grupo *Identidade*, que já mantinha uma relação relativamente próxima com o *CORSA*.

Em agosto de 1998, houve, em Curitiba, uma assembléia geral da *ABGLT*, cuja pauta incluía a aprovação dos pedidos de filiação e eleições para a diretoria da entidade. Nessa assembléia, um dos diretores do *CORSA* chegou a concorrer a um cargo na direção da entidade, mas não foi eleito. No entanto, o *NGLPT* e o *Identidade* tiveram representantes eleitos para cargos de direção na *ABGLT* nessa gestão. Nesse contexto, acirraram-se as tensões que contrapunham *NGLPT*, *Identidade* e *CORSA* a outros diretores da *ABGLT*.

A *ABGLT*, naquele momento, trabalhava para aprovar o *Projeto Somos*¹¹⁴. Esse projeto previa a criação de quatro centros voltados para a formação e capacitação de grupos

¹¹⁴ O Projeto *Somos* foi citado, no capítulo anterior, no item em que falo na relação entre as políticas de prevenção e tratamento às DSTs/Aids e o movimento homossexual. Trata-se de um projeto que tinha por objetivo o apoio à formação e a capacitação de entidades do movimento homossexual para atuar na luta

e militantes para o trabalho com prevenção ao HIV/aids, um na região Sul, outro na Nordeste e dois na Região Sudeste: um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. O centro formador localizado em São Paulo, estratégico por se tratar do estado com o maior número de casos notificados, teve sua coordenação atribuída, pela *ABGLT*, ao *CAEHUSP*. Esse fato gerou grande descontentamento entre alguns dos grupos locais, que questionavam o processo dessa indicação e argumentavam que o *CAEHUSP* não era um grupo que tinha tradição no trabalho com aids¹¹⁵ e que, além disso, era um grupo que mantinha relações ruins com outros grupos locais. A reação do *CORSA*, do *NGLPT* e do *Identidade* se intensificou a tal ponto que representantes da Secretaria para a Região Sudeste e Secretaria Geral da *ABGLT* chegaram a intervir em reuniões locais do projeto. Os questionamentos com relação ao *CAEHUSP*, no entanto, não foram controlados, fazendo com o que o centro formador fosse, posteriormente, deslocado de São Paulo.

Esse foi um período de confrontos abertos no interior da entidade nacional. Essa situação perdurou até a desfiliação do *CORSA*, e de outros grupos aliados a ele, da entidade nacional. Essa desfiliação coletiva ocorreu meses após a formação do *Fórum Paulista de GLBTs*, durante o segundo semestre de 1999. É importante ressaltar que, justamente nesse período de acirramento dos conflitos com a *ABGLT*, o *CORSA* foi mais resistente à idéia de ser uma ONG.

O auge dos conflitos com a *ABGLT* coincidiu com os primeiros contatos internacionais do grupo, que criaram a expectativa da obtenção de recursos que configurassem uma alternativa aos financiamentos para prevenção à aids. No entanto, na medida em que o grupo foi definindo, em contraposição à *ABGLT*, uma rede de alianças e um estilo próprio de “trabalho”, as resistências a tornar-se uma ONG e receber recursos que servissem como suporte às suas atividades foram se reduzindo.

2.3. Um terceiro momento: afirmação de um estilo de militância

Os primeiros contatos do *CORSA* com o movimento internacional se deram

contra a aids.

¹¹⁵ Entre os grupos homossexuais no estado de São Paulo, apenas entidades lésbicas ou subgrupos homossexuais formados no interior de ONGs-Aids, como o *Somos/GIV*, tinham tal tradição.

casualmente. Um militante do *NGLPT* presente a uma reunião da *ABGLT*, realizada no início do ano de 1998, havia ouvido um informe rápido, dado no retorno do horário do almoço, a respeito de bolsas para um evento em Amsterdã. Esse militante fez a informação circular para o *CORSA*, que teve acesso a uma dessas bolsas. O representante do *CORSA* nesse evento foi Carlos, que preparou-se para a viagem pedindo aos membros do grupo que produzissem coletivamente um *folder* de apresentação do *CORSA*, traduzido, por ele, para o inglês, e reproduzindo algumas fotos da *Parada* de 1998.

Os primeiros contatos internacionais se efetivaram com a participação, em agosto de 1998, no evento promovido pela *Anistia Internacional* em Amsterdã, que ocorreu em paralelo aos *Gay Games*. A partir da participação nesse evento internacional, o grupo passou a discutir a possibilidade de elaboração de projetos de intervenção a serem financiados e que representassem uma alternativa aos financiamentos para prevenção às DSTs/Aids. Esse primeiro contato fez com que *CORSA* passasse a ter acesso a informações a respeito de eventos e organizações internacionais. Os contatos estabelecidos por Carlos em Amsterdã levaram a um convite para participar de uma conferência de *InterPride*¹¹⁶ em Los Angeles, em outubro do mesmo ano.

Nessa conferência, o então presidente do grupo disputou uma vaga na coordenação latinoamericana da *InterPride* com, entre outras passoa, o secretário geral da *ABGLT*, e tornou-se vice-representante para a América Latina dessa associação internacional de promotores de eventos de “*Gay Pride*”. De volta ao Brasil, propôs que o grupo passasse a se identificar como um grupo “GLBT” – de *gays*, *lésbicas*, *bissexuais* e *transgêneros*, a fim de utilizar a mesma sigla e nomenclatura adotadas internacionalmente.

Em janeiro de 1999, ocorreu a fundação de uma associação para a organização da *Parada do Orgulho* em São Paulo. A justificativa para a criação da *Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros* era a de registrar o nome da

¹¹⁶ A *InterPride, International Association of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgendered Pride Coordinators, Inc.*, é uma corporação sem fins lucrativos, fundada em Boston, EUA, em 1982, e reúne cidades que produzem eventos de Orgulho GLBT globalmente. O grupo que fundou inicialmente a associação reunia 12 cidades norte-americanas. Em 1999, a *InterPride* reunia representantes de mais de 60 cidades/organizações espalhadas por 22 países. Em 1995 a *InterPride* organizou pela primeira vez um calendário global de eventos de Orgulho que abrangia 120 cidades na América do Norte e 20 na Europa. Em 1999, contava com a expectativa de listar mais de 250 eventos de Orgulho espalhados mundialmente. A associação tem conferências anuais que reúnem todos os membros, além de conferências regionais, também anuais.

Parada, a fim de impedir seu uso por outras pessoas/grupos que não os efetivamente envolvidos na organização do evento. A fundação da *Associação da Parada* solidificava as alianças construídas com outros grupos em torno da valorização de uma atuação de massa. Esse processo de solidificação de alianças culminou com a formação do *Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros* – que, apesar de aberto a outras organizações/grupos, reunia, a princípio, os grupos com os quais o *CORSA* mantinha uma relação de aliança – e, com a posterior desfiliação coletiva de todos esses grupos da *Associação Brasileira* de GLTs.

A ida a Amsterdã, o acirramento dos embates com a *ABGLT*, a aliança com o grupo *Identidade*, a fundação da *Associação da Parada* e essa nova postura frente à possibilidade de financiamentos dão início a um novo momento na análise que faço da trajetória do *CORSA*. Nesse momento, o *CORSA* está afirmando um estilo de “trabalho” próprio.

Em junho de 1999, a *Associação da Parada do Orgulho GLBT*, dentro da qual o *CORSA* continuava a participar ativamente, fez o maior evento do movimento já visto no país até então, reunindo um número estimado de 30 mil pessoas. Esse evento legitimava, assim, em âmbito nacional e internacional, atuação dos grupos que compunham a *Associação da Parada*. Além disso, possibilitava o estabelecimento de uma relação diferenciada frente ao “mercado gay”, no que toca ao apoio material ao evento do ano seguinte. Nesse contexto, a oposição GLT X GLS perde muito de seu sentido.

No *CORSA*, do ponto de vista das relações internas, as tensões haviam se reduzido com a saída de vários membros que não se identificavam com as “mudanças” ocorridas no grupo. Esses militantes mantiveram redes sociais de amizade, embora a maioria tenha abandonado, aparentemente de modo definitivo, a militância no movimento. Outros, entre os militantes que não aderiam completamente às “novas propostas” de condução do grupo, permaneceram ou ainda mantiveram uma frequência eventual às reuniões e atividades do *CORSA*. Ainda havia pontos de tensão ou divergências ocasionais, que, no entanto, não chegaram a tomar as proporções dos conflitos ocorridos durante o ano de 1997. Na medida em que a saída de vários membros do grupo reduziu as tensões internas, a relação entre as idéias de “política” e “auto-ajuda” ou abordagem “terapêutica”, construída durante o ano de 1997, foi perdendo o caráter de contraposição e ganhando um caráter de complementaridade nos discursos que definiam o projeto do grupo. Durante o ano de 1999,

era comum ouvir que o *CORSA* era um grupo que tinha por missão formar militantes e contribuir para a construção e fortalecimento de outros grupos. As atividades internas do grupo passam, nesse momento a ser vistas como espaço de formação de militantes.

Dos “rachas” do *CORSA* saíram, em 97, dois outros grupos: o *Ação* e o *Dudu-Adé*. Como já relatei, um dos fundadores do *CORSA* também deixou o grupo em 1997 e iniciou uma atividade de cunho religioso no *CAEHUSP*, que deu origem à *Comunidade Cristã Gay*. Breves descrições sobre esses grupos encontram-se no Anexo II deste trabalho. Além disso, em 1999, o grupo recebeu duas “lésbicas”, Marli e Rosana, que haviam sido vítimas, em sua cidade de origem, no nordeste do país, de situações de violação de direitos humanos. Essas militantes, no entanto, faziam questão de deixar claro que não se sentiam como membros do grupo, mas estavam sendo apoiadas por ele. Posteriormente, fundaram uma ONG voltada à defesa de direitos humanos, não especificamente de direitos de minorias sexuais, chamada *Friends of Life Organization – FLO*. A partir do *CORSA*, consolidou-se ainda a *ATRASP*, que se fortaleceu a partir da Coordenadoria de Travestis do grupo.

A fala de Felipe, então presidente do grupo, numa entrevista realizada em junho de 1999, relata um pouco a respeito do processo dentro do qual o grupo via a si mesmo e as relações com outros grupos naquele momento e expõe as expectativas relacionadas à formação do *Fórum Paulista de GLBTs*:

Então, a gente tem divergências um pouco históricas com alguns grupos que tá ligada à questão da prática. E essa é uma coisa que eu não quero perder, eu não quero perder a minha prática. E essa minha prática, ela vem lá do meu trabalho de base, lá da minha formação até da Igreja, né? Essa coisa do espaço, da democracia, de trabalhar em grupo, de saber respeitar uma decisão coletiva, né? Hoje, eu me vejo no meio mesmo, não me vejo na periferia e a visão ampliou, claro. E o que sinto é que quando você lida com determinados grupos, as pessoas não conseguem, as pessoas, elas ainda têm uma necessidade grande de uma coisa meio vitalícia, sabe? E eu não consigo compreender isso, não entra na minha cabeça! Acho que não dá pra ser vitalício em movimento social, porque a gente acaba tendo profissionais de movimento e, quando isso acontece, o movimento acaba perdendo o que tem de melhor, perde criatividade, oportunidades, perde força, né? Não aglutina, muito pelo contrário, você tem grupos virtuais, você tem grupos de dois, você tem grupos que aparecem só em momentos que são “importantes”, quer dizer, na verdade, tem uma demanda de coisas pra serem feitas e você ainda tem um monte de rolos por conta disso, né, assim, no Brasil inteiro. Porque a gente se filiou a uma associação brasileira que, na verdade, a gente pagou pra entrar, no sentido de querer fazer parte disso, por entender que a organização nacional é uma coisa importante, né? E a gente sentiu que depois, não

de uma ou duas experiências, mas de várias, que a centralização do poder, a centralização da informação, a dominação dessa informação é uma prática que a gente abomina e que está presente. Quer dizer, essa coisa quebra um pouco esse purismo de achar que porque somos gays, somos diferentes; porque somos gays, somos revolucionários; porque somos gays, somos... vamos ter uma prática diferente, vamos mostrar para a sociedade... Muito pelo contrário, acho que quando a gente repete – e o movimento, a nível nacional, tem repetido muito –, a gente consegue ser pior do que o modelo. Ele consegue ser mais canastrão. E, hoje, a gente tá, a gente tem alinhamento com outros grupos, a gente teve um encontro lá em Campinas, a gente tá tentando a criação de um fórum estadual sem muita estrutura, mas, na verdade, pensando o futuro... Não dá pra ter dois, três, quatro grupos somente em SP, para um estado como SP. Se você quer pensar politicamente a questão do movimento homossexual no Brasil, você tem que pensar a formação de grupos na base, você tem que ter essa multiplicação de grupos na base, você tem que ter espaços onde as pessoas possam ir. Você não deve ter referenciais centrais, não acredito que você deva ter referenciais centrais. Acho que você ler o que o Mott escreve é interessante, mas ele não é referencial para o Brasil. Mesmo a prática do Corsa não é referencial para o estado. É referencial pra quem tá aqui no Corsa. A organização do Corsa pode ajudar a formar e a criar outros grupos fora, outros grupos a partir da experiência, mas acho que é um caminho que se faz caminhando... (entrevista com Felipe)

Com a efetiva constituição do *Fórum Paulista de GLBTs*, que não contava com a presença de organizações financiadas, as dificuldades na obtenção de recursos para estimular a formação de grupos no interior do estado de São Paulo, e para reunir os grupos que foram sendo criados, levaram a uma aproximação com o Programa Estadual de DST/Aids, a partir do *Fórum HSH*. Esse fato foi acompanhado por uma revisão da postura do *CORSA* em relação a não envolver militância homossexual e militância na luta contra a aids. O trecho abaixo foi retirado da página do *CORSA* na internet:

Durante o ano 2000, o CORSA começou a participar das reuniões do Fórum HSH (Homens que Fazem Sexo com Homens), ligado ao Programa de DST/AIDS da Secretaria Estadual de Saúde. Nossa presença neste espaço foi muito importante uma vez que atualmente se dá grande importância à valorização da auto-estima e cidadania como importante instrumento na luta contra a epidemia do HIV. Por estar atento às implicações políticas e sociais do movimento homossexual nesta luta, o grupo CORSA juntamente com outras entidades que compõem o Fórum Paulista de GLBT's, propôs a realização do II Encontro Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros. (<http://www.grupocorsa.hpg.ig.com.br/dstaid.htm>, consultada em 29/01/2002)

Essa mudança de posicionamento possibilitou que o grupo, que já vinha mudando sua opinião acerca de tornar-se uma ONG desde os primeiros contatos com o movimento internacional, viesse a elaborar projetos e receber financiamentos. Atualmente o *CORSA*, como já referi no item sobre a identidade institucional do grupo, conta com dois projetos financiados e, juntamente com a *Associação da Parada*, o *Identidade* e outros grupos com os quais estabeleceu alianças, participa ativamente do *Fórum HSH*, principalmente em atividades que relacionam prevenção às DST/aids e promoção da auto-estima e da cidadania.

Após a finalização de meu trabalho de campo, muitos outros grupos, associações e organizações surgiram na cidade de São Paulo, onde o *CORSA* e a *Associação da Parada* tornaram-se referências bastante significativas. Não há como entrar em detalhes ou procurar descrever, com alguma justiça, a diversidade de iniciativas que passaram a compor o campo do movimento em São Paulo. Deixo essa tarefa para outros trabalhos, que se interessem por esse novo momento de expansão do movimento. Além da mudança na relação estabelecida com as agências estatais de controle da epidemia de aids e com o empresariado voltado ao público *gay*, gostaria apenas de indicar a aproximação com alguns outros atores. A eleição de Marta Suplicy, em 2000, para a prefeitura da cidade de São Paulo, abriu espaço para a criação do *Fórum GLBT da Cidade de São Paulo*, no qual ambos os grupos – o *CORSA* e a *Associação da Parada* – têm tido uma participação bastante ativa. A partir do ano de 2000, intensificou-se, também, o uso de meios eletrônicos para fins de ativismo. Assim, foram criadas, na internet, várias listas e grupos de discussão sobre homossexualidade. Em algumas dessas listas e grupos de discussão, que não necessariamente são criados pelos ativistas do MHB, verifica-se a presença de lideranças dos mais diversos grupos/organizações. A partir dessas listas e grupos de discussão, tem havido, também, uma articulação de atores ligados à produção e discussão acadêmica sobre o tema. A relação com as comissões parlamentares e secretarias de justiça e direitos humanos nos níveis municipal, estadual e federal também tem se aprofundado, principalmente a partir da discussão sobre “crimes de ódio”, levantada a partir do caso Edson Nêris, homossexual assassinado por *skinheads*, na Praça da República, centro da cidade, na madrugada de 6 fevereiro de 2000.

3. “Sopa de Letrinhas”?: processos de construção e reconstrução de identidades coletivas

No decorrer desta dissertação, em vários momentos, fiz referência a uma tendência, presente nos anos 90, à especificação e à criação de novas categorias classificatórias com a finalidade de nomear o “nós” do movimento homossexual. No final do capítulo anterior, discuti brevemente várias possibilidades interpretativas a respeito desse fenômeno. Entre elas, a influência de processos globalizados nos quais a adoção de uma auto-identidade, o mais fiel possível às especificidades de determinado grupo, passa a ser central quando se pensa em política. Referi, também, outra possibilidade de interpretação, segundo a qual a adoção da forma projeto na atuação de movimentos sociais traria uma exigência de definição precisa do público alvo. Sem descartar o impacto de nenhuma dessas duas possibilidades, gostaria de, a partir da experiência que acompanhei em campo, no grupo *CORSA*, sugerir mais uma interpretação a respeito, que, no entanto, não exclui nenhuma das anteriormente citadas.

Entendo que a multiplicação e a crescente especificação de categorias classificatórias não pode ser explicada somente por necessidades e intencionalidades práticas, como a de delimitar claramente o público alvo de entidades que buscam por financiamentos para sua atuação. A experiência do grupo *CORSA*, que passo a analisar mais detidamente a partir daqui, deixa patente razões que não se explicam somente por tais necessidades práticas. O histórico do grupo, nesse sentido, poderia ser lido a partir da distinção dos três momentos que referi no item anterior. Entendo que, do mesmo modo que a mudança em relação à identidade institucional do grupo esteve intimamente ligada à sua dinâmica interna e às relações que este estabelecia com seus pares e outros atores presentes no campo do movimento, essas mesmas relações tiveram uma importância fundamental na reconfiguração da forma como o *CORSA* passou a definir o “nós” que identifica o grupo e o público beneficiário de suas ações.

Assim, entendo que separação que fiz entre estes dois últimos itens do trabalho tem apenas a finalidade de facilitar a compreensão do meu texto e da minha análise a respeito desses processos. Na verdade, considero que, no cotidiano dos grupos e organizações, as relações internas e externas que estabelecem são indissociáveis dos processos de elaboração

e reelaboração de sua visão sobre si mesmos e de suas identidades institucionais e políticas. Aliás, retomando Barth (1998), citado na introdução deste trabalho, entendo que essas identidades são construídas a partir dessas relações.

O meu contato com o movimento, e com o *CORSA* em especial, como relatei na *Introdução*, despertou minha curiosidade sobre a identidade coletiva sustentada pelo grupo e sobre os processos de transformação pelos quais começava a vê-la passar. As leituras que fui realizando a respeito de movimentos sociais, ONGs e identidade como algo relacional, e que estão referidas no decorrer desta dissertação, me indicaram um caminho de análise. De acordo com esse caminho, os processos de construção e reconstrução de identidades coletivas poderiam iluminar a dinâmica interna ao campo do movimento. Na redação desta dissertação, optei por descrever a dinâmica interna antes de passar à análise dos processos de mudança em relação ao sujeito coletivo sustentado pelo grupo. Este último item tem por objetivo analisar os processos de construção e reconstrução de identidades pelos quais passou o grupo *CORSA*, relacionando-os aos processos de diferenciação e identificação que descrevi neste capítulo e, principalmente, no item anterior.

Antes de partir para a análise, gostaria de lembrar que o *CORSA* é um grupo que nasceu da proposta de três rapazes que se conheceram num consultório de psicanálise, cujos profissionais faziam parte de um outro grupo ligado ao movimento, o projeto *Etcétera e Tal*. Esses rapazes não tinham nenhuma experiência efetiva de atuação em outros movimentos sociais e foram bastante influenciados, a princípio, pela posição “propositadamente marginal” e crítica em relação ao movimento do próprio projeto *Etcétera e Tal* e, também, pelas posições um tanto marcadas por experiências comunitaristas e críticas à “militância profissionalizada e financiada” das ONGs e ao “personalismo de alguns militantes”, presentes no discurso do *Núcleo de Gays e Lésbicas do PT*.

3.1. A escolha do nome do grupo: o CORSA como grupo de “minorias sexuais”

Levi, primeiro presidente do *CORSA*, relata, em seu depoimento, que, em meados de 1995, após várias semanas de encontros, os três rapazes decidiram escolher um nome para o grupo. A escolha do nome aparece, então, como uma tentativa de consolidar a existência do

próprio grupo. A palavra *CORSA* aparece nos relatos sobre a escolha do nome do grupo como ligada a *veado*, predicado que aplicavam a si mesmos.

Os três já se conheciam, já tinham saído juntos, já tinham bebido juntos, já tinham ido, depois de virar a noite, pro Ibirapuera e sentar e ficar viajando de como ia ser. Eu tenho até hoje os papéis que a gente rabiscava, né. E... e nada andava, né. Ai a gente falou assim: "Vamos pelo menos dar um nome". Ai começou várias reuniões para descobrir um nome pro CORSA e eu ficava batendo naquele... eu ficava batendo naquela tecla de que eu queria um nome que falasse muito dos nossos ideais, e ai vinha aquelas coisas, triângulo não sei das quantas, arco-íris. "Não, arco-íris já tem." "E esse já tem." "E esse não dá." "E se fizer em inglês?" "Ah, em inglês, não, porque não é da nossa língua". E ai ficou nessa viagem, até que uma hora fez um barulhão lá fora de carro que eu falei: "Nossa, só falta ser um corsa [em referência ao carro], ai agora, pra homenagear os veados", que eu já sabia que corsa [sic] era um tipo de veado. "Pronto tá o nosso nome, é corsa!" Ai a gente começou a correr atrás do que significava corsa, mexer no dicionário, descobrimos que corsa [sic] era um tipo de veado que era o mais rápido de todos. Ai a gente falou assim: "ai, que legal, então nosso grupo vai ter o nome de um viado que vai estar na frente, que vai correr mais rápido do que os outros". E ai a gente falou: "Mas só CORSA, as pessoas talvez nem saibam, vão associar muito ao carro". E ai a gente começou a tentar usar as palavras para ver o que elas poderiam significar pra nós. Mas não dava muito certo, daí a gente começou a discutir quais os ideais que a gente gostaria de ter e prá depois, em cima desses ideais, a gente pensar palavras equivalentes que colocasse e transformasse CORSA em uma sigla também. Ai começou, um fala: "Cidadania." "Ai, cidadania dá!" "Orgulho." "Ai não, orgulho fica uma coisa assim, muito assim, de... de defensiva, dava um caráter negativo". Daí falaram: "não, mas tem que ser orgulho enquanto manifestação de auto-estima, de mostrar assim, eu sou orgulhoso de ser..., a minha auto-estima estar legal". Ai a gente aceitou. O R foi o mais difícil, que a gente não tinha nada na cabeça, até que falou: "Vai respeito mesmo, que não tem outra palavra". Solidariedade já tinha saído e o A ninguém queria colocar amor porque parecia que era uma coisa muito brega. A gente até brincava: "Vão pensar que é um grupo puramente religioso e só tem um aqui que quer esse lado", os outros dois não estavam muito a fim. Mas a gente não achou nada. A gente decidiu que, e na época eu estava discutindo com o Adolfo esse tal do triângulo rosa invertido, símbolo da inversão sexual, né. E ai eu falava: "que coisa pesada esse significado!". Ai eu falei: "por que a gente não desinverte o triângulo? Ele vai se tornar o nosso A, e ai a gente tem dentro da palavra, do nosso nome ainda uma outra idéia: nós não entendemos a homossexualidade como uma inversão sexual". E ai deu, ficou isso. Ficamos em orgasmos mil várias semanas só com o nosso nome, que a gente achou o máximo, fantástico e tal. Mas a gente tinha muita vergonha de falar CORSA, não soava uma coisa muito natural usar isso, né. (entrevista com Levi)

No entanto, há um equívoco que nenhum deles pareceu se dar conta, apesar de

afirmarem haver buscado a palavra em dicionários: a palavra *corsa* não existe, o que existe é *corça*, que é a fêmea do veado. Nos relatos, a palavra *corsa* – nome adotado para o grupo – é usada como se fosse sinônimo de *veado*. Apenas Vicente relata que, em uma atividade do grupo, alguém questionou que *corça* seria a fêmea do veado – o veado é o corço. No entanto, ninguém atentou para a grafia.

Então, assim... foi engraçado, porque acabou sendo um erro que deu certo. Estávamos nós todos, estávamos eu, o Levi e o Mateus discutindo nome, nome, nome, nome, nome... Até o momento que o Alê falou: "CORSA!" Ai, ficou: "CORSA, mas por que CORSAS?" Falou: "ah, corça é um veado". E aí, eu e o Mateus escolhemos, escrevemos o nome CORSAS: "ai, o C da cidadania, O do Orgulho", e foi assim... uma coisa assim... uma coisa super rápida, e que mais tarde a gente descobriu que corça, na verdade, é a fêmea do corço... aí, eu mesmo falei: "maravilha, mais fácil ainda". E, na época, então, a gente ficou: "mas CORSAS...CORSAS...CORSAS é realmente um nome? É assim que escreve, não é?" E o Mateus disse: "Ah, eu vou olhar no dicionário". Na outra semana, com certeza não deve ter visto, mas falou: "Ah, eu vi no dicionário, tá certo, é assim que se escreve e é um veadinho". Ai, maravilha! Ficou o nome, caiu como uma luva e gente ficou, né... até que uma pessoa, nem lembro quem foi que fez o comentário: "Mas corça é feminino do corço!" A gente falou: "é, tudo bem... maravilha, não muda nada!". E ainda acho que esse é um nome super legal, é um nome que encaixa, que acaba sendo um nome até... assexuado, porque as pessoas também não sabem, as pessoas também acham que é um nome masculino e, na verdade, é um nome feminino... (entrevista com Vicente)

Os depoimentos dos três fundadores do grupo confirmam a idéia de que, inicialmente, a proposta era a de formar um grupo *gay*. As primeiras discussões envolvendo a questão de quais seriam as categorias incluídas como objeto da atuação do grupo ocorreram por ocasião da confecção do estatuto, quando foi elaborado o restante do nome do grupo: "grupo de conscientização e emancipação das minorias sexuais". Nesse momento, o grupo contava com mais um integrante, Paulo, membro da *APTA*, que o integrou por pouco tempo, mas influenciou bastante nas discussões sobre o estatuto e conseguiu, na sede da *APTA*, espaço para que o grupo fizesse suas reuniões¹¹⁷. O estatuto foi elaborado, conforme já referi, levando em consideração as observações de Adolfo e Ana Maria, consultando uma série de estatutos de outros grupos do movimento homossexual e ONGs-aids e com a supervisão de um advogado, amigo de Vicente, que já havia passado por várias

¹¹⁷ Os relatos não apontam para nenhuma cisão em relação à saída do grupo do consultório de análise.

iniciativas de militância gay e de aids.

Se o nome *CORSA* apontava especificamente para um grupo de “veados”, o restante do nome do grupo aponta tanto para o tipo de atuação que se pretendia que ele tivesse – conscientização e emancipação – quanto para um alargamento em relação à inclusão de categorias que seriam objeto da atuação do grupo. Levi relata que a idéia de que o grupo se colocasse como um grupo de “minorias sexuais” foi sua. Na época, conta que esteve às voltas com leituras como Foucault, Deleuze e Guattari, e que, baseado nas discussões apresentadas por esses autores, propôs que o grupo se colocasse como um espaço para “minorias sexuais”. Levi relata que a idéia de “minorias” foi questionada a princípio:

Aí saiu uma discussão em cima desse termo: “Aonde já se viu? A gente não é minoria. Na verdade, a gente está camuflado e tal”. Ai, eu falei: “Não. A gente é minoria, sim, enquanto expressão política, enquanto aquisição de poder, a gente é minoria, independente de quantos nós somos. Então, nesse sentido, nós somos minorias sexuais.” Ai, o pessoal acabou aceitando. Não, quem concordou só foi o Vicente. Depois, conforme a gente foi discutindo, e aí eu já estava mais forte para argumentar, as pessoas foram concordando e só o Paulo que ficou meio assim. Mas ele acabou aceitando. O que eles me traziam é que São Paulo era uma coisa muito fragmentada e, na verdade, era mesmo: boate de gay pra cá, de lésbica pra lá, travesti no outro canto, ninguém se intercomunicava, e num espaço assim não ia ter uma aceitação legal, né? E, de fato, não teve no começo. O pessoal se horrorizava, principalmente os gays. Só o fato de estar aberto o espaço para outras expressões da sexualidade já incomodava muita gente que chegava, olhava e ia embora. O Paulo mesmo colocou: “Minoria sexual pode ser todo quanto é tipo de gente que não tenha uma expressão de poder já que a gente esta pensando assim né, e aí o pederasta, a ninfomaniaca... todo tipo de gente vai poder ter seu espaço.” Na época, a questão do pederasta, pederasta é pensado enquanto alguém que deseja outro alguém do mesmo sexo, só que mais novo. A gente já não quis abraçar essa causa porque já estava dando problema com a ILGA e ela foi, ela saiu da ONU, em função de ter grupos afiliados à ILGA, lá da Europa, que defendiam essa idéia. E aí que surgiu um parênteses no estatuto, né, para explicar quais seriam essas minorias sexuais que foram o tal do “gay, lésbica, travesti, transexual e bissexual”. Embora, na época, eu não tinha tido muito contato com bissexuais, eu nem entendia muito bem o que era estar em frente de um bissexual e conhecer a realidade dele, eu achava que era legal ter este espaço aberto já, essa possibilidade, dentro do estatuto, de eles poderem chegar e se referenciar no grupo. Ai, a gente fechou nessas cinco.... é.. rótulos, vamos dizer assim. E ficou isso, né, vai ser um grupo de minorias. Então o pessoal falava, a gente pensava, algumas coisas a gente abraçava, outras coisas, não. E sempre batendo naquela tecla: “Por que não deixar só gay? Por que não restringir a população?” E eu sempre brigando nesse ponto. Eu e o Vicente, a gente batia de frente e garantia que continuasse as minorias, né? Ai, até uma vez o Vicente falou uma coisa legal: “A gente só colocou as cinco porque é só as cinco que a gente conhece mais de perto, mas se surgisse

mais uma, teria que reparar o estatuto e colocar essa também.” E aí eu coloquei uma coisa que acabou encanando também o pessoal do PT, que era, que é o seguinte: “A gente não quer saber se é bicha, se é veado, se é gay, se é sapatão, se é lésbica. A gente não quer saber que nome que a pessoa dá. A gente quer saber se a cidadania dela está comprometida e o que a gente pode fazer para que essa cidadania não seja comprometida.” (entrevista com Levi)

É interessante notar que, no surgimento do *CORSA*, a idéia de “minorias” aparece de modo muito diferente do retratado por MacRae (1985) para o contexto do grupo *Somos*, no final da década de 70. Naquele contexto, o significado atribuído pelos militantes homossexuais à palavra *minorias* estava profundamente marcado pela disputa pela legitimidade do movimento homossexual – bem como do movimento negro e feminista – em relação aos grupos de esquerda, que estabeleciam uma hierarquia entre a questão de classe, a “luta principal”, e as questões levantadas por feministas, homossexuais, negros, então classificadas como “lutas secundárias”. Para o *CORSA*, a palavra *minorias* já aparece destituída desse sentido. O questionamento à adequação do uso do termo *minorias* se refere ao seu sentido quantitativo. Há uma percepção de que o conjunto de indivíduos que se reconhece a partir das categorias que são objeto de atuação por parte do grupo é menor do que o conjunto que poderia vir a se reconhecer nelas. Isso é explicado através do argumento de que o preconceito faria com que permanecessem “camufladas”. Daí a importância de “conscientizar” e “emancipar” tais “minorias”. Por outro lado, poderia parecer desprestigiante para um movimento social apontar para o fato de que representa uma parcela quantitativamente pequena da sociedade.

Uma segunda objeção citada ao uso da expressão “*minorias sexuais*” se refere à sua pretensão de abranger um coletivo de pessoas que se encontra disperso e, mais que isso, separado, na prática, em diferentes segmentos, que não costumam sequer frequentar os mesmos espaços e menos ainda se reconhecer como compartilhando uma mesma situação de exclusão. Esse argumento é tomado como uma constatação, que divide as pessoas, presentes nessa e em outras discussões relatadas, entre assumir como uma missão do grupo a construção de uma consciência de exclusão que reúna os diferentes segmentos ou atuar a partir desses ou de um desses segmentos.

Os relatos de Levi e Vicente apresentam um cenário composto por personagens que

adotavam uma postura integracionista e se opunham a outros, que questionavam essa postura, a partir de argumentos como a segmentação das vivências de gays, lésbicas e travestis ou a ausência de lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais no grupo, e propunham que o grupo fosse um grupo gay. No entanto, nesse momento, mesmo os que demonstravam plena disposição de defender uma proposta mais integracionista estavam se perguntando até onde gostariam de conviver com o diferente. A discussão sobre a pertinência da presença de heterossexuais como membros do grupo ou a fala, atribuída a Paulo na entrevista de Levi, que apontava a idéia de que “minorias sexual pode ser todo tipo de gente que não tenha expressão de poder” – inclusive pessoas cujas práticas seriam condenadas pelos próprios militantes do grupo, como, por exemplo, “os pedófilos” – são situações que apontam para o questionamento em relação aos limites da convivência com o diferente.

A proposta que prevaleceu no grupo nesse momento, ainda que sob certa imposição de alguns dos membros da diretoria, reputa a si mesma a intenção de ser o mais inclusiva possível, mas não deixa de revelar uma série de tensões e ambivalências. Uma primeira tensão a apontar é a que se estabelece entre a referência a um ideal de inclusão e o que era aceitável no interior do campo representado pelo movimento. No relato acima reproduzido, a referência foi a restrição imposta pela *ILGA*, em 1995, pressionada por organismos internacionais, principalmente a UNICEF, em relação aos grupos “pedófilos”. O limite da inclusão parecia ser, nesse sentido, a inviabilização da própria atuação do grupo. No entanto, os relatos não fazem referência a que eles tivessem tomado o público alvo de atuação já legitimado por esses grupos como referência, apesar de terem consultado vários estatutos de ONGs e grupos homossexuais. A inclusão dos *bissexuais* e a aglutinação de categorias trabalhadas em separado por outros grupos parecem indicar que os outros grupos brasileiros não tenham sido tomados como referência. Mesmo o fato de que eles tenham se colocado como um grupo de “minorias sexuais”, e que o próprio *Etcétera e Tal*, iniciativa a partir da qual surgiram, também referisse assim o seu público alvo, não foi citado nas entrevistas. Se, com relação aos outros grupos brasileiros, havia uma postura de diferenciação, que pode ser inferida através das várias referências, presentes nos relatos, a momentos em que não se identificaram com o que viram ou ouviram a respeito deles, era evidente a identificação que mantinham com o *Etcétera e Tal*, ainda que ele não correspondesse aos anseios de militância que sustentavam. Adolfo, por várias vezes, em

situações que presenciei, era apontado como “o pai do grupo”. O *CORSA* intencionava seguir o mesmo princípio inclusivo/integracionista presente na proposta do *Etcétera e Tal*. A propósito, o próprio nome *Etcétera e Tal* havia sido escolhido, de acordo com o relato de Adolfo, numa atividade onde as pessoas deviam falar livremente e um dos integrantes do grupo, ao final de várias frases, citava a expressão *etc e tal*. *Etcétera e Tal*, então, fazia referência ao que estava “fora da fala”, excluído, minorias, portanto.

Por outro lado, os relatos pessoas de Levi e de Vicente, os defensores mais entusiasmados de uma postura mais inclusiva, mencionam a importância que atribuíam aos vínculos afetivos com pessoas que não se classificavam como homossexuais – os punks que ajudaram Levi –, com travestis – Levi refere ter sido “adotado” pelos travestis de sua cidade – e com mulheres – a psicóloga de Vicente ou suas várias referências a suas amigas. Nenhum dos três fundadores do grupo tinha uma experiência de vivência homossexual restrita ao “gueto gay”, e o próprio discurso que construíam no interior do grupo se contrapunha a uma idéia de “guetização” ou segmentação de identidades entre os próprios gays, valorizando a idéia de diversidade.

Ah, [o grupo que queríamos construir era] um grupo que fosse solidário, um grupo em que as pessoas se sentissem amigas... um espaço que as pessoas tivessem prá estarem juntas, pra estarem discutindo suas questões, um grupo que melhorasse a vida das pessoas, que fosse um grupo aberto a todos, primeiramente, aberto a todos... não é assim segmentado em pedaços, né... tipo assim: gay X, gay Y e tal... sabe aquela coisa, assim, que você tentava seguir esse padrão de gay, né? Isso não tinha... (entrevista com Mateus)

Essa fala, apesar de valorizar a idéia de diversidade, permite indicar algumas ambivalências que se mantêm durante a trajetória do grupo. O universo de diversidade apontado por Mateus aponta para vários estilos de vida de gays – utilizado como sinônimo para homossexual masculino – ao mesmo tempo em que anuncia o desejo – professado por outros fundadores do grupo – de que ele fosse “aberto a todos”. De fato, durante a maior parte de sua trajetória nos anos 90, o *CORSA* foi um grupo majoritariamente, senão exclusivamente, composto por homossexuais do sexo masculino. Além disso, a convivência entre as diversas categorias presentes na lista de minorias que seriam alvo da atuação do grupo e aceitas como seus membros nem sempre foi algo que se desse sem maiores problemas.

Por outro lado, o nome *CORSA*, como já vimos, trazia dentro de si a idéia de “veados”, ao mesmo tempo em que se colocava como um “grupo de conscientização e emancipação de minorias sexuais”. A idéia de “veados” parece revelar uma ambivalência em relação à idéia de “conscientização e emancipação”, típica do movimento homossexual, que se refere à difusão, entre os homossexuais e no restante da sociedade, de uma visão moderna ou igualitária em relação à homossexualidade, nos termos em que se refere Fry (1982a). No entanto, o uso de termos como “veados” ou “bichas” não parece remeter nem a uma proposta politizada de esvaziamento do sentido pejorativo do termo, como MacRae (1985) havia observado no *Somos*, nem a uma adesão plena a uma visão hierarquizada entre a “bicha” e o “bofe” ou o “veado” e o “homem de verdade”.

Ao contrário do que nos relata MacRae (1985) a respeito do uso do termo “bicha” no grupo *Somos*, com o objetivo de esvaziar seu caráter pejorativo, no *CORSA* não havia uma postura declarada e aceita por todos com relação ao uso de termos como “bicha” ou “veado”. Em ocasiões em que os membros do grupo se relacionavam com pessoas que não pertenciam ao movimento, os homossexuais masculinos eram referidos sempre como *gays*. No interior do grupo, no entanto, era bastante corrente o uso de termos como “bicha” ou “veado” em referência a outros membros do grupo, a si mesmos ou a outros homossexuais. A maior parte das situações em que esses termos costumavam ser usados eram falas com um certo tom de brincadeira ou ironia. Mas não era incomum que esses termos fossem aplicados como sinônimo de *gay*, como autoreferência de algum membro ou referência a outro homossexual em situações que não envolvessem brincadeiras ou ironia.

No segundo semestre de 1999, participei da coordenação de uma reunião no *CORSA* cuja dinâmica solicitava aos presentes que apontassem como preferiam que as pessoas se referissem a eles e que termos consideravam ofensivos ou impróprios. Foi quase consenso, ao final da reunião, que o uso de termos como “bichinha”, “veado”, e outras palavras carregadas de um sentido pejorativo, era considerado ofensivo apenas a partir da circunstância em que esses termos são enunciados. Assim, o mesmo termo poderia ser considerado amistoso ou ofensivo, dependendo da situação e de quem o utilizasse. Já a utilização do próprio nome precedido pelo artigo referente ao outro sexo – “a fulano” ou “o sicrana” – era apontada como invariavelmente associada à intenção de ofender.

Com relação à adesão dos membros do grupo a um modelo mais igualitário ou

hierárquico de homossexualidade, de acordo com os termos de Fry (1982a), até onde pude observar, a maioria dos membros e freqüentadores do grupo sustentava um discurso pautado no modelo igualitário. Havia, entretanto, a presença da referência ao “bofe” como objeto de desejo. Essa referência nem sempre estava associada a situações de brincadeira ou ironia. A preferência por um parceiro com uma aparência mais “ máscula” ou “efeminada” era apontada por vários freqüentadores. No entanto, quando o assunto era a convivência no interior de um relacionamento afetivo ou a divisão de tarefas domésticas com o parceiro, não cheguei a saber de ninguém que sustentasse o desejo de manter o papel de “a mulher” ou “o homem da relação”, de acordo com padrões hierarquizados de relacionamento. Assim, a referência a alguns elementos de um modelo hierarquizado (ativo/passivo, másculo/efeminado) parece sobreviver no discurso de vários membros do grupo sobre si mesmos. No entanto, essa referência aparece sempre restrita ao âmbito dos desejos e práticas sexuais, sem se estender a todos os aspectos da relação.

Durante o período em que acompanhei o grupo, era bastante forte o empenho, inclusive por parte de algumas das lideranças, em garantir um direito que parecia estar ameaçado, o de ser “efeminado” ou “passiva” – termo geralmente usado no feminino. Há, de fato, no meio *gay*, uma tendência, que se pode observar através da leitura de classificados de jornais, revistas ou *internet*, a desvalorizar sistematicamente os “efeminados”. Boa parte desse tipo de anúncios costuma conter a seguinte frase: “descarto efeminados”. Entretanto, essa tendência não se restringe apenas à vivência pessoal ou de gueto. Durante o período em que estive em campo, presenciei várias situações em que grupos de militância homossexual se contrapunham publicamente à “forma estereotipada pela qual a mídia retrata os homossexuais”, chegando, algumas vezes, a sugerir que o modelo de homossexualidade a ser exibido deveria ser o que retrata um homem ou mulher com aparência e comportamento condizentes com o esperado para seu sexo e bem sucedido/a pessoal e economicamente.

As características relativas aos membros do *CORSA* descritas nos dois últimos parágrafos se mantiveram durante todo o tempo em que estive em campo. Entretanto, o aumento da freqüência de indivíduos com maior escolaridade e nível sócio-econômico fortaleceu discursos que tendiam a submeter a expressão de desejos e práticas não condizentes, em todos os aspectos, a um modelo igualitário de homossexualidade (*gay/gay* ao invés de *bicha/bofe*), a argumentos de defesa da legitimidade da homossexualidade. Por

outro lado, as lideranças do grupo, em todas as gestões, sempre estiveram preocupadas com a garantia do espaço para a expressão das “bichas”, “efeminados”, “pintosas” ou “passivas”. Várias iniciativas e situações indicavam essa preocupação. Uma das lideranças que passou a compor o grupo a partir de 1997 costumava sempre brincar, imitando palavras de ordem: “Passivas unidas jamais serão ativas!” E, o grupo chegou a organizar, exatamente nos momentos em que a tendência a um discurso de desvalorização dos “efeminados” esteve mais presente, reuniões que tinham como tema “as divas” – ícones femininos cultuados no meio homossexual ou na história individual de cada membro – e mesmo atividades como uma “oficina de montagem e fechoação”, na qual foram disponibilizados roupas e adereços femininos e maquiagens, e que se encerrou com a eleição da “miss *CORSA*”.

Voltando ao discurso dos fundadores do grupo, nota-se a presença de uma outra característica ambígua: ao mesmo tempo em que o *CORSA* enumerava categorias que seriam alvo de sua atuação, o discurso de alguns dos fundadores demonstrava um certo desprezo pelos “rótulos” e uma valorização das experiências concretas de discriminação/opressão. Tanto Vicente quanto Levi, em algum momento durante suas entrevistas, relativizaram a relação direta entre os “rótulos” que aplicam a si mesmos – ambos se definiam como *gays* ou viados – e suas práticas e desejos sexuais. No entanto, apesar disso, em várias passagens de suas falas nas entrevistas que me concederam essa diferenciação entre os rótulos e as pessoas desaparece completamente, dando lugar a um discurso sobre “as lésbicas”, “os bissexuais”, “os *gays*”, “as travestis”.

Em meio a essas ambigüidades, o discurso que constroem para o grupo não possui um caráter identitário indicativo de um modelo unívoco do “nós”, contraposto a um “outro”. Este discurso é marcado pelo reconhecimento de uma carência de poder compartilhada por uma diversidade de sujeitos, que devem se tornar solidários a fim de transformar essa situação de carência. A expressão “*minorias sexuais*” aparece como uma categoria que faz referência a outras categorias restritivas de sua abrangência, mas que estaria aberta a novas inclusões. O fato de “*minorias sexuais*” não se referir exclusivamente a “*homossexuais*”, evitava que a categoria “*heterossexuais*” fosse construída como seu inimigo. O inimigo de “*minorias sexuais*” seria o que as submete a uma situação de opressão. Esse agente de opressão foi verbalizado, na maior parte das vezes durante as entrevistas, como “preconceito”, embora o termo *homofobia* – especificamente aplicado ao

preconceito contra homossexuais – aparecesse em vários materiais produzidos durante a gestão de diretoria conduzida pelos fundadores do grupo. A questão, entretanto, é: em que medida esse discurso integracionista consegue se consolidar na prática cotidiana de um grupo de militância? A prática, a princípio, já confrontava esse discurso, na medida em que as discussões apontaram a necessidade de definir as categorias alvo da atuação. Aos poucos, foi se explicitando, na prática do grupo, que a transformação da situação de carência acima referida requeria a autodefinição através de uma das categorias entre as quais o termo “*minorias sexuais*” se subdividia.

Ainda com relação a esse confronto entre um ideal integracionista e a prática, os relatos falam sobre discussões que apontam uma tensão entre esse ideal e a possibilidade de perda da especificidade em relação ao público alvo da atuação:

E a preocupação do estatuto era sempre que se ficasse o mais aberto possível e essa era a discussão: se fica muito aberto, perde a característica de um grupo gay, e se fecha como um grupo gay, fica muito fechado... e que, vamos e venhamos, é uma discussão que tá até hoje. Algumas pessoas que entravam de pára-quadras no grupo e falavam : “ai, mas, assim... mas vai se colocar as lésbicas?”, porque não tinha lésbicas no grupo, e a gente falava: “Vai, vai se colocar as lésbicas.”, “Ah, mas não tem muito a ver”, “Mas vai se colocar as lésbicas, não tem agora, mas um dia vai ter”. “Ah, mas vai se colocar os travestis?” Alguns gays tinham medo... tinham medo, mas são pessoas que não participaram muito, são pessoas que saíram logo, até por a gente colocar essas coisas assim, essas pessoas saíram, não conseguiram ficar. Se eu não me engano, até no estatuto, tá até o heterossexual como um participante ativo do grupo, porque, assim, foi uma das posições que a gente taxava: “tudo bem, desde que... fica meio complicado, se ele for um presidente”. Mas ficou-se aberto também para que heterossexuais participassem, pra que não se fechasse num gueto que esse... que era e ainda é um medo pessoal meu, que se feche muito no gueto e fique uma coisa pra nós mesmos. (entrevista de Vicente, grifos meus)

O trecho da entrevista acima citado aponta para o fato de a diretoria do grupo ter assumido como tarefa de “conscientização” a manutenção de uma postura integracionista, e como isso se confrontava com a visão e expectativas de algumas das pessoas que chegavam ao grupo. Nesse sentido, a defesa de uma visão segmentada/guetizada da homossexualidade construía um limite entre os que deveriam estar dentro e os que deveriam estar fora do grupo. No entanto, a própria formulação de uma postura inclusiva por parte da diretoria do grupo tinha um caráter ambíguo, e a oscilação entre ser um “grupo gay” ou um *grupo de*

“minorias sexuais” permaneceu na prática do grupo, na medida em que, formado por homossexuais masculinos, as discussões temáticas feitas pelo grupo, por exemplo, sempre diziam respeito a temas relevantes para os *gays* ou eram enfocados a partir da perspectiva dos *gays*. A diretoria se preocupava, tanto nessa quanto em outras gestões, em incentivar a participação de mulheres e travestis, principalmente para que eles pudessem “trazer as suas questões”. A ausência de pessoas que se identificassem como *lésbicas*, *travestis*, *transsexuais* ou *bissexuais* impedia, de certa forma, na prática, a consolidação do ideal de um “grupo de minorias sexuais”.

Na prática, o *CORSA* se mantinha como um grupo de *gays* aberto à participação de outras categorias. Mas mesmo essa abertura era limitada quando, por exemplo, a chegada de uma mulher ao grupo coincidia com a presença de um público exclusivamente formado por homens, discutindo um tema como sexo anal ou “sexo clandestino” (sexo feito com parceiro que não tem sua identidade revelada, em locais como saunas, banheiros públicos, quartinhos escuros de boates, cinemas de pegação etc). Esse tipo de tema era tido como tipicamente masculino pelos *gays* e, ainda que pudessem ser trabalhados de modo a incluir as experiências de mulheres, era comum que as próprias mulheres os percebessem como temas restritos à experiência masculina.

3.2. Conflitos internos, relações externas e “guerras de classificações”

Apesar de todas essas ambigüidades, o nome *CORSA – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais* se mantém oficialmente até os dias de hoje. No entanto, como já referi, a partir da segunda metade de 1997, a expressão “*minorias sexuais*” deixa de ser utilizada nas falas e documentos do grupo a fim de identificar o sujeito coletivo pelo qual o grupo fala, sendo substituída, primeiramente, pela expressão *GLT*, e, depois, por *GLBT*. No item anterior desta dissertação, sugeri que o uso da expressão *GLT* estaria relacionado tanto a uma diferenciação em relação ao mercado e à sigla *GLS* quanto a uma necessidade de inserção em relação ao conjunto do movimento.

Considero pertinente pensar que a adoção da sigla *GLT* esteve ligada, sim, a uma demanda de representação de segmentos presentes no cotidiano do grupo, como relatou

Clara, no trecho de sua entrevista sobre a escolha do nome da Parada que transcrevi no item anterior. Mas o fato de que *GLT* tenha substituído a expressão “*minorias sexuais*”, que possuía a mesma finalidade, parece-me estar ligado aos conflitos no interior do grupo no ano de 1997, à ênfase que “*atuação externa*” ou “*política*” passou a ter a partir daí, e a uma necessidade de reconhecimento e inclusão nos espaços já existentes no movimento. Não me parece ser apenas coincidência que um termo, que não era utilizado para definir o sujeito coletivo de mais nenhum grupo do movimento – a não ser o do *Projeto Etcétera e Tal* – e estivesse profundamente associado às “origens” do grupo – reivindicadas pelos militantes que defendiam a abordagem qualificada como “*terapêutica*” –, fosse substituído num contexto em que “*atuação política*” e “*atuação terapêutica*” estavam contrapostas, e o grupo, ressentido por ter passado por duas experiências seguidas – no IX EBGLT e na I Parada – de omissão dos créditos por seu “trabalho”.

Durante o ano de 1997, os conflitos e as trocas de acusações entre os membros da diretoria, que polarizaram também boa parte do grupo, tomaram o caráter de delimitação de fronteiras internas e luta por redefinição dos métodos de atuação do grupo. As acusações trocadas apontavam Carlos e André como pessoas que eram, de algum modo, prejudiciais ao bom funcionamento do grupo. Carlos era acusado de não participar suficientemente, enquanto membro da diretoria, de sua vida interna, de estar muito afastado e estar fazendo “*articulações*” que não ficavam claras para o coletivo. André, de “*ser despreparado*” para ocupar o cargo de presidente e de agir de modo autoritário. Ambos eram acusados, ao mesmo tempo, por diferentes partes do grupo, de estarem rompendo com princípios vistos como importantes. A valorização de uma “*atuação política*” era percebida, por parte do grupo, como uma série de informes sobre coisas distantes do cotidiano do grupo, que faziam parte de seus objetivos, mas interrompiam e disputavam espaço com as atividades já programadas e permitiam que alguns militantes monopolizassem as falas, explicitando desigualdades entre os membros e “*silenciando*” parte do grupo. Por outro lado, a valorização da vivência e das atividades internas e a resistência à forma como se dava a atuação dos “*novos*” membros eram tratadas, por outra parte do grupo, de modo pejorativo, como “*abordagem terapêutica*”, fazendo referência à origem do grupo, e como algo que o limitava a ser um “*grupo de auto-ajuda*”. O processo eleitoral para a gestão de 1998, ao propor a composição de chapas que deveriam disputar projetos, colocava o conflito fora de

um campo de atuação possível para os membros mais antigos do grupo, pois quebrava definitivamente com a *comunitas* que procuravam manter. Somente uma chapa foi inscrita e recebeu, em regime de votação secreto, cinco votos contrários. Cinco votos seriam mais do que suficientes para compor uma outra chapa, mas a observação em campo e as entrevistas indicam que a outra parte do conflito não reconhecia mais o grupo como algo do qual desejasse fazer parte. Para algumas dessas pessoas, grande parte do encanto pelo grupo havia se quebrado: as pessoas não saíam mais juntas após a reunião, não freqüentavam os mesmos lugares, não se sentiam a vontade para falar livremente durante as reuniões; o grupo não era mais “unido” e formado por “iguais”.

Como já referi no decorrer desta dissertação, a sigla *GLT* foi justificada, também, em vários momentos, nos quais o grupo tinha fortes questionamentos com relação ao mercado, como demarcadora da diferenciação em relação ao *GLS*. “O *GLS* é uma sigla do mercado e não do movimento. Não há um movimento de negros e simpatizantes ou de sem-terras e simpatizantes.”, era uma afirmação insistentemente repetida nesse período. Essa explicitação de uma demarcação de limites entre movimento e mercado tinha diversas origens. Tais origens iam além da postura, defendida atualmente pelo grupo, que aponta mercado e movimento como iniciativas com origens e objetivos distintos, e para um cuidado em preservar a autonomia do movimento frente às ações do mercado. Naquele contexto, uma dessas origens era a crítica a “uma ilusão de cidadania” construída a partir do potencial de consumo e da diversificação de ofertas do mercado segmentado, que estava, também, de certo modo, ligada, no discurso de alguns militantes, à idéia de uma contraposição entre vivência da homossexualidade restrita aos limites do “gueto” e adesão a um modelo mais politicamente engajado de vivência da homossexualidade. Uma outra origem dessa oposição ao mercado residia no fato de que a pessoa mais identificada com a idéia do *GLS*, André Fischer, fosse percebido como aliado ao *CAEHUSP*. Uma terceira origem, ainda, estava na própria relação estabelecida com os empresários do mercado voltado para o público “gay” ou *GLS* por ocasião da organização das primeiras edições da Parada do Orgulho. Neste momento, os organizadores da Parada ainda não tinham credibilidade frente aos “empresários gays”, posteriormente conquistada com o evento de 1999, e tinham muitas dificuldades em conseguir apoio para o evento.

O uso da sigla *GLT* como contraposição ao *GLS* revela uma outra faceta desses

processos de reconstrução de termos utilizados para indicar o sujeito político do grupo e do movimento, que volta a se manifestar com a adesão à sigla *GLBT*: os processos de identificação e diferenciação entre atores presentes no campo do movimento tendem a se expressar através da utilização dessas siglas. O uso das siglas passa a demarcar limites e alianças, levando a uma espécie de “guerra de classificações”. Nesse sentido, a partir da sigla utilizada para denominar a “comunidade”, torna-se possível identificar as influências e posicionamentos políticos segundo os quais determinado ator fala e atua.

Conforme havia dito no item sobre as relações externas do *CORSA*, o ano de 1998 e início do ano de 1999 formam um período em que o grupo, de fato, passa a afirmar um estilo de militância próprio, a estabelecer relações de aliança e alimentar conflitos com outras entidades a partir dessa afirmação. Os conflitos que envolveram o *CAEHUSP* e a *ABGLT* demarcavam a inserção efetiva do *CORSA* no campo do movimento, ao mesmo tempo em que colaboravam para solidificar a unidade do grupo em torno de certos “princípios para a ação” e que permitiam a aproximação com outros grupos que se identificassem com esses princípios. O acirramento das tensões em relação à *ABGLT* aconteceu em paralelo aos primeiros contatos do *CORSA* com o movimento em nível internacional, a partir de meados de 1998, ano no qual a presença de 30 mil pessoas à Parada do Orgulho *GLT* legitimava os métodos de atuação do *CORSA*. Nesse momento, o potencial de exposição de conflitos internos, inclusive para além dos limites do movimento, presente em um campo que mistura ONGs e “grupos comunitários”, se fez sentir.

Quando se consolidaram os primeiros contatos internacionais, os militantes do *CORSA* já estavam perdendo as expectativas de conseguir alterar algo na condução da *ABGLT* a partir de sua presença no interior da entidade. No início do ano de 1999, eles avaliavam a filiação à *ABGLT* como “um erro”. A fala de Felipe, em entrevista realizada em junho de 1999 e citada no item anterior, faz uma avaliação desse tipo. O convite para a conferência da *InterPride* criou a possibilidade de inserção do grupo num coletivo formado por entidades que se voltavam para a organização de eventos de “gay pride”, que já era, neste momento, uma marca distintiva de sua atuação.

Na conferência da *InterPride*, Carlos acompanhou uma discussão sobre a alteração do nome da associação para “*International Association of Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Pride Organizers*” e também se encontrou com o então Secretário Geral da

ABGLT, com quem disputou uma vaga na representação para a América Latina na *InterPride*. Ao voltar para o Brasil, Carlos propôs, numa reunião de organização da *Parada*, em 19 de novembro de 1998, que ela adotasse a sigla *GLBT* para o evento do ano seguinte. O argumento utilizado era o de que esta era uma sigla bastante inclusiva e que era adotada internacionalmente pelo movimento. Nessa reunião, uma acalorada discussão questionou a inclusão de “bissexuais” e a adoção do termo “transgêneros”, e decidiu-se, por fim, que a adoção da sigla estava aprovada, restando apenas uma dúvida em relação à ordem em que deveriam aparecer as letras, ou seja, se deveria ser *GLBT* ou *GLTB*. O uso da sigla *GLBT* foi aprovado e, a partir daí, a sigla passou a ser utilizada em outras atividades e por grupos/organizações que mantinham relações de aliança com o *CORSA*. A *Associação da Parada*, criada em janeiro de 1999, utilizava, desde seu surgimento, a sigla *GLBT*, que o *CORSA* passou também a adotar a partir de então. O *I Encontro Paulista de GLTs*, realizado em Campinas, entre os dias 15 e 16 de maio de 1999, sob responsabilidade do *Grupo Identidade*, discutiu a criação de um fórum estadual e, também, entre outras coisas, a adoção do termo *GLBT*. Nesse momento, travestis e transexuais se manifestaram contra a adoção do termo “transgêneros”, argumentando que esse termo não tinha significado no Brasil e que travestis e transexuais preferiam continuar sendo chamadas por esses mesmos termos. Meses mais tarde, era criado o *Fórum Paulista de GLBTs*.

Em outubro de 1999, o nº 1 do *Paradão SP News*, jornal oficial da *Associação da Parada*, trazia um artigo chamado “Sopa de Letrinhas”, que procurava responder à acusação de promover uma “sopa de letrinhas” justificando a utilização do termo *GLBT*. De acordo com essa matéria:

*“Aqueles que vêm acompanhando a movimentação em torno dos eventos e publicações voltadas para o público homossexual já devem ter notado a diversidade de siglas para ‘acomodar’ todas as variações em torno das preferências sexuais: GLS, GLT, GLBT, LB, GLTT e por aí vai. A própria Parada de São Paulo modificou seu nome, nessa III edição do evento, deixando de ser GLT e passou a ser GLBT, sendo que a letra T hoje significa outro termo, diferente do anterior. Uma verdadeira sopa de letrinhas. Reflexo da diversidade de comportamentos ou preferências sexuais. Quando retiramos o S – de simpatizantes – da sigla da Parada não faltaram protestos – assunto que fica para outra edição –; por outro lado, choveram pedidos para contemplar outras, como P – de pansexuais – ou A – de amigos de gays. O termo atual que estamos utilizando é aquele que está convencionado nos modernos movimentos homossexuais internacionais: GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros. (...) **TRANSGÊNEROS:** termo*

novíssimo que reúne todas as pessoas que de certa forma apresentam características do outro sexo, que transcendem os gêneros, entre eles estão os travestis e os transexuais.” (Andrade, 1999:8. Grifos meus)

Uma breve busca nos arquivos disponibilizados na *internet* pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 2001, não mostrava nenhuma ocorrência do termo *GLBT* no ano de 1998. No ano de 1999, no entanto, houve 06 ocorrências do termo, que aumentaram para 38 no ano de 2000 e 32, até 23 de outubro (data em que realizei esse levantamento), no ano de 2001. Na maior parte dessas ocorrências, havia também referências ao *CORSA* e à *Associação da Parada* ou a alguns dos seus militantes. Os termos “transgênero” ou “transgêneros” tiveram 04 ocorrências no ano de 1998. No entanto, tais ocorrências não se referiam necessariamente a homossexualidade, ou diziam respeito à divulgação, por parte da coluna *GLS* da *Revista da Folha*, de eventos internacionais. No ano de 1999, porém, o número de ocorrências cresceu para 07, e, posteriormente, para 31 no ano de 2000 e 41 no ano de 2001, até a data do levantamento. Nesse caso, também, a maior parte das referências a tais termos estava em matérias que citavam a *Associação da Parada* ou o *CORSA*, o que indica que sua disseminação esteve associada ao aumento de visibilidade dos próprios grupos que os utilizavam.

De acordo com o que pude observar nas ocasiões posteriores em que tive contato com atividades do movimento, enquanto o *CORSA*, a *Associação da Parada* e os outros grupos que compunham o *Fórum Paulista* utilizavam o termo *GLBT*, os grupos que não eram aliados ao *CORSA* e a própria *ABGLT* não o utilizavam. Assim, a sigla *GLBT* foi, durante um certo período, e não posso afirmar que ainda o seja até hoje, uma marca que identificava grupos que, de algum modo, estavam próximos ao *CORSA* ou à *Parada* e se contrapunham à *ABGLT*. Isso indicava que, para além da indistinção e da mistura sugeridas pela idéia de *sopa de letrinhas*, havia um conflito entre militantes/grupos que se expressava na forma de uma “guerra de classificações”. Ao final do ano de 2001, soube, por um ex-militante do *CORSA*, que havia sido criada uma lista de discussões na *internet*, de associação restrita, que utilizava a sigla *GLBT* em seu nome. Essa lista se propunha a ser um espaço de discussão política e divulgação de informações do movimento em nível nacional, papel que, na avaliação dos grupos do *Fórum Paulista*, não era cumprido a contento pela

ABGLT. Além de cumprir esses objetivos, a lista permitia ampliar o leque de alianças dos grupos do *Fórum Paulista* e estender a área de influência de suas opiniões para fora do estado de São Paulo.

3.3. Inclusão e exclusão, duas faces de um mesmo processo

Conforme sugeri ao falar sobre as referências a *GLBT* e à categoria *transgêneros* na Folha de São Paulo, a nova sigla adotada pelo *CORSA* e pela Associação da Parada e as novas categorias classificatórias por ela introduzidas ganharam visibilidade fora do espaço específico das atividades do movimento. Isso não significou, no entanto, que fossem imediatamente incorporadas pelos militantes ou pelo público alvo das atividades dos grupos que a utilizavam.

A categoria *bissexuais* foi incluída, apesar de haver apenas indivíduos isolados que se identificassem como tal em atividades do movimento. No entanto, é digno de nota que, no âmbito das atividades internas do próprio *CORSA*, a presença de indivíduos que se identificavam como *bissexuais* ou aludiam práticas sexuais com pessoas de ambos os sexos continuava sendo, ocasionalmente, motivo para estranhamento e comentários negativos de freqüentadores desavisados. Mesmo por parte das lideranças, permaneciam brincadeiras maliciosas que faziam referência ao não-reconhecimento da legitimidade da adoção de uma auto-identidade “bissexual” por indivíduos que mantêm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, prevaleciam a associação entre “bissexualidade” e “enrustimento” e a resistência à flexibilidade de orientação e identidades sexuais permitida pelo sistema “assimilacionista” do “Brasil popular”, que estão fortemente enraizadas no ideário do MHB e no modelo de militância baseado na afirmação de identidades.

Em relação à adoção da categoria *transgêneros*, como já referi anteriormente, houve, inicialmente, uma reação bastante negativa, por parte de travestis e transexuais militantes, que não se reconheciam nessa categoria. Entre os freqüentadores de eventos promovidos pelo movimento, o estranhamento à categoria *transgêneros* também se fez perceber. No ano de 2001, numa atividade de rua promovida às vésperas da Parada, enquanto uma das lideranças do *CORSA* anunciava ao microfone o nome da Parada –

“Parada do Orgulho de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros” –, no meio da multidão, ouvi um grupo de rapazes comentando em tom jocoso: “Orgulho de *gays*, lésbicas, bissexuais e TRANSGÊNICOS?!???” Situações semelhantes, envolvendo o mesmo trocadilho com *transgêneros* e *transgênicos* – referência aos alimentos transgênicos, que ocupavam à época as páginas dos jornais – me foram relatadas diversas vezes, por diferentes pessoas que freqüentavam, sem grandes envolvimento com a militância, os eventos promovidos pelo movimento. Não cheguei a acompanhar os desdobramentos, entre os militantes que se identificavam como *travestis* ou *transexuais*, das discussões a respeito do uso do termo *transgêneros*. Sei apenas que o termo continua sendo utilizado e que tanto a sigla *GLBT*, quanto as categorias *bissexuais* e *transgêneros* continuam tendo seu uso reforçado pela própria visibilidade que a *Associação da Parada* e o *CORSA* têm alcançado.

No interior do *CORSA*, um dos impactos da adoção do termo *GLBT* foi um processo de questionamento a respeito de quais diferenças poderiam ser aceitas e/ou incorporadas e defendidas de acordo com seus ideais. O uso dos termos *bissexuais* e *transgêneros* foi questionado, a princípio, no interior de reuniões do *CORSA* e da própria organização da *Parada*, e justificado, textualmente, como adoção da forma utilizada internacionalmente. A utilização de tais termos abriu, no *CORSA*, meses após sua adoção, uma discussão com relação aos limites da inclusão. Nesse momento, várias reuniões tiveram como tema categorias específicas (*lésbicas*, *travestis*, *transexuais* e *bissexuais*), “discriminação interna”, nomenclaturas e exclusão/inclusão. O grupo fazia, assim, referência a uma outra faceta envolvida nos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas, às implicações que elas têm em termos de inclusão ou exclusão de comportamentos e a indivíduos que poderiam ser alvo da ação do movimento.

Nesse sentido, considero pertinente retomar a discussão sobre a necessidade de adesão a uma identidade pessoal ou coletiva, sobre as condições em que se fazem escolhas entre diversas alternativas existentes e sobre a impossibilidade de previsão de todos os efeitos dessas escolhas, que eu havia iniciado no final do segundo capítulo desta dissertação. De acordo com o que aponte ao falar sobre a escolha do nome do grupo, havia no discurso de seus fundadores uma série de ambivalências, entre elas um certo questionamento dos “rótulos” e uma tendência a valorizar experiências concretas de opressão/exclusão, que se alternava com a produção de uma coincidência entre experiências/comportamentos

concretos e categorias escolhidas para nomeá-los. Referi também que, na prática cotidiana do grupo, aos poucos, a idéia de compartilhar experiências de opressão/exclusão e de lutar contra elas passou a exigir que os indivíduos o fizessem a partir da autoreferência a uma das categorias listadas no nome do grupo. Assim, os anseios inclusivos, presentes na idéia de *cidadania*, deviam antes passar pela adesão a uma das identidades indicadas no sujeito político do grupo, que implicavam a idéia de *orgulho*. Nesses termos, qualquer alteração na lista de categorias alvo da ação, ou a renomeação de uma categoria, implica inclusão ou exclusão de indivíduos concretos. Além disso, como adverte Butler (1998a), a luta por cidadania baseada na “‘identidade’ como ponto de partida” tende a minar a solidariedade e produzir uma disposição à facciosidade e à normatização. Ou seja, ainda que a intenção dos ativistas do grupo, ao multiplicar as categorias que compõem o sujeito político que descreve o público pelo qual falam e atuam em favor, seja a de ampliar as possibilidades de inclusão, há um sério risco de dar início a uma discussão sobre o conteúdo descritivo de cada um dos termos e sobre o que os diferencia, o que tem um grande potencial de gerar conflitos entre os indivíduos que se reconhecem a partir de diferentes categorias e de operar normatizações a respeito de cada uma delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs explorar, utilizando como fio condutor os processos de construção e reconstrução de identidades coletivas, a dinâmica interna de um movimento social, o movimento homossexual, no Brasil dos anos 90. A pesquisa, realizada a partir da cidade de São Paulo, nos conduziu ao interior do *campo* do movimento homossexual da segunda metade dos anos 90. No decorrer dos três capítulos que compõem esta dissertação, várias idéias foram sendo tecidas, e gostaria, sem a pretensão de esgotar o debate engendrado pelos temas aqui levantados, de recuperar algumas delas.

No que diz respeito ao *campo* do movimento homossexual, este trabalho procurou explorar a importância das *conexões ativas* na configuração do movimento propriamente dito. A partir desse enfoque, procurei indicar - além do impacto do contexto mais amplo (redemocratização, abertura de espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil, epidemia da aids etc) e de influências globalizadas (desenvolvimento do individualismo, segmentação de mercado, envolvimento da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas sociais etc) - o papel desempenhado, nesse contexto, por atores ligados ao Estado e ao mercado no que toca à própria idéia da viabilidade de uma política de identidades homossexual no Brasil. Nesse sentido, a análise que conduzi, no capítulo II, a respeito do re florescimento do movimento homossexual nos anos 90, aponta para a importância, nesse processo, das políticas adotadas por agências estatais voltadas ao controle da epidemia de aids e do desenvolvimento de um mercado segmentado. Para além de estímulos diretos ao movimento, como destinação de recursos a suas atividades, tanto as agências estatais quanto o mercado segmentado têm contribuído para reforçar a adesão a um sistema classificatório segregacionista, imprescindível para que uma política de identidades homossexual se torne possível.

Além disso, procurei mostrar, a partir da análise da dinâmica interna do movimento, como atores ligados ao Estado e ao mercado, apesar de não serem percebidos como parte integrante do movimento em si, estão envolvidos cotidianamente em seus processos definidores. A própria necessidade de diferenciação do grupo *CORSA* em relação ao mercado, expressa na oposição entre *GLT* e *GLS*, é um exemplo que revela a importância e

a proximidade desse “outro”. Atores ligados ao mercado segmentado e às agências estatais relacionadas aos temas saúde e direitos humanos estão fortemente presentes no cotidiano do movimento e esta pesquisa reforça a importância de explorar essas conexões quando o objeto de estudo é a “sociedade civil” ou o “terceiro setor”. Essa necessidade de inclusão das *conexões ativas* na análise de movimentos sociais já estava presente na bibliografia sobre o tema, principalmente em autores como Santos (1977), Cardoso (1983), Boschi (1983), Fernandes (1995) e Doimo (1995). No entanto, a separação entre os estudos sobre movimentos sociais e sobre ONGs e a compreensão de que as ONGs fazem parte de um “terceiro setor”, que seria de certo modo “autônomo” e refratário ao Estado, têm dificultado a extensão dessa preocupação ao estudo das ONGs ou do “terceiro setor”.

Com relação à atenção dedicada, neste trabalho, ao mercado, e especialmente ao mercado segmentado, como uma das *conexões ativas* a serem valorizadas na análise de movimentos sociais, reconheço que está bastante ligada à especificidade do “objeto” desta pesquisa – a política de identidades homossexual. No entanto, acredito que enfocar as conexões com o mercado seja interessante em outros movimentos, como o feminista e o negro, além de ganhar importância mais geral no estudo de iniciativas da “sociedade civil” na medida em que crescem a idéia de *marketing social* e o apoio empresarial às atividades de organizações não-governamentais.

Com relação à separação, na literatura, entre os estudos sobre movimentos sociais e ONGs e à própria composição do movimento homossexual, gostaria de acrescentar algumas observações. O movimento homossexual propriamente dito é um campo de atuação híbrido, ou seja, congrega uma série de iniciativas com formatos institucionais bastante variados: grupos comunitaristas, setoriais de partidos políticos, ONGs, associações e, mais recentemente, até iniciativas de caráter religioso. Essa diversidade de formatos me impediu de tratá-lo a partir de uma abordagem que segregue os temas movimentos sociais e ONGs. No entanto, creio que esse “impedimento”, colocado pelo próprio objeto, tenha trazido algumas reflexões bastante interessantes para este trabalho. Ao ser impedida de classificar as iniciativas do movimento como grupos comunitários ou ONGs, pude perceber que, para além de formatos institucionais, *ONGs* e *grupos* são também modelos que funcionam como pólos de orientação entre os quais a maioria das iniciativas do MHB navega. Pude perceber ainda, o que ficou claro na análise do grupo *CORSA*, que a recusa ou o desejo de “tornar-se

uma ONG”, ou a auto-referência ou não a partir da identidade institucional de ONG, depende muito do significado que “ser uma ONG” tem para a entidade em questão, o que está intimamente ligado às relações que se estabelecem no interior do campo do movimento.

Com referência a essas relações e à dinâmica interna do MHB, creio que algumas observações finais bastante gerais podem ser feitas. Há algumas diferenças marcantes entre o movimento que observei e o descrito em análises sobre a “primeira onda” (MacRae, 1985; Silva, 1998) e sobre a “segunda onda” (Silva, 1993), embora, como assinalei no capítulo II, haja atualmente na experiência de grupos como o *CORSA* uma mistura de elementos dessas duas “ondas”. Em linhas muito gerais, posso dizer que houve: um sensível crescimento quantitativo e uma diversificação de formatos das iniciativas do MHB, a partir do início dos anos 90; um crescimento da importância das relações com o Estado e com o movimento em nível internacional; um quase completo abandono de características ligadas ao antiautoritarismo, como a recusa à definição de cargos e papéis de coordenação fixos; um crescimento da participação do movimento em fóruns e comissões que discutem legislação ou políticas sociais concernentes a seu público alvo; e um aumento da visibilidade do movimento na mídia e na sociedade. Essas alterações, friso novamente, não dependeram somente do movimento, mas de uma série de mudanças no contexto nacional e internacional e do impacto da entrada e da mudança na relação com outros atores presentes atualmente no campo do MHB. No âmbito interno dos grupos, foi possível identificar a crescente aproximação do modelo ideal das ONGs esboçado por Fernandes (1985) e suas implicações em termos de: redução do número de membros efetivos; criação de estruturas formais de organização interna; elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos; necessidade de apresentação de resultados; necessidade de expressar claramente objetivos e objetos de intervenção ou de reivindicação de direitos; profissionalização de militantes; maior capacidade e necessidade de comunicação e dependência de estruturas como sede, telefone, endereço eletrônico, computador; necessidade de integrar os militantes dentro de um discurso pragmático; adoção de técnicas de dinâmica de grupo em reuniões e atividades; preocupação em ter quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais.

No entanto, apesar de todas essas mudanças, a dinâmica interna baseada na reprodução dos grupos por fissão e nos conflitos inter-grupais descrita por MacRae (1985)

continua, de certo modo, bastante presente. O MHB permanece como um conjunto de entidades separadas, embora agora com formatos bastante diversificados, que não possuem uma coordenação central. Mesmo a tentativa de formação de uma associação nacional, que tivesse o papel de reunir e ser um espaço de discussão coletiva, acabou por criar apenas mais um outro grupo/entidade, com relação ao qual os pares mantêm relações de aliança ou conflito. Os grupos/organizações continuam surgindo a partir de “rachas” em grupos/organizações já existentes e do incentivo representado por atividades de entidades já estruturadas. Mas, além dessas, observei outra forma de surgimento de grupos/organizações: uma mesma entidade vai diversificando suas atividades e projetos e, a partir desses projetos, são criadas novas entidades, a princípio filiadas/aliadas à entidade de origem.

Os conflitos e processos de segmentação, bem como os processos de identificação e diferenciação entre os grupos/organizações do movimento e entre estes e os outros atores presentes no campo, continuam a ser um elemento central para a compreensão de sua dinâmica interna. Como vimos no capítulo III, uma novidade nesse sentido tem sido a formação de fóruns ou associações que reúnem grupos. Essas associações/fóruns, de acordo com o que observei, tendem a dar materialidade às relações de aliança ou conflito existentes entre os grupos/organizações do movimento em um dado momento.

No que se refere à relação entre os grupos/organizações, as observações realizadas em campo destoam do que sugere Fernandes (1985) ao falar das ONGs. De acordo com Fernandes (1985) a busca de financiamentos estatais ou internacionais, que são escassos, provocaria uma “competição difusa”, que poderia ser potencializada na medida em que diversas organizações compartilhavam uma mesma “clientela”. No entanto, se a necessidade de manter a “boa imagem frente aos financiadores” sugere uma relação de “evitação” e respeito a regras de convivência quando se trata das relações entre ONGs, essas regras mostraram-se bastante passíveis de desrespeito durante o período em que estive em campo. O fato de que o MHB seja um campo de atuação de ONGs ao mesmo tempo em que é um movimento, onde convivem organizações financiadas, organizações que não são financiáveis e outras que se recusam a sê-lo e onde o conflito é um elemento central, parece produzir uma outra dinâmica, na qual relações de “evitação” se alternam com confrontos abertos entre grupos/organizações.

Os processos de identificação e diferenciação, onde o próprio grupo ou organização é tomado como o melhor em contraposição aos outros, dos quais nos falou Pontes (1986) ao tratar do movimento feminista, ainda aparecem de modo muito central no MHB e explicam, em boa medida, a existência de conflitos abertos, ainda que estes sejam contrários aos próprios interesses de boa parte dos envolvidos. Essa dinâmica através da qual se elege um inimigo externo para garantir a unidade e a própria sobrevivência do grupo - geralmente entre os mais próximos, como sugeriu MacRae (1985) - ainda continua responsável pela fragilidade do movimento, inclusive porque, como vimos no capítulo III, ela parece necessária inclusive para que os grupos/organizações constituam sua visão a respeito de si mesmos e construam seu estilo de atuação.

Desse modo, se uma política de identidades homossexual se mostra agora muito mais viável - até pela própria expansão de um sistema classificatório segregacionista e pelo crescimento do movimento - do que no início dos anos 80, ela ainda apresenta parte das fragilidades apontadas pelos autores que se dedicaram a examiná-la naquele período. Mais que isso, com o crescimento do movimento e a ampliação de sua visibilidade e do leque de alianças com outros atores em âmbito nacional e internacional, os danos causados por tal dinâmica tendem a atingir proporções maiores.

Com relação aos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas, que foram meu fio condutor nesta pesquisa, gostaria também de tecer algumas considerações. A análise dos encontros do MHB e das mudanças na identidade coletiva utilizada para referir o sujeito político do movimento apontou para uma multiplicação das categorias utilizadas. Essa multiplicação tem por objetivo acomodar diferenças percebidas na “comunidade” e, em boa parte, está relacionada: 1) à inserção do movimento em fóruns que discutem legislação e políticas sociais e à necessidade decorrente de diferenciar públicos que possuem demandas específicas, e 2) à atuação através de projetos financiados, que também exigem uma delimitação clara do público alvo. No entanto, a análise dos processos de construção e reconstrução de identidades coletivas no grupo CORSA mostra uma outra face dessa segmentação/multiplicação de categorias. A criação de categorias ou a alteração do nome de determinadas categorias podem também manter relação com as dinâmicas de diferenciação e aliança às quais nos referimos acima, assumindo, não necessariamente mas potencialmente, o caráter de uma “guerra de classificações”. Nesse sentido, creio que seja

importante apontar o risco de surgirem, fruto de processos desse tipo, categorias hiper-reais, como aponta Ramos (1995) ao tratar das ONGs indigenistas, ou políticas inadequadas, como mostram Fonseca e Cardarelo (1999) ao abordar a formulação de “frentes discursivas” para a obtenção de direitos e analisar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente na FEBEM/RS. Afinal, como apontei no final do segundo e do terceiro capítulos desta dissertação, a questão da identidade tem se tornado crucial na política contemporânea, mas trata-se de algo muito delicado na medida em que a adoção de uma identidade coletiva depende de escolhas e os efeitos dessas escolhas envolvem variáveis que não estão sob controle de nenhum dos atores envolvidos.

A expansão de um sistema classificatório segregacionista no Brasil e, mais que isso, a proliferação de categorias observada na composição do sujeito político do MHB me parecem permitir a aplicação das reflexões elaboradas por Butler (1990; 1998a), que tem por “objeto” o movimento feminista norte-americano, ao movimento homossexual brasileiro sem medo de estar comparando coisas absolutamente diferentes. A política de identidades presente no MHB - baseada na proliferação de identidades estanques, cada uma delas referente a uma “condição”, que deve ser “assumida” pelos sujeitos para que se dê a atuação política do movimento - guarda certa proximidade com a política de identidades do movimento feminista tematizado por Butler, principalmente por lançar mão de sujeitos pré-discursivos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o empenho do *CORSA* no sentido de contemplar a “diversidade” através da inclusão em seu público alvo de várias homossexualidades já é provavelmente, como outras das iniciativas do movimento que surgem com a proposta de serem grupos mistos, fruto da diversificação de categorias ocorrida no movimento na primeira metade dos anos 90. Mas vale lembrar, ainda, que existe um outro modo de tratar as diferenças, de acordo com o qual são organizados grupos específicos para cada uma das categorias. Nesse último caso, bem como provavelmente no primeiro, existe uma série de variantes na forma como os grupos se constituem como mistos ou específicos. Entre os grupos formados por categorias específicas é mais comum encontrar exatamente a situação abordada por Butler em relação ao movimento feminista, no que diz respeito ao uso da identidade fixa “a mulher” como sujeito político. Já entre grupos com propostas semelhantes às que descrevi com relação ao *CORSA*, percebe-se uma

série da ambigüidades, até porque o reconhecimento de uma multiplicidade de diferenças e o desejo de acolhê-las por meio da idéia de diversidade passa a conflitar com os modelos de atuação disponíveis e com boa parte do referencial de militância existente. No caso do *CORSA*, se, por um lado, a categoria “*minorias sexuais*”, adotada pelos fundadores do grupo, é um termo que mostra um reconhecimento implícito de várias *homossexualidades* e demonstra a tentativa de criar um espaço de ação política para todas elas e, mais que isso, aberto a novas inclusões, por outro lado, a entrada no campo do movimento e os passos dados no sentido de legitimação do grupo e de seu modelo de ação fortaleceram-no organizacionalmente, mas paradoxalmente, colocaram-no mais próximo a um molde internacionalizado de política de identidades bastante baseado na experiência norte-americana.

Nesse sentido, a análise da experiência do *CORSA* na segunda metade da década de 90 permite perceber alguns dos dilemas colocados atualmente para o movimento em relação ao reconhecimento da pluralidade. Um deles se mostra presente na oscilação entre *diversidade e diferenças* ou, como apresentei a idéia no final do capítulo III, *cidadania e orgulho*. A Parada do Orgulho GLBT deste ano, por exemplo, expressou esse dilema ao escolher dois temas: por um lado, estava o “Educar para a diversidade” – que diz respeito à cidadania e permite, inclusive, uma aproximação com outros movimentos sociais e uma política mais “proativa”, nos termos de Castells (1997) – por outro estava a “visibilidade lésbica” – que diz respeito às diferenças, que, se tomadas de forma radical/essencial, podem, conforme adverte Butler (1998a), minar a unidade do movimento, gerar normatizações e exclusões e confrontar a própria idéia de respeito à diversidade. Não se trata aqui, assim como não é o caso em Butler, de refutar a utilização de categorias, visto que são necessárias à atuação política dos grupos/organizações, mas de enfatizar os riscos envolvidos numa abordagem essencializante.

Outro dilema é o de, por tratar de questões relativas à sexualidade, o que por si só já implica a idéia de diversidade, sob uma abordagem que toma diversidade como uma pluralidade de diferenças estanques, ter que alongar infinitamente a lista da categorias – e letrinhas - indicadas no sujeito político do movimento. Esse dilema já se fazia presente para os militantes do *CORSA*, por exemplo, quando as lideranças sentiram necessidade de delimitar o que teria o *status* de “coordenadoria” no grupo e o que funcionaria como “grupo

de trabalho” – num dado momento decidiu-se que *mulheres/ lésbicas* era uma coordenadoria e *negros* era um grupo de trabalho – ou quando limitavam o espaço de alguns debates sobre especificidades para que não fosse necessário criar, como disse um militante, “uma infinidade de coordenadorias como a dos gays, negros, efeminados que gostam de usar roupas de tal tipo ou a das lésbicas de classes populares que usam trancinhas”. Nesse sentido, a idéia de uma série de diferenças essenciais representadas por nomes – gay, lésbica, bissexual, transexual, travesti – e o debate pelo conteúdo descritivo de cada um desses termos, que se gerava a cada reunião em que eram trocadas experiências pessoais ou opiniões sobre aspectos ligados ao cotidiano de cada uma dessas categorias, tendiam a gerar a segmentação e, como já sugeria MacRae (1985), a normatização. Embora isso fosse, em certa medida, percebido com preocupação por algumas das lideranças e houvesse uma tentativa de reagir/controlar tais processos, eles estavam presentes no cotidiano do grupo. Do mesmo modo que, na prática cotidiana, aos poucos, a idéia de compartilhar experiências de exclusão/opressão e lutar contra elas foi se constituindo de modo a ter de passar, anteriormente, pela adesão a uma das identidades listadas como alvo da atuação do grupo, subordinando a *cidadania* ao *orgulho*.

No primeiro capítulo desta dissertação, fiz referência à idéia de Fernandes (1994) de que a categoria “povo” tenha sido substituída pela categoria “cidadão” no imaginário político brasileiro, e de que isso seja reflexo do reconhecimento de uma multiplicidade de identidades aglutinadoras colocadas sob a categoria “sociedade civil”. No entanto, é preciso lembrar que o pluralismo fundado em identidades baseadas em “atributos essenciais”, e não em escolhas, conforme indica Gellner (1996), é característico das “sociedades segmentárias” e não de uma “sociedade civil”. Nesse sentido, na medida em que se “tribaliza” as diferenças, o pluralismo, que é algo desejável, pode não levar necessariamente à cidadania, mas inclusive encaminhar-se para o comunitarismo sufocante. Construir a cidadania a partir do reconhecimento da diversidade, enfrentando o dilema entre *cidadania* e *orgulho*, me parece ser o desafio colocado atualmente tanto para o MHB quanto para todos os movimentos que se fundam em demandas específicas de uma “comunidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Dennis et al. *Homosexuality, which homosexuality?*. London: GMP Publishers, 1989.
- ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina. *Para além da democracia realmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos*. 1995. Trabalho apresentado ao GT Cultura e Política, XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1995. mimeo.
- AQUINO, Luis Octávio Rodrigues. Discurso lésbico e construções de gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n.1, p. 79-94, 1995.
- AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio A. P. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice; ANPOCS, 1991.
- AYRES, José Ricardo et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard. (Org.). *Sexualidades pelo avesso*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 49-72.
- BAIERLE, Sérgio Gregório. *Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. 1992. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.
- BOSWELL, John. Hacia un enfoque amplio: revoluciones universales y categorías relativas a la sexualidad. In: STEINER, George; BOYERS, Robert (Org.). *Homosexualidad: literatura y política*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- _____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, [198-?]. p. 59-73.
- _____. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- _____. Algumas questões sobre o movimento gay e lésbico. In: *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 143-149.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and subversion of identity*. London: Routledge, 1990.

- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998a.
- _____. Merely Cultural. *New Left Review*, London, n. 227, p. 33-44, jan./feb., 1998b.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Mujeres, cotidianidad y política. In: JELIN, Elisabeth. *Participación, ciudadanía e identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos*. Ginebra: UNRISD, 1987. p. 75-128.
- CARDOSO, Ruth Correia Leite. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-239.
- _____. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.
- _____. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.
- _____. Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 20, p. 74-80, mar. 1988.
- _____. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. "Eppur si muove...": *Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información – economía, sociedad y cultura*. La sociedad Red. Madrid: Alianza Editorial, 1996. v. 1.
- _____. *La era de la información – economía, sociedad y cultura*. El poder de la identidad. Madrid: Alianza Editorial, 1997. v. 2.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Os Movimentos Libertários em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 63-89.
- _____. A questão psicanalítica da identidade sexual. In: GRAÑA, Roberto B. (Org.). *Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 15-27.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.
- DEBERT, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo: T. A. Queiros, 1979.

- _____. Terceiro setor: percepções de mudança. In: FALCÃO, I.; CUENCA, C. Mudança social e reforma legal – estudos para uma nova legislação do terceiro setor. Brasília: UNESCO; Comunidade Solidária, 1999.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.
- DRUCKER, Peter. 'In the tropics there is no sin': sexuality and gay-lesbian movements in the third world. *New Left Review*, London, n. 218, p. 75-101, july/aug. 1996.
- DURHAM, Eunice R. Movimentos sociais, a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 10, p. 24-31, out. 1984.
- _____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-38.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino. *Émile Durkheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. p. 183-203.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer – uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- EVERS, Tilman. De costas para o Estado, longe do parlamento: os movimentos sociais alternativos na Alemanha Ocidental. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 25-39, abr. 1983.
- _____. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-22, abr. 1984.
- FACCHINI, Regina. *Ativismo social e sexualidade no Brasil: a militância e a prestação de serviços*. 1995. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Sociologia e Ciência Política) – Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: _____. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 07-48.
- FERNANDES, Rubem César. Sem Fins Lucrativos. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.
- _____. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n. 28, p. 15-34, jun. 1995.
- FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e dos menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História de sexualidade I. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- FRIEDMAN, Susan Stanford. Beyond white and other: relationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs*, Chicago, v. 21, n. 1, p. 1-49, 1995.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: ROBBINS, Bruce (Ed.) *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. p. 1-32.
- _____. From Redistribution to Reconignition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, London, n. 212, p. 68-93, 1995.
- _____. Heterosexism, Misrecognition and Capitalism: A Response to Judith Butler. *New Left Review*, London, n. 228, p. 140-149, mar./apr. 1998.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982a.
- _____. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: EULALIO, Alexandre et al. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982 b. p. 65-80.
- _____. Prefácio. In: PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 11-15.
- _____. Prefácio. In: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 11-15.
- _____. Por que o Brasil é diferente? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 11, n. 31, p. 178-182, jun. 1996.
- _____. Prefácio. In: GREEN, James. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. p. 9-15.
- GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- GANSON, Joshua. Must identity movements self-destruct? A queer dilemma. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. London, New York: Routledge, 1998, p. 589-604.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GELLNER, Ernest. *Condições da liberdade: a sociedade civil e seus rivais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade*. São Paulo. Ed. da UNESP, 1992.
- _____. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta, 1997.
- GREEN, James Naylor. "More love and more desire": the building of a brazilian movement. In: ADAM, Barry D.; DUYVENDAK, Jan Willem; KROUWEL, André. *The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1998.p. 91-109.

- _____. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, reações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos IFCH/UNICAMP*, Campinas, n. 18, fevereiro, 1998.
- HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality*. London: Routledge, 1990.
- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs e mujeres: la reinvención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995a.
- _____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p.7-41, 1995b.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard G., BARBOSA, Regina Maria (Org.) . *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.
- HERDT, Gilbert. *Same sex, different cultures: exploring gay and lesbian lives*. Colorado: Westview Press, 1997.
- HOBBSBAWN, Eric. Identity politics and the left. *New Left Review*, London, n. 217, p. 38-47, may/june 1996.
- KOFES, Maria Suely. *Mulher, mulheres – Diferença e igualdade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p.117-143, 1994.
- LANDIM, Leilah (Org). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LAQUEUR, Thomas. *La Construcción del Sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LAURITSEN, John; THORSTAD, David. *Los primeros movimientos en favor de los derechos homosexuales (1864-1935)*. Barcelona: Tusquets Editor, 1977.
- LEACH, Edmund R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.
- MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULALIO, Alexandre et al. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

- _____. *O militante homossexual no Brasil da "abertura"*. 1985. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Aids – prevenção ou novo tipo de segregacionismo?*. *Temas IMESC – Sociedade, Direito, Saúde*, São Paulo, vol.4, n. 1, p. 73-81, jul. 1987.
- _____. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MANTEGA, Guido (Coord.). *Sexo e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MATTOSO, Glauco. *Manual do Pedólatra Amador*. São Paulo: Ed. Expressão, 1986.
- MIRA, Maria Celeste. *O Leitor e a Banca de Revistas: o caso da Editora Abril*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MONTERO, Paula. Globalização, Identidade e Diferença. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p. 47-64, novembro, 1997.
- MUÇOUÇA, Paulo Sérgio. As ONGs: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, ano 10, p. 35-37, junho, 1995.
- ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, Vera. *Sem mágicas soluções: a prevenção do HIV e da AIDS como um processo de "emancipação psicossocial"*. 2001. Texto apresentado ao seminário Prevenção à Aids – limites e possibilidades na terceira década, Fortaleza, agosto de 2001. 2ª versão. mimeo.
- PARKER, Richard et al. *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1994a. (História social da AIDS, n. 2)
- PARKER, Richard *A construção da solidariedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.
- _____. Introdução. In: _____. (Org.) *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; ABIA, 1997. p. 07-15.
- _____. *Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. O desaparecimento da homossexualidade. In: LANCETTI, Antônio et al. *SaúdeLoucura 3*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 39-45.
- PIERUCCI, Flávio. Ciladas da Diferença. *Tempo Social*, São Paulo, v.2, n.2, p. 07-34, 2º sem, 1990.

- POLLAK, Michel. *Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.
- PONTES, Heloísa André. *Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RAMOS, Alcida Rita. O Índio Hiper-Real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n. 28, p. 05-14, jun. 1995.
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 41-73, abr. 1997a.
- _____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 103-150, out. 1997b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997.
- SANTOS, Carlos Nelson F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do Governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29-60, 1977.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.
- _____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1983.
- _____. (1994) Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção civil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.8, n.3, p. 06-14, jul./set. 1994.
- SCHILD, Veronica. New subjects of rights? Women's movements and the construction of citizenship in the “new democracies” In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.. *Cultures of politics/politics of cultures: revisioning latin american social movements*. Colorado: Westview Press, 1998.
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p. 11-27, 1994.
- _____. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n.16, fevereiro, p. 297-325, fev. 1998.
- SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- SILVA, Cristina Luci Câmara da. *Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos "homossexuais"*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SIMÕES, Júlio Assis. (1997) *Um novo ator político? Movimento de aposentados, solidariedade e risco social*. 1997. Texto apresentado para exame de qualificação (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. mimeo.
- SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. In: *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: IBASE; PNUD, 1992. p. 140-144. [Relatório do I Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas].
- SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy. Collective identity in social movement communities In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 104-129.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto. Políticas Públicas e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil. In: PARKER, Richard G.(Org.). *Políticas, Instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; ABIA. 1997. p. 43-68.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. *Polis*, São Paulo, n.14, p. 43-53, 1994.
- _____. As novas faces de cidadania: introdução. *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 1-7, jun. 1996.
- TERTO Jr., Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard G.; BARBOSA, Regina Maria (Org.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 90-104.
- _____. Soropositividade e políticas de identidade no Brasil In: BARBOSA, Regina M.; PARKER, Richard G. (Org.) *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999. p. 99-119.
- TÔRRES, Felipe Bazo. *Movimentos Sociais e Publicidade*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 1.ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- _____. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VALLINOTO, Tereza Christina. *A construção da solidariedade: um estudo sobre a resposta coletiva à AIDS*. 1991. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- VELHO, Yvone Maggie Alves. *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- WATERMAN Peter. El mundo feliz de Manuel Castells. *Nueva Sociedad*, Caracas, n.157, p.166-179, sep./oct. 1998.
- WITTIG, Monique. One is not born a woman. In: ABELOVE, H; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge, 1993. p. 103-109.
- WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992. p. 17-34. [Relatório do I Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas].
- YOUNG, Iris Marion. Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory. *New Left Review*, London, n. 222, p. 147-160, mar/apr. 1997.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1997.

Documentos do movimento, agências e governos citados no decorrer da dissertação

- ANDRADE, Wagner de. Sopa de Letrinhas. Parágrafo SP News. São Paulo: Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, ano I, n. 01, p. 8, out. 1999.
- APRENDA a se prevenir das DST/aids – Prevenção – Populações – Homens que fazem sexo com homens (HSH). BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/prevencao/hsh.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS. *Boletim da ABGLT*, ano 1, n.1, jun./ago., 1995.
- ATIVIDADES implementadas – 1993. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1993.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- ATIVIDADES implementadas – 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1994.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- ATIVIDADES implementadas – 1995. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1995.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- ATIVIDADES implementadas – 1996. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1996.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.

- ATIVIDADES implementadas – 1997. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1997.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- ATIVIDADES implementadas – 1998 (junho). BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1998.htm>. Acesso em: 30 jan. 2002.
- BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Salvador: Grupo Gay da Bahia, ano XII, n. 27, ago. 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Aids e sustentabilidade*: sobre as ações das organizações da sociedade civil. Brasília, DF, 2001. 130 p.
- COMISSÃO ORGANIZADORA DO VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE GAYS E LÉSBICAS. *"Manual de Apoio" do VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas e I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids*. Curitiba, 1995. [material distribuído aos participantes do encontro]
- CURSINHO ABRE VAGAS SÓ PARA GAYS E SIMPATIZANTES: vestibulando homossexual vai estudar de graça sem preconceito. *Notícias Populares*, São Paulo, 24 jan. 1999.
- DST/AIDS. CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais. Disponível em: <<http://www.grupocorsa.hpg.ig.com.br/frame01.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2002.
- ENT&. *Guia Oficial RIO 95 – 17ª Conferência Mundial da ILGA*. Rio de Janeiro: [s.n.], ano 1, n. 9, 1995
- GRUPO CORSA – *Programa de ação para gestão de 1998*. São Paulo: CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais. [s/d]. 02 p. [folheto de distribuição interna, provavelmente datado de nov. 1997]
- GRUPO cristão ordena pastores homossexuais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1998. Caderno São Paulo.
- IGREJA: Homossexuais serão ordenados pastores – Cerimônia será na Comunidade Cristã Gay na terça-feira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1998. Caderno São Paulo.
- INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION. GLBT Human Rights Annual Report 1997-98. Barcelona; Amsterdam: ILGA, Aug. 1998.
- INTERPRIDE – Who We Are & What We Do. International Association of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgendered Pride Coordinators, Inc. Disponível em: <<http://www.interpride.org/whoweare02.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2002.
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, ano 3, n. 36, mai. 1981. p. 3. [nota sem título]
- NUANCES – GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL. [Carta de avaliação do VIII EBGL]. 1995. Carta datada de 22 de fevereiro de 1995.
- PAIVA, Marcelo Rubens. Ato foi grito contra intolerância. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C10, 26 jun. 2000.

- PRECURSORES faziam culto em boate. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1998. Caderno São Paulo.
- REIS, Toni (Org.). Relatório do I Encontro Brasileiro de *Gays* e Lésbicas que trabalham com Aids e VIII Encontro Brasileiro de *Gays* e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade; Italprint, 1995. 199 p.
- RODRIGUES, Miriam Martinho (Org.). Relatório do II Encontro Brasileiro de *Gays*, Lésbicas e Travestis que trabalham com Aids e IX Encontro Brasileiro de *Gays*, lésbicas e Travestis. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, 1997. 120 p.

ANEXO I

Encontros financiados pelo Ministério da Saúde no período do "AIDS I"¹¹⁸.

Data	Evento	Local	Participação
21-24/04/1994	VI Encontro Nacional de ONG/Aids	Vitória/ES	150 representantes de 115 instituições
28-31/01/1995	VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas	Curitiba/PR	40 instituições
13-16/04/1995	VII Encontro Nacional de ONG	Salvador/BA	330 instituições, de 23 estados brasileiros
13-16/06/1995	III Encontro Nacional de Travestis e Liberados	Rio de Janeiro/RJ	150 participantes de 22 estados brasileiros
18-25/06/1995	17a. Conferência Internacional de Gays e Lésbicas - <i>ILGA</i>	Rio de Janeiro/RJ	450 instituições de 60 países e cerca de 1.200 participantes
02-05/11/1995	II Encontro de ONG/Aids da Região Sul	Curitiba/PR	100 participantes e 28 instituições
04-07/04/1996	VIII Encontro Nacional de ONG/Aids	São Paulo/SP	300 instituições
25-28/06/1996	IV Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com Aids	Rio de Janeiro/RJ	120 participantes
29/08-01/10/1996	I Seminário Nacional de Prevenção as DST/Aids entre Lésbicas	Rio de Janeiro/RJ	100 mulheres
10-13/10/1996	VI Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com Aids	Rio de Janeiro/RJ	cerca de 750 pessoas
21-31/01/1997	II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que Trabalham com Aids	São Paulo/SP	300 participantes
04-06/04/1997	III Encontro de ONG/Aids da Região Sul	Porto Alegre/RS	50 instituições e aproxim. 100 participantes
04-06/04/1997	IV Encontro Estadual de Travestis que Trabalham com Aids	Rio de Janeiro/RJ	40 participantes
19/23/04/1997	IX Encontro Nacional de ONG/Aids	Brasília/DF	350 participantes
15-16/05/1997	I Congresso de DST/Aids de Colombo	Colombo/PR	300 participantes
8-9/05/1997	I Seminário Paulista de DST/Aids no Local de Trabalho	Ribeirão Preto/SP	100 representantes de 80 instituições
13-15/06/1997	I Educaids	São Paulo/SP	1.500 educadores
25-27/06/1997	V Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Trabalham com Aids	São Paulo/SP	160 participantes
25/07/1997	II Seminário sobre Aids do Vale do Paraíba	São José dos Campos/SP	100 participantes

¹¹⁸Fontes: http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1993.htm; http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1994.htm; http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1995.htm; http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1996.htm; http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1997.htm; http://www.aids.gov.br/prevencao/ong/atividades_implementadas_1998.htm, consultadas em 30/01/02.

24-26/11/1997	III Encontro Nacional de Técnicos em Juventude	Rio de Janeiro/RJ	200 participantes
25-28/11/1997	II Seminário Nacional de Lésbicas/Saúde e Cidadania	Salvador/BA	100 participantes
24-26/11/1997	II Fórum Irmãos da Solidariedade	Rio de Janeiro/RJ	100 participantes
06-08/03/1998	III Encontro Estadual de Prostitutas	Fortaleza/CE	120 participantes
16-19/03/1998	I Encontro Nacional de Experiências Preventivas	Colônia/PI	100 participantes
19-21/03/1998	IV Encontro de ONG/Aids da Região Sul	Londrina/PR	100 participantes
16-19/04/1998	I Encontro de Prevenção às DST/Aids	Rio de Janeiro/RJ	cerca de 200 mulheres

ANEXO II

Apresentação dos grupos do movimento homossexual paulistano – 1997-1999

Na cidade de São Paulo, entre o final do ano de 1996 e meados de 1999, tive contato com 15 grupos/organizações militantes voltados para o tema homossexualidade. Esses grupos compareciam aos eventos do “movimento organizado” ou tinham seus nomes listados pela *ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis*, ou em revistas gays que publicam endereços de grupos de militância: o *CAEHUSP – Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP*, o *CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo*, o *CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor Grupo de Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais*, o *GGLPSTU – Grupo de Gays e Lésbicas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*, o *NGLPT – Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores*, o *Projeto Etcétera e Tal*, a *Rede de Informação Um Outro Olhar*, o *Grupo Ação*, o *MGI – Movimento Gay Independente*, a *Comunidade Cristã Gay*, o *Dudu-Adé*, o *AmorYgual*, a *Associação da Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo*, a *Associação Brasileira de Transexuais* e a *Comunidade Cristã Metropolitana*.

O *GGLPSTU* e o *NGLPT* eram parte da estrutura interna de partidos políticos e freqüentavam as atividades do movimento, sendo reconhecidos como grupos do movimento homossexual. O histórico da relação entre partidos de “esquerda” e movimento homossexual no Brasil acompanha a própria trajetória do movimento, estando presente desde o final da década de 70, quando a Convergência Socialista – que, a partir de 1980, viria a fazer parte do Partido dos Trabalhadores – mantinha vínculos com o movimento homossexual através de sua Fração Homossexual. Essa relação entre movimento e partidos políticos se modifica bastante ao longo do tempo e, falando muito grosseiramente, poderia se dizer que passa de uma certa hostilidade por parte de segmentos presentes num momento de ênfase antiautoritária no movimento, para uma relação mais próxima de uma idéia de cooperação, na medida em que se percebe uma abertura de espaços de interlocução com o Estado e de encaminhamento de demandas da “sociedade civil” por via de parlamentares, conselhos e

outros canais de comunicação com o Estado. Considero que a passagem da ênfase da idéia de “povo” para a de “sociedade civil” (Fernandes, 1994) no imaginário político brasileiro e a força que a idéia de “cidadania” vem ganhando na retórica tanto de políticos de vários partidos quanto na de militantes, e também na mídia, tenha grande importância nas mudanças observadas nessa trajetória. Tradicionalmente, o movimento homossexual tem uma relação mais próxima com partidos ou tendências internas de partidos de orientação trotskista, mas com a adesão de outros partidos e tendências a um discurso que enfatiza idéias como democracia, cidadania e luta contra as desigualdades sociais, as articulações e o diálogo têm se ampliado. No entanto, com exceção dos grupos que fazem parte de estruturas partidárias e do caso específico do MGI, os outros se colocam como suprapartidários e estabelecem contatos de maior ou menor proximidade ou hostilidade em relação a partidos e políticos de acordo com o contexto.

O *NGLPT* foi fundado em 1992, inicialmente com o nome de *GHPT Grupo de Homossexuais do PT*. Era um grupo misto, realizava suas reuniões em espaços físicos do partido, abrigando militantes de diversas tendências internas e apresentava como objetivos ser “um espaço de reflexão crítica sobre o movimento” e de formulação de propostas de políticas específicas a serem incorporadas ao programa do partido e trabalhadas junto aos espaços de participação da “sociedade civil” no parlamento, como, por exemplo, as comissões de direitos humanos. Em 1993, por ocasião das discussões em torno do VII EBLHO e da inclusão da categoria “lésbicas” no nome do movimento, passou a chamar-se *NGLPT*. Este grupo passou por diversas formações e seus membros mais constantes eram poucos. Vivia às voltas com dificuldades de sustentação financeira de suas atividades, limitada pelo fato de ser parte de uma estrutura partidária – não podendo recorrer a financiamentos externos do mesmo tipo que os obtidos por outros grupos – e contar com um número relativamente pequeno de filiados ativos e/ou contribuintes. Embora reconhecido oficialmente pelo partido enquanto núcleo temático e elo de ligação e participação no movimento homossexual e participar da Central de Movimentos Populares, o grupo consumia boa parte de suas energias enfrentando o que um dos membros diagnosticava como “manifestações de machismo dos nossos companheiros”. Apesar das dificuldades, mantinha uma presença ativa nos eventos e discussões do movimento em âmbito local e nacional e uma posição muito crítica em relação a pontos como a

“sustentação do movimento através de verbas públicas destinadas a prevenção e tratamento da aids” e ao “carreirismo” e “personalismo” que atribuíam a alguns militantes e projetos do movimento em nível nacional. Foi filiado à *ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* – e esteve representado no colegiado de secretários/as que tem o papel de dirigir a associação nos dois mandatos existentes até o período em que estive em campo. Nela possuía uma posição apartada do centro das decisões, marcada por desconfianças e críticas de ambos os lados.

O *GGLPSTU* também era parte da estrutura interna de um partido. Não tenho informação precisa sobre a data de sua fundação. A primeira referência que encontrei sobre esse grupo foi uma carta de saudação aos participantes do VIII EBGL (Curitiba, 1995). Segundo essa carta, a organização do grupo data do próprio congresso de fundação do PSTU, em maio de 1994. O grupo participava da maior parte das atividades coletivas realizadas pelo movimento e em geral era representado por seu principal articulador, que também participava do “movimento negro” e mantinha interlocução com o “movimento sindical”. Mantinha relações próximas com outros “grupos homossexuais” no interior de São Paulo e outros estados, também formados a partir de militantes do partido. Também tenho poucas informações sobre as atividades do grupo, até onde pude acompanhar, parece se pautar por uma tônica de dar visibilidade à questão “homossexual” no interior de outros movimentos sociais e do próprio partido, através de realização de debates, publicação de artigos nos meios de comunicação do partido e do incentivo de formação de “grupos homossexuais”.

A *Rede de Informação Um Outro Olhar* e o *CFL* podem ser categorizados como grupos exclusivamente lésbicos, que se constituíram enquanto ONGs e têm projetos de intervenção social financiados por agências nacionais e/ou internacionais. Ambos têm, entre suas coordenadoras, militantes presentes no movimento desde o fim da década de 70, e mantêm entre si uma relação de antagonismo construída naquele período.

A *Rede Um Outro Olhar* tinha, entre suas coordenadoras, militantes que passaram pelo *LF* (Lésbico-Feminista, subgrupo do grupo *Somos/SP*) e pelo *GALF* – Grupo de Ação Lésbico Feminista, um dos poucos grupos brasileiros que atravessou a década de 80, estando presente nas pesquisas de Pontes (1986) e MacRae (1985). De acordo com entrevista que realizei com suas coordenadoras em 1995, *Rede de Informação Um Outro*

Olhar seria o nome adotado a partir da reformulação do projeto do *GALF*, em 1990, quando foi feito seu registro como ONG. Além das atividades voltadas à prevenção de DSTs/AIDS que desenvolve, a *Rede* publicava uma revista com periodicidade quadrimestral, continuando a proposta que já estava presente desde a época do *GALF*, quando produziam um jornalzinho chamado *ChanaComChana* e posteriormente a revista *Um Outro Olhar* e mantinha, em sua sede, um centro de informação com livros e documentos relativos à “homossexualidade”, “movimento homossexual” e “lesbianidade”, em específico. Filiou-se à *ABGLT* em sua fundação e detinha, na primeira gestão, dois cargos de secretaria, um deles central: a representação lésbica na secretaria geral da associação. Afastou-se da entidade em 1997, segundo o que consta nos próprios materiais produzidos pelo grupo.

O *CFL* foi formado em São Paulo, no ano de 1990 e adotou o formato institucional de ONG a partir de 1995. Os documentos de apresentação do grupo enfatizam o fato de que seja integrante tanto do “movimento feminista”, quanto do “movimento de gays e lésbicas”, tendo como objetivo fundamental a “luta contra a opressão da mulher” sem o que “não se torna possível construir a cidadania das mulheres brasileiras e das lésbicas em particular”. Entre suas coordenadoras estão também militantes que iniciaram suas atividades no movimento homossexual na década de 70. No período em que estive em campo, o grupo desenvolvia projetos voltados para: prevenção às DST/Aids junto a “mulheres e adolescentes privados de liberdade” (presidiárias e internos da FEBEM); orientação e assistência jurídica gratuita para mulheres doentes de aids recolhidas no sistema prisional e lésbicas vítimas de violência e discriminação. Realizavam suas atividades numa sede dividida com a *União de Mulheres*, grupo do “movimento feminista”. O grupo não era filiado à *ABGLT*, tendo sido um dos que se manifestou contrariamente a sua fundação, no VIII EBGL (Curitiba, 1995).

O Projeto *Etcétera e Tal*¹¹⁹ tem sua origem num grupo formado no início da década de 90, a partir de uma pesquisa sobre discriminação a homossexuais em serviços médicos/psicológicos realizada por um médico argentino, fixado no Brasil na primeira metade da década de 80, que aqui realizou estudos e passou a atuar na área da psicanálise, numa linha lacaniana. O primeiro grupo, articulado através da divulgação de sua pesquisa,

¹¹⁹ Fontes: entrevista com um dos coordenadores do projeto e observação.

não possuía nome, era formado na maioria por profissionais de saúde e universitários não exclusivamente autodefinidos como “homossexuais”, que se propunham a discutir a questão da “homossexualidade”. De acordo com entrevista concedida pelo referido psicanalista, à saída, desse primeiro grupo, daqueles que se denominavam heterossexuais, formou-se o *Etcétera e Tal*, que atuou junto a vários serviços e projetos de outras instituições voltadas para o trabalho com sexualidade (*Projeto Bela Vista*, *Instituto Kaplan* e *Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana – SBRASH*, entre outros). Esse grupo passou por várias formações e processos de redefinição de seu papel no espaço da militância, participando, desde 1993, de eventos e atividades do movimento homossexual. Quando tive meus primeiros contatos com materiais do grupo, em 1995, ele se definia como um projeto voltado para o “estudo das relações de gênero em minorias sexuais” com a proposta de desenvolver pesquisas, cursos, palestras, internos e externos, e oferecer espaço psicoterápico não exclusivo ou separado às “minorias sexuais”, em atendimentos individuais e/ou num projeto de análise em grupos denominado “Grupanálise”. Entre 1998 e meados de 1999, vinha trabalhando com um projeto denominado “Psicanálise e Sociedade”, mantendo as atividades de atendimento a grupos e pessoas individualmente e desenvolvendo grupos de estudos e seminários. A maior parte das atividades se organizava a partir do próprio espaço físico do consultório, onde trabalhavam três profissionais. Em torno desse grupo, que tinha como núcleo psicólogos e psicanalistas que trabalhavam em conjunto, circulavam uma série de profissionais e estudantes de nível universitário, vindos de várias áreas das ciências humanas e da área da saúde e militantes de vários movimentos sociais. A partir de alguns então analisantes do Projeto Grupanálise, foi fundado o Grupo *CORSA*, em 1995. O *Etcétera e Tal* filiou-se à *ABGLT* desde sua fundação, embora nunca tenha tido nenhum cargo em sua diretoria. Tinha também personalidade jurídica como organização da sociedade civil sem fins lucrativos, tendo tentado, sem sucesso, conseguir financiamentos para projetos de intervenção. No entanto, o fato de que esse grupo fosse uma ONG não era sequer citado no material produzido e os coordenadores do grupo se mostravam muito críticos com relação às possibilidades de trabalho financiado então existentes.

O *CAEHUSP* era uma ONG e surgiu a partir da reformulação da proposta do *GLUSP – Gays e Lésbicas da USP* –, grupo que fazia atividades de sociabilidade entre *gays* e *lésbicas* na USP, no início dos anos 90 (até 93) e do *CEHUSP – Centro de Estudos*

Homoeróticos da USP, que teve atividades entre, aproximadamente, 1994 e 1995. Havia um único membro ativo do grupo que passou por todas essas iniciativas na USP, coordenador geral do grupo até março de 1998 e “candidato gay” a vereador por São Paulo na eleição de 1996. Esse grupo passou por diversas oscilações entre ser um espaço de discussão acadêmica para estudantes de temáticas ligadas ao “homoerotismo” e ser um grupo de militância homossexual. No ano de 1997, quando tive maior contato com o grupo, ele realizava reuniões abertas semanais, que eram freqüentadas por estudantes de várias universidades públicas e privadas e por pessoas interessadas em fazer ativismo e/ou “conhecer outros homossexuais”. Durante o ano de 1999, os documentos produzidos pelo grupo o definiam como uma ONG, mas até então havia obtido apenas pequenos financiamentos muito pontuais para projetos de prevenção à aids ou “direitos humanos” realizados no interior da própria universidade. O CAEHUSP possuía apoio da Universidade de São Paulo, em cujas dependências realizava suas reuniões, seminários, debates, eventos culturais e publicava, de forma irregular, boletins e revistas, atividades para as quais procurava também apoio material junto a elementos do mercado e membros do grupo. Essas atividades e as reuniões de cunho mais “acadêmico” foram suspensas por alguns meses por ocasião do apoio à formação, por parte de membros do grupo, da *Comunidade Cristã Gay*¹²⁰, o que, segundo depoimentos dados na ocasião a jornais, causou a perda do espaço utilizado para as atividades no prédio da USP da R. Maria Antônia. Em 1998, o grupo alugou uma sede no centro da cidade juntamente com outros grupos homossexuais e voltou a divulgar a realização de debates/seminários. Em 1999, iniciou um projeto de trabalho em torno de um cursinho pré-vestibular voltado para “homossexuais” e simpatizantes¹²¹. O grupo era um dos membros fundadores da ABGLT e tinha inicialmente a vaga de secretaria adjunta de informação, passando logo depois para o cargo principal da secretaria de informação da associação, mantendo representantes no secretariado na segunda gestão da

¹²⁰ A esse respeito, ver matéria publicada na *Folha de São Paulo* de 21/06/98, no caderno *São Paulo*: “Precursores faziam culto em boate – Como ocorreu com a Igreja de Cristo, os primeiros seguidores da *Comunidade Cristã Gay* foram poucos e tiveram dificuldades para encontrar um lugar de reunião. A comparação é feita pelos fundadores da comunidade, criada em outubro a partir de debates promovidos pelo Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP. Segundo eles, o grupo teve de deixar o prédio da USP, na rua Maria Antônia, assim que cresceu o número de participantes. Passaram a celebrar os cultos em uma boate nos horários em que a cada estava fechada. Até que o salão da região central foi alugado.”

¹²¹ A esse respeito, ver matéria no jornal *Notícias Populares* de 24/01/99: “Cursinho abre vagas só para gays e simpatizantes: vestibulando homossexual vai estudar de graça sem preconceito”

entidade. No período em que estive em campo, de 1997 a 1999, o *CAEHUSP* era o grupo de São Paulo mais identificado com a *ABGLT*, sendo seu coordenador visto pelos outros militantes como o principal representante da associação na cidade de São Paulo.

O *Grupo Ação* também era um grupo misto, composto por *gays* e lésbicas, e foi formado a partir de uma dissidência do *CORSA* em meados de 1997. Tinha como proposta inicial atuar de modo mais direto frente a casos de discriminação e violência por “orientação sexual”, oferecendo apoio jurídico a quem os procurasse. Suas primeiras atividades foram festas, que buscavam dar visibilidade ao grupo. Colaborou na organização de um pequeno *Ato pela Visibilidade Lésbica*, puxado pela então *Coordenadoria de Mulheres* do *CORSA*, no 29 de agosto – dia da visibilidade lésbica – de 1997 e na organização da edição de 1998 do *Mix Brasil*. Sofreu várias cisões e realizava reuniões com frequência variável, em locais diversos, até alugar, no final do primeiro semestre de 1998 uma sede junto ao *CAEHUSP*. Até então, vinha se pautando pela exposição de alguns de seus membros na imprensa e organização de eventos de sociabilidade e/ou debates em bares e boates a fim de aproximar pessoas e reiniciar um trabalho voltado para a assistência jurídica. Segundo informações de duas das coordenadoras do grupo no final de 1998, o *Ação* vinha realizando atividades abertas semanais, que teriam uma quantidade maior de mulheres do que de homens. Depois disso, não tive mais informações sobre o grupo e nem sobre o fato de que tenha ou não adotado o formato institucional de ONG. Filiou-se à *ABGLT* em 1998, quando uma das coordenadoras do grupo passou a representar a secretaria adjunta de lésbicas da entidade.

O *MGI* veio a meu conhecimento em fevereiro de 1998, por ocasião da chegada, numa reunião de organização da Parada do Orgulho GLT/98¹²², de um pré-candidato a

¹²² Evento que teve a primeira tentativa de organização em São Paulo por ocasião do dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho Gay, que retoma os acontecimentos de Stonewall, marco do nascimento do moderno movimento homossexual norte-americano) de 1996. Mas só ocorreu efetivamente no 28 de junho de 1997, com a presença de cerca de 2 mil pessoas, que fizeram o percurso entre a Av. Paulista e a Praça Roosevelt, tradicional ponto do “gueto gay” paulistano, na época freqüentado por *gays* de nível sócio-econômico baixo. Vários grupos de SP reuniram-se periodicamente desde agosto de 1997 para realizar a Parada de 1998. A Comissão Organizadora da II Parada do Orgulho GLT – de *Gays*, Lésbicas e Travestis – tinha por objetivo também ser um fórum dos “grupos homossexuais” de São Paulo. Ao longo dos dez meses de preparativos a comissão foi se esvaziando, sendo, ao final, promovida apenas pelo Grupo *CORSA*, pelo *NGLPT* e por ativistas independentes, entre os quais estavam membros de um grupo de sociabilidade, que promovem festas GLS – para *gays*, lésbicas e simpatizantes – na zona leste da cidade e membros do movimento anarco-punk, que apoiaram a organização da Parada desde 1996. Em 1998, a Parada contou com a presença de cerca de 7 mil participantes e prolongou seu percurso até a Praça da República. Após esse sucesso, a organização da Parada de 1999 decidiu criar uma associação para organizá-la. As observações

Deputado Federal pelo PSDB, que se apresentou distribuindo o jornalzinho de sua pré-candidatura e um calendário com propaganda eleitoral. O grupo parecia estar bastante vinculado à candidatura e/ou ao pré-candidato, visto estar organizado no bairro do mesmo, um “cabeleireiro da zona norte” da cidade – como se apresentava –, e nunca ter sido registrado nas atividades conjuntas do movimento. Depois dessa primeira aparição, o grupo esteve representado em praticamente todos os eventos conjuntos dos grupos militantes, sempre registrando por meio de foto ou vídeo a sua presença. A última vez em que tive notícias do grupo, foi por ocasião da justificativa da ausência do pré-candidato na Parada GLT de 1998, pois coincidiria com a convenção do PSDB. Não obtive notícia se a candidatura foi aprovada pelo partido. Ele seria o único “candidato gay” ligado ao movimento homossexual na cidade de São Paulo para aquela eleição.

O *Dudu-Adé – Coletivo de Homossexuais Afro-Brasileiros* – surgiu em junho de 1997, a partir da saída de membros da Coordenadoria de Negros do *CORSA*, com o objetivo de ser um espaço específico para a luta contra “o racismo, desigualdade racial e homofobia”, pretendendo também manter um boletim, promover debates e atuar na prevenção às DST/Aids. Inicialmente, reunia-se na sede da *APTA*, mesmo local em que já se reunia o *CORSA*. Posteriormente, mudou-se e, em meados de 1999, não tinha local fixo para suas reuniões. Passou por cisões internas e situações de instabilidade. Oito meses após sua fundação, um dos membros do grupo informava que teria encerrado suas atividades. Em meados de 1999, num encontro casual com seu principal articulador, recebi informação de que o grupo continuava realizando atividades como debates em locais diversos, que vinha passando por dificuldades materiais e que não havia ainda obtido “registro como ONG”. Filiou-se à *ABGLT* em 1998.

O *Grupo Brasileiro de Transexuais* foi criado em 1995, a partir de transexuais que já estavam presentes no MHB e funcionava mais como uma rede de conexão entre transexuais de diferentes cidades e estados e canal de expressão de demandas específicas no interior do movimento.

O *Grupo AmorYgual* chegou a meu conhecimento numa assembléia da *ABGLT* realizada em 1998. Não sei afirmar com certeza se era um grupo novo ou uma iniciativa

isolada que passou a frequentar os espaços e atividades do movimento. Em 1998, foi filiado como membro colaborador da *ABGLT*. Não possui maiores informações a seu respeito ou sobre as atividades que realiza.

A *Comunidade Cristã Gay* é uma entidade de caráter religioso formada a partir de contatos estabelecidos num debate sobre “A Igreja e os Preconceitos Seculares”, no interior do módulo “Os Homossexuais” do evento *Direitos Humanos no Limiar do Século XXI*, no mês de setembro de 1997. Esse evento foi realizado através de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP e o *CAEHUSP* e a partir daí foi se delineando a proposta da criação de um grupo religioso. A princípio a *Comunidade Cristã Gay* realizava suas reuniões nas dependências da USP Maria Antônia, mas com a visibilidade alcançada pela entidade, tanto ela quanto o *CAEHUSP* tiveram de deixar de se reunir nesse local. Posteriormente, passaram a utilizar o espaço físico de uma boate para as celebrações, até que ambos os grupos alugaram uma sede no centro da cidade. Em junho de 1998, a *Folha de São Paulo* noticiava a ordenação de dois pastores na Comunidade¹²³, presidida pelo pastor Nehmias Marien, da Igreja Presbiteriana de Bethesda, do Rio de Janeiro. Ambos os pastores ordenados eram professores de teologia, um deles em um seminário da *Assembléia de Deus* e o outro – que também foi membro-fundador do Grupo *CORSA* – num seminário católico. Poucos meses depois da ordenação, há uma cisão entre os coordenadores da entidade e os pastores ordenados se separam do grupo, levando consigo uma parte dos fiéis. Com a saída dos pastores, a Comunidade continua suas atividades numa linha mais “ecumênica”, mantendo para si o nome inicial. A *Comunidade Cristã Gay* filio-se à *ABGLT* em meados do segundo semestre de 1998.

Da cisão na *Comunidade Cristã Gay*, surgiu a *Comunidade Cristã Metropolitana*, que utilizava o mesmo nome da “igreja homossexual” norte-americana. Logo após a cisão, o grupo passa a se reunir na sede da *APTA – Associação para Prevenção e Tratamento da Aids* –, onde se reunia o Grupo *CORSA*. No entanto, não conseguem permanecer na sede durante muito tempo. Algumas semanas depois da chegada da Comunidade, a sede da *APTA* passou a ter o acesso restringido pela zeladoria do prédio e os grupos e ONGs que

¹²³ A esse respeito ver *Folha de São Paulo*, caderno *São Paulo*, de 15/06/98 – “Grupo cristão ordena pastores homossexuais” – e de 21/06/98 – “Igreja: Homossexuais serão ordenados pastores – Cerimônia será na Comunidade Cristã Gay na terça-feira”

alugavam a sede tiveram que procurar outro espaço. Posteriormente, a *Comunidade Cristã Metropolitana* compartilhou um espaço na sede do *GIV – Grupo de Incentivo à Vida* – outra ONG-Aids. A proposta da *CCM* era muito mais a de ser um espaço religioso, uma igreja. Assim, diferenciava-se marcadamente do perfil de atuação que tinha a *CCG*: depois da cisão, não apareceu mais na imprensa e apenas seus membros e fiéis participam de atividades individualmente do movimento homossexual. A atuação da *CCM* privilegiava a vida interna da comunidade de fiéis, realizando outras atividades durante a semana além dos cultos nos domingos à tarde. Além dos pastores ordenados na época da *CCG*, juntaram-se à Comunidade alguns pastores vindos de outras igrejas, que, no entanto, não necessariamente deixavam as atividades das igrejas de origem. No início das atividades da *CCM*, ainda na *APTA*, freqüentavam os cultos cerca de 40 a 60 pessoas. Essas pessoas pareciam já vir de outras igrejas, a maioria de igrejas evangélicas, conheciam bem a Bíblia e os hinos e dominavam os códigos do ritual. Algo que me chamou bastante atenção foi a proporção de mulheres em relação aos homens: as mulheres eram aproximadamente 40 a 50% dos presentes. Não tenho informação mais recente sobre o perfil dos freqüentadores. Ao contrário do *CORSA*, que interferia muito pouco no espaço em que se reunia, os membros da *CCM* chegavam mais cedo e transformavam completamente o espaço: o chão era varrido, as cadeiras – que eles mesmos trouxeram para o lugar – eram colocadas em duas colunas, na mesa haviam vários símbolos religiosos – cálice, menorah, trigo – um retroprojektor era utilizado para que as pessoas acompanhassem a letra dos hinos, Bíblias eram dispostas sobre as cadeiras, alguns fiéis traziam instrumentos musicais e havia um pedestal como os utilizados nas igrejas atrás do qual os pastores se colocavam para falar. Apenas o pastor de formação católica se paramentava e as partes do culto eram divididas entre os pastores. A ênfase mais geral nos discursos era a do direito a vivenciar sua orientação sexual e a fé cristã.

A *Associação da Parada do Orgulho GLBT* – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros – de São Paulo foi fundada no início do primeiro semestre de 1999 com o objetivo de organizar os eventos comemorativos do “Orgulho Gay” na cidade. Realizava, em 1999, reuniões semanais na sede da *Ação da Cidadania* – que na época era também a sede do Grupo *CORSA* – e estava providenciando o registro de seus estatutos como associação civil sem fins lucrativos e sua inscrição no CNPJ. A proposta de sua fundação

surgiu após o sucesso obtido pelos organizadores em 1998, quando o programa Fantástico (Rede Globo) levou a informação de que havia reunido mais de 7000 participantes, e era justificada com a necessidade de “registrar o nome” do evento e pelo aumento da possibilidade de obter apoio material para sua realização.

ANEXO III

Entrevistas realizadas com ativistas ligados ao CORSA

Nome ¹²⁴	Inserção no movimento ¹²⁵	Idade ¹²⁶	Escolaridade	Ocupação	Data da entrevista
Danilo	ex-colaborador do CAEHUSP e frequentador esporádico do CORSA nos anos de 1997 e 1998	26 anos	superior completo- Jornalismo	jornalista	14/06/98
Adolfo	coordenador do Projeto Etcétera e Tal	42 anos	superior completo -Medicina	psicanalista	26/06/1998
Levi	presidente do CORSA desde a fundação até o final de 1996	24 anos	superior completo- Psicologia	agente de saúde em ONG-aids	03/07/1998
André	presidente do CORSA durante o ano de 1997	25 anos	nível médio completo	agente de saúde em ONG-aids e técnico em informática	06/07/1998
Carlos	Secretário geral do CORSA durante o ano de 1997, presidente do CORSA nos anos de 1998 e 2000 e membro do NGLPT	37 anos	superior completo- Filosofia (mestrado não concluído em Antropologia)	tradutor e professor de inglês	19/07/1998
Vicente	Tesoureiro do CORSA desde a fundação até o final de 1996	29 anos	nível médio completo- técnico em Fisioterapia	sem informação- morava fora do Brasil quando foi entrevistado	25/09/1998
Clara	Coordenadora da Coordenadoria de Mulheres do CORSA em 1997 e membro do NGLPT até 1999	31 anos	superior completo- Letras e superior em curso-História	processamento de dados	30/10/1998
Cláudio	Frequentador do CORSA durante os anos de 1997 e 1998	35 anos	nível médio completo	cozinheiro	06/10/1998
Felipe	Secretário geral do CORSA durante o ano de 1998, presidente do CORSA durante o ano de 1999, membro do NGLPT e membro da diretoria da Associação da Parada do Orgulho GLEB nos anos de 1999 e 2000	36 anos	superior completo -- Filosofia e Teologia com especialização em Educação	diretor de equipamento social para crianças e adolescentes	05/06/1999
Mateus	Secretário geral do CORSA desde a fundação até o final de 1996 e fundador da Comunidade Cristã Metropolitana	29 anos	superior completo- História e mestrando em Teologia	professor de história na rede pública estadual	11/01/2000

¹²⁴ Nomes fictícios

¹²⁵ Apesar de boa parte dos entrevistados continuar atuando, optei por relatar a inserção no movimento até o ano de 2000.

¹²⁶ A idade, escolaridade e ocupação referem-se à data da entrevista.

ANEXO III

Entrevistas realizadas com ativistas ligados ao CORSA

Nome ¹²⁴	Inserção no movimento ¹²⁵	Idade ¹²⁶	Escolaridade	Ocupação	Data da entrevista
Danilo	ex-colaborador do CAEHUSP e frequentador esporádico do CORSA nos anos de 1997 e 1998	26 anos	superior completo- Jornalismo	jornalista	14/06/98
Adolfo	coordenador do Projeto Etcétera e Tal	42 anos	superior completo -Medicina	psicanalista	26/06/1998
Levi	presidente do CORSA desde a fundação até o final de 1996	24 anos	superior completo- Psicologia	agente de saúde em ONG-aids	03/07/1998
André	presidente do CORSA durante o ano de 1997	25 anos	nível médio completo	agente de saúde em ONG-aids e técnico em informática	06/07/1998
Carlos	Secretário geral do CORSA durante o ano de 1997, presidente do CORSA nos anos de 1998 e 2000 e membro do NGLPT	37 anos	superior completo- Filosofia (mestrado não concluído em Antropologia)	tradutor e professor de inglês	19/07/1998
Vicente	Tesoureiro do CORSA desde a fundação até o final de 1996	29 anos	nível médio completo- técnico em Fisioterapia	sem informação- morava fora do Brasil quando foi entrevistado	25/09/1998
Clara	Coordenadora da Coordenadoria de Mulheres do CORSA em 1997 e membro do NGLPT até 1999	31 anos	superior completo- Letras e superior em curso-História	processamento de dados	30/10/1998
Cláudio	Frequentador do CORSA durante os anos de 1997 e 1998	35 anos	nível médio completo	cozinheiro	06/10/1998
Felipe	Secretário geral do CORSA durante o ano de 1998, presidente do CORSA durante o ano de 1999, membro do NGLPT e membro da diretoria da Associação da Parada do Orgulho GLEET nos anos de 1999 e 2000	36 anos	superior completo -- Filosofia e Teologia com especialização em Educação	diretor de equipamento social para crianças e adolescentes	05/06/1999
Mateus	Secretário geral do CORSA desde a fundação até o final de 1996 e fundador da Comunidade Cristã Metropolitana	29 anos	superior completo- História e mestrando em Teologia	professor de história na rede pública estadual	11/01/2000

¹²⁴ Nomes fictícios

¹²⁵ Apesar de boa parte dos entrevistados continuar atuando, optei por relatar a inserção no movimento até o ano de 2000.

¹²⁶ A idade, escolaridade e ocupação referem-se à data da entrevista.